

G.O. 33-5-1

G.O. 2/5-1



GIL 
VICENTE

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161—**Guimarães**

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS • MINERVA •, DE GASPAR PINTO DE
SOUSA, Sucessores, Ld. • -V. • N. • DE FAMILICÃO-1946

GIL VICENTE



ÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XXII

GVIMARÃIS

MCMXLVI



a Alves de Oliveira

1946

Afonso Lopes Vieira

(Lápis de Mattieira)



EM GUIMARÃES, EM 1936. NO JARDIM DA CASA DA COSTA. *Da esquerda para a direita:* Coronel Mário Cardozo, José Manuel Leite de Castro, os nossos Directores Manuel Alves de Oliveira e D. José Ferrão, a Senhora D. Madalena Amado Leite de Castro, a Esposa do Poeta, Afonso Lopes Vieira, a Esposa e uma cunhada do Coronel Mário Cardozo

Or Piango : Or Canto

MORREU Afonso Lopes Vieira. Este mês de Janeiro que já em 1925 nos havia arrebatado António Sardinha, levou-nos agora, para além dos umbrais da vida, o poeta do *Encoberto*.

Lusíada, no mais amplo e verdadeiro significado da palavra, Afonso Lopes Vieira foi, como escreveu o falecido escritor brasileiro Elísio de Carvalho, « a expressão fulgurante do actual momento português. A sua figura original e aristocrática adquire, portanto, grandeza messiânica, quando surge paladino do renascimento do espírito lusitano, que deixou de si o vasto clarão do século XVI ».

O movimento integralistá encheu-lhe o coração de entusiasmo, como o deixou testemunhado a páginas 298 do seu portuguesíssimo livro *Em demanda do Graal*:

« Estes revolucionários da tradição devem a sua gloriosa impopularidade a serem na realidade tão modernistas como anti-políticos, anti-parlamentares e sindicalistas. A eles me prendem afinidades de espírito porque em muitos pontos da batalha nos viemos a encontrar como irmãos de armas. Mas, não tendo a honra de lhe pertencer oficialmente, — habituado como estou a manter uma independência que me é indispensável — posso dizer que este tem sido o mais consciente dos núcleos do pensamento contemporâneo. Reagindo com mística bravura, por mercê de uma crença estabelecida em bases orgânicas, contra a mentira caduca e já arruinada da actual sociedade política e económica, os integralistas são os portugueses que *sabem o que querem*. E o seu esforço, mesmo quando outros resultados não desse, sempre daria este: ficar como um documento de honra e de coragem. »

Afonso Lopes Vieira esteve, assim, sempre atento aos clamores da Pátria na viva simpatia com que espiritualmente comungou com o povo, sentia os seus desejos, as suas aspirações, o seu amor ao torrão natal.

Na verdade, como afirma João Gaspar Simões, ao apreciar *A Originalidade de Afonso Lopes Vieira*, « ninguém como ele era tão animado

hoje em Portugal de um amor tão íntimo, tão carnal, tão voluptuoso pela linguagem. Ele próprio lhe chamava: «o mais gostoso e saboroso beijo». Para Lopes Vieira a linguagem não era um instrumento destinado a traduzir emoções ou a exprimir ideias: era a carne de um espírito pairando sobre as nossas próprias emoções, sobre as nossas próprias ideias. Dir-se-ia acreditar na existência de um ente invisível que consubstanciava tudo quanto fomos e tudo quanto poderemos vir a ser; dir-se-ia que para ele a tradição não era uma abstracção histórica, mas uma entidade presente e temporal. Essa entidade era a língua: a língua portuguesa. É a língua que corporiza a tradição, é a língua que dá carne ao espírito do passado, é a língua que funde o tempo ido com o tempo presente.»

O seu «neo-garretismo», a sua convivência íntima com Mestre Gil e Camões, o mito do *Encoberto*, eram outros tantos reflexos do seu espírito lusíada que, através do profundo lirismo dos seus versos, para além do que é efémero e transitório, nos lembrará, nesta hora triste em que o Poeta nos deixou, tal como se fora a tragédia da Violante,

Vai-se o vulto do meu corpo
mas eu não
que aos pés vos fica morto
o coração.

E se pensais que eu vou,
não no pensedes;
que unido convosco estou
e não me vedes.



Saudade

*Esta palavra Saudade,
Aquele que a inventou,
À primeira vez que a disse
Com certeza que chorou.*

AFONSO LOPES VIEIRA.

*Meu Portugal, porque chora
Teu olhar de vagabundo?
— A Alma foi-se-me embora,
Fico sem Alma no mundo.*

*Já não canto, que esse canto
Seriam soluços e ais...
Podem ter-me amado tanto,
Como ele amou nunca mais.*

*Sentia o que o Povo sente,
Dizia-o melhor... enfim,
Entendia-o toda a gente,
Mas ninguém falava assim.*

*Hoje, ao ver-me, quem não há-de
Compreender na minha face
Que esta palavra Saudade,
Ao inventá-la, eu chorasse.*

ALBERTO DE MONSARAZ.

Carta-prefácio ao livro "Coimbra Nobre Cidade"

Memórias de Vicente Pinheiro de Mello

Nesta Carta-prefácio, já em 1909 Afonso Lopes Vieira mostrava claramente as suas tendências nacionalistas, expostas de uma maneira genialmente característica, que manteve sempre através dos seus admiráveis livros.

Querido Amigo:

Por mais que nos digam, Coimbra tem duas grandes vantagens, e faculta uma decisiva experiência (inda que muito perigosa) sobre os caracteres, análoga à de certas moléstias: quem logra resistir, fica vacinado para toda a vida.

Em nenhuma outra banda, como aí, nos aproximamos do povo: e o povo, meu rapaz, é, como tu sabes, a única gente interessante, para mais num país que possui a burguesia mais egoísta e inestética do mundo. Aprendendo a conhecê-lo, aprendemos a amá-lo, a admirar suas virtudes e a perdoar seus defeitos.

Aprendemos, sobretudo, a saber como ele sofre, e de este entendimento ficará sempre nas nossas vidas uma fecunda simpatia por esse supremo poeta, que se vinga a cantar de amor e a bailar, da indiferença ou dos maus modos com que todos o tratam.

Depois, Coimbra aproxima-nos da Paisagem. Creio que homem nenhum, que ali haja passado, deixará de ter admirado, numa bendita hora, por menos religiosa da Beleza que seja a sua alma, um poente ou uma árvore, um roseiral ou um luar.

Não será da contemplação da Paisagem — a mais pura e desinteressada das contemplações — que para as almas influirão, benéficas, mais harmonia e candura e maior capacidade de ser irmão? A paisagem de

Coimbra, toda feita de húmidos longes, desabrocha num Ar com que mais nenhum na terra se parece.

Nessa iluminada penumbra, os sonhos, que lá são os gnomos do incantamento, embalados no colo aéreo das neblinas, podem abrir à luz seus olhos místicos, sem que as melindrosas pupilas se magoem...

Entre os nossos companheiros, tu eras o menos «literato» e o mais poeta. Porque eras tu quem possuía maior porção de alma capaz de comunicar com o Povo e com a Paisagem.

Não publicavas versos: preferia-los nas bocas das raparigas, com beijos. Não buscavas, curioso, nas vitrinas do amigo França Amado, o último romance francês: namoravas da tua janela as «árvores do teu amor» e aquele inolvidável Rio-fantasma, de cuja água o bispo do Porto, Dom Rodrigo da Cunha, dizia «se podia afirmar que conserva e apura os engenhos». E vadiavas por esses arredores, a que o Nobre chamou *Santos Lugares*, como um paisagista que, em vez de as pôr na tela, no coração guardava as emoções da sua arte, com melhor amor, em cada dia, por essa obra prima que um Deus infinitamente lírico, de certo um pouco mórbido, criou num momento de maravilha, para nos fazer nostálgicos das paisagens do Outro mundo...

De esta fraternidade com o povo e com a terra — que foi um pouco também de todos os nossos amigos, mas era muito bela na tua alma — nasceu o que se poderia (um pouco pedantemente) chamar a paixão etnográfica, e esse livro de versos que eu com saudades recorro — a tua casa, terno museu de folque-lore português. Essa paixão de esteta enamorado das obras rústicas, tão sinceras e comoventes, do povo artista, que nos consolam dos odiosos bibelôs da moda, era a que te fazia preferir ao mais sumptuoso Saxe o mais humilde prato da rua da Loiça, com sua pinturinha e seu dístico, muito góticos. Era essa doce paixão que, anos depois, em Berlim, e agastado com o senobismo da Diplomacia, te obrigava a consultar o *Borda de Água*, para verificar a data do Espírito Santo.

E era ainda o amor das coisas sinceras e naturais, que te tornava rebelde ao lente e à sua ciência sonâmbula.

No dia em que embarcaste, com as tuas «cartas», na estação, todos os teus vizinhos da Couraça e muita mais gente miuda, vieram despedir-se de ti com lágrimas.

Nesse dia, também, a Universidade devia de exultar, porque se libertava de um dos seus alunos que resistiu, com mais sonhadora coragem, à deformação imposta por seus métodos.

Não estudar, em Coimbra, seguramente encontra seus motivos na

única parte divina do nosso pobre ser, o sub-consciente: — é a defesa subtil do nosso instinto àlerta!

Por isso as tuas Memórias, que a tua amizade excelente quis que duas palavras minhas acompanhassem, são muito vividos piquenos poemas de ironia e de saudade. Saudade e ironia, eis, com efeito, o que nos sugere a nobre cidade, em cuja atmosfera de evaporadas pérolas, florecem tão desincontradamente as coisas da ternura e as do cómico: a Canção e a Sebenta, o Doutorismo e o Choupo... Ah!, mas nós somos demasiado artistas para destruir do Passado o quer que seja, quando a coisa arcaica se enobreça com a patina que internece os olhos. Não, nós não queremos destruir a Universidade; nem tampouco cuidamos em estragá-la remoçando-a, como esses assassinos que rasgam a carne exangue e mimosa das várzeas e das însuas com seus telhados acres de marselha. Por minha modesta parte, acho fácil este sonho. — Fundar-se-ia em Lisboa uma Universidade, pelo Espírito Moderno animada, onde escolares e mestres, confraternizando, iriam criando o Portugal novo por que nós todos morremos de saudades — do futuro!, e de onde saíssem homens apetrechados com a força do saber, aptos para a alegria suprema e redentora do trabalho e capazes da glória de admirar.

A par dos cursos regulares, os nossos melhores e acadêmicos professores e artistas, engenheiros e contra-mestres, fariam, nas suas salas, entre a atmosfera fremente e clara do *bairro das Escolas*, conferências para estudantes e operários...

Entretanto, a Universidade de Coimbra ficaria intacta, com o seu método, com o seu pálio, os seus prelados, o seu juramento sobre a Imaculada Conceição, enfim toda a sua alma do século XVII, de onde tem manado para este belo alpendre posto em cima do mar, ó pátria nossa, a graça inefável da sua influência! Ficaria intacta, com uma condição apenas. — A de não ter alunos. — O lente teria a bondade de dizer ao pálido ambiente das aulas, o seu misterioso verbalismo...

A Universidade seria, assim, o palácio incantado dos Capelos, o vivo museu da sombra, movendo-se ao som de espectrais badaladas. E tudo isto, sem já guardar os perigos da peste da cátedra, de que o iluminado panfletário António Vieira fala algures: — *E por esta perversão das letras e dos letrados, as mesmas universidades e cadeiras de onde havia de manar a saúde pública, vem a ser o veneno, a ruina e a peste das reinos: Cadeira pestilentia.*

E Coimbra seria uma de essas cidades chamadas mortas, porque nelas a vida cristalizou em sonho e presença do Outrora. Seria a suave

irmã da Bruges pluviosa e da maravilhosa cidade do Santo, na meiga Ombria, onde as legendas evocadas e *visíveis* e os segredos do Silêncio, chamam os homens de todos os confins.

E então, ao chegarem a terras do Mondego, a um tempo floridas e fanadas, cujo inesquecível Ar recorda as finas palavras de Isabel d'Este sobre o claro-escuro de Leonardo: — *la soavità d'aere...* — então, esses romeiros de certo perguntarão, como nós preguntamos, tocados da graça do Sonho esparso que se respira, e de tudo se evola:

— Para além de estes céus, de estas águas e de estes montes, — acaso haverá mais mundo?

Abraço-te e sou sempre

tibi amicissimus

AFONSO LOPES VIEIRA.

Lisboa, Abril, 09.

Desabafo de mágoa e saudade

(Discurso do Dr. Hipólito Raposo, no cemitério dos Prazeres,
junto do jazigo de Afonso Lopes Vieira)

SOBRE os despojos mortais de Afonso Lopes Vieira acabam de descer as bênçãos de Deus. Na voz da Igreja, ouvimos e acompanhamos a derradeira súplica de misericórdia: eterno descanso lhe seja dado e em luz perpétua a sua alma viva.

Neste momento de dor e tribulação, seria para desejar que outra voz oficialmente autorizada aqui viesse dar os pêsames a Portugal verdadeiro, com o sentimento da perda de um dos mais insignes dos seus filhos e a comoção da mágoa que escurece de luto as nossas letras.

De ontem para hoje, Portugal vê acrescentada a sombra da sua tristeza e diminuídas as reservas do seu tesouro espiritual.

Obscuro companheiro nas aspirações e combates da regeneração político-social da Nação Portuguesa, não estou aqui para formular juízos críticos do escritor que a morte nos levou: não é próprio este lugar, mais impróprio seria o momento, pois a crítica não se faz com lágrimas.

Apenas quero cumprir um mandato do coração, em desabafo da mágoa e saudade, julgando-me assistido dos milhares de crianças das escolas que o Poeta ensinou a sorrir e a querer bem aos animais, a cantar alegremente e a soletrar as heróicas lendas da grandeza imperial.

Sinto-me acompanhado daqueles jovens artistas e novos escritores para quem o seu parecer era autoridade e o seu conselho estímulo de perfeição.

Oiço ecos das vozes dos estudantes de ontem e de hoje, para quem Afonso Lopes Vieira sempre foi o mais velho e o mais moço dos companheiros nas aspirações de beleza e de renovação nacional.

De longe e de perto, a alma aqui estará presente e o povo português, por cujas necessidades, anseios e infortúnios tantas vezes o seu coração se moveu, os seus braços se estenderam e a sua bolsa generosamente se abriu.

Comigo estão também os camaradas de letras, os sonhadores e os

realizadores, que nesta morte acabam de perder o maior amparo de fé e de extrema lealdade. A herança de Garrett, durante meio século abandonada no amplo depósito do esquecimento nacional, este poeta dignamente a levantou para a honrar e enriquecer como ninguém, renovando a música da poesia, restituindo os autos ao teatro, impondo o gosto das artes menores e reabilitando os dons da fala portuguesa.

A pregar e a lutar por tal testamentaria, ele foi sagrado Grão-Mestre de Portugalidade, chefe daquela ordem espiritual que não tem regra nem estatutos, mas cujos deveres se cumprem em obediência de voluntariado no serviço e no sacrifício: *amor da Pátria não movido de prêmio vil*, muito fora do nacionalismo industrial que nos envergonha.

Profeta e apóstolo, descendente do Bandarra e pregador da exaltação, em nenhum outro português contemporâneo mais viveram e latejaram as pulsações do coração da Pátria; nenhum outro melhor sentiu, como seus próprios, os bons sucessos e as calamidades da grei lusitana.

Se poeta traduz criador, novas esperanças e mitos ele criou, seguras certezas revelou, alvoroçando para o culto dos nossos corações as saudades da Terra, dos Mares e dos Céus de Portugal.

A língua materna restituiu muitas páginas em que se continham alguns dos mais expressivos documentários da alma portuguesa e cujos autores preferiram escrevê-las em língua alheia. Assim, Vasco de Lobeira, Gil Vicente e Jorge de Montemor se foram naturalizando em versos que os honram ou em prosa que ninguém sabe escrever e será lida por todos os séculos em que a nossa língua soar em bocas humanas.

Os grandes que morrem em Portugal são poucas vezes heróis, mais vezes artistas e muitas vezes poetas. Mas quando um poeta morre, não bastam para nos dar consolação as gloriosas certezas dos que ficam, pois cada um leva consigo para além da morte o que os outros não podem oferecer.

E para glorificar Portugal, tudo é pouco. Mas não foi só o precepturado intelectual que dignificou este poeta, e já esse bastaria para o proclamar benemérito da Pátria.

Temos de o louvar pela sua capacidade de intervenção, pelo seu poder de acção educativa, assinalada com êxito em tantas organizações de arte, nas escolas, nos orfeões, nos elencos teatrais, nos grupos de estudos, nas oficinas, nos livros e no constante bom-gosto, de que para sempre ficará sendo um grande e saudoso professor.

A sua passagem nota-se sempre onde quer que os seus olhos se detiveram, as suas mãos tocaram ou as suas palavras ensinaram desde o

simples padrão municipal até à defesa dos prestígios e majestade das catedrais.

Tinha a sua alma fulgores da alma de Ruskin, e podemos supor até onde chegaria a sua influência estética se a estreiteza do meio e a escassez dos recursos lho não impedissem.

A casa de São Pedro, à beira do mar e do pinhal de Leiria, é um rico museu de bagatelas que o requintado bom-gosto da disposição tornou rutilantes opulências à vista dos olhos.

Também na sua própria residência de Lisboa diàriamente vem ensinando-se a trabalhar, a ler e a rezar as rapariguinhas pobres de S. Lourenço e da Mouraria, e esta era a contribuição visível com que aos seus sonhos de luz e de benemerência se associava a digníssima senhora que agora é sua viúva.

Vida de amor espiritual, sincero e fecundo amor votado às crianças por quem não tinha filhos; aos pobres e desprotegidos por quem era abastado; aos humildes do povo por quem era um aristocrata; às armas, às glórias e aos troféus nacionais por quem poderia contentar-se da própria fama.

Das grandes causas sempre o vimos mantenedor, das graves crises de receios e ameaças contra o bem comum, ele soube ser o fiel intérprete do protesto público, o escrupuloso mandatário, cujo desinteresse e lealdade todos tomavam por lei.

Senhores! a memória de um alto poeta e grande português que a esta triste cerimónia nos conduziu, de todos os lados solicita a admiração e o reconhecimento pelas suas obras de escritor e pela sua exemplaridade de cidadão que nos mais turbados tempos sempre soube altear galhardamente a flama da independência e da liberdade do espírito português.

A luz que neste homem a Deus aprouve criar não pode extinguir-se na fria sombra de um jazigo.

Este tesouro espiritual de que todos fomos participantes há-de sobreviver com glória nas almas dos porvindouros que tiverem o feliz destino de crer na eternidade de Portugal.

ANTÓNIO SARDINHA E O INTEGRALISMO

O nome de António Sardinha não pode dissociar-se do Integralismo Lusitano, de que ele foi um dos fundadores e dos mais ardorosos apóstolos.

Ofuscado pela miragem republicana, António Sardinha cedo reconheceu o seu erro. Era nos primeiros anos do regime. Ao ingénuo idealismo de muitos sucediam as desilusões e os desenganos que a experiência de todos os dias suscitava. Abrira-se, afinal, a boceta de Pândora, com o seu cortejo de ruínas e catástrofes, de anarquia, desordem e ódios ululantes, quando se esperava a salvação do país, a paz pública e a prosperidade colectiva. O sentimento, sem a disciplina da Inteligência, vira com acerto a necessidade da reacção contra o liberalismo monárquico; mas já não pudera acertar com o remédio para o mal que nos minava. Não havia, para tanto, cultura histórica nem política. A história fôra falsificada: era uma história tendenciosa e de partido, que só tinha em mira denegrir o Passado e negar a razão da existência de Portugal livre. Nas cátedras universitárias, nas tribunas oratórias e nas colunas da imprensa formara-se uma mentalidade eivada de preconceitos, subordinada a escuras influências e essencialmente demolidora e negativista.

António Sardinha, alma generosa e ardente, inteligência aberta e compreensiva, foi levado pelo estudo e pela meditação a concluir que a República não era mais do que a continuação agravada da Monarquia liberal e o seu natural efeito. Recorreu para isso às fontes históricas, leu os teóricos da Legitimidade, consultou os mes-

tres do pensamento político contemporâneo, que então eram em Portugal quase desconhecidos. Com a República, as causas do mal permaneciam. Ela não era o remédio de que o país necessitava, como não o era a restauração da Carta Constitucional. O mal estava na doutrina da Revolução francesa, no desprezo pela tradição, no individualismo, na descristianização, na falta de sentido nacional que presidia às instituições, importadas do estrangeiro e impostas à Nação, sem se querer saber se elas estavam de acordo com a sua índole peculiar.

Foi este o ponto de partida para a formação da doutrina integralista, em que António Sardinha, com os seus companheiros da revista *Nação Portuguesa*, teve uma colaboração activa.

Graças a Deus, houve nessa altura um grupo de rapazes cheios de talento e de audácia que souberam apontar ao país, com firmeza, quais os erros que o estavam vitimando e a verdade política que o salvaria. Desse grupo que, na sua própria expressão, havia de ser «o portador da grande labareda», fez parte António Sardinha, ao lado de Pequito Rebelo, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Adriano Xavier Cordeiro e outros. Todos marcaram bem o seu valor. O Integralismo Lusitano é obra de todos eles, bem unidos por estreita camaradagem.

Votado a esse destino reparador, António Sardinha foi-lhe fiel até à morte. Muito lhe deveu o Integralismo Lusitano — doutrina e acção — e muito lhe devemos todos os que humildemente servimos a verdade política portuguesa, que ele nos ensinou, com o fulgor do seu espírito, a amar e a servir, num dom total de nós mesmos.

Depois de fundada a revista *Nação Portuguesa*, constituiu-se a Junta Central do Integralismo Lusitano, de que António Sardinha, como é natural, também fez parte desde o princípio. O seu nome está, pois, indissolúvelmente ligado não só à doutrinação integralista, mas também a todas as atitudes que a Junta Central veio a tomar, no culto exemplar da fidelidade ao seu pensamento condutor.

Esta íntima solidariedade revela-se ainda com o jornal a *Monarquia*, aparecido em 1917, de que António Sardinha foi redactor.

A maior parte dos ensaios do querido Mestre, posteriormente compilados em vários volumes (compilação que ainda não está completa), foram publicados quer na revista, quer no jornal. Eles reflectem não só o pensamento do seu autor, mas também, numa larga medida, o do próprio movimento de que ele era um dos dirigentes.

Não, há pois, que distinguir, práticamente, entre António Sardinha e o Integralismo Lusitano, entre o pensamento integralista e o pensamento de António Sardinha.

A glória de António Sardinha não diminui a dos seus companheiros de lutas e de sacrifícios. Camaradas lealíssimos e unidos por uma fraternidade absoluta, são eles os primeiros a exultar com ela, depois de terem sido os mais duramente feridos com a morte prematura do grande doutrinador, do qual disse Afonso Lopes Vieira: *«Com a morte de António Sardinha Portugal ficou mais pobre»*. A glória de António Sardinha era a do Integralismo Lusitano, como a glória de um soldado é a da própria Pátria. Ele o sentia e dizia. São suas estas palavras, proferidas no banquete de homenagem que lhe foi oferecido pouco antes da sua morte:

«O corpo de doutrinas que defendi e defendo não é já hoje (e louvores a Deus sejam dados, ao Senhor Deus dos Exércitos, ao Deus de Ourique e da manhã da Índia!) o património de um grupo, o roteiro de uma pequena camaradagem.

«Pertence a quantos, conscientes dos destinos imortais da Pátria, se dispõem a realizar a «amizade nacional» para que a nossa terra, para que a Terra Portuguesa, possuidora novamente da sua alma obliterada, restaure, com a dignidade perdida da nossa história, o prestígio e a supremacia da civilização que gerámos.»

O que fôra «património de um grupo» (e não obra dele só) pertencia agora a todos os que tivessem o mesmo pensamento de

restaurar a unidade moral da Nação, que foi a maior aspiração dos últimos tempos da sua vida.

António Sardinha, pela sua operosa actividade, pelo seu entusiasmo, pelo seu talento brilhantíssimo, pela simpatia que o aureolava, foi quem mais contribuiu para o prestígio e a irradiação da ideia integralista.

Ele foi o grande arauto do Integralismo Lusitano.

Ser fiel à sua memória é ser fiel ao seu pensamento, mas ao seu pensamento integral, sem mutilações que o deformem. Aceitemo-lo na sua totalidade e sirvamo-lo dedicadamente. Só o pensamento completo tem lógica e verdade. Só ele é coerente, só ele é salvador.

* * *

Morreu António Sardinha em 10 de Janeiro de 1925. A urna em que o seu cadáver foi conduzido ao cemitério de Monforte ia coberta com a bandeira do Integralismo Lusitano. A' beira do túmulo falou Hipólito Raposo, o camarada leal e affectuosíssimo de todas as horas, que soube dominar a sua dor para, em nome do Integralismo, proferir as palavras que se impunham. O seu discurso terminava assim:

«Esta bandeira tantas vezes ferida e que tu ergueste mais alto do que ninguém, desceu hoje sobre o teu corpo e com ela te armámos cavaleiro na morte para que pela nossa dolorosa saudade, cavaleiro sempre fosses para além da vida.

«Rapazes: erguei de novo esse estandarte ao sol de Deus e em nome de Portugal, porque nele nos deixou António Sardinha, vivo e escondido, o seu próprio coração!»

A viva esperança que me anima garante-me que esta voz de comando continua a ser ouvida.

LEÃO RAMOS ASCENSÃO.

A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da página 182 — Vol. XXI)

CAPÍTULO II

Catulo e os deuses

POR temperamento não era Catulo um desses ociosos filhos das vielas em cata permanente do sensitivo.

A grande dose de animalidade nele existente viera-lhe do ambiente superficial da época nada preocupada com problemas de valor transcendente e que, apesar disso, não aniquilou a ânsia de amor digno que surge na sua obra poética a justificar ou, ao menos, a diminuir a fealdade carnal. Catulo tinha outras preocupações que não só as do gozo degradante de típico D. João. Mas não se julgue por isto ser êle um pré-cristão ou um filósofo essencialmente espiritualista... Não.

Amava apaixonadamente, no sentido mundano da expressão, contrabalançando esse amor — e aqui está a atitude dignificante, o documento da sua vida espiritual — com o pensamento do divino, do nacional, do familiar, com doloroso sofrimento moral, filho da luta da carne e do espírito.

Poderá espantar, mas foi assim composta de contrastes a vida do poeta.

Como Catulo também nós caminhamos de pés na lama e fronte mergulhada nas nuvens; é o caso de Bocage a gastar a vida em orgias e a defender com a pena a fé religiosa, enquanto não faz a confissão pública do seu pecado:

.....
Outro Aretino fui... a sanctidade
Manchei!... Oh! Se me creste, gente impia,
Rasga meus versos, crê na eternidade!

Catulo não vivia esquecido de que sobre si pairava o poder dos deuses, protectores dos homens, de quem devem receber a colectiva homenagem que a justiça exige; não se esquecia de tal obrigação humana e até convidava a mocidade — *puellae et pueri integri* — a cantar louvores a Diana, cujo santuário em Delos ele visitara, visto que é a protectora dos montes e florestas onde correm as águas cantantes, a consolação das parturientes dolorosas, a pródiga benfeitora que enche de pão a casa rústica do lavrador :

O Latonia...
.....
Montium domina...
Siluarumque uirentium
Saltuumque reconditorum
Amniumque sonantum,

In Lucina dolentibus
luno dicta puerperis
.....

Rustica agricolae bonis
Tecta frugibus explēs.

Ao lado deste carne em honra da divindade que, professando grande pureza, se embrenhava em sítios afastados do encontro e comunicação com os homens, possíveis tentadores da castidade que não queria violar, podemos recordar aquela ode de Horácio, em que apelo semelhante se faz nos termos seguintes :

Dianam tenerae dicite virgines,
Vos laetam fluviis et nemorum coma,
.....
Quaecumque aut gelido prominet
Nigris aut Erymanthi
Silvis aut viridis Cragi :
.....

Não será o poeta das Odes mais um exemplo de como a metafísica pesa em nós, não obstante a leviandade e libertinagem, a ausência de lei e religião caracterizarem a nossa vida?

Com os sentimentos agradecidos de Catulo para com a deusa tem igual valor significativo a exortação dirigida aos rapazes e raparigas, que importa como afirmação implícita de um leviano a respeito da conveniência e força das almas virgens na vida espiritual; e note-se também o

escrúpulo litúrgico observado na poesia ⁽¹⁾ transcrita em parte: Catulo cita os epítetos de Diana pela ordem do ritual, sem o que a oração nada valeria, ou pior ainda, poderia atrair sobre os suplicantes as iras celestes.

Por faltas deste teor, ou por outro qualquer motivo de ingratidão, é que nem sempre os deuses dispensam aos mortais o de que tanto carecem; convém sobremaneira proceder de forma a não ver descontentamentos da sua parte, se não — ai dos homens! — caro custará aplacá-los.

Dominado por este pensamento, misturado embora com recordações de passatempos alegres de pândega — *per iocum atque uinum* — embaçado também com uma parcela de sofrimento, Catulo escrevia ao amigo Licínio, pondo-o de sobreaviso:

.
Nec poenas Nemesis reposcat a te.
Est vemens dea; laedere hanc cauto.

Procede como apóstolo abrasado de zelo religioso, fiel cumpridor dos preceitos divinos, crente fervoroso à maneira pagã...

Com efeito para o Céu levanta olhos de súplica sentida para que lá se torne realidade o que a amada promete:

.
Iocundum, mea uita, mihi proponis amorem
Hunc nostrum inter nos perpetuumque fore
Dei magni, facite ut uere promittere possit
Atque id sincere dicat et ex animo,
Vt liceat nobis tota perducere uita
Aeternum hoc sanctae foedus amicitiae.

De outra vez, ao lançar à vida transacta um olhar examinador da consciência, não tem pejo de confessar-se digno do auxílio das divindades em face da sua conduta de piedade, respeito pela palavra dada, de inteireza nas relações sociais, ao passo que Lésbia era terrivelmente ingrata.

Isto causava-lhe sofrimento atroz; quer esquecer, deixar de amar,

(1) Opinam alguns autores que este carme foi escrito para os Jogos Seculares; outros, porém, afirmam que teria sido composto para uma das festas particulares em honra de Diana, celebradas em Março e Agosto.

mas em vão: se os deuses lhe não acodem, viverá em perpétuo sacrificio!

Oiçamos o grito angustiado da oração do poeta:

.....
Difficile est longum subito deponere amorem.
Difficile est, uerum hoc qua lubet efficias.
Vna salus haec est, hoc est tibi peruincendum;
Hoc facias, siue id non pote siue pote.
O dei, si uestrum est misereri...
.....
Me miserum aspiciete et, si uitam puriter egi,
Eripite hanc pestem perniciemque mihi,
.....
O dei, reddite mi hoc pro pietate mea.

Ficámos sabendo por confissão própria que o amor veneno e peste, amargor de toda a vida, carrasco de todas as alegrias, estava profundamente entranhado na alma e corpo do apaixonado vate. O sangue, os ossos, os nervos cansados estavam já de tão grande amor, e o espírito ressentia-se do nenhum préstimo das ligações mantidas com a volúvel amante.

Momentos de tragédia eram os vividos nestas circunstâncias sem lenitivo possível entre os homens. Bem pedia ele auxílio aos amigos!

E por se ver tão só, a religião levava-o aos entes superiores.

É um símbolo, tem valor universal a vida psicológica de Catulo, autor de tais versos que nos recordam quão fraco e pequeno é o homem.

Aqui terminam as manifestações literárias da religião de Catulo. Por cima delas não deixa transparecer nenhuma réstea de crença em vida futura; a morte não passa do que olhos vulgares vêem nela — a perda da vida terrena, o abandono perpétuo e irreparável do convívio mundano. Por essa razão a morte causa sofrimento desesperado aos que ficam, sempre que a fé lhes não promete a posse futura de uma vida sublimada.

Catulo teve ocasiões várias e oportunas de dar asas ao coração para além do pó dos cemitérios, particularmente quando chora com chocante sinceridade a perda do irmão, como veremos, e, contudo, não o fez. Por quê?

Pena é que assim tenha acontecido, que tão baixo tenha pairado o seu sentimento religioso. Respeitava as divindades tradicionais da sua

terra, invocava-as enquanto nelas reconhecia possíveis benfeitores, por um lado, terríveis e vingativos senhores, por outro, de onde derivava a felicidade ou infelicidade da vida que a morte vinha depois aniquilar.

Simple deismo, sentimentos vagos de religião utilitária resumem em si a crença pagã deste grande amoroso que é o poeta veronense.

Certo, foi o amor religioso o mais ténue dos seus amores.

(Continua).

A. SARAIVA DE CARVALHO.



Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1846

Guimarães há 100 anos

Janeiro

Dia 21 — Morreu na sua casa do Arco, ao pé de S. Francisco, José António Mendes da Silva Bragança, cavaleiro da Ordem de Cristo e major das extintas Ordenanças. Era um grande proprietário e um dos maiores demandistas. (P. L.)

Fevereiro

Dia 4 — Pela uma hora da madrugada, faleceu Francisco de Abreu Bacelar, cavaleiro das Ordens de Cristo e da Conceição e cônego prebendado da I. e R. Collegiada de Guimarães, em cuja igreja foi depositado no dia seguinte. Era natural de Basto e tinha renunciado num seu sobrinho do mesmo nome. (P. L.)

Dia 22 — Faleceu no Porto José Martins da Costa, grande capitalista e deputado às Côrtes. Era senhor da Casa de Minotes e natural da freguesia de Santa Eulália, próximo de Guimarães, vivendo a maior parte do tempo na sua quinta de Aldão. Em consequência de uma grave moléstia estava a residir no Porto. Os officios do corpo presente foram-lhe feitos, no dia seguinte, na igreja da Lapa, em cujo cemitério foi sepultado, na capela do Bernardes. Morreu sem testamento, deixando a sua grande fortuna a uma irmã e a cinco sobrinhos. (P. L.)

Dia 23 — Tomou posse da Delegacia de Procurador Régio desta vila o bacharel João Ribeiro dos Santos, filho do defunto José Ribeiro dos Santos, natural de Guimarães, onde tinha residido na rua Nova das Oliveiras. Este Delegado foi administrador do concelho de Felgueiras e veio substituir o Delegado Francisco Leite Pereira, ultimamente nomeado Juiz de Direito do Funchal. (P. L.)

Março

Dia 7 — Faleceu no Porto João de Campos Navarro de Andrade, Barão de Sande, professor de medicina na Universidade de Coimbra e um dos mais insígnies médicos de el-rei D. João VI. Gozou de grande reputação, principalmente pelos seus vastíssimos conhecimentos em anatomia, que ensinou por muitos anos, reformando completamente o ensino desta disciplina na Universidade. Balbi collocou-o em primeiro lugar na lista dos médicos portugueses. Era natural de Guimarães e, além de doutor de capelo, era físico-mor do reino, comendador da Ordem de Cristo, fidalgo cavaleiro e do Conselho de Sua Majestade. Foi sepultado na igreja da Sé, do Porto, na qual era Deão seu irmão António Navarro, actualmente, o único existente. Os já falecidos também foram notáveis pela sua

instrução e pelos elevados cargos que exerceram (1).

Dia 14 — Faleceu Rodrigo António de Sousa Vilela, bacharel formado em cânones e cónego prebendado nesta vila. Era minorista e morreu de 38 anos de idade, tendo passado, ainda não há um ano, da sua meia prebenda para a prebenda do cónego Francisco Lobo Vilas Boas. (P. L.)

Dia 22 — Na igreja de S. Domingos fizeram-se grandes exéquias por alma de José Martins da Costa, de Aldão. O officio foi a música, recebendo os padres que a ele assistiram 480 e vela, assim como os que celebraram as missas gerais.

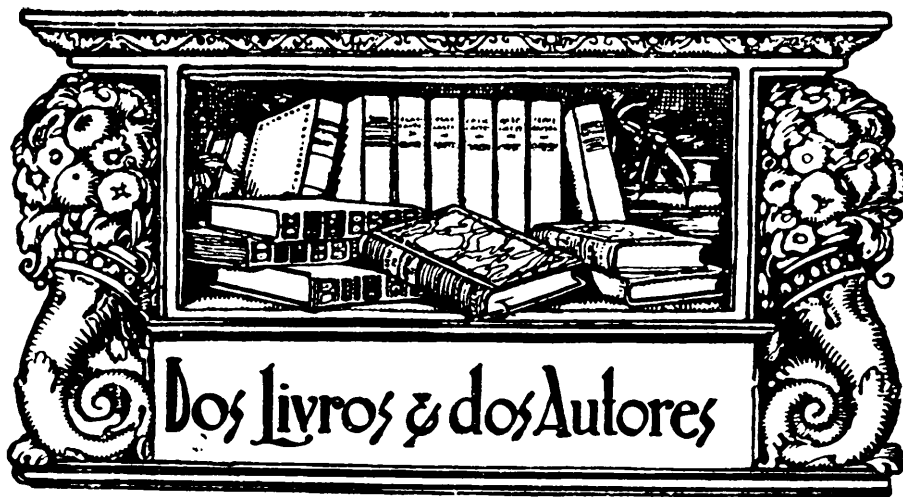
Foram feitas por ordem da sua única irmã, D. Luísa, com a aprovação do marido Domingos Cardoso de Macedo. (P. L.)

Dia 27 — Os povos de S. Torcato amotinaram-se e apedrejaram uma força do destacamento de infantaria n.º 8, estacionado em Guimarães, que ali fora com um oficial da administração do concelho para os obrigar a cumprir a lei sobre os enterramentos nos cemitérios ou adros. A força viu-se obrigada a dar alguns tiros, sendo ferido um rapaz. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.

(1) «Os irmãos Navarros — caso singular de pujança intelectual na mesma família: António Navarro de Andrade, formado em Cânones; Jacinto Navarro de Andrade, Doutor em Teologia; João de Campos Navarro de Andrade, Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra; Joaquim Navarro de Andrade, o *Língua de prata*, também Professor da mesma Faculdade; José Navarro de Andrade, Desembargador dos agravos na Relação do Rio de Janeiro; Luís Tomás Navarro de Campos, Doutor em Direito; Rodrigo Navarro de Andrade, Diplomata, e Sebastião Navarro de Andrade, Doutor em Filosofia — eis o elenco prodigioso, sem outro que se lhe equipare. Eram todos filhos de Sebastião Navarro de Andrade e de sua mulher D. Ana Luísa de Campos Pereira.

Este Sebastião Navarro de Andrade era formado em medicina pela Universidade de Coimbra, senhor da Casa das Lages, ao Tournal, em Guimarães. A mulher era dos Campos de Pinhel.»



POESIA DE AMOR. Antologia portuguesa. Selecção e prefácio de José Régio e Alberto de Serpa. 1945. Livraria Tavares Martins. Porto, 301 págs.

É estafado lugar comum o dizer-se que os portugueses somos um povo de líricos. Mas nem por muito estafado o lugar comum deixa de ser verdade incontroversa. Por muito perfunctório que seja o exame da nossa literatura poética, logo impressiona a profusão de poesias amorosas, muito mais abundantes no período trovadoresco e, depois, no clássico e no romântico, do que em nossos dias. Daí o embaraço em que se encontra o organizador de antologias poéticas, que se vê em frente de vasta floresta a deitar abaixo, capaz de atemorizar o mais afoito.

Muitas são as antologias poéticas portuguesas, desde a que Gomes Monteiro organizou e Garrett prefaciou, até às mais recentes dos nossos dias. Mas nem todas têm sido organizadas com o cuidado e o bom gosto que devem constituir timbre de tais colecções. Isso explica

porque no *Parnaso português* prefaciado por Garrett muito haveria que mudar e muito a acrescentar, o mesmo acontecendo com a *Antologia* organizada por Teófilo Braga.

Sem pretendermos lisonjear os organizadores da *Poesia de amor* que serviu de pretexto para este breve intróito, cumpre-nos dizer, todavia, que a selecção foi feita tendo em atenção aquelas duas qualidades acima referidas. Um dos organizadores é distinto poeta que, nem por pertencer à escola chamada modernista, deixa de ser um poeta distinto (*pensa em verso e não faz versos*); o outro é um dos nossos mais argutos críticos contemporâneos (ave rara num país por natureza avesso à crítica, pelo menos àquilo que os espíritos superiores entendem por *Crítica*), a par de grande poeta, dos maiores da nossa geração. E o cuidado e o bom gosto revelam-se em quase tudo nesta obra: na selecção das poesias, no papel, no tipo de letra, no formato da obra, na sua apresentação que é um mimo. E dissemos em *quase* tudo, porque há um «senão», que não é de so-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

menos: as ilustrações que, devidas embora a um artista de valor, inferiorizam a obra por infelizes.

Têm, pois, à sua disposição os leitores de hoje uma antologia de poesia de amor organizada com ciência e consciência, a qual pode servir para ilustrar em breves instantes — desde o remoto D. Sancho I (se é dele a formosa «cantiga de amigo» com que o livro abre) até aos mais modernos dos poetas modernistas — que em frente do Amor Soberano todos os poetas que o sejam e que sintam arder no coração a Chama Eterna têm a mesma atitude de humildade, de revolta ou de despeito ante a mulher amada, desprezada ou requestada, por o amor ser sempre, em todos os tempos, igual a si mesmo.



ELOGIO DA MONARQUIA, por *António Correia de Oliveira*. Edições «Gama». Lisboa. MCMXLIII. 219 págs.

Ao ler o título desta obra tem-se a impressão de que o Autor escreveu longo poema didáctico com vista a defender a instituição monárquica pelo modo que entendeu mais incisivo e preciso, tal como nos poemas didácticos da antiguidade ou nos dos séculos XVII e XVIII. Todavia, lidos os versos do capítulo *Eti-mologia*, o poema nada mais é do que a história da criação (velho tema do Autor) e da queda do homem, assunto que só muito vagamente se prende com o capítulo citado. Ressente-se a obra um tanto de influências do poema célebre de Milton (patentes principalmente no combate entre os anjos), sem com isso deixar no espírito do leitor a convicção da longa antiguidade da instituição monárquica, que esperávamos ver defendida com argumentos de solidez inabalável.

Escrita em versos de ritmo vário, até mesmo versos soltos, a obra parece-nos inferior aos recursos e ao talento de A. C. d'O., fartamente comprovado em tantos livros, muitos deles esgotados. Como sempre, é na redondilha e nos sonetos que o Autor se mostra verdadeiramente grande e fluente; nas outras composições o talento do Poeta sente-se contrafeito, apenas se expandindo na redondilha e nos sonetos, alguns deles admiráveis.

A edição é de magnífica apresentação.



A HIGIENE NA ESCOLA PRIMÁRIA, pelo *Dr. José Créspe*, 2.^a edição ilustrada. Edição do Autor. Lisboa, 1945. 70 págs.

Trabalho de pouco volume, mas substancialmente pela doutrina que defende, aconselhámo-lo vivamente a quantos se interessam pela educação infantil, desde os pais até aos professores, que muito terão que aprender nas suas páginas.

O sr. dr. J. C., a que já nos temos referido por diversas vezes nestas páginas, foi médico escolar há anos, o que o levou a estudar de perto uma questão que muitos no nosso país acham secundária. Que o não é prova-se à saciedade com este livrinho, de exposição clara e convincente. Sobretudo o cap. III «Formação Moral», é da mais transcendente importância, sendo judiciosíssimo o parecer do distinto Autor.



RESSURREIÇÃO. VIDA E MORTE. I. POR *António Pôrto-Além*. 1944. Edições «Marânus». Porto. 74 págs.

Colectânea de sonetos, em que a nota ferida é o pessimismo desalentador, e

em que o pensamento é muitas vezes obscuro, não tem este volume a impô-lo uma forma impecável a compensar a sua nebulosidade. Sonetos há, como o de pág. 21, de uma infelicidade manifesta, quer no seu aspecto formal (v. g. «a carne que animou-me»; «Foi Êle quem amou-me»), quer na ideia inspiradora.

Numa época, como a nossa, em que os livros de poesias são aos milhares, só conseguirá impor-se a obra muito acima da vulgaridade, pela inspiração, pelos temas e pela forma, o que, infelizmente, se não dá com o volume que temos presente.



WILLIAM NICHOLSON, por *Marguerite Steen*. Edição Collins. Londres, 1943. 229 págs. Ilustrado.

William Nicholson é um dos grandes nomes contemporâneos da pintura inglesa. Espírito curioso e paradoxal, cujo pincel traduz com fidelidade o seu pensamento em face da vida, encontrou em Miss Marguerite Steen devotada admiradora que empreendeu e levou a cabo, de maneira admirável, escrever a biografia daquele que ela imaginava, antes de o conhecer, como «um homem corpulento de barba». Tendo travado conhecimento com o pintor em casa da grande actriz Ellen Terry, a grande intérprete de Shakespeare, Miss M. S. sempre se demonstrou a admiradora mais sincera do pintor, com quem um dia, poucos meses antes da tormenta rebentar no país vizinho, viajou por Espanha, que ambos admiravam.

O livro de Miss M. S. é, pois, uma biografia do ilustre pintor. Não é, porém, uma biografia na acepção vulgar do termo; tampouco é biografia meramente da espécie que foi moda há bem poucos anos ainda. Tem um pouco de tudo

isso, é certo; mas é sobretudo um livro *vívido*, uma narrativa magnífica, quadro gigantesco que abrange um período de mais de 50 anos, desde o final da Era Vitoriana até à era do *black-out* e do *blitz*, quase até à idade da bomba atômica e dos seus destrutivos resultados. É nesse quadro que se move e vive a figura de William Nicholson, de modo tão impressivo que, por vezes, nos leva a participar da narrativa como se dela fôramos comparsas.

No seu estilo breve, límpido, um pouco nervoso, mas sempre vivo, a distinta Autora conta-nos o dia-a-dia da vida do pintor, de mistura com aspectos da vida londrina dos últimos 40 anos, deleitando-nos com a narrativa da origem e execução dos mais importantes trabalhos de William Nicholson. Por vezes transcreve diálogos, cuja vivacidade nos impressiona e nos serve para visualizar melhor o *meio* e a *gente*. E assim entramos na intimidade do tal «homem corpulento de barba», que afinal nem é uma coisa nem usa a outra, antes tem o *facies* característico dos homens duros mas sensíveis que aguentaram o ímpeto violentíssimo dos grandes dias de Setembro de 1940 a Março de 1941.

Acompanham o volume 14 reproduções (quatro a cores) dos melhores trabalhos de William Nicholson, cujo traço preciso dele faz um herdeiro dos grandes pintores de Oitocentos e Novecentos, nada tendo, aliás, de comum com eles salvo a pátria. Os magníficos retratos de Diana Low, de Walter Greaves, do Professor Saintsbury, de Miss Jekyll e de Lady Spencer, e esses dois extraordinários quadros—*Lord and Lady Strafford* e *Mr. and Mrs. Sidney Webb*—bastam, com efeito, para colocar o pintor entre os grandes retratistas do nosso tempo, quando a paisagem parece ser o *leit-motiv* obrigado de quantos se dedicam à pintura, esquecidos

dos grandes nomes de outrora, que atingiram as culminâncias do género com o retrato, e esquecidos principalmente de que ainda o que vale a pena pintar é o homem.



O CAMINHO DA CULPA. Romance, por Joaquim Paço d'Arcos. Parceria A. M. Pereira. Lisboa, 1944. 389 págs.

Não damos novidade alguma aos nossos leitores se lhes dissermos que Joaquim Paço d'Arcos se destaca de modo notável entre os três ou quatro romancistas portugueses contemporâneos, sobretudo pela qualidade da sua obra, em muito superior à quantidade. Notem desde já que dissemos «romancistas» e não «cultores de romance», que é modalidade diferente daquela, tal qual «poeta» é coisa diferente de «versificador, e «dramaturgo» o verdadeiro oposto de «escritor teatral».

J. P. d'A. alcançou há muito já lugar de relevo entre os nossos romancistas, pelo menos entre os que nos parecem sê-lo de verdade, porque em cada um dos seus romances perpassa um pouco daquele frêmito que anima a vida, com as dúvidas, as ansiedades, as ilusões (e também as desilusões...) desta. Um romance de J. P. d'A. não é, positivamente, uma fotografia, como o pretendiam os naturalistas, mas sim um pouco como o queria Zola: «um recanto da Natureza visto através da imaginação». Simplesmente a Natureza é, na obra deste romancista já ilustre e discutido, a sociedade em que vive e que conhece bem, nas suas virtudes e qualidades (que salienta), e também nos seus vícios e defeitos (que profliga sem piedade).

A Natureza *natural* é, na obra de J. P. d'A. (como já o foi na de Eça de

Queirós, embora nesta ocupasse lugar de maior relevo do que na do Autor a que nos referimos) simples cenário, pano de fundo que se esbate muitas vezes para deixar recortar-se com nitidez o homem, a quem o romancista dedica todos os seus cuidados e atenções, e é na realidade a única razão de ser dos seus livros.

Já um dia, em despretençioso e esquecido artigo nosso, publicado há anos a propósito de *Ana Paula*, salientámos (e supomos ter sido dos primeiros a fazê-lo) a semelhança entre J. P. d'A. e Balzac, salvaguardadas, claro está, as diferenças de época, de temperamento e de técnica existentes entre os dois romancistas, o grande francês e o ilustre português. Se em Balzac havia preocupações de doutrinário (não esqueçamos o seu *Prefácio à Comédia humana*), preocupações que não vemos na obra de J. P. d'A., há nos dois o mesmo desejo, diríamos até empenho, de «focar» a vida *viva*, aquela vida que se desenrola sempre à volta do escritor e que, muitas vezes, escapa até nos seus pormenores mais evidentes quando ele é um deslocado. Mas J. P. d'A. não é um *deslocado*, como o não foi Balzac. Ambos eles (não se esqueça que há todo um longo século de permeio) são atentos à vida. Ambos eles perscrutam os recessos mais íntimos da alma humana. Ambos eles *sentem* um pouco dessa dor eterna que se alberga no coração dos homens, e que só os felizes, os concentrados e os que sentem o pudor de pôr a alma a nu se obstinam em ocultar.

Balzac olhou à sua volta e viu todo um vasto formigueiro humano que, na ânsia de chegar aos primeiros lugares da vida, se atropelava, esquecendo os fracos e os desprotegidos, os humildes e os vencidos. E a sua obra vastíssima é um cosmorama que ainda hoje nos impressiona pela extensão e pelo nú-

mero de figurantes, entre os quais, infelizmente, raros são os que se erguem com dignidade e com nobreza. Toda a sociedade francesa, desde a Revolução às «Três gloriosas», perpassa na extensa galeria de figuras humanas do grande romancista, do financeiro sem alma, ao cura de aldeia, do general veterano de cem combates ao simples médico de província, da cortesã com alta cotação em Paris, à ambiciosa provinciana, da velha Marquesa que ainda conheceu Luís XV, ao comerciante enriquecido pelos vai-véns da Revolução e do Império.

Na obra de J. P. d'A. nota-se a mesma ânsia de «focar» a sociedade portuguesa, circunscrita por enquanto à pseudo-cosmopolita Lisboa, grande aldeia que o tufão devastador de 1940 alçou de repente à categoria elevada de cidade internacional. É certo que estamos em presença de um Autor ainda bastante novo, mas com uma visão de conjunto da sociedade lisboeta, embora até hoje tenha limitado a sua análise aos sectores da alta burguesia e da nobreza decadente dos nossos dias. Deve faltar a J. P. d'A. aquele constante redemoinho em que se movia Balzac, cujas perpétuas preocupações de dinheiro o levaram a entrar em contacto com certos meios, que desejamos sinceramente o nosso Autor não venha a conhecer. Se o grande francês não fosse toda a vida um homem perseguido pela necessidade de dinheiro (e pelos credores...) queremos crer jamais houvesse deixado obra tão vasta e também tão profunda. Talvez até não houvesse escrito nada. Outro tanto se deu com Walter Scott, cujos romances se sucediam em série vertiginosa, pela necessidade em que se encontrou de solver dívida enorme provocada pela falência.

J. P. d'A. escreve levado pelo imperativo categórico que todo o escritor nato sofre, aquilo a que Leão Daudet

chamou «a libertação dos nossos fantasmas interiores». Mas fá-lo com intuitos de arte, pelo que a sua obra pode considerar-se em conjunto uma visão artística da sociedade de Lisboa. E porque, ao contrário de Balzac e de Scott, não é o factor económico que nele impera e o força a escrever, limita a sua observação à sociedade de Lisboa, e aqui ainda se circunscribe ao seu meio. É pois, por enquanto, obra de alcance restrito. Mas nem por isso menos humana. Embora não sintamos que este Autor partilha fortemente os entusiasmos e as dores dos personagens do seu mundo, como Balzac, ele não mantém a impassibilidade requerida (todavia não praticada) pelos naturalistas do século passado. Evidentemente o Autor português mantém um equilíbrio maior do que o francês perante os seres que o seu talento vivificou, mas o entusiasmo (no próprio sentido etimológico) de Balzac não perpassa nas páginas de J. P. d'A.

Acentuámos acima que P. d'A. não tem preocupações de doutrinário, o que, digamo-lo, é mais virtude do que defeito. Isso em Balzac constitui precisamente a parte mais fraca da sua obra. Mas, não pretendendo manter perante a vida atitude de absoluta impassibilidade (que, estamos crentes, seria crime nos tempos revoltos que vivemos), J. P. d'A. não pode encobrir as suas preocupações morais, transparentes nos seus três últimos grandes romances: *Ana Paula*, *Ansiedade* e *O Caminho da Culpa*. Não discutiremos aqui este problema—o da vantagem ou desvantagem, da necessidade ou da desnecessidade da preocupação moralista do romancista—por tencionarmos desenvolvê-lo em estudo a consagrar a este Autor eminente, primeiro de uma série subordinada ao título de *Romancistas de hoje*. Não deixaremos, porém, de acentuar desde já que, independentemente da simpatia de J. P. d'A.

pelos seus personagens — confessada no breve ensaio *O Romance e o Romancista* e patente à evidência sobretudo em *Neve sobre o Mar*—, há na sua obra provas manifestas de que, se perante os problemas doutrinários se mostra indiferente, não pode manter essa indiferença quando se trata de casos concretos que afectam as relações dos homens como seres sociais. Tais preocupações de moralista são evidentes no seu último romance *O Caminho da Culpa*, que a crítica recebeu unânimemente com aplausos.

Estamos, com efeito, em presença de um Autor que, além das *ficelles du métier*, conhece muito bem os recursos de que pode dispor e de que dispõe com parsimónia, é certo, mas também com oportunidade. Por isso J. P. d'A. é verdadeiramente um autor *moderno*. (Digamos, entre parêntesis, que um autor, em relação ao seu tempo, pode ser *passado*, *moderno* ou *futuro*. Balzac, por exemplo, pertenceu a esta última categoria, por estar para além da sua época. J. P. d'A. integra-se perfeitamente no seu tempo: por isso lhe chamamos *moderno*. Não devemos, porém, esquecer que outros há que são de *sempre*. O Eça é o exemplo mais frisante que nos ocorre. Fazemos votos por que J. P. d'A. emparece com ele no futuro).

Em *O Caminho da Culpa* encontramos-nos em face de um meio que conhecemos e de personagens tanto do nosso tempo que a acção do romance termina exactamente na época em que o Autor o concluiu. E o problema por ele posto, se não é um dos grandes problemas que preocupam a humanidade, é fortemente impressionante por nos levar a pensar a sério na possibilidade de outra solução que não a que o Autor lhe deu.

O *meio* é ainda o da alta-burguesia de Lisboa, em que se moveram os personagens dos últimos romances de J. P. d'A. Alguns deles são, à maneira de Balzac, os mesmos dos anteriores, talvez um pouco mais velhos, outros melhor instalados na vida, todos coerentes consigo próprios, quer nas virtudes, quer nos defeitos e nos vícios. Novos são os dois personagens centrais do livro — Eugénia Maria e o dr. Paulo de Moraes — em volta dos quais pairam três espectros fortemente impressivos, que o último domina: o Dever, o Amor e a Morte. Os outros são meros comparsas, mas nem por isso dispensáveis, por nos servirem para penetrar com mais profundidade na psicologia própria daqueles. E a acção, que ao princípio nos aparece conduzida com lentidão — a lentidão necessária para adaptar o leitor ao ambiente do livro e o preparar a compreender o desfecho do ponto nodal —, encadeia-se por fim com tal poder de sugestão que o leva até final, num «crescendo» constante de interesse culminante na cena da morte de Eugénia Maria, cuja descrição magistral é das páginas mais belas e sentidas do livro. Por si só essa descrição revela verdadeiramente a «garra» do romancista.

O Caminho da Culpa constitui documentário vivo da nossa época, não lhe faltando sequer a nota ambiente do mal-estar criado pela segunda Guerra Mundial, de que o prof. Mathieu é uma triste *épave*. Escrito com segurança e equilíbrio, nele culmina J. P. d'A., cujos largos recursos nos dão margem para esperar no futuro novas facetas de um talento que muito admiramos.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores :

Diante da vida — Últimos indícios — Voz interior, por *António Porto-Além*.

A História Trágica do Doutor Fausto, tradução, prefácio e notas de *A. de Oliveira Cabral*.

Igualdade, pelo *Dr. Francisco Guerra e Raimundo Belo*.

Poemas da Natureza (vol. 1) e **Sonetos da Serra do Gerez**, por *João Maria Ferreira*.

A obra de um isolado, por *Mário Portocarrero Casimiro*.

Oferta dos Editores :

Edições Universo, Lisboa :

1 — **A Borboleta Azul**, por *Lília da Fonseca*.

2 — **Nem tudo se perde no ar**, por *Olavo d'Eça Leal*.

Domingos Barreira, Porto :

1 — **Cartas do P.^o António Vieira**, por *Mário Gonçalves Viana*.

2 — **Alterações Ortográficas**, por *Francisco Torrinha*.

3 — **Bernardim Ribeiro** (Ecloga 1), **Sá de Miranda** (carta a António Pereira), **Lufs de Camões** (canções IV e IX e alguns sonetos). Edição escolar anotada por *Augusto César Pires de Lima*.

4 — **Prontuário ortográfico da Língua Portuguesa**, por *A. de Sampaio e Melo*.

Pro-Domo, Lisboa :

1 — **História Luso-Árabe**, por *Garcia Domingues*.

2 — **O Racismo**, por *F. E. de Tejada Spinola*.

3 — **A Psicologia da Fé**, por *P. Leonel Franca, S. J.*

4 — **A Traição Burguesa**, por *Rolão Preto*.

5 — **Origem da Língua Portuguesa**, por *Duarte Nunes de Leão*.

6 — **Bases da nova ortografia**, introdução e notas de *José Pedro Machado*.

7 — **Eça de Queirós** — Tipos, Estilo, Moralidade, por *João Mendes, S. J.*

8 — **Aventuras de um guerreiro Mongol**, por *David Léon Cahun*.

Livraria Tavares Martins, Porto :

Freud, por *Rudolph Allers*.

Lello & Irmão — Editores, Porto :

Eça de Queirós visto pelos seus contemporâneos.

Edições S. N. I. — Lisboa :

O que eles fizeram... O que nós fizemos...

Editorial Confluência, Lisboa :

1 — **Europa**, por *Adolfo Casais Monteiro*.

2 — **Cartas de Fernando Pessoa a Armando Côrtes Rodrigues**.

3 — **Fernando Pessoa — Antologia**.

Instituto Britânico em Portugal, Lisboa :

1 — **Scottish Art**, by *Ian Finlay*.

2 — **I give you my ward**, by *Ivor Brown*.

Estilística da Língua Portuguesa

NO Catálogo da Livraria da *Seara Nova*, organizado para figurar na Feira do Livro, encontrei a informação de que estava à venda por 22\$500 o livro que, sob o título deste estudo, publicara o sr. Rodrigues Lapa — autor muito celebrado nos meios do Humano e da Liberdade; do Humano, não nos demorem a dizê-lo, que fuzila rapazes patriotas de dezasseis e dezassete anos, e da Liberdade que proclama o seu propósito de exterminar as ideias e os sentimentos que lhe são adversos.

O Catálogo indica que se trata de volume de quatrocentas páginas. Tantas páginas por 22\$500 não se pode dizer que seja caro. Mas é mentira — porque o livro tem apenas trezentas páginas. Há, contra o comprador, a falha apròximadamente de um vintém por página, o que não abona muito a probidade comercial de empresa democrática. Porque roubar um vintém ou vinte contos é roubar — mesmo para quem não seja gramaticão...

O conceito que, há muito, formo do Autor, pela falta de seriedade nos seus processos, pela quase ausência de escrúpulos nos seus ensinamentos, está confirmado, com eloquência, por estas páginas da sua *Estilística*, e fartamente documentado.

No Prefácio, Rodrigues Lapa, com a mira no reclamo e na propaganda, anuncia que «o seu livro tem um carácter polemístico e até revolucionário; procura combater certo gramaticalismo pedante, muito lógico e muito despótico, que anda por aí, em Portugal e no Brasil, a dar-se ares de ditador da língua, e que é um perigo constante para os aprendizes do estilo, por lhes insinuar noções falsas sobre o idioma escrito. Enfim, a *Estilística* é, de ponta a ponta, uma longa diatribe contra a gramática e os gramaticões...».

Homem lê isto, e fica a pensar que vai encontrar nas trezentas páginas bordoadas de criar bicho, e o processo de os Sovietes chegarem a escrever sem gramática ou contra a gramática.

E feitas as contas, averigua-se que a bordoadas é instrumento de reclamo para iludir os pacóvios; e quanto ao seu livro revolucionário — só nos disparates e falsidades que não são coisa de somenos.

E a Gramática? Essa chega sã e escorreita, porque mesmo quando ela oferece o flanco à crítica, só lhe acontece ser substituída por outra — a do Autor que entra, assim, na confraria dos gramaticões de novo estilo.

O Autor podia ter prestado serviço razoável aos cultores da língua, se se tivesse despedido da preocupação de vir a ser Comissário do Povo para a Estilística portuguesa.

Mas utilizando certos narizes de cera, e impingindo aos seus leitores quase apenas escritores da Foice e do Martelo, ou seus afins, dentre os escritores modernos, é provável que sirva os interesses mesquinhos dos camaradas da próxima futura República dos Estados Soviéticos europeus, mas aborrece todos aqueles que desejariam ver a estilística desembaraçada de preconceitos, como direi? — passionários.

O termo é rebarbativo, mas penso que será eucrómico, aos olhos do Autor...

Devia este, antes de tudo o mais, visto aparecer-nos de palmatória em punho contra a Gramática e os gramaticões, dizer-nos a ideia que forma destes e daquela.

Porque a Gramática, «estudo sistemático dos elementos constitutivos de uma língua», não se encontra atingida ou afectada por uma só palavra das que se acumulam nas trezentas páginas da *Estilística* que estou a comentar.

E se Rodrigues Lapa não tem da Gramática mais do que a noção que ressuma das laudas do seu livro, bem fraca ideia nos dá do seu saber e da sua competência. E o seu livro que deve ser colocado no catálogo das obras do Jornalismo primário, atestarà o descrédito de quem o escreve e subscreve.

Desde há muito, bem assinaladamente desde há muito, que me tenho manifestado contra a rigidez dogmática ou a inflexibilidade de certos gramáticos que pretendem ilaquear a língua portuguesa na camisa de forças do Clássico, do Vernáculo, da Regra, erguendo cruz de expiação junto de cada xenofonismo, ou que tenha a aparência de tal, ou escomungando o neologismo inconformista e o arcaísmo impertinente.

Mas tudo se quer, como a chuva, o sal e a comida: temperadinho. Que a língua não seja a múmia petrificada, nem o túmulo entrevado e bafiento; mas que não seja também o *no man's land* do Jornalismo ignaro que nos atira à cara com o *carrilhanor* e outras imbecilidades, e do Modernismo idiota que desafia as leis mais correntes do Bom Senso.

A língua é a expressão do Pensamento. E este só existe onde há

ordenação e lógica. Onde estas faltam, há mentecaptismo. As abstrações, por mais subtis, as imagens, por mais transcendentas, são apreensíveis, desde que se sirvam do modo de expressão em que haja lógica e ordem.

A gíria técnica e até os próprios símbolos matemáticos são traduzíveis em termos de cotio, uma vez que o pensamento que exprimem esteja na plena posse de quem o expõe.

Como é que devemos tolerar que os Pessoas e outros que tais se exprimam e expressem, por meio de tatibitismos que os próprios admiradores confessam não perceber? Ou estamos diante de casos de mistificação, burla e vigarismo, ou de exemplares de imbecilidade patológica.

O que precisamente condena aqueles que pretendem fazer da Língua sepulcro que abafa energias, ou cadáver eternamente fixo, é a necessidade de ela transmitir o Pensamento vivo que, por isso mesmo que é vivo, evolui permanentemente, criando novas direcções, forjando novos elementos, edificando novos conceitos, esboçando novos planos, para que precisa de ir buscar novos instrumentos de expressão, ou nas línguas estranhas, ou na inovação de termos, ou na ressurreição daquilo que o tempo gastara.

Mas tudo isto é obra da exigência do Pensamento, nas suas necessidades de expansão.

Como é que se admite e toma a sério a exigência do Não-Pensamento que pode ser loucura, mas pode ser também impudor?

Tem o Modernismo literário, como o teve o filosófico no seu tempo, admiravelmente montada a sua maçonaria. Senhor do mais atrevido espírito comercial e burguês, o nosso Modernismo literário abriu estanco ou bazar de repugnantíssima camelotagem. E estes, por medo de que lhes chamem botas de elástico; aqueles, por snobismo; uns, por espírito de imitação; outros, pela consciência da sua própria falência — todos se abeiram do balcão do bazar ou do estanco, a adquirir ou admirar as bugigangas e as falsificações expostas, sob rótulos miríficos, a preços de impressionar pategos. E em país que deu à luz o trovador D. Dinis, o doce Bernardim, o lírico Luís de Camões, o Diogo Bernardo, o Lobo, os gongóricos da *Fenix Renascida*, o Macedo da *Lira Anacreontica*, o Garrett, o João de Deus, Antero, Junqueiro, Gomes Leal, Cesário, Nobre, Eugénio de Castro, Guilherme de Faria, Patrício, Pessanha, João Saraiva, Acácio de Paiva, Carlos de Lemos, etc., etc. — assistir a gente à endeução permanente, sistemática, teimosa e afrontosa de pintalegretes meio

idiotas e meio bobos, como esses Fernandos Pessoas que são, por força dessa endeusação, a vergonha do meu tempo, a vergonha da minha língua, a vergonha do meu País — é horrível!

Como é possível que universitários em exercício e universitários em *chômage* liguem dois minutos de atenção a esses exemplares grotescos de uma Poesia de barraca de feira, desnalgada e obscena, destituida do mais leve toque de graça ou de substância?! Nesta chamada Poesia modernista em que pontifica o Fernando Pessoa, acolitado pelo *Dionisius ab insulis* e pelo Marquês de Santa Maria da Serra, e de cujos capítulos fazem parte todos os mediócrs e falhados; nesta chamada Poesia modernista em que os tipos se repetem num psitacismo enjoativo e pardo; nesta Poesia modernista, encontram os universitários em exercício e os universitários desempregados, modelos a indicar à mocidade insabe e à Crítica irresponsável! É o cúmulo!

Cá temos Manuel Rodrigues Lapa a insensar a cada passo a Poesia modernista que nem sequer respeita a lógica e a ordenação do Pensamento, e se exhibe como palhaça de feira sertaneja, em dialecto de demente ou de truona. Tudo serve a estes inimigos da ordem social, como instrumento de destruição e anarquia. Até a linguagem!

E à Gramática científica que apura e selecciona as formas de expressão, de modo a garantir-se a clareza, a elegância e o bom gosto na expressão, opõem estes invejosos e despeitados, a sua gramática abandalhadora e estúpidamente iconoclasta, como aqueles bombardeiros estrelados que fizeram desaparecer da face da Europa, Mosteiros romanos, Catedrais góticas, Castelos da Renascença, e Arquivos de todas as idades, Polípticos primitivos e Monumentos arqueológicos. O que os bombardeiros da Civilização fizeram a quase toda a Europa que puseram em fanicos, pretendem Rodrigues Lapa e os seus adeptos fazer à Língua portuguesa — quando exaltam o paranoísmo verbal dos caudilhos e acaudilhados da Poesia modernista.

Feito o comentário genérico às intenções e orientações da *Estilística da língua portuguesa*, de que é autor Rodrigues Lapa, desçamos aos pormenores, ou esvaziemos o odre de pedantice e inépcia que é este volume que se anuncia de quatrocentas páginas, mas não tem mais de trezentas...

* * *

1.º — Logo na página 2, o Autor, que se gaba de ter escrito livro em «linguagem acessível», faz uma trapalhada dos demónios à volta

dos semantemas e dos morfemas. Para ele, há ou pode haver na oração, *palavras reais* e *instrumentos gramaticais*; às palavras reais, chama ele *semantemas*; e aos instrumentos gramaticais, chama *morfemas*. Na categoria dos semantemas, ou palavras reais, inclui Rodrigues Lapa, o substantivo, o adjectivo, o verbo, e, por vezes, o advérbio, o numeral, e o pronome; na categoria das morfemas, ou instrumentos gramaticais, entram os artigos, as preposições, conjunções, e, por vezes, advérbios, numerais e pronomes.

Isto não é tolice; mas revela-se tão insuficiente, que mais valia ao leitor ignorar o caso, do que ficar com noção tão imperfeita como a que lhe é dada.

Quem tiver lido os capítulos extensos e substanciosos que ao semantema e ao morfema consagra Vendryes (*Le Langage*), reconhece o perigo que corre quem se fiar na lição de Rodrigues Lapa.

O semantema, a que os alemães chamam *Bedeutungselement*, é «o elemento de significação». Diga-se lá se não é muito mais clara esta definição de Marauzeau (*Lexique de la terminologie linguistique*) do que a de Rodrigues Lapa: «palavra que leva em si toda a responsabilidade do sentido da frase».

De Pacheco ou de Acácio? Deixo ao leitor a tarefa de decidir.

O *morfema*, a que os alemães chamam *Formans*, é «o elemento da formação capaz de conferir aspecto gramatical» aos semantemas. Mas a noção de morfema é muito mais vasta, porque os afixos (*pre-*, *in-*, e *suf-*) e as desinências são morfemas. Uma simples sílaba pode ser um morfema; como o acento.

A mais rudimentar honestidade científica impõe ao Autor o dever de, se fizer nova edição do seu livro, baralhar e tornar a dar tudo o que nesta página se refere ao semantema e ao morfema.

Note-se que não tenho simpatia nenhuma pelos palavrões. Mas já que se empregam, ao menos dêem-se noções exactas, concretas, do que querem dizer.

No caso em questão, preferiria servir-me das expressões de Carnoy: «Toute *phrase* du langage courant... renferme deux éléments bien distincts: *l'idée* et la *présentation* de celle-ci». (*La science du mot*, pág. 1).

Falar em *semantema* ou *morfema* é mais distinto, dá um ar de cate-dratismo inegável; mas o processo adoptado por A. Carnoy é mais honesto, mais limpo.

2.º — A páginas 4, o Autor gaba a Administração Geral dos Correios por esta ter preceituado o maximo de cinco palavras nos cartões de

visita em fórmulas de cortesia. É melhor transcrever: «Sendo o Português, por natureza, descomedido em palavras, como todos os Povos do Sul, a direcção dos correios viu-se obrigada a pôr um travão ao chorriho de frases que enchiam os simples cartões de visita. Preceituu um máximo de cinco palavras (morfemas e semantemas) para essas fórmulas de cortesia, como sejam agradecimentos e felicitações.»

Isto sublinha a pedantaria e a leviandade do Autor.

O que a Administração dos Correios teve em vista foi exclusivamente ver aumentar a sua receita. Ela não se importa absolutamente nada com o que o português, por descomedimento ou não, encha o cartão de visita com palavras. Simplesmente exige para esse cartão prolixo os cinco tostões de carta fechada. Por mim, não fui em nada prejudicado, pois raríssimas vezes uso o cartão de visita, como meio postal. E quando nalguma dessas raríssimas vezes o emprego, com uma ou duas palavras ou com simples iniciais, mando-o sempre em sobrescrito fechado. Mas não posso deixar de considerar impertinência abusiva meter-se a Administração dos Correios a contar o número de palavras que o pobre contribuinte emprega na expressão afectiva do seu agradecimento ou dos seus bons desejos—sem grande margem para cinco tostões por cartão.

3.º—A págs. 7, ensina que a palavra *chuva* dá «imagem térmica (arrepio de frio)».

É boa. A chuva não é privativa do inverno nem da zona temperada ou fria da terra. Há chuvas em Julho e Agosto; há chuvas na zona equatorial. Gostava que me dissessem que sensação de arrepio de frio pode dar a palavra chuva, naquela época ou naquelas paragens da terra.

4.º—A págs. 16, dogmatiza, a propósito da expressão *perder a cabeça*, que os nossos dicionários não a mencionam «por ser considerada, sem razão, um galicismo».

Entre outros, tenho o Dicionário de Fr. Domingos Vieira, o de Caldas Aulete & Santos Valente, e o *Diccionario de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes. Todos eles a inserem, e nenhum deles lhe chama francismo. Parece-me que quem primeiro a rejeitou foi o Cardeal Saraiva, e, efectivamente, sem razão: é comum ao português e ao castelhano.

5.º—A págs. 18, diz que a palavra *marechal* queria dizer na origem «moço de estrebaria».

Não exageremos, e lembre-se Rodrigues Lapa de que o seu Homem é o «grande marechal Estaline».

Primitivamente, marechal era o que tinha a seu cargo cuidar dos cavalos. E o texto que lhe ofereço é bem claro: «Equorum cura non solum consistit in victualibus ministrandis, sed etiam in ferraturis eorum pedibus affigendis, aegritudinibusque curandis et minutionibus faciendis, quae omnia solent per Marescallos expediri».

6.º — Na mesma página, ensina que a palavra *coitado* alude a «alguém que é pobre, ou infeliz, a quem a vida não corre bem».

Em português, a palavra tem significação mais larga: às vezes, aplica-se a quem vai de vento em popa na vida.

7.º — Ainda na mesma página, ensina que «o motivo por que os filólogos, os gramáticos, os homens muito eruditos escrevem mal é geralmente este: não têm presente e fresco o sentimento da língua de hoje».

Isto chega a ultrapassar as marcas. O Almeida e Sousa, de Lobão, escrevia, na verdade, muito mal; talvez pior ainda escrevia o José Anastácio de Figueiredo — e qualquer deles era erudito de tomo. O Teófilo também escrevia horripelantemente mal e, diga-se o que se disser, deixou obra que se não corresponde à fama, merece ler-se e consultar-se, embora com cautela. Mas Ricardo Jorge, D. Carolina, Gama Barros, Alberto Sampaio, Martins Sarmiento, José Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Pedro de Azevedo, José Joaquim Nunes, Mendes dos Remédios, Sousa Viterbo, Anselmo Braancamp, Epifânio, Herculano, Sousa Silva, Costa Lobo, João Pedro Ribeiro, Júlio Moreira, Júlio de Matos escreviam muito bem. Certamente ficavam muito à quem dos Fernandos Pessoas, mas a gente lê-os a uns, com encanto, a outros, maravilhados, e a todos com agrado, compreendendo o que eles queriam dizer, que para serem compreendidos escreviam.

Não têm fresco o sentimento da língua? Leia-se o libelo anti-teofiliano de Ricardo Jorge, ou o *No Pelourinho*, de Anselmo Braancamp! O Rodrigues Lapa está a fazer pouco dos seus leitores.

8.º — A págs. 26, afirma: «No campo, diz-se: *comer uma tigela de caldo*; na cidade, comer um prato de *sopa*».

Se no campo se diz: «Comer uma tigela de *caldo*», também na cidade se diz *caldo de galinha*, e *caldo verde*. O caldo não tem região:

tem natureza. Basta folhear a *Culinária* de Olleboma (= Manuel Belo), para se ver que o *caldo* não sugere nada o campónio: tão grande é a sua variedade, que nunca ao camponês chegaria a vida inteira para lhas experimentar todas.

9.º — Na pág. 27, cai em expor que «se num salão aristocrático se ouvissem estes nomes (*embebeda-se, toma a carraspana, fica grosso*) as senhoras cõrriam de indignação».

Nos salões aristocráticos, hoje, fuma-se, bebe-se, e fala-se gíria e calão que nem vocemecê calcula. Se quer encontrar lugares em que esses modernismos não entram, procure algumas casas da classe média. Nos salões aristocráticos... Não fale do que não conhece.

10.º — A págs. 30, para mostrar a diferença que há entre *deixar a casa* e *abandonar a casa*, dá como exemplo desta última expressão, a frase: «os filhos, cheios de fome, abandonaram a casa paterna».

A nota pessimista, tipicamente nihilista, não podia faltar.

E entretanto, há quem abandone a casa paterna, por milhentas razões, além da fome.

11.º — A pág. 43, sentenciamos: «A Civilização dos árabes era talvez superior à cristã»; «... a língua, a religião e ainda o espírito da cultura árabe eram diametralmente opostas aos da cristandade...»

Aqui, a pedantaria ombreia com a ignorância.

Na primeira frase, a atenuante do «talvez» não inocenta o autor.

Dizer que esta civilização é superior àquela é sempre uma coisa complicada que implica o conceito de Civilização que é tudo quanto há de mais vago e elástico, e, no caso em questão, indesculpável disparate, por não ser possível estabelecer-se padrão de civilização, ou denominador comum da civilização árabe e da cristã. Quem toma a sério estes problemas é incapaz de afirmações deste género.

Quanto à segunda frase — ensinar que a religião, a língua e o espírito da cultura dos árabes eram «diametralmente opostos» aos dos cristãos é ou não saber o que se está a dizer ou consagrar-se ignorante, falando do que se não sabe.

Para que cada um destes elementos de civilização fosse, entre árabes, «diametralmente opostos» ao seu correspondente no campo cristão, seria preciso que uns fossem antípodas dos outros, e que ao sinal *mais* de uns, correspondesse o sinal *menos* de outros.

A língua é diferente, mas não é «diametralmente oposta»; nem eu conheço línguas «diametralmente opostas».

A religião é diferente, mas não «diametralmente oposta»; tão pouco oposta, que é, como a religião católica, monoteísta.

O espírito da cultura é diferente, não «diametralmente oposto»; tão pouco oposto, que foi superiormente utilizado pela inteligência peninsular.

A influência da cultura árabe sobre a dos povos católicos é assunto assaz estudado e esclarecido. Há uma síntese feliz dessa influência, no capítulo final do livro rudimentar mas seguro, *Historia de la España musulmana*, do prof. A. González Palência.

12.º — A pág. 46, tem esta enormidade: «A adopção dos estrangeirismos é uma lei humana e particularmente portuguesa».

Este mestre de Estilística emprega advérbios à toa.

Serão por ventura as outras línguas particularmente xenófobas, para só a portuguesa ser xenófila?

A língua portuguesa formam-na, actualmente, cêrca de cento e quarenta e sete mil palavras.

Nesta totalidade, entram, segundo os cálculos mais recentes, seiscentos e cinquenta e sete galicismos; seiscentos e nove arabismos; quatrocentos castelhanismos; trezentos e oitenta e três italianismos; cento e sessenta e quatro anglicismos; cento e três germanismos; setenta e cinco persismos; setenta e um provençalismos; sessenta e nove alemanismos; sessenta e dois hebraísmos, — para só falar nos principais estrangeirismos.

A língua francesa contém mil e quarenta e cinco italianismos; trezentos e noventa e seis germanismos; trezentos e setenta e dois provençalismos; duzentos e oitenta e dois castelhanismos; duzentos e vinte e oito anglicismos; duzentos e dezesseis arabismos; cento e cinquenta e oito alemanismos; cento e sessenta e dois helenismos; cento e quatorze neerlandesismos — descontando os contingentes menores.

Este confronto é mais do que bastante para se ver que não é lícito a ninguém escrever que a adopção dos estrangeiros é peculiar da língua portuguesa.

Não há línguas estanques ou impermeáveis a influências externas. Lívio Andrónico, ao traduzir a *Odysséia*, ainda escreveu:

«Uirum mihi, Camena, insece uersutum...»

Talvez ao mesmo tempo, Nevio compõe:

«Flerent diuae Camenae Naeuium poetam»

Mas Ennio, que Horácio, reflectindo a opinião da Crítica, diz ter sido «et sapiens et fortis et alter Homerus», Ennio já escreve:

«Musae quae pedibus magnum pulsatis Olumpum...».

Weise (*Die Griechischen Wörter in Latein*) colleccionou 6.950 helemismos introduzidos na língua latina (nota de Américo Castro à trad. castelhana da *História da língua latina*, de Stolz, pág. 115, nota 2).

Não acusemos a língua portuguesa de um exclusivismo que lhe não cabe.

13.º — A pág. 48, escreve o autor: «Se dissessemos na cidade *merenda* em vez de *lanche*, como pretendem os puristas, cometeríamos uma falta de gosto, que nos tornaria ridículos. É que *merenda* evoca um ambiente rural, e quase uma expressão técnica da faina do campo. Não serve portanto para a gente da cidade.»

Merenda é palavra urbaníssima. Talvez o povo de Lisboa, a tantas luzes abastardado, diga, em vez de merenda, *lunch*, ou *lanche*, por imitação grotesca dos que falam na língua que não é portuguesa nem é nada.

A merenda, entre os antigos, e ainda nos meus tempos de menino, era a pequena refeição que se comia entre o jantar e a ceia — porque o jantar era ao meio dia ou duas horas da tarde. Como a hora do jantar mudou para o fim da tarde, onde mudou, acompanhando o deslocamento da hora do almoço para o fim da manhã, a pequena refeição entre o jantar e a ceia passou a dizer-se entre o almoço e o jantar. Merenda era, e merenda ficou.

A que chama a arraia miuda lisboeta bem falante, *lanche*? Almoça de manhã, antes de ir para o trabalho; janta ao meio dia, no intervalo que a lei lhe concede; e ceia, em casa, depois de despegar do trabalho.

Seja lá como for, e diga-se o que se disser do *lunch* e da merenda, o que é tolice é escrever-se que a merenda é termo rústico e de mau gosto, se empregado na cidade.

Tenho, aqui, por exemplo, o Calendário-programa dos Seminários de Braga para o ano de 1944-45, e lá encontro em referência aos dias lectivos, «merenda», às cinco horas da tarde.

14.º — Na mesma página, este mestre de Estilística chama a Camilo, «formidável vernaculista».

Não há comentário para tal barbaridade, «formidável», essa, sem dúvida.

15.º — A págs. 67, ensina que a palavra *quedou* é «arcaísmo de duvidoso gosto».

Quando estou na Madre de Deus, oiço ao caseiro, à caseira, a toda a gente: «F. olhou para as uvas e quedou varado»; Manuel, os bois que estejam quedos»; «ele entrou, e quedou-se sem dizer nada». Etc.

Na mesma página, para provar que a língua escrita anda muito longe da língua falada, o que não é verdade, transcreve certo atestado de regedor minhoto.

A ortografia do atestado é muito má, muito sónica; mas se corrigirmos os barbarismos, as cacografias, a redacção é quase impecável, e o atestado fica mais são e escoreito do que os de muito bacharel, e até, pedindo meças à prosa do mestre de Estilística.

O falar difícil é tão grotesco como o escrever difícil, uma vez que se ultrapasse aquele limite que é questão de gosto, de tempo e de oportunidade.

16.º — A págs. 101, proclama que não é, «felizmente», necessário saber grego e latim, para conhecer o português. E dá a razão da sua inépcia: «os dicionários usuais trazem no fim a etimologia das palavras».

Admire-se a clareza e a correcção deste mestre de Estilística!

Os dicionários trazem no fim a etimologia das palavras. «No fim» de quê? Toda a gente entenderá que no fim deles, dicionários. Acontece que não há um único dicionário que traga no fim dele as etimologias dos vocábulos. O mestre da Estilística queria dizer que no fim de cada palavra. Ora acontece que se os de Aulete & Valente e Figueiredo as trazem no fim das palavras, Constâncio e Moreno as indicam no princípio.

Mas que vantagem há na sua indicação, para quem não tenha do latim ou do grego as noções que bastem para as compreender?

Se dermos à expressão «conhecer o português», o significado total, não se pode dizer que conhece, quem não saiba o latim, de onde o português principalmente provém, e o grego bem como todas as línguas subsidiárias do português. Se estamos diante do desconhecimento destas, dêem-lhe as voltas que quiserem, mas estamos diante do conhecimento insuficiente do português.

Para vincar bem a sua ignorância destas coisas, o Autor ensina aos seus leitores que «*democracia* é o governo exercido pelo povo»!

Ora o grego *demokratía* nunca significou isso, mas muito simplesmente *governo popular* — o que é muito diferente.

Governo popular — quer dizer, governo que representa a soberania do povo, em que a soberania reside no povo, em todos os indivíduos que constituem o povo. «Governo exercido pelo povo» é disparate que só o mais escandaloso primarismo de cultura e de inteligência é capaz de conceber.

De «governo exercido pelo povo», nunca houve exemplo no decorrer dos tempos, desde que o mundo é mundo.

17.º — A págs. 105, escreve: «O verbo *compadecer* é reflexo». E como tenha lido em Teixeira Gomes: «eu compadeço a dor das sereias», dogmatiza que esse escritor «criou um novo modo de expressão».

Não criou nada. Porque quatro séculos antes, tinha Camões escrito:

«A gente Bizcainha, que careçe
De polidas razões & que as injurias
Muito mal dos estranhos compadeçe»

(*Justadas*, IV, 11).

Portanto: o verbo *compadecer* não é reflexo: pode ser, como pode ser, e neste caso é, transitivo.

E Teixeira Gomes não podia criar o que já tinha quatrocentos anos de existência.

De resto, pode ver mais exemplos do *campadecer* transitivo, no *Tesouro*, de Domingos Vieira.

18.º — A págs. 114, transcreve certo conhecido soneto de António Nobre. Como é admirador dos Pessoas mortos e vivos, tanto lhe faz que os versos sejam assim, como sejam assado.

E vai daí, dá esta lição do primeiro verso:

«Faz-me pena, ao ver-te. Andas rotinho...»

António Nobre não podia ter escrito, não escreveu, garanto-o, este verso. O que ele escreveu foi isto que faz muita diferença, para quem tem ouvido, e não sacrifica diante da ara dos Pessoas:

«Fazes-me pena, ao ver-te. Andas rotinho...»

O mestre de Estilística atribui o soneto *Misco* ao *Só*. Perdão. O *Só* é o que o Poeta editou. E na edição autêntica desse poema feiticeiro, ninguém encontra esse soneto. As edições posteriores, acrescentadas, já não são a edição *ne varietur*, a que verdadeiramente tem o nome que lhe deu o Poeta.

19.º — A págs. 158, escreve que «até D. João III os soberanos portugueses usaram nos documentos um estilo de modéstia: *Nós, el rei, fazemos saber...*». E explica que essa fórmula «quadrava bem com o espírito mais ou menos democrático das instituições medievais; o rei era uma espécie de emanação da vontade geral, era, por assim dizer, o que nós queríamos que fosse».

Como se tanta asneira não chegasse, continua o mestre da Estilística: «Com D. João III, aparece o absolutismo real... Esta nova concepção do orgulho da realeza já não podia suportar a fórmula antiga de *nós...* Passou a escrever-se — Eu, El-rei, faço saber...». E cita a provisão de 16 de Junho de 1524.

Correndo a Chancelaria de D. Afonso I, homem encontra apenas: «ego alfonsus dei gratia portugalsium infans, *ou princeps, ou rex...*» — com variantes que não afectam o *ego*.

No reinado seguinte, *idem*; e por aí fora.

No último foral editado por Herculano, e de que se sabe a data, o de Castromarim, de 1277, temos: «.. ego A. dei gratia Rex Port. et Algarbii... facio cartam de foro...» (*Port. Mon. Hist., Leges, I, pág. 734*).

Em 23 de Junho de 1280, D. Dinis fala assim: «... ego Domuns Dionisius, Dei Gratia, Rex Portugalie et Algarbii recepi...» (in João Pedro Ribeiro, *Dissertações*, II, doc. n.º 8).

Em 1307, o mesmo Rei diz: «Dom Dinis, etc. A quantos esta carta virem faço saber que a Universidade do meu estudo de Coimbra me enviaram...» (*idem, idem, n.º 9*).

D. Afonso IV, em 1327, diz: «Dom Affonsso pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta Carta virem, faço saber que eu fazendo Cortes em Evora...» (*idem, idem, n.º 12*).

Em 1358, temos D. Pedro: «Dom pedro pela graça de ds. Rey de portugal e do algarve auos lourenço anes almoxarife... sabede que o cabijdo da see de lixboa me enuiarom dizer... E eu ... querendolhe fazer graça e mercee...» (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Pedro*, liv. I, fl 30).

Em 1 de Maio de 1370, ainda estava em uso a primeira pessoa do singular: «Dom fernão... faço saber que eu querendo fazer graça e mercee a fernã velho meo vassalo... E em testemunho desto lhe mãdey dar esta minha carta» (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Fernando*, liv. I, fl. 54 v.).

Mas já em 17 de Janeiro de 1372, o formulário é outro: «Dom fernão... A quãtos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a goncallo garcia de figueiredo... fazemoslhe doaçam antre os viuos...» (Torre do Tombo, *idem*, *idem*, fl. 92 v.).

Temos, pois que contrariamente ao que o mestre de Estilística impinge aos seus leitores, até 17 de Janeiro de 1372, salvo erro, os Soberanos portugueses usavam nos seus diplomas a fórmula *Ego*, nos documentos latinos, *Eu*, nos documentos portugueses. Nessa data de 17 de Janeiro de 1372, aparece, salvo erro, a fórmula da primeira pessoa do plural: *Nós*.

Encontro-a nos reinados que se seguem a D. João I: nos de D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel — com excepção das cartas dirigidas aos Pontífices.

Portanto, até D. João III, os Soberanos portugueses usaram nos seus documentos, ao contrário do que impinge aos seus desgraçados leitores, o mestre de Estilística, duas fórmulas: desde o início da Monarquia, no séc. XII, até 1372, isto é, em plenas instituições medievais, a fórmula da primeira pessoa do singular: *Ego*, em latim; *Eu*, em português; a partir de 1372, quando se tende para o tal Absolutismo, a fórmula da primeira pessoa do plural, o «estilo de modestia»: *Nós*.

Segundo a provisão de Junho (16, *Indice chronologico*; 17, nas *Relações* de Alcaçova Carneiro, pág. 221; 18, em Fr. Luís de Sousa, *Annays*, pág. 115) de 1524, D. João III regressa ao formulário dos seus antepassados da primeira dinastia.

Que trapalhices fornece aos seus leitores, o mestre de Estilística! Apetecia-me fazer agora uma excursão até à Diplomática europeia — mas isso levava-me para muito longe. Ficará para outra ocasião.

20.º — A pág. 186, tolhido de admiração pelos Pessoas e seus avatares, encarnações ou heterónimos, transcreve um soneto de Gonçalves Crespo, assassinando-lhe o segundo verso, que dá, desta forma, estrofiado:

«Nas colunas dardejando e nos eirados».

«Nas colunas dardejando e nos eirados!».

Assim mesmo, com asneira e tudo!

Que ratão me saíu este mestre de Estilística! Eu gostava de que me dissessem como pode o sol, às duas horas da tarde, dardejar nas colunas — não sei de quê, se do templo do Supremo Arquitecto, se do templo dos Palermas, onde Rodrigues Lapa é *deus maior*.

Gonçalves Crespo foi um grande Artista lapidário do verso, e não pertenceu à confraria dos imbecis que estão af a dar leis, e a exhibir os aplausos dos néscios catedráticos ou não.

O soneto chama-se *Na Aldela*. E Crespo descreve e escreve :

Duas horas da tarde. Um sol ardente
Nos colmos dardejando, e nos eirados.

Isto sim. O sol dardeja nos colmos e nos eirados. Atribuir-lhe o verso (*sic*):

Nas colunas dardejando e nos eirados,

é fazê-lo autor de uma tolice — o sol a dardejar nas colunas, e de um verso errado, que Crespo, grande artista, seria incapaz de escrever. Se tivesse caído na tolice, haveria de escrever *dardeja*, para fugir ao verso errado; porque escreveu *dardejando*, não podia ter empregado as três sílabas da palavra *coluna*.

Este mestre de Estilística não se convencerá de que se em Pessoa e seus afins, está tudo certo — de cima para baixo e de baixo para cima, de diante para trás e de trás para diante, de dentro para fora e de fora para dentro, porque, de uma forma ou de outra, é sempre tudo a mesma paspalhice de mogatrefes, quando se trata de poetas e artistas verdadeiros, só está certo o que certo está?

21.º — A pág. 190, o mestre de Estilística atinge o zénite da pedantaria burlesca. Oçam-no: «Emprega o verbo *esquecer* como impessoal, à maneira de Camões que o usou assim naquele admirável soneto *Alma minha gentil*. Escreveu o grande poeta:

Não te esqueça daquele amor ardente,

dando um sentido especial à frase, e insistindo mais sobre a acção e o objecto de que sobre a própria pessoa. Pois os editores julgaram que o

insuperável artista se tinha enganado, e pessoalizaram, deturpando-o, um verso que só alcança o seu verdadeiro significado na forma pessoal.

Rectificaram assim :

Não te esqueças daquele amor ardente.

Se ouvissem a voz do povo que conserva a tradição da língua clássica não cometeriam tão grande disparate».

Fizeram escola os dois últimos deturpadores da Lírica de Camões. Julgava eu que se teria ficado por aí, e que não haveria ousio para se teimar nesse caminho afrontoso para a Cultura portuguesa. Tinha, para mim, que a lição dada a todos, pelo eminente crítico universitário Prof. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, modelo de honradez científica, e exemplo singular de independência, em face dos Budas, na sua excelente introdução à edição de Barcelos das *Rimas, Autos e Cartas* de Camões, houvera contido o destempero dos parlapatões.

Não. Estes são em maior número de que os estultos de que fala o livro sagrado.

Aqui temos este, que estragara um verso de Nobre, e falsificara outro de Crespo, agora a decretar-nos como foi que Camões escreveu o terceiro verso do soneto da *Alma minha!*

Não discuto a propriedade sintáctica do «não te esqueça de...». Quero dizer que o Poeta podia ter escrito assim o referido verso. Mas discuto o atrevimento de quem afañça que dessa forma o escrevera.

Já não há conta para as vezes que tenho observado que ninguém sabe como o Poeta compôs a sua obra lírica, com excepção dos poemas publicados em a sua vida, e sob as suas vistas, e não chegam a meia dúzia. As lições conhecidas do resto são lições de manuscritos irresponsáveis. Deu isso em resultado que toda a gente transformou a lírica de Camões em coutada sua, onde caça, planta, corta, poda, faz tudo o que lhe vem à cabeça. Anuncia-se para aí uma fita de cinema sobre a vida de Camões!

Pobre do Camões que iremos com certeza ver a chupar beijos cinematónicos na boca da Infanta D. Maria — a triste lastimosa...

De mão em mão, o poeta dos *Lusíadas* tem agora de se confessar autor de um verso que o mestre de Estilística lhe inventou:

«Não te esqueça daquele amor ardente».

Não há um único Ms., com esta lição. Não há um único exemplo, na obra de Camões, salvo erro, do verbo *esquecer* impessoal que justifique a emenda. Pois o mestre de Estilística garante que foi assim que Camões compôs esse verso! É o cúmulo do desaforo. Quando se conseguirá cercar o preclaríssimo poeta das grades de ferro que o defendam dos ultrajes de toda a espécie de que está a ser vítima?

* * *

É, nesta *Estilística da língua portuguesa*, tudo indigno, desde a burla do número de páginas? Não. Há algumas coisas aproveitáveis, quer pela sensatez, quer pela exactidão dos preceitos ou das informações. Mas um livro que podia ser correntio sem deslustres, passa a ser, por força das mazelas apontadas, e outras que não vale a pena focar, uma coisa a exigir poda ou retoque. O Autor que não me merece qualquer espécie de consideração, não me interessa. Mas interessa-me o público que não tem virtudes que o inibam de se aproximar destes atrevidos que o reclamo interesseiro, a propaganda sem escrúpulos e a ignorância geral incensam, entronizam a endeusam.

Para esse público, e em sua defesa, se escreveram estas linhas.

20. Junho. 1945.

ALFREDO PIMENTA.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1846

Guimarães há 100 anos

Abril

Dia 3 — À Mesa da Misericórdia foi feita entrega de oito contos de réis por D. Luísa Martins da Costa e seu marido Domingos Cardoso de Macedo, com obrigação de dar dez tigelas de caldo e dez vin-téns de pão diários aos presos da cadeia desta vila. Este legado era igual ao que foi deixado por seu irmão Luís Martins, só com a diferença da Misericórdia ter de dar 30\$000 réis a um seu criado, enquanto fosse vivo. Já há dias tinham dado ao Hospital da Ordem Terceira de S. Domingos dois contos sem obrigação alguma, assim como duas moedas a cada freira dos conventos, uma às recolhidas do Anjo e das Trinas, quatro contos de réis aos entreva-dos e várias esmolas avultadas a muitas famílias particulares. Assim, estas almas caritativas foram distribuindo uma parte da grande herança que tiveram do seu há pouco falecido irmão, merecendo por este gene-roso acto de caridade as bênçãos de Deus e dos homens. (P. L.).

Dia 4 — Por passar o aniversário de S. M. a Rainha, houve alguns foguetes e repiques de sino, ao meio dia e à noite, mandando a Câmara, por um bando, convidar os habi-tantes a porem luminárias, as quais foram muito poucas e essas que apareceram dura-ram pouco tempo. (P. L.).

D. Luísa Martins da Costa, da casa de Minotes, e seu marido doaram 800\$000 réis à Ordem Terceira de S. Domingos, para fundo do Hospital, e 200\$000 réis para des-pender nas obras do mesmo. (P. L.).

Dia 6 (*Segunda-feira Santa*) — Devido à chuva, não saiu a procissão de penitência da Ordem Terceira de S. Francisco, como havia sido destinado, não podendo, pelo mesmo motivo, sair nos dois dias seguin-tes. (P. L.).

Dia 14 — Sublevou-se a freguesia de Balazar e, depois, as de Sande, Caldelas, S. João de Ponte e outras, até chegar a Santa Eulália de Fermentões, subúrbios desta vila, tocando os sinos a rebate e jun-tando-se muitas mulheres e alguns homens, aquelas armadas de paus e pedras e estes de espingardas, dando vivas à Rainha e morras ao ministro de estado Cabral, gri-tando «tributos abaixo e nada de estradas». Esta gente chegou até à Ponte de Santa Luzia dando tiros e fazendo uma grande al-gazarra, pondo a vila em grande susto. O administrador do concelho ordenou que a policia contivesse esta gente e evitasse que entrasse aqui. A policia, chegando à Ponte de Santa Luzia, fez fogo, matando dois ho-mens e ferindo um. Prendeu um outro que se dizia trazer uma bandeira, e fez fugir o resto. Os sublevados tinham ido a casa de

todos os regedores para lhes darem todas as armas da polícia e todos os impressos da Décima que lhes tinham sido entregues para distribuir aos povos, o que tinha dado muito que falar por ser uma coisa nova. À noite o administrador do concelho, junto com a polícia e empregados, e alguns particulares, estiveram no Terreiro da Misericórdia, armados, para prevenirem alguma tentativa dos sublevados ou de outros quaisquer inimigos da ordem pública. (P. L). Tem esta nota à margem: « *Pinho Leal diz que a Revol. do Minho começou em 15 de Abril na vila do Prado; mas por estes apontamentos vê-se que ela é anterior, pois já neste dia 14 ela começou no concelho de Guimarães.* »

Dia 15 — Vinda de Braga, chegou aqui, pelas 8 horas da manhã, uma força de 20 a 30 homens do regimento de infantaria n.º 8, comandada por um tenente, para manter o sossego. Depois de algum descanso foi até ao Monte de S. Pedro de Azurey em descoberta, retirando outra vez para esta vila. Ao mesmo tempo que esta força seguia para aquele Monte, tocou o tambor da Bomba para reunir a companhia da mesma, a qual só reuniu depois de tocar segunda vez, levando os bombeiros os seus canecos, archotes, etc., o que sendo visto pelo administrador do concelho, que os havia convidado a pegar em armas em crise tão arriscada para a vila, os despediu. Às duas horas da tarde constou terem-se levantado as freguesias de Ronfe e Brito. Às 5 horas principiou a tocar a rebate em Silvares e S. Miguel, havendo na vila um grande alarme. Parte das forças do 8 e da polícia marcharam para S. Lourenço de Cima de Selho e a outra para S. Miguel, engajando-se depois um grande tiroteio desde a Atouguia até ao Monte de S. Pedro, batendo-se as pequenas forças com os povos armados de muitas freguesias e obrigando os amotinados a retirar-se para Santa Eulália. À noite, a tropa e a po-

lícia retiraram-se para Santa Luzia. O administrador do concelho, vendo o risco que corria a sua existência, por se achar tudo em anarquia, encerrou-se em sua casa e o povo da vila esteve todo este dia e noite em expectação. (P. L.).

Dia 16 — A força do 8 retirou na direcção da Estrada Nova, contando-se logo que entraria na vila o povo que estava armado para os lados das Taipas e se tinha batido no dia antecedente. Às 2 horas da tarde começou a entrada deste povo, armado de espingardas, foices-roçadoiras e chuços, trazendo as mulheres paus. À frente vinha um tambor, dando o povo vivas à Rainha, morras ao Cabral e abaixo aos tributos. Dirigiram-se ao Toural, onde estava algum povo, e fizeram repicar os sinos da igreja de S. Pedro, a que se seguiram os de todas as outras torres, e depois de percorrerem todas as praças e ruas dirigiram-se à administração (convento de S. Domingos) cujas portas arrombaram, trazendo, em cestos, vários papéis dos novos lançamentos, que queimaram na Praça do Toural. Estando assim entretidos, ouviu-se o sino de Santa Eulália tocar a rebate, a que se seguiu tiroteio para essas partes, em virtude da chegada de uns 30 a 40 homens de infantaria 3 que vinham reforçar a força que se retirou daqui de manhã. Estes homens sofreram um vivo fogo próximo da Senhora da Conceição, de que resultou ficarem feridos o capitão, o tenente e mais alguns soldados, o mesmo acontecendo a alguns dos atacantes. Quando se dirigiam aos quartéis (ignorando que a outra força tinha retirado e que estavam na vila tantos paisanos armados), tiveram um recontro, a Santa Clara, com grande quantidade de revoltosos, que dando muito fogo os obrigou a depor as armas, indo os oficiais para a Casa do Arco, para se tratarem, por as senhoras os convidarem a ir. Os soldados foram conduzidos para a Estalagem do Peixe, onde um camarista lhes abonou oito vinténs diários. Os

revoltosos que eram quase todos uns miseráveis, protegidos por alguns indivíduos desta vila, passaram o resto da tarde a dar vivas e tiros ao vento. Não se registou desordem alguma nem mesmo constou que tivessem feito algum roubo, apesar de andarem na vila muitos ladrões. Os oficiais que foram desarmados arrepelavam-se e diz-se que o tenente se queria suicidar. À noite os sublevados retiraram para suas casas, havendo sossego. (P. L.).

Dia 17 — Embora em sossego, toda a vila estava em expectação por ter chegado à Senhora da Luz uma força vinda do Porto, composta de uns cento e tantos homens. Receando-se que se esta força aqui entrasse atraísse outra vez os sublevados, repetindo-se o conflito do dia antecedente, alguns indivíduos mandaram pedir ao comandante para se retirar, visto não ser força grande e tudo estar em sossego, ao que este anuiu, com bastante repugnância, retirando-se pela estrada do Porto. Durante todo o dia continuou a vila em sossego, apesar de não haver autoridade alguma em exercício, estando tudo somente em expectoria sob a ameaça de uma grande anarquia por os povos se terem levantado e esperar-se que viesse tropa para os subjugar, temendo os mais prudentes os excessos que podiam haver, tanto de uns como dos outros. (P. L.).

Dia 18 (Sábado) — Apesar de estar tudo sobressaltado com os acontecimentos dos últimos dias, ainda concorreu à feira bastante gente. Esperava-se tropa do Porto e que houvesse muito sangue por estarem levantados os povos de muitas freguesias do concelho, principalmente para os lados de Braga, constando que nesta cidade se tinha dado muito fogo, ontem e hoje, entre a tropa e os sublevados de algumas aldeias que queriam lá entrar, não constando, porém, que o tivessem ainda conseguido. Conquanto alguns sublevados de Sande andas-

sem a passar busca nalgumas casas da vila, dizendo que procuravam soldados e armas, não ocorreu aqui acontecimento algum notável, mostrando quase toda a gente desejos de que não viesse tropa e os revoltosos não fossem encomodados. Alguns membros da Câmara mandaram afixar um edital no qual comunicavam que a Câmara ia officiar ao comandante da força que vinha do Porto, e já se achava em Santo Tirso, para se retirar ou, ao menos, não vir a esta vila, visto estar tudo em sossego!... (P. L.).

Dia 19 — Pelas 2 horas da tarde entraram aqui os povos de Freitas, Vila-Cova, S. Vicente de Passos, Rendufe e outras freguesias, a maior parte armados de chuços e outros com forcados e espingardas, além de algumas mulheres com paus. Entraram pelo Cano e passando pelo Toural em direcção ao Terreiro de S. Francisco, dando uns vivas à Rainha e outros à Rainha Absoluta, apresentaram-se ao Barão d'Almargem que convidaram para os acompanhar. Este, porém, não saiu de casa e só apareceu à janela por dentro das vidraças. Depois destacaram parte da gente para a freguesia de Santo Estevão, a qual, tendo rasgado os papéis da Repartição dos Tributos, voltou a regressar aqui para, segundo diziam, se dirigir para Braga. Quando foram a Santo Estevão principiaram a revoltar-se as freguesias de Mascotelos, S. Tiago de Candedoso e outras. Depois de terem marchado os primeiros revoltosos na direcção de Braga, e outros, a S. Bento, se terem retirado para suas casas, vieram os povos das freguesias de Matamá, Vila Nova, Fareja e outras, armados quase todos de paus, foices, enxadas, bem como algumas mulheres com paus e pedras, que, depois de terem andado pelas ruas a dar vivas e morras, se recolheram, quase de noite, a suas casas. Apesar de todo este movimento de povos armados e de não haver ainda qualquer autoridade nesta vila, nenhum acontecimento desagradável se registou. (P. L.).

Dia 20 — Principiaram a armar-se alguns indivíduos da rua de Couros, para o que andaram a procurar armas por casa dos polícias. Depois de terem engajado mais alguns indivíduos, saíram na direcção de Braga, armados de armas e ganchos, levando à frente um tambor. Nesta mesma noite estes indivíduos regressaram a suas casas. De tarde vieram alguns guerrilhas dos que estavam na Falperra, para levar pólvora e balas para os revoltosos. Soube-se que no dia 18 tinha havido em Braga muito fogo, havendo muitos mortos, principalmente da parte dos revoltosos que tinham ido atacar a tropa dentro da cidade, que estava reforçada com a que se dizia vir para aqui. A maior parte dos povos revoltados da província dirigiram-se sobre aquela cidade. Apesar de sujeita a qualquer resultado de anarquia em que se achava o concelho, esta vila continuava em sossego (P. L.).

Dia 21 — Embora sem autoridades, esta vila continuava em sossego, só tendo saído novamente os da rua de Couros, armados, em direcção a Braga. À tarde vieram aqui alguns guerrilhas, dizendo que vinham requisitar algumas coisas. Constatou terem-se revoltado alguns concelhos e aldeias da província. (P. L.).

Dia 22 — Chegou aqui a notícia de terem desembarcado no Porto o regimento n.º 16 e o ministro das Justiças, José da Silva Cabral, vindos de Lisboa. (P. L.).

Dia 23 — Das partes de Braga regressaram alguns guerrilhas a suas casas em virtude de terem tentado entrar naquela cidade, no dia antecedente, sem o conseguirem. Os chefes das guerrilhas que atacaram Braga foram o José Salgado, de Pardelhas, o Padre José da Lage e o «Maneta» da rua de Couros!!! De tarde foram aboletados pelo Terreiro de S. Francisco uns poucos de

guerrilhas (todos ladrões), que tinham vindo por armas. A vila continuava em perfeito sossego. (P. L.).

Dia 24 — O «Maneta» da rua de Couros reuniu alguma gente armada que andou a aboletar militarmente pela Praça do Toural. Depois de extorquir algum dinheiro a título de aboletamento, saiu à frente desta gente com duas pistolas à cinta, sobretudo e chapéu à espanhola, na direcção de Braga, indo uma corneta a tocar. A maior parte destes guerrilhas eram ladrões. Ao meio dia principiou a tocar a rebate na Senhora da Conceição, o que originou um grande reboliço na vila, e eis que o «Maneta» volta a entrar com a sua gente em ar de retirada. Logo que chegou ao Toural mandou tocar os sinos a rebate, o que se não fez em consequência do Valentim aparecer e dizer que se não deviam tocar. Logo depois entrou o José Salgado, de Pardelhas, montado a cavalo com uns 40 guerrilhas armados e uma bandeira, vindos das Caldas, os quais se dirigiram à porta do Valentim que aclamaram administrador do concelho, vindo depois para a Praça do Toural. Mandaram uma guarda para a cadeia, aboletando os restantes. Ainda se reuniram aqui muitos guerrilhas, sendo quase todos ladrões. O Valentim andou a aboletar esses guerrilhas, como autoridade, dando ordens e recebendo participações. (P. L.).

Dia 25 — Continua aqui a força composta pelas guerrilhas do Salgado de Pardelhas, e do «Maneta», não havendo desordens de maior. Falou-se em nomear a Câmara ou uma Comissão Municipal, que se não organizou por não haver quem aceitasse. Como era dia de feira, ainda concorreu bastante gente a ela. No Hospital da Misericórdia morreu um granadeiro do regimento n.º 3, que tinha sido ferido no dia 16 deste mês, quando os povos perseguiram e desarmaram a força que entrou nesta vila. (P. L.).

Dia 26 — Ao romper da manhã seguiu, na direcção de Fafe, acompanhada do novo administrador Valentim Brandão de Sá, a guerrilha comandada pelo Salgado e «Maneta». A vila esteve em sossego, vindo apenas, ao fim da tarde, alguns guerrilhas das Taipas, trazendo preso um rapaz a quem tinham encontrado um officio de um official de caçadores 7 (Martins), desta vila, informando o general de Braga que os guerrilhas se tinham retirado e, por isso, podia vir tropa quando quisesse. Os guerrilhas, cerca de 20, pernoitaram na vila. Muito poucos vinham com armas, trazendo a maioria paus, chuços e fouces (P. L.).

Dia 27 — Houve audiência pela primeira vez desde as férias da Páscoa, em consequência dos acontecimentos que se desenvolavam. De tarde esteve tudo em expectação por se dizer que vinha tropa de Braga (P. L.).

Dia 28 — Chegou uma força de cento e tantas praças de infantaria n.º 8, comandada pelo capitão do mesmo regimento Lacueva, a qual vinha das Caldas, onde tinha pernoitado, tendo-se encontrado na Falperra com guerrilhas, dos quais matou alguns. Dirigiu-se por S. Bento aos quartéis e daí mandou algumas patrulhas rondar pela vila. O administrador do concelho, João António de Oliveira Cardoso, antes de chegar a tropa, mandou afixar editais para que os que tivessem pegado em armas as entregassem dentro de 24 horas, sob graves penas, declarando que S. M. perdoava aos revoltosos, menos aos seus Chefes. À chegada da tropa não houve repiques de sinos nem outro sinal de regozijo, dando a maior parte da gente fé da sua chegada por ver as patrulhas a rondar. A vila continuava no maior sossego possível (P. L.).

Dia 29 — Pelas 9 horas da manhã entrou uma coluna de tropa de infantaria, comandada pelo tenente-coronel Moniz, vinda das

partes de Fafe e que tinha saído do Porto em seguimento dos revoltosos. Veio à Praça do Toural e foi aboletada militarmente. A coluna compunha-se de 600 homens de infantaria 2 e 6. À sua entrada tocaram repiques em todas as torres. Pouco tempo depois entrou um esquadrão de cavalaria n.º 6 e uma pequena força do 13 de infantaria, vinda de Chaves, que pernoitou em Fafe. Ao meio dia seguiu para Braga a força do 8 que tinha chegado no dia antecedente, com os soldados do 3 que tinham sido desarmados, levando já alguns destes as suas armas. O capitão não foi por ainda se achar bastante doente do seu ferimento. Ao meio dia e à noite deram-se repiques de sino em todas as torres por ser o dia em que foi dada a Carta Constitucional (P. L.).

Dia 30 — Na direcção de Amarante, onde se revoltaram alguns indivíduos, depois que saiu a tropa, seguiu a coluna comandada pelo tenente-coronel Moniz. (P. L.).

Maio

Dia 1 — Pelas 3 horas da manhã saiu em direcção a S. Torcato uma força do regimento de infantaria n.º 13. Desta coluna apenas ficou aqui a cavalaria, continuando tudo em sossego e com as autoridades antigas, vindo os regedores e os povos entregar bastantes armas ao administrador do concelho das que os revoltosos tinham tirado aos soldados e aos cabos de policia (P. L.).

Dia 2 (Sábado) — Fez-se a feira, segundo o costume e com bastante concorrência, havendo, pelas 9 horas, um sobresalto que originou a fuga de muita gente que estava no mercado, sem outro motivo a não ser o medo com que todos andavam. Às 9 horas da noite reuniu a cavalaria, e, montada e armada, esteve toda a noite em observação (P. L.).

Dia 3 — Das 11 horas para o meio dia principiaram os empregados a pegar em armas, e mais alguns policcias, apresentando-se na Praça do Toural à espera dos guerrilhas das Taipas e Sande que se dizia virem a esta vila. O esquadrão de cavalaria estava debaixo da Alfândega pronto para atacar os guerrilhas se eles tivessem a ousadia de aqui entrar. Pela 1 hora da tarde, vinda das Caldas de Vizela, entrou pela Rua Caldeiroa a coluna do tenente-coronel Moniz, que, depois de formar na Praça do Toural, foi aboletada militarmente. Às 8 horas da noite chegou de Braga uma força do n.º 8. Estas forças vieram em consequência das autoridades terem participado que os guerrilhas da parte das Caldas queriam aqui entrar (P. L.).

Dia 4 — O tenente-coronel José Maria da Fonseca Moniz marcha a toda a pressa, com a restante força do 6 de Infantaria, a socorrer parte do 13 que, perseguido pelos populares, retirava dos lados de S. Torcato debaixo de um vivíssimo fogo. Avança até à Cruz de Argola e consegue repelir e bater os revoltosos quando estes já estavam prestes a aprisionar, na Arcela, a força que vinha em retirada. Os soldados do 6 continuaram na perseguição, estendendo-se até à Portela, e regressaram a Guimarães trazendo alguns dos populares, dois destes armados de machados. Também pelas 4 horas da manhã tinha saído uma força composta de soldados do 2 e 6, comandada por um capitão, parte da qual ficou nas Taipas, chegando a outra parte até aos Quatro Irmãos (1), para recolher armas e fazer algumas prisões de individuos que mais se tinham distinguido na revolta. Às 9 horas da

(1) Fica na freguesia de Sande, já nas faldas da Falperra, na estrada de Guimarães a Braga. Segundo a tradição, quatro irmãos deste sítio, filhos de Maria do Couto, amavam uma formosa menina, sobrinha do abade da freguesia, pelo que resolveram decidir à paulada quem havia de casar com a rapariga. Três ficaram logo mortos, e o quarto, que

manhã seguiu para Braga uma força composta de 12 homens de cavalaria 6, com a força do 8, levando presos 6 guerrilhas. Às trindades recolheu-se aqui a força do 2 e 6 trazendo uma carga de armas e um lavrador preso (da Quinta do Pereira, ao pé de S. Caetano, como um dos que concorreram para se armarem os revoltosos), tendo feito bastantes tropelias pela sua digressão. Também vinha preso o Tomás das Cans, que se recolheu à cadeia. Os guerrilhas fizeram fogo, tanto à força do 8, quando passava na Falperra, como à do 2 e 6 quando regressava a esta (P. L.).

Dia 5 — Marchou para Braga a força do 13 que aqui tinha entrado ontem, vindo em retirada das partes de Vieira. Ainda aqui ficou a coluna do tenente-coronel Moniz (P. L.).

Dia 6 — Saiu, na direcção de Fafe, a coluna do tenente-coronel Moniz. Parece que ia ao encontro de uma grande guerrilha de Vieira e Rossas, deixando nos quartéis uns 70 soldados. Ao fim da tarde começou a ver-se muita gente para os lados da Senhora da Conceição e quase às trindades entraram pela rua de Mata Diabos alguns guerrilhas, que chegaram até ao Toural. Muito povo começou a fugir e a fechar as portas, pelo que, meia hora depois de ser noite, estava, no Toural, tudo fechado e ninguém via uma só alma (P. L.).

Dia 7 — Logo de manhã começaram a sair piquetes dos quartéis, em reconhecimento. Por este mesmo tempo, pouco mais ou menos, principiaram a tocar a rebate os sinos de Pencelo, Azurem, Santa Eulália e

ainda viveu algumas horas, é que contou tudo ao abade, que os mandou enterrar no sítio da contenda. É esta a romântica lenda dos «4 Irmãos» também ligada a 4 penedos que lá existem e parecem tampas de sepultura. (Vide Pinho Leal: — *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 8.º, pág. 9. A. de O.

outras freguesias para os lados das Taipas, a fim de reunir guerrilhas para atacar os quartéis, estando logo depois do meio dia alguns guerrilhas armados na Senhora da Concelção. Pelas duas da tarde marchou sobre o Monte de S. Pedro um piquete da força que estava nos quartéis e depois outro com a cavalaria da coluna do tenente-coronel Moniz, tendo uma companhia da mesma coluna atacado pelo lado da Senhora da Madre de Deus de Fora as guerrilhas, levando-as diante de si além do monte de Santa Eulália. Os guerrilhas tiveram dois mortos, ambos da freguesia de Santo Tirso de Prazins, e a tropa apenas um ferido levemente. Logo que esta tropa entrou em acção contra os guerrilhas, entrou nesta o resto da coluna do tenente-coronel Moniz, vinda de Fafe, por ter recebido aviso do administrador. Quem comandou a força que atacou os guerrilhas foi o capitão Guedes, de infantaria 8 (P. L.).

Dia 8 — Pelas 5 horas da tarde seguiram para Amarante uns 200 soldados e 6 cavalos, sob o comando do capitão de infantaria Guedes, sem mochilas, por se dizer que estavam cercados no convento, onde se entrincheiraram, uns 40 soldados da Municipal do Porto, de guarnição naquela vila. O resto da coluna ficou aqui e toda a noite distribuiu piquetes de vigia (P. L.).

Dia 9 — Recolheu-se aqui a força que tinha seguido para Amarante e que só chegou até à Lixa, não tendo seguido ao seu destino em consequencia de uma guerrilha ter desarmado os 40 e tantos homens da Municipal do Porto. A coluna continuou todo o dia e noite em armas, tendo sempre vários piquetes. Pelas 9 horas saiu uma força comandada pelo capitão Guedes que foi até às Caldas para conferenciar com o coronel do 8 que tinha vindo de Braga para ali com uma força de 700 homens, fazendo-lhes os guerrilhas algum fogo. Este coronel do 8, conhecido pelo «30 Diabos», foi

nomeado por José da Silva Cabral, Ministro das Justiças que estava no Porto com poderes extraordinários, comandante das forças da província do Minho em operação contra os revoltosos, e quando chegou às Caldas e viu que os habitantes daquela povoação tinham as portas fechadas, mandou-as arrombar e permitiu saque aos seus soldados, dizendo que se voltasse ali e lhe fizessem fogo ou fechassem as portas mandaria incendiar as casas. A força que tinha ido daqui regressou por volta das 2 horas da manhã. O coronel do 8 e a sua força regressaram a Braga na manhã seguinte. (P. L.).

Dia 10 (Domingo) — Pelas 3 horas da tarde e em virtude da aproximação dos guerrilhas, principiaram os habitantes a fechar as portas de suas casas, pegando em armas toda a tropa da coluna do tenente-coronel Moniz, distribuindo-se piquetes para algumas entradas da vila. Os guerrilhas principiaram a fazer fogo dos montes da Senhora da Conceição e de S. Pedro e pelo lado do Cano, não sendo correspondido senão por este último lado. A tropa estava nos quartéis e em S. Sebastião e a cavalaria montada atrás do Tanque. O tenente-coronel não mandou atacar os guerrilhas para ver se eles aqui entravam para melhor os poder bater; porém estes contentaram-se em dar tiros ao ar e só no Cano é que se aproximaram mais da tropa, fazendo-lhe fogo. Também de casa do Padre Martinho e da do Gaspar Leite, ambas no Cano, fizeram fogo sobre a tropa, pelo que os soldados arrombaram as portas das duas casas, não encontrando lá ninguém. A tropa ficou toda a noite em armas, nos quartéis, tendo nas entradas e interior da vila vários piquetes. Os guerrilhas retiraram para a Portela e outros sitios naquela direcção. (P. L.).

Dia 11 — Pelas 8 horas da manhã saiu uma força de 200 homens, comandada pelo capitão Guedes, de infantaria 6, a qual, na

Conceição, encontrando-se com o coronel do 8 (o «30 Diabos»), foi, depois, por algumas freguesias, como Pencelo, Prazins, etc., voltando aqui pelas 5 horas da tarde. Pelas 9 horas chegou o coronel do 8, com os seus ajudantes de ordens, e logo depois uma coluna de infantaria composta, na sua maior parte, por gente do 8, e alguma gente de infantaria 2 e artilharia 3, num total de 600 homens, comandados pelo tenente-coronel do 8. Foram aboletados militarmente, tendo alguns feito algumas violências e roubos. Na sua passagem pelas Taipas deram dois tiros sobre esta força, ferindo um artilheiro. Neste dia não se falava em guerrilhas. (P. L.).

Dia 12 — Como o tenente-coronel Padraão, do 8 de Infantaria, entrou aqui com grande parte do seu regimento, toda a força do 6 partiu para Amarante com o fim de bater uma guerrilha que ali estava fazendo grandes distúrbios. Pelas 2 horas da madrugada também se retirou para Braga o coronel do 8, levando a força de infantaria 8 e de artilharia 3, assim como os presos que estavam na cadeia. Em todo este dia reinou o maior sossego, apesar de se ter retirado o administrador do concelho. (P. L.).

Dia 14 — Conservava-se a vila em perfeito sossego, apenas alterado um pouco ao pé da noite por se dizer que a tropa de Braga tinha entregado as armas e se tinham soltado os presos, aparecendo no Toural alguns guerrilhas desarmados. Também chegou a notícia de ter sido derrotada a guerrilha dos filhos do Visconde da Costa e Duarte de Amarante, entre Amarante e Penafiel, pela coluna do tenente-coronel Moniz, dizendo-se, ainda, terem-se revoltado alguns povos da província de Trás-os-Montes. (P. L.).

Dia 15 — Entrou uma guerrilha composta de uns oitenta e tantos homens arma-

dos de espingardas, foices e paus, comandados por um Nunes, filho de um lavrador da Ponte de Bouças. Foi aboletada pela Praça do Toural e outras partes, tendo o capitão-mor 25. Pouco tempo depois entrou o Salgado de Pardelhas com 16 homens, todos armados de espingardas, vindos da Estrada Nova. Formou a sua gente defronte da casa do Toural e, pegando numa clavina, bateu com ela num caixeiro de Francisco Ribeiro da Costa. Também apançou o Júlio da Porta da Vila por dar a entender que não pegava em armas. O Gaita, alquilador, também foi ameaçado por ter mandado os criados com officios quando aqui esteve a tropa. Às 9 horas da noite tocou uma caixa a recolher, que trouxeram os de Fafe, que parecia um Bando. Quem mandou aboletar os guerrilhas foi um fulano Andrade que tinha sido escrevente do escrivão Ferreira. (P. L.). — *O Salgado de Pardelhas, que dizia ser dos 7.500 «bravos do Mindelo» viveu bastantes anos com a família, mulher e filha, miseravelmente, esmolando e morrendo pobríssimos em 1870.*

Dia 17 — Seguiu para as partes de Braga a gente que tinha vindo de Fafe, assim como o José Salgado com alguns homens armados e uma bandeira. Pelas 9 horas da noite deram-se bastantes foguetes na Praça do Toural, tocando o sino do relógio e de todas as torres e levantando-se vivas por se dizer que os guerrilhas tinha entrado em Braga e que o coronel do 8 (o «30 Diabos») tinha entregado a sua espada ao Arcebispo, não se tendo, porém, verificado esta notícia. (P. L.).

Dia 18 — Foi daqui muita gente para o Senhor do Monte para ver entrar em Braga o imenso povo que estava para aqueles sítios. Apareceu aqui Valentim Brandão de Sá que parece reassumiu a sua autoridade, pois os empregados das estradas dirigiram-se a ele para dar providências acerca de alguns la-

vradores que queriam passar por elas com carros com ferragens agudas, que as estragavam. A vila conservava-se em perfeito sossego. (P. L.).

Dia 20 — Pelas 10 horas da manhã chegou o Salgado com uns 40 homens dos que tinham ido para entrar em Braga e se viram na necessidade de dar aos calcanhares. Foi aboletado militarmente, apresentando-se mais guerrilhas para gozarem do beneficio do aboletamento e mais consequências. (P. L.).

Dia 21 — Continuava aqui a guerrilha do Salgado. Veio a esta vila o Padre José da Lage e um Padre de Vieira, chamado Casimiro, que tinha tomado uma parte muito activa na revolta do Minho, sendo um dos seus principais chefes. Às 10 horas da noite deram-se alguns foguetes no adro de S. Sebastião, dizendo-se que eram alguns estudantes de Coimbra por terem recebido a noticia do pronunciamento naquella cidade. (P. L.).

Dia 22 — Um empregado das estradas (francês), veio pedir providências ao comandante dos guerrilhas acerca do atentado que os povos cometeram de queimar os carros de mão da factura das estradas e ameaçarem alagar as mesmas. Pela uma hora da noite deram-se imensos foguetes, repicando os sinos em todas as torres, por ter chegado do Porto um próprio que trazia uma Proclamação da Junta do Porto em que se participava aos habitantes daquela cidade que S. M. a Rainha tinha dado a demissão ao Ministério todo e encarregado o Duque de Palmela de organizar uma nova administração, recomendando aos povos para se conservarem pacíficos até ultteriores ordens do Trono. (P. L.).

Dia 24 — De tarde foi conhecida a noticia de se ter organizado o ministério em Lisboa, presidido pelo Duque de Palmela e

composto pelo Duque da Terceira e Marquês de Saldanha, tendo cada um diferentes pastas enquanto se não organisasse definitivamente o ministério. Também se soube que, por Decreto, S. M. tinha nomeado administrador geral de Braga o Visconde de Bertiandos e administrador geral do Porto o Visconde da Beira. Esta noticia não foi festejada pelos pronunciados desta vila que não deram demonstração alguma de alegria. (P. L.).

Dia 25 — Pelas duas horas da tarde entrou um grande número de cidadãos (assim lhes chamava o administrador do concelho, Valentim Brandão de Sá), de Fafe e seus contornos, todos armados e como um corpo de tropa, no número de 350, trazendo uns vinte e tantos a cavalo e uma música, comandados pelo administrador cabralino, Joaquim Ferreira, de Medelo, que era acompanhado de muitos proprietários e alguns negociantes de Fafe. Passaram ao Tournal em direcção ao terreiro de S. Francisco, onde se apresentaram ao general Barão d'Almargem, que deu os vivas. (P. L.).

Dia 26 — Da Senhora Aparecida, onde estava quase sempre, chegou aqui o Visconde de Azenha, indo muito povo esperá-lo à rua Caldeiroa, tocando-se repiques de sinos em todas as torres e dando-se muitos foguetes. O Visconde foi a casa do Barão d'Almargem, tendo a música de Fafe seguido para o Terreiro de S. Francisco para obsequiar o Visconde com as suas tocatas. Parece que trataram de substituir uma Junta Governativa que se não organizou por desinteligências entre os dois partidos, setembrista e miguelista, à frente dos quais estavam o Barão d'Almargem e o Visconde da Azenha. Depois desta visita, o Visconde seguiu para a sua casa do Arco. E quem havia de dizer, em 1834, que estes dois Figurachos se haviam de andar a namorar e que o Visconde da Azenha havia de ter uma entrada como esta em 1846!!! (P. L.).

Dia 27 — Pelas 3 horas principiou o povo a reunir-se na Praça da Senhora da Oliveira, dirigindo-se depois à Câmara onde se procedeu à eleição da Junta Governativa da Província do Minho, de que saiu presidente o Visconde da Azenha e membros Nicolau de Arrochela e o Barão d'Almargem. Para esta eleição recair nos indivíduos acima, concorreu muito o partido miguelista. Na ocasião em que se estava com a eleição chegou a noticia de se ter organizado o ministério, sendo presidente de Ministros e Ministro da Fazenda, o Duque de Palmela; Ministro do Reino, Luís Mousinho de Albuquerque; Ministro da Justiça, um fulano Soares; Ministro da Guerra, o Marquês de Saldanha e na sua ausência José Jorge Loureiro, e Ministro dos Estrangeiros, o Conde de Lavradio. À organização da Junta, principalmente, assim como à noticia da organização do Ministério, deram-se muitos foguetes e repiques. À noite houve iluminação geral e queimaram-se imensos foguetes, mais parecendo uma forma de mudança de governo do que a criação de uma Junta ou uma mudança de ministério. De madrugada tinha seguido para Fafe o corpo de cidadãos armados, que se comportou muito bem durante o tempo que aqui permaneceu, não indo muito satisfeito por ver que tinham feito maior festejo à entrada do Visconde da Azenha do que quando eles aqui entraram. Neste mesmo dia veio pelo correio uma Proclamação da Rainha (já tinha vindo particularmente),

que se não afixou pelas esquinas, segundo o costume, pois o administrador do concelho interino, Valentim Brandão de Sá, não o ordenou por não gostar do Ministério que a Rainha havia nomeado (P. L.).

Dia 29 — Reuniu-se na casa da Câmara a Junta Governativa para tomar posse e deliberar acerca de alguns objectos. O Padre Casimiro veio aqui com alguns paisanos armados e o Padre José da Lage também aqui estava, não se sabendo se queriam ou não o novo Ministério, pois querendo desarmar alguns paisanos (todos indigitados como ladrões), estes não consentiram, dizendo-se, ainda, que os cidadãos armados tinham, no dia de hoje, feito fogo em Braga aos piquetes da tropa (P. L.). — O dr. José de Freitas Costa, sobrinho de P. L., escreveu à margem do livro deste: — « *Foi nesta vinda a Guimarães que o P. Casimiro, pernoitando nas Taipas de 28 para 29, deliberou intitular-se Defensor das Cinco Chagas, por lhe aconselhar nas Taipas o seu condiscipulo Padre Joaquim da Costa que devia tomar este titulo.* »

Dia 31 — Para a cidade de Braga, para conferenciar com as autoridades daquela cidade, seguiu a Junta Governativa do Distrito, eleita em 28 deste mês, tendo regressado pelas 10 horas da noite sem ter passado da Falperra (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



IN SEARCH OF TWO CHARACTERS,
por *Dormer Creston*. Edição de
Macmillan & C.^o Ltd., 1945.
402 págs. ilustr.

Quase século e meio passou desde que, no rochedo de Santa Helena, Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses, fechou os olhos, e a sua figura ainda hoje apaixona historiadores e simples curiosos com entusiasmo muito parecido com o dos que, no século passado, teceram essa lenda que transformou por completo o herói.

Crenos, porém, que entre a vastíssima bibliografia dedicada ao vencido de Waterloo muito poucas obras há que possam comparar-se à que recentemente lhe dedicou Miss Dormer Creston, superior em muitos pontos ao livro famoso de Emil Ludwig. Efectivamente a obra de Miss C. é das que mais podem contribuir para o conhecimento desse homem extraordinário que encheu o século XIX e devido a cuja política o mundo ainda hoje sofre.

Sendo a Autora inglesa, podem os leitores supor, talvez, que o livro deni-

gre a figura do herói. Mas o facto é que ela apenas o encara à luz dos documentos, que são aqui interpretados com objectividade honesta, ensinando-nos, porém, a compreender a psicologia de Napoleão, que não é tão complicada como tantos dos seus panegiristas têm feito crer. Simultaneamente pretende Miss C. fazer a reabilitação de Hudson Lowe e da imperatriz Maria Luísa, a segunda mulher do vencedor de Wagram, sabido como até hoje se fizeram acusações severas aos dois: àquele, de haver sido o carrasco do vencido após lhe ter sido confiada a guarda no rochedo inóspito de Santa Helena; a esta, de haver abandonado o marido e não se ter importado com o filho, para se dedicar ao amante, esse Neipperg enigmático que a conseguiu cativar.

E assim, a biografia do que foi um dia quase senhor da Europa encontra-se intimamente ligada à do filho, esse romântico Duque de Reichstadt, que ele pensou um dia deixar Imperador dos Franceses, e que inspirou a Rostand a sua peça famosa.

A crítica da obra de Miss C. requiere

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

um espaço de que nós, infelizmente, não dispomos, porque as suas considerações, por judiciosas e aceitáveis, contribuem em muito para desfazer essa lenda napoleónica, em grande parte tecida pelo próprio Napoleão, que encontrou em Las Cases um óptimo memorialista para tal fim. Não nos furtaremos, porém, a dizer que o volume em referência constitui de ora avante espécie valiosa na bibliografia napoleónica. Fartamente documentado (são 88 as obras consultadas e indicadas em apêndice) e sãbiamente construído, serve para penetrarmos nos recessos mais íntimos da alma do imperador, que, vivendo em Santa Helena com mais liberdade do que em nossos dias é de uso conceder, procurou fazer-se crer uma vítima do ódio de Lowe, quando a verdade é que o Governo inglês lhe proporcionou tudo, menos, claro está, os meios de fugir ao seu desterro.

E do mesmo modo seguimos passo a passo a vida breve dessa figura de lenda, esse *Aiglon*, que sonhou reinar sobre os franceses, esquecido de que não possuía a fibra do pai, um italiano de alma e de físico, embora francês de ocasião, ambicioso de génio que traiçou a República mas lhe salvou as instituições e as enraizou definitivamente na alma da França.

Escrito com rara elegância e com um entusiasmo convincente, *In Search of Two Characters* lê-se com o mesmo interesse de um romance, pelo poder de comunicabilidade da distinta Autora. Do ponto de vista histórico a obra é talvez entusiástica de mais. Mas nem por isso é menor a seriedade e a honestidade de processos de Miss C., que escreveu um trabalho que, sem favor, pode considerar-se perfeito. Sem por sistema denegrir a figura central da obra, a Autora procura trazer a nova luz outras ofuscadas pelo brilho, em parte emprestado, daquela, demonstrando, com razões evi-

dentos, o que de erróneo há nos juízos dos panegiristas de Napoleão.

O volume é enriquecido com magníficas ilustrações, algumas reproduções de quadros, e que o valorizam sobremaneira.

3

A REVOLUÇÃO FRANCESA, por *Pierre Gaxotte*. Tradução portuguesa da 150.^a edição francesa, pelo Professor *Eduardo Pinheiro*. 1945. Livraria Tavares Martins, Porto. 358 págs. Ilustrado.

Para a colecção « História do Mundo » escolheram os Editores a conhecida obra de Pierre Gaxotte, que não é propriamente uma história da Revolução, mas uma interpretação da mesma, nem sempre feita com serenidade. Para constituir, na verdade, uma « história » falta-lhe aquela imparcialidade característica do historiador de facto, e sobretudo a base documental comprovativa de asserções que, por vezes, nos podem parecer ousadas ou apriorísticas.

Podem contar-se por centenas as « histórias » da Revolução Francesa, e por milhares as espécies bibliográficas a ela referentes. No meio dessa avalanche de livros, opúsculos e folhetos parece-nos que pouco se salva, tão próximo está ainda de nós o tufão devastador, cujos arrancos finais foram ainda capazes de impulsionar a guerra há pouco terminada. E o facto deve-se a não estarem ainda extintas de todo as paixões desencadeadas pela Revolução, parecendo que o espírito que a animou continua a viver em nossos dias, como brasas que já deviam estar há muito apagadas, mas um vento assolador reacende a cada passo.

Mas tanta documentação inédita tem

sido publicada, em França e no estrangeiro, que julgamos ser possível já hoje escrever-se uma história da Revolução, sem tomar o carácter de panegírico ou de diatribe. O livro de P. G. é, como dissemos, mais impressões pessoais sobre a Revolução do que uma história. Muito literária, com páginas mesmo brilhantes (que a tradução pouco cuidada não valoriza convenientemente), pode dar uma visão errada das causas da Revolução, que não pode justificar-se exclusivamente pela acção secreta da Maçonaria e dos clubes a ela ligados. A sua visão do Antigo Regime tem muito daquela concepção idílica da Antiguidade em moda nos meados do século XVIII, sendo muito outra a triste realidade que alguns homens de coragem apontaram no próprio reinado de Luís XV.

A justiça deve-se mesmo aos nossos inimigos, o que nos dará autoridade moral suficiente para os acusarmos ou para lhes salientarmos os erros. Ora à obra de P. G. falta essa serenidade que torna grandes e dignas as obras de história.

Permitam-se-nos agora algumas observações respeitantes à edição, que, diga-se de passagem, tem apresentação cuidada. Começaremos pela tradução que por cingir-se demasiado ao original esconde por vezes a elegância estilística acima acentuada. Por descuido, cremos crer, deixaram de verter-se pelo seu correspondente português nomes próprios já com foros de cidade em a nossa língua, v. g. *Bâle, Mayence, Cobourg, Plaisance, Livorne (!), Meuse*, etc. Só uma revisão descuidada poderia ter deixado sem correcção aquele *Grande Prior*, de pág. 55, o *grande Esmoler*, de pág. 68, ou o *cosmopolitanismo* de pág. 211. Também nos parece despropositado traduzir *portefeuille* por *carteira* quando o termo correcto é *pasta*, pois se trata de um ministro (pág. 21). E muitos outros desli-

zes que não são de admitir em obra destinada a fazer parte de uma colecção desta natureza, para mais de apresentação tão cuidada no aspecto exterior.

O tradutor anotou a obra sempre que o julgou necessário, mas as anotações são, por vezes, demasiado concisas, tratando-se como se trata de obra de vulgarização. Ao acaso apontamos as de págs. 107, 307, 333, 336. Noutros passos requeriam-se notas que lá são omissas.

No que respeita às gravuras também não foi muito feliz a escolha, a começar pelo *sans-culotte* da capa, que não tem carácter nem vida, parecendo mais *image d'Épinal* do que manifestação artística de valor. A maior parte das gravuras são por demais conhecidas, quando poderiam ter sido escolhidas outras inéditas ou pouco conhecidas, o que valorizariam a obra sobremaneira. A págs. 137 e 172 apresentam-se com o título de «tipos e trajos da época» duas gravuras que não passam de simples caricaturas do tempo, que poderiam muito bem figurar na obra, mas com dístico adequado.



AS MAIS BELAS LÍRICAS PORTUGUESAS.
Seleção, prefácio e notas de José Régio. Portugália Editora. Lisboa, s. d., 365 págs.

Faz parte este volume da colecção «Antologias Universais», de que já se publicaram alguns mais. Aplica-se a este o que já expusemos noutro lugar acerca de *Poesia de amor*, organizada também pelo seleccionador deste, embora o volume presente tenha maior latitude do que aquele, por abranger toda a poesia portuguesa, nos seus espécimes mais belos, desde a «cantiga de amigo» de D. Sancho I até Teixeira de Pascoais.

Cada poeta é apresentado numa breve

nota biográfica e crítica, o que demonstra o especial talento de J. R., pois não é fácil condensar em breves linhas o pensamento crítico sobre dado autor. Veja-se, por exemplo, a nota sobre Garrett.

Trabalho perfeito, fica muito bem na estante do estudioso como do estudante, e ao estrangeiro poderá servir de guia seguríssimo no conhecimento da nossa riquíssima poesia.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



DA UNIDADE NACIONAL, por *Américo Chaves de Almeida*. Pro Domo. Lisboa, 1944. 216 págs.

Neste volume, consagrado à memória de Paiva Couceiro, publica o dr. Chaves de Almeida, ampliada, a conferência proferida na Sociedade de Geografia, de Lisboa.

Trabalho erudito pela elevação das ideias, demonstra quanto a unidade nacional é devedora à Igreja e à Realeza que, através dos séculos, a mantiveram na sua estrutura e nos seus fundamentos essenciais, com tal projecção e forte dinamismo que nem a vastidão dos oceanos conseguiu detê-la.

Por sobre os mares desconhecidos, os portugueses levaram, a longínquas paragens, os seus feitos de cristandade, na dilatação da Fé e do Império.

Faz bem, nos tempos calamitosos que se atravessam,—neste liberadíssimo agnizar da Europa a que impassivelmente se assiste,—este peregrinar reconfortante pelas páginas da nossa Histó-

ria, para que a nossa unidade se mantenha contra os elementos desagregantes que a invadem, e Portugal possa subsistir e vencer todos os cataclismos que ameaçam os seus fundamentos tradicionais.

Por todas estas razões e ainda pela necessidade de se proclamar aos portugueses as esquecidas verdades portuguesas, que o A. expõe desassombrada e galhardamente, *Da unidade nacional* merece larga divulgação.



HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO, pelo *Conde de Ericeira*. Livraria Civilização. Porto, 1945. 530 págs.

A Livraria Civilização que tão prestimosos serviços tem prestado à cultura portuguesa, incluiu na sua «Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil», a *História de Portugal Restaurado*, de que saiu o 1.º volume.

A preparação desta reedição foi confiada a António Dória, que a antecede de um prefácio, em que analisa a obra do 3.º Conde da Ericeira, e a valoriza com eruditas anotações sobre factos de uma época tumultuosa e tão decisiva da nossa história.

Para o estudo dessa época é indispensável a *História de Portugal Restaurado* que, há cerca de dois séculos, desaparecera dos prelos portugueses.

Assim o entendeu, e muito bem, a Livraria Civilização, pelo que é de louvar a sua iniciativa, tanto mais que a edição é primorosa e ilustrada com algumas gravuras reproduzindo as da 1.ª edição.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores :

Administração Pública, por *António Augusto Pires de Lima*.

A geração humana e as doutrinas de Exeter, por *José de Paiva Boléo*.

Confissão e defesa do Romancista, por *Joaquim Paço d'Arcos*.

Oferta dos Editores :

Edições Gama, Lisboa :

1 — Para além da personalidade, por *C. S. Lewis*.

2 — Leite e derivados, por *António Madureira*.

Livraria Tavares Martins, Porto :

1 — China essa desconhecida, por *Nora Waln*.

2 — O amor interdito, por *Arnold Stocker*.

Portugália — Editora, Lisboa :

1 — Não há nada mais simples, por *Vergílio Godinho*.

2 — Os falsos precursores de *Álvaro Cabral*, por *Duarte Leite*.

3 — Líricas Portuguesas (2.^a série), selecção, prefácio e notas de *Cabral do Nascimento*.

«Mensageiro do Coração de Jesus», Braga :

A Fé em perigo na América Latina, por *Fernando Leite, S. J.*

Edições Romano Torres, Lisboa :

A casa iluminada, por *João Amaral Júnior*.

Pro-Domo, Lisboa :

1 — O auto das regateiras de Lisboa, por *Silveira Bueno*.

2 — O mistério da serra interdita, por *Patrick Al-Cane*.

Colecção Bilingue, Lisboa :

1 — A ascensão de Joanhina, por *Gerhart Hauptmann*.

2 — Arte Poética, por *Boileau*.

«Boletim Mensal», Braga :

Memorial sobre os Lugares Santos.

Livraria Figueirinhas, Porto :

1 — Lendas de Portugal, por *Emília de Sousa Costa*.

2 — O fio de ouro, por *Maria Henriques Osswald*.

3 — Amor, casamento e família, por *Guilherme Schmidt*.

Edições Universo, Lisboa :

Preceltos de cortesia e etiqueta, por *Graciette Branco*.

Edições S. N. I. — Lisboa :

1 — Hidráulica Agrícola.

2 — Os nossos interesses de Nação.

Instituto Britânico em Portugal, Lisboa :

Stories of the Forties (vol. 1).

A Senhora Infanta Regente Dona Aldegundes de Bragança

O tempo, nesse começo de Outubro de 1911, ficou assinalado nos boletins meteorológicos do norte da Península, sob o signo:— zona de borrascas; ventos ciclónicos; tempestades de neve...

Pois nessa frígida noite de 8 para 9, na residência de D. Pepe Maria, *alcalde* do *pueblo* de Lubian, próximo do *empalme carretêro de la Godina* que ostenta o privilégio de— estação telegráfica,— nessa histórica mansão marginando a estrada que de Verin leva, por altíssimos montes e vales estirados a Puebla de Sanabria, na Província de Zamora, roçando aqui e além a fronteira mal demarcada Luso-Espanhola, aí foi, nesse solar tão vasto como inconfortável e tão inconfortável como hospitaleiro, que nos achámos uns 40 ou 50 homens da minguada hoste de Couceiro, gente mais batida pelas privações e pela tormenta, do que pela tropa republicana topada em Vinhais.

Esboçava-se a debandada, horas mais tarde confirmada, depois da retirada de Casares sobre o Ocidente, no propósito talvez, de aguentar a investida sobre Valença do Minho, já que se gorara a arrancada por Trás-os-Montes... Mas tudo em vão!

Esses homens, encharcados até aos ossos, esfomeados, mas mais sôfregos de tabaco do que de pão, ali haviam chegado em pequenos grupos tresmalhados, alguns sem armas já, e todos sem esperança...

E entregavam-se a mim, que ali havia sustentado o serviço de ligação entre a Coluna do «Comandante» e o resto do mundo, servindo-me dos contrabandistas como correios, e do telégrafo de la Godina para as transmissões internacionais.

Esses desgraçados queriam comer e secar as samarras que, como esponjas, lhes pesavam dos ombros bem mais do que o esgotado cartuchame.

Comer, porém, era um problema que só à custa de muitas pesetas e mais ainda, de arguta diplomacia, se ia resolvendo em sacrifícios de cabritos, galinhas e carneiros. Raziara-se o *pueblo*, mas o pão, não havia

maneira de aparecer; vinho, esse, sim e com fartura; vinho trepador, *vino Manchego* que aquece; e aquecer,urgia ainda talvez mais do que comer... não, que o granizo fustigava!...

D. Paiva (como os espanhóis chamavam a Couceiro), oh esse, continuava teimosamente, com os seus oficiais e uma escassa centena de homens, a marchar ainda em Portugal; — «*seguimos para Oeste, chegados à fronteira, porque os dois encontros que tivemos (Vinhais e Casares) nos diminuíram muito as munições e precisamos recebê-las de novo...*» escrevia-me Ele, na Sua carta a lápis, datada de Pinheiro Velho a 10 de Outubro e ali trazida por esses correios fiéis e paradoxais: os *curas* das aldeias fronteiriças e os destemidos contrabandistas...

No vasto salão da alcaldaria em penumbra pela fumaça de tantíssimos cigarros, apesar de iluminada por fumoso candeieiro e algumas candeias de mineiro, mal se enxergava, mas ouviram-se perfeitamente as discussões de Homem Cristo, do Conde de Penela e do Major Vieira de Castro...

Amodorravam os ânimos pelo quarto de alva, quando o arfar de um automóvel que estacara ao portão, nos chamou aos janelos de vidros embaciados e então, nos focos da luz dos faróis, pudemos apreciar o calibre das balas de gelo que granizavam quase horizontalmente com o vento, tal como projecteis luminosos e incandescentes no negrume dessa noite caliginosa.

Quem viria?

Mas já um homem alto e possante, coberto o corpo por espesso casaco de peles, se apresentava tirando os óculos de *chauffeur* a mostrar as rúbidas feições do Lugar-Tenente da Legitimidade — D. Alexandre Saldanha da Gama, — o qual, à queima roupa, nos disparou esta frase estonteante: «*Sua Alteza a Senhora Infanta Dona Aldegundes de Bragança e a Sua Dama de Companhia, desejam entrar e cear do que houver.*»

Um de nós, mais afoito, murmurou ainda: «*Entrar a Princesa, altíssima honra será para todos, porém cear, parece-nos impossível!*».

A Grande Senhora, que todos conhecíamos por A termos visto socorrer os doentes e valer aos necessitados, já subia, Ela e uma Dama da aristocracia austríaca, deixando ambas pela sórdida escada um rasto precioso de perfumes!

Seguiu-se a apresentação! D. Alexandre, rígido na etiqueta e palaciano no donaire, declinava os nossos nomes, como em alcaçova de soberanos, e foi-nos dada então a rara honra de beijar a mão de Uma Filha do Último Rei da Tradição Nacional, ali personificando aquela

Realeza que sabia pagar com a Sua Presença, com a Sua bolsa e até com as Suas jóias, o direito (e o dever) que aos Reis assiste, de serem os primeiros na Guerra e os últimos na Paz!

Moitos de saudade Seu Pai e Seu Irmão; Menino de 4 anos Seu Sobrinho D. Duarte; Ela, ali estava entre os mais audazes, a representar a Dinastia que havia fundado o Reino e dilatado o Império; ali, entre os perigos e as incomodidades desses dias e dessas noites de febricitação esperançosa e, uma vez mais, de desilusão...

Quis Ela, em seguidá, falar aos feridos, um dos quais, o Dr. Bacelar Telles, nos dava muito cuidado e a miúdo perguntava por D. João de Almeida, cujo paradeiro à testa da sua gente nós ignoravamos...

E o inverosímil realizou-se; a valorosa Princesa ceou, — sardinhas de lata, ovos estrelados em impossível azeite e leite de cabra, — achando tudo delicioso e como tal agradecendo tudo a todos, como se houvessemos realizado um verdadeiro milagre! Milagre verdadeiro viu a madrugada a clarear, porque aquietada a borrasca, aqueles homens, pouco antes tão desalentados que já falavam em embarcar em Vigo ou na Corunha para o Brasil dando por findo o sacrifício de redimir uma Pátria ... aqueles homens internando-se uma vez ainda em Portugal, marchando pelo trilho do dever, de cabeça alta, o torso arcado, a decisão no gesto, um clarão no olhar, saudados comovidamente por um minúsculo lenço de rendas portuguesas, — a linda Bandeira Branca da Pátria Antiga, — ali, na Fronteira dessa Pátria, arvorada, em miniatura pela pequena mão de uma Princesa de Bragança!

Eram e são assim, as Filhas dos Reis! — Sabem ser Rainhas sem que ninguém lho ensine...

Eram, porque a Senhora Duquesa de Guimarães Dona Aldegundes, foi já chamada à presença do Rei dos Reis. *São*, porque o seu Patriótico esforço de toda uma vida de Exilada, é continuado por Sua Sobrinha, Alteza Real, D. Filipa.

Os realistas que o sabem ser, nunca *se ficam agarrados a um cadáver*, porque cadáveres não há adentro da estrutura das Monarquias, mas sempre a linha continuada da Dinastia, linha viva, imorredoura e tão eterna como as mesmas Pátrias que Essas Monarquias fundaram e engrandeceram; são como a Fénix... renascem das próprias cinzas!

Só Elas têm a continuidade do Passado ao Futuro; o Presente, por efémero, não interessa, é interregno apenas: curtíssimo momento em que, o que há-de ser, se transforma no que foi... porque o que foi, é, o que há-de ser!

Rei morto; Rei posto! Assim as Rainhas. Assim as Princesas.

— O melhor agradecimento, por tão exemplares virtudes, que poderemos prestar à memória da Princesa Regente, é reconhecer na acção inteligente de Sua Augusta Sobrinha, o seguimento perfeito da Sua Obra de Restauração Integral, com Deus, com a Pátria e com o Rei.

Porto — Abril — 1946.

CONDE DE ALVELLOS.





S. A. R. a Senhora Infanta Regente, com Seu Sobrinho e Afilhado o Principe
Real Senhor Dom Duarte Pio João Miguel de Bragança



Thomas Martin

OLIVEIRA MARTINS ⁽¹⁾

O POLÍTICO

DE todos os ensaios até hoje escritos acerca de Oliveira Martins, nenhum conhecemos tão profundo na sua brevidade, como o que lhe dedicou Moniz Barreto. É natural supor que o malgrado crítico, a tê-lo escrito após a morte do historiador, lhe desse maior amplitude, o que não pôde fazer por, entretanto, a morte o colher, exactamente no mesmo ano que o autor do *Nun' Álvares*. Se, porém, lhe fosse dado refundir o que escrevera, cremos bem que não teria que modificá-lo, pelo menos nas suas linhas essenciais, visto como o crítico viu bem e viu justo. Por isso se explica que, alheio à política e às habilidades inerentes à mesma, apreciasse com justeza e com justiça a actuação política de Oliveira Martins, tendo sido ele um dos raros que a souberam compreender e apreciar.

Ao concluir o seu ensaio notável, Moniz Barreto, que escrevia em 1887, antes de o historiador ter chegado às cadeiras do Poder, entendia não ser «difícil apontar desde já no sentimento da força própria e no generoso instinto do dever cívico as causas que o fizeram passar do pensamento à acção, e mostrar a clara coerência que liga as suas opiniões de ontem aos seus actos de hoje, e os seus vinte anos de história aos seus dois anos de política».

Porque Moniz Barreto viu justo, não teve o criticado que o contradizer ou rectificar. Mas, insistimos, o acto nobilíssimo de Oliveira Martins descendo à liça para aplicar praticamente as teorias tão caras ao seu espírito, foi em absoluto incompreendido, salvo pelos seus amigos íntimos, que sempre lhe fizeram justiça, e à frente dos quais esteve Antero de Quental, com todo o prestígio do seu génio e da sua inteireza moral.

Ainda hoje o nosso país enferma do vício de não compreender que a

(1) De um ensaio no prelo.

política possa atrair quem quer que seja, senão solicitado por forte interesse pessoal, o que tem levado tantos espíritos ilustres a afastar-se dela com nojo, ou a nela intervirem com brevidade de meteoro, deixando que afinal o campo da política seja uma espécie de «terra de ninguém» em que se degladiam os ambiciosos, desejosos de subir e de se instalarem a comer. Por isso se compreende que o chamado «político profissional» seja tido na conta de vulgar ambicioso, sem qualquer ideal elevado a impulsionar-lhe os actos, isto agravado ainda com o facto de se generalizar deste modo, e fazer aceitar pelos espíritos simplistas como verdadeiro, um conceito superficialíssimo e em absoluto erróneo.

Num país pequeno como o nosso e em que, aparte os nossos Domínios Ultramarinos, tanta semelhança pode apontar-se com as antigas cidades gregas, em particular Atenas, compreende-se que a política se torne absorvente e solicite fortemente os espíritos, ainda os que possam parecer-lhe mais avessos. Tendo, desde a sua mocidade, sido levado até aos problemas sociológicos, que o fizeram aceitar os dogmas do socialismo militante, era natural que Oliveira Martins, cedo ou tarde, se visse envolvido nas malhas da política activa, depois de ter divagado pelo campo das abstracções. Precisamente por isso criou esse *abstractum* consistente sobre que assentava toda a mole da sua concepção do Estado e da sua função. Quer dizer: longe dos homens e ignorante dos seus defeitos e vícios, visionando as sociedades através dos livros e constantemente trazendo do passado ideias para julgar ou compreender o presente, ou, como a cada passo pode verificar-se, partindo das ideias do presente para compreender e julgar o passado, Oliveira Martins conseguiu estabelecer uma espécie de dogmas, que aceitava como indiscutíveis, antes de a força das circunstâncias o trazer a terreno mais positivo. Daí o seu pensamento amargo ao estudar os actos da geração imediatamente anterior à sua nas páginas candentes do *Portugal contemporâneo*. Idealista, profundamente crente em que as ideias não podem sofrer na prática modificações ou desviar-se do caminho lógico para que tendem, ele começou a ver o seu erro quando, para erguer o grandioso edifício do *Portugal contemporâneo*, teve de percorrer a documentação coeva sobre que havia de basear-se. A realidade chocou-o quase tão profundamente como havia chocado Herculano. Simplesmente, este, feito de uma só peça, não admitia que para alcançar o seu fim pudesse seguir-se outro caminho além daquele que, desde a emigração, seguia com coerência. Oliveira Martins, mais homem do seu tempo, a despeito da inteireza do seu carácter, e mais realista, entendeu que, dada a impossibilidade de realizar o seu vasto pro-

grama socialista com os meios de que dispunha, poderia gradualmente dar-lhe execução pela aliança com o partido mais avançado da Monarquia.

O primeiro resultado desse choque por nós assinalado foi o mau humor com que julgou homens como Silva Carvalho, Palmela, Rodrigo da Fonseca e Costa Cabral, embora deixasse entrever certa simpatia pela obra deste último, que, mais tarde e repetidas vezes, havia de considerar o maior estadista português do seu século, pelo menos o maior depois de Mousinho. Esse mau humor, digamos mesmo desprezo, que lhe mereciam algumas das mais importantes figuras políticas do passado, em particular as mais representativas do século XIX, atenuar-se-ia com o tempo, tal como a severidade com que certos homens no vigor da vida julgam os moços, vem a diminuir e até a desaparecer com a idade. Os mesmos juízos severos que Oliveira Martins emitia ao referir-se aos estadistas do passado e ao fazer-lhes o balanço da obra, haveriam de ser feitos a respeito da sua própria actuação política, levando-o tantas vezes a insurgir-se contra a injustiça com que o julgavam e, por fim, a desiludi-lo por completo.

Tinha o historiador um programa político de vasta projecção, que se vê já nas páginas da mocidade da *Teoria do Socialismo, do Portugal e o Socialismo, e das Eleições*. Neste folheto confessa-se ainda republicano teórico, de tendências nitidamente socialistas, preconizador da intervenção do Estado não como «universal distribuidor da riqueza», mas como «constante órgão da justiça», esclarecendo que «ele não pode criar, porque a sua missão consiste apenas em regular a distribuição e ponderar as forças sociais num equilíbrio duradouro». Repudia o comunismo, que considera quimera, mas visiona a futura sociedade socialista como «uma federação de fábricas organizadas cooperativamente, e uma congregação de lavradores-proprietários arando a terra isolada ou associadamente, segundo as necessidades da cultura; será ainda um sistema de grémios das profissões chamadas liberais; será finalmente um Estado, senhor do domínio colectivo, dispensando todos os serviços públicos, a instrução, a higiene, a viação, o crédito, a polícia, a protecção dos pobres e dos nus, com os recursos que lhe dão a renda do domínio colectivo sob as suas múltiplas formas, e o imposto na sua distribuição justa; — um Estado, órgão fiel da vontade social, sobranceiro na sua majestade, aclamando a sua justiça, como a brônzea estátua do herói quando se levanta no meio de uma praça, sobre as cabeças da multidão».

É, como se vê, uma espécie de corporativismo influenciado fortemente pela doutrina de Proudhon, colocado nos antípodas do comunismo de

Marx, que ele considera «a perversão do socialismo», como considerava o radicalismo jacobino «a perversão da democracia». Estas ideias demonstram que a Oliveira Martins não pode chamar-se um revolucionário senão na mais ampla acepção da palavra: homem que queria uma vasta transformação radical na vida social e económica do seu país, sem com isso abdicar da sua qualidade de português, que jamais se esquece de vincar no momento oportuno, nem renegar aquilo que o passado nos legou e constitui realmente uma conquista do progresso. Ele próprio definiu lapidariamente o escopo da sua doutrina na frase que um dia lançou: «a máxima revolução, na máxima conservação». Isto explica por que o seu republicanismo não passou da teoria, e por que jamais quis ligar-se ao Partido Republicano, para o qual chegou a ser convidado pela nobre figura de Rodrigues de Freitas. Isto explica ainda por que se aproximou do Partido Progressista, herdeiro, degenerado embora, do velho Partido «Patuleia». De onde se conclui que Oliveira Martins, mesmo dentro da Monarquia, era muito mais avançado ⁽¹⁾ do que os que entendiam só em República serem possíveis essas ousadas reformas.

Tinha ele bem patente perante os olhos o exemplo da Alemanha, unificada politicamente desde 1871, elevada a Império de feição cesarista, sem isto, porém, impedir as realizações sociais da política bismarckiana, simultaneamente conservadora e radical. Ao mesmo fenómeno assistimos hoje, os que vemos a conservadora Grã-Bretanha passar progressivamente de Monarquia simplesmente liberal a Monarquia socialista, com as mais profundas reformas, algumas das quais vão até ao âmago da estrutura política do Estado.

Preconizava Oliveira Martins também profundas reformas sociais, com projecção imediata na vida económica do país. Queria, antes de mais, que a riqueza pudesse ser partilhada por todos, consoante os seus méritos e capacidades, pondo gradualmente fim à diferenciação social proveniente da desigualdade na repartição das riquezas. Quando, já desiludido da política e dos políticos, mal-ferido ainda da luta que o atirou fora das cadeiras do Poder, ele visitou Londres, foi precisamente o contraste flagrante entre os imensamente ricos e os imensamente pobres que mais o impressionou. O facto de ter vivido desde muito novo em contacto com os pobres e os deserdados, e de lhes ter auscultado as aspirações e os anseios, levou-o a compreendê-los melhor do que ninguém e a procurar,

(1) Não tomamos aqui a palavra na acepção restrita e pejorativa que lhe deram em nossos dias, como é evidente.

numa aspiração de justiça social, reparar a falta da nossa civilização industrial, que destruiu as antigas corporações e irmandades profissionais, mas nada soube criar em sua substituição, a não ser o proletariado. Isto nos ajuda a compreender a devoção dos mineiros de Santa Eufêmia pelo funcionário jovem que os ajudava e os defendia, a dos ferroviários da linha da Póvoa, a dos tipógrafos portuenses e a dos manipuladores de tabaco, para quem foi mais do que um pai.

Esta compreensão do que era o trabalho e, principalmente, a sua aspiração de libertar a *pessoa* da tirania do *indivíduo*, punha-o em manifesta oposição com as doutrinas de Carlos Marx e de Engels, cujo programa comunista fora publicado em 1848 e cujas doutrinas haviam tido um arremedo de ensaio geral nos dias torvos de Maio de 1871. Também essa aspiração o faria repudiar o Liberalismo, cuja crítica se encontra feita magistralmente nas páginas que, no *Portugal contemporâneo*, dedica a Mousinho da Silveira. E foi a crítica ao Estado liberal e às doutrinas que lhe servem de base que lhe mereceu os remoques de Herculano, quando em carta lhe agradecia um dos seus primeiros trabalhos de política.

Podem assim compreender-se bem as razões que o conduziram até à Monarquia, não sendo a sua adesão um repúdio do passado, como com tanta malevolência se disse no seu tempo, e com tanta leviandade ainda hoje se afirma. A ter sido vulgar ambicioso, enveredaria logo Oliveira Martins por esse caminho fácil e aliciante ainda na mocidade, quando as solicitações são mais prementes e as ambições mais vastas. E é precisamente a nove anos da sua morte — em idade juvenil, embora — que dá a sua adesão, não ao regime, mas à ideologia política do partido em que então sentou praça. Houvera ele mantido quaisquer ambições de mando e haveria escolhido o Partido Regenerador, que lhe teria aberto os braços e lhe poderia dar imediata satisfação às ambições. Não o fez, precisamente por essas ambições serem altruistas e se encontrarem em embrião, digamos, no programa do Partido Progressista, a quem um dia chamou «glorioso herdeiro das tradições honradas da democracia portuguesa».

A sua adesão foi festejada ruidosamente por aquele partido, que parece ter aproveitado o facto apenas como arma de combate contra os adversários. Talvez fosse isso, mais do que o despeito, que levou os Regeneradores e os Republicanos a caluniar com violência o homem cuja obra de historiador admiravam já no estrangeiro e cujo passo eram incapazes de compreender, ou o não queriam fazer. Antero de Quental, essa figura que dominou o seu tempo pelo prestígio do seu génio e da sua integridade moral, escreveu a um amigo, a quem mandava um número

da recém-fundada *Província*, referindo-se à adesão do historiador, seu grande amigo: «Verás também que ele não renegou nem se desdiz. A bandeira que desfralda é a do Socialismo, como até aqui», classificando a sua atitude de «acto de verdadeiro patriotismo», e acentuando que um homem como «Oliveira Martins não dá um passo destes, nem toma posição de tamanha responsabilidade, sem ter visto bem as coisas e estudado o melhor caminho».

Mas Oliveira Martins contava demasiado com os homens e, sobretudo, com a sinceridade destes e o seu desinteresse. Não passariam muitos anos sem ver que o partido a que, com tanta confiança e tanto entusiasmo, aderira não diferia essencialmente de qualquer outro. *Grosso modo* pode dizer-se que os programas pouco ou nada valem quando o espírito dos que o defendem não possui o idealismo bastante para na prática não o comprometerem com actos de mera ambição ou oportunismo. No meio do vasto campo de interesses políticos que se debatiam no seu tempo, a cupidez dos homens fazia que todos os partidos, ainda os das ideologias mais opostas, se equivalessem. Aparte um que outro nome prestigioso, Regeneradores e Progressistas diferiam apenas de nome. Militava-se neste ou naquele partido não por convicção própria, não por crença na eficácia do seu programa, mas em atenção às simpatias, amizades ou interesses que ligavam o indivíduo aos chefes locais, ou pela possibilidade imediata de vir a usufruir benesses ou sinecuras rendosas. Constituiu uma excepção o núcleo ainda numeroso do Partido Miguelista, afastado para sempre do Poder. As circunstâncias, porém, resultantes da convenção de Évora-Monte, mais talvez dos que as que se seguiram à de Gramido, impuseram aos partidários de D. Miguel I uma inactividade que apenas serviu para criar a lenda à volta do rei exilado e prestigiar os homens representativos do seu partido, que, possivelmente, não teriam mantido essa linha erecta e digna que os distinguia, se se houvessem imiscuído nas pugnas políticas em que se degladiavam os partidos constitucionais e às quais, anos depois, se misturariam os Republicanos.

Olhando à sua volta, Oliveira Martins encontrou uma única figura de alto prestígio moral a destacar-se no *mare magnum* dos interesses que rebaixam: Anselmo José Braancamp. O seu prestígio, proveniente, sobretudo, de uma alta linha moral, cativou o nóvel político, mais talvez do que o programa relativamente avançado do seu partido. E com entusiasmo, inesperado num homem já de 40 anos, adere ao partido, na esperança de que em breve as vastas reformas que projectava comesçassem a cumprir-se, levantando o país do profundo abatimento em que caíra

após a série quase contínua de guerras, de que fora teatro desde o princípio do século. O caminho havia sido preparado com o prefácio anteposto à colectânea de artigos que Oliveira Martins publicou em 1885 com o título de *Política e economia nacional*. Daí a aderir formalmente ao partido era um passo, que o historiador deu levado por deveres imperiosos da sua consciência de português, a quem não podem ser indiferentes os destinos da Pátria.

Ele, homem de gabinete, que, como homem de acção, apenas manifestara os seus talentos na organização ou na direcção de empresas industriais, ia ter então oportunidade de, com o seu conselho avisado, influir na política nacional e — quem sabe? — talvez afastar Portugal do atoleiro profundo para que caminhava vertiginosamente. Dentro do partido a que aderira desenvolveu desde o princípio uma actividade verdadeiramente fenomenal. O seu dinamismo mantinha-se dentro da política, tal como até então se manifestara nas actividades industriais ou nas de escritor. Essa actividade, porém, exercendo-se num sentido construtivo e altruista, não podia, como é evidente, interessar os políticos profissionais. Mais ainda: criou-lhe ambiente desagradável, até mesmo entre os seus novos correligionários, habituados a não terem que defrontar alguém de pensamento ou a sofrer-lhe a influência dominante, que reputavam altamente perigosa para os seus interesses. Isso explica que, morto Anselmo Braancamp no próprio ano do banquete do Porto — com que se celebrou a união dos Progressistas desavindos e com que se inaugurou a «Vida Nova» — a um ano da sua adesão, pudesse o historiador escrever ao novo chefe do partido e então presidente do Conselho, José Luciano de Castro, a carta nobilíssima que todos conhecem e na qual perpassa já grande dose de desilusão da parte de quem não hesitara em ir avante, para insuflar ao rotineiro Partido Progressista uma vida que nada então poderia salvar, partido que se mostrava tão incompetente e incapaz de resolver o grave problema político, social, económico e financeiro do País — principalmente este último — como o seu antagonista.

Essa desilusão incipiente não impediria Oliveira Martins de prosseguir no caminho encetado. Eleito deputado por Viana do Castelo, é nessa qualidade que apresenta à Câmara dos Deputados o famoso (mais famoso do que lido) *Projecto de Lei de Fomento Rural*, publicado nesse mesmo ano e jamais lido no seio da chamada Representação Nacional. Começava a desenhar-se já a campanha violenta contra os nossos domínios ultramarinos, em volta dos quais interesses particulares se debatiam, campanha que iria culminar quatro anos mais tarde com o *ultimatum* e

atingiria aspectos de tragédia na crise de 1891-1892. Esse admirável projecto de lei, que, a ser promulgado, teria transformado por completo o nosso País e, muito provavelmente, lhe alteraria os destinos, poupando-lhe dias muito tristes, jamais o leram nas Câmaras nem os Deputados nem os Pares. As altas questões de interesse nacional só muito raras vezes se debatiam em S. Bento, o que, por via de regra, ocorria somente quando a força das circunstâncias as impunha à consideração dos representantes do povo. Ou então apenas se tinham essas questões em conta pela soma de interesses individuais que punham em jogo, resolvendo-se em função do interesse egoísta dos homens ou dos grupos. Por isso passou despercebido tão grandioso projecto, cujo relatório é admirável de equilíbrio e de saber profundo e reflectido, que tanta soma de trabalho custara ao autor, mas para a compreensão do qual pouco havia então em S. Bento quem tivesse a necessária preparação.

Das repercussões do facto no espírito de Oliveira Martins não temos qualquer conhecimento. Mas isso não deixaria de firmar mais ainda o seu cepticismo e o seu pessimismo, já agravados com a morte de Anselmo Braancamp dois anos antes. Esse pessimismo e esse cepticismo, numa palavra essa descrença já nas possibilidades que o Partido Progressista lhe oferecia de realizar trabalho útil, levou-o a recusar, em 1886, o convite para sobraçar a pasta da Agricultura, Comércio e Indústria, que seria então criada expressamente para ele.

Na alma de Oliveira Martins havia, porém, ainda restos de crença na possibilidade de levar a cabo o seu vasto plano, de parte do qual é expressão o citado projecto de lei. Por isso acede a ir para Lisboa dirigir *O Repórter* e orientar a política partidária, em época particularmente difícil para o País. A sua campanha no jornal, reunida em grande parte nos dois magníficos volumes dos *Dispersos*, é uma prova claríssima da seriedade com que Oliveira Martins considerava a política. Artigos de crítica social, de economia, de política pura, de crítica histórica e até pedagógica (muitos destes ainda hoje de actualidade flagrante), tudo ali se encontra exposto em linguagem vibrante e em tom nervoso, nesse estilo «irregular, tortuoso, familiar, apaixonado e vivo», como lhe chamou Moniz Barreto. Se Oliveira Martins vivesse em época de maior estabilidade, em que ódios e paixões não campeassem com tanta liberdade; se as questões de interesse público se encontrassem à frente de todas as demais, relegando-se para último lugar (ou até mesmo banindo-se por completo) as de interesse meramente particular; se o nosso Liberalismo não fosse ou só retórico ou simplesmente destruidor, por certo a actuação política do historiador ter-

-se-ia feito sentir não apenas em extensão, mas também em profundidade. Porém o ambiente carregado da electricidade dos ólios latentes e das ambições contidas pela força, não se mostrava propício à prática dos nobres ideais, e a obra de Oliveira Martins teria, por isso mesmo, fatalmente de cair e perder-se, mal chegando mesmo a esboçar-se.

É certo que ele amava a acção; não era, porém, homem meramente de acção. Na sua *Inglaterra de hoje* vislumbra-se até uma incontida má vontade contra os homens de acção e o espírito prático inglês, sendo frequente encontrar um mal contido azedume contra o excessivo amor dos Ingleses por esse espírito prático, uma das facetas que os caracterizam. E porque não era homem de acção, aos primeiros embates políticos com os adversários e às primeiras críticas dos próprios correligionários, sentiu o desalento invadi-lo, embora lhes respondesse tantas vezes em tom de acrimónia.

O período de 1890-1891, em que a nossa Terra atravessou uma das mais profundas crises da sua existência secular, foi particularmente fecundo na carreira política de Oliveira Martins. Em *O Tempo*, do seu amigo Carlos Valbom, em *O Repórter* e no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, onde colaborava, sucediam-se os artigos de doutrinação, sendo no primeiro destes jornais publicada a maior parte dos que defendiam (por coerência, mais que por convicção, e também por amizade com o seu grande amigo Barros Gomes) a política progressista nos meses que precederam e seguiram imediatamente o *ultimatum*. Foi essa campanha jornalística, violenta mas justa, que preparou a entrada de Oliveira Martins para o malfadado Ministério a que veio a pertencer. O *ultimatum* de Janeiro de 1890 derubara o Ministério progressista de José Luciano, a que se sucederam outros, impotentes para enfrentarem, e muito menos resolverem a pavorosa crise. O descalabro financeiro assustava todos os Portugueses, o ouro saía em abundância do País e os cupões da dívida externa eram o espectro que amedrontava os Ministérios. Em fins de 1891 tudo levava a crer que o pagamento do cupão de Janeiro do ano imediato provocaria a bancarrota e com ela a subversão total da Nacionalidade. Só um homem dotado de forte arcabouço se atreveria a enfrentar a crise e a tentar deter a bancarrota iminente. E os olhos dos políticos mais representativos, e mesmo os do rei, voltavam-se para Oliveira Martins, considerado já então o único homem capaz desse novo trabalho de Hércules. O historiador, que via na sua entrada para o Governo um dever imperioso da sua consciência de português, embora reconhecesse as dificuldades formidáveis da empresa, tomara em Outubro compromisso verbal (mas solene, como

todos os que assumia) com José Dias Ferreira, seu correligionário, de só aceitar fazer parte de um Ministério presidido por este e constituído por indivíduos que não tivessem responsabilidades nos actos por que tantos eram acusados nas Câmaras. A aproximação do mês fatal criou um movimento de cerco ao historiador, por todos considerado o homem providencial do momento. Ao Ministério presidia o velho general João Crisóstomo de Abreu e Sousa, e a pasta dos Estrangeiros sobraçava-a o Conde de Valbom, amigo pessoal de Oliveira Martins e pai de Carlos Valbom, director de *O Tempo* e um dos «Vencidos da Vida» com Oliveira Martins. De nada valeram os esforços empregados pelos dois, pai e filho, para demoverem o historiador da sua recusa ao convite de substituir Mariano de Carvalho (comprometido fortemente pela protecção que, sem conhecimento dos colegas, dera a certos sindicatos bancários) na pasta da Fazenda. Todas as pessoas que mais estimava o assediaram durante dias, o próprio monarca, que por ele nutria afeição muito especial, o convidou e insistiu por que salvasse o País. Fiel ao seu pacto, Oliveira Martins recusou, recusou sempre, pondo em risco velhas amizades que muito prezava e dedicações a que era grato.

Caído o Ministério, D. Carlos I convida então Dias Ferreira a constituir Gabinete: isto equivalia a chamar ao Poder Oliveira Martins, que ia ficar com o encargo formidável de solucionar a situação do País, afastando a bancarrota e prestigiando o vilipendiado nome de Portugal. E então, num trabalho exaustivo que mal podemos avaliar hoje, o ministro, dotado de uma capacidade de trabalho assombrosa, servido por uma inteligência poderosa, por uma cultura vastíssima, com uma visão claríssima dos problemas, uma honestidade acima de toda a suspeita, lança-se à obra que iria, pensava, terminar com a aplicação de todas as suas teorias e doutrinas, acalentadas desde a mocidade e que já desesperara de ver em acção. E em quatro escassos meses — de 17 de Janeiro a 27 de Maio, — por entre a oposição feroz dos seus inimigos políticos e os insultos soezes de uma Imprensa indigna, o estadista, senhor de si e consciente da sua missão, lança os fundamentos de uma obra que havia de consagrá-lo. Não comportam os limites deste artigo uma referência pormenorizada e a análise desenvolvida dessa obra, mas, nesse espaço de quatro curtos meses, pôde ele realizar economias que, em números redondos, totalizaram 10.200 contos. Trabalho hérculeo que só pode avaliar bem quem se elevar acima das vaidades mesquinhas da vida diária, da característica indolência nacional (já estigmatizada no século XVIII pelo Duque de Châtelet na obra famosa que escreveu acerca de Portugal), da maledi-

cência de café, da tradicional «brandura dos nossos costumes», eufemismo que encobre o desinteresse dos Portugueses por tudo aquilo que imediatamente não compreendem ou imediatamente não afecta ou prejudica.

As providências severas do estadista, prólogo de uma obra e impostas pela situação trágica do País, criaram-lhe ainda mais inimigos. Que importava que o próprio rei, querendo remar contra os vícios constitucionais do regime, desse incondicional apoio ao seu ministro, um dos maiores que no seu reinado ocuparam as cadeiras do Poder? A cabala, urdida dentro do seio do próprio Ministério e, a certa altura, orientada pelo antigo co-pactuante de Oliveira Martins, o presidente do Conselho, foi a casca de laranja que o fez estatelar. Dias Ferreira, a quem parece não agradou certo remoque do seu ministro e não ter desejado no Ministério quem pudesse pensar, preparou a queda do estadista, sem considerações de qualquer ordem pelos interesses do País. A sua actuação constituía uma prova mais de que os interesses que sobrenadavam eram os de partido. E o estadista caíu. Houvesse este posto de parte considerações de honra e teria entrado no Ministério de João Crisóstomo, salvando-o e salvando talvez o País. É possível que se atendesse, na altura própria, o apelo patético do seu amigo Carlos Valbom, a sua obra entrasse em princípio de realização. Talvez até o curso da nossa história contemporânea se alterasse com as transformações que inevitavelmente se seguiriam à execução dos planos do historiador.

Assim, ilaqueado pelo seu amigo e colega no Governo, caído do alto da torre em que, alheio aos maquiavelismos da política, procurara salvar Portugal, Oliveira Martins vê-se forçado a pedir a demissão, abandonando, dois dias depois, o País, para ir procurar descanso em novos climas e novos ambientes. «*Emergi* da cloaca ministerial», dizia o ministro demissionário em carta ao seu amigo Eça de Queirós. Qual o estado de espírito em que se encontrava nessa ocasião, qualquer pessoa o pode conjecturar. Pouco habituado às «tricas» da política (pelo menos daquela espécie de política que caracterizou, com raras excepções, o nosso Constitucionalismo), homem de pensamento, que na acção via apenas o meio de dar realidade prática às ideias, ignorante (apesar das lições da história) da soma de contradições que existem no homem e o levam, por vezes, a modificar as opiniões ao sabor dos ventos de ocasião, cheio de boa vontade, mas demasiado confiante nos colaboradores, Oliveira Martins não teve a força de ânimo bastante para provocar a queda colectiva do Ministério, que importava ao monarca o confiar-lhe a constituição do novo Gabinete. E então, com homens seguros e de sua escolha, o seu vasto

programa de «socialismo catedrático», paradoxalmente ensaiado na Alemanha, levantaria Portugal do atoleiro para que os políticos corruptos o haviam atirado, agravando os «erros que de longe vinham». Sem essa dose de coragem moral, Oliveira Martins estava fatalmente condenado a cair perante a cabala, e com ele caía também o seu sonho, que mais ninguém seria capaz de realizar.

Eleito deputado ainda ausente de Portugal, em 1893 volta de novo à Câmara dos Deputados, onde, nas sessões de 6 e 7 de Fevereiro, desfez uma por uma as acusações que lhe haviam sido feitas e que tinham como base a forma como conduzira o convénio com os credores estrangeiros da dívida externa. O longo relato da sua exposição, durante a qual defrontou Dias Ferreira, transcreveu-o seu dedicado irmão no «Esboço biográfico» com que antecedeu a edição póstuma das *Cartas peninsulares*. Com uma só coisa se preocupou o estadista efémero: demonstrar a honestidade dos seus actos de ministro. Por isso se limitou ao papel passivo de defensor de si mesmo, quando tudo lhe impunha o apresentar-se como acusador.

No ano imediato, a grande massa operária do distrito do Porto elege-o novamente deputado, mas as duas sessões de Fevereiro do ano de 1893 haviam sido o canto do cisne do historiador como político. Absorvido de novo pelos trabalhos históricos, estes importavam-lhe muito mais do que tudo quanto ocorria no País. Depois de ter dado à luz o *Nun' Álvares*, figura cândida de vitral, com rasgos grosseiros de homem terra-a-terra, imagem fiel da Idade Média que nele incarnou, Oliveira Martins voltava-se então para a forte personalidade do Príncipe Perfeito, antítese da do Condestável. Colheu-o a morte no começo da jornada. Desiludido dos homens, mas não descrente da amizade, o político falhado (lamentavelmente falhado por culpa do meio) deixava o mundo serenamente, sem saudade e com tristeza: «Morro triste, não levo saudades do mundo».

Para trás ficava o País, ficavam as ambições mesquinhas, ficava a cupidez, ficavam as vaidades feridas, ficava tudo. Ficava principalmente a vergonha da queda do Estadista, labéu a pesar eternamente sobre um povo ingovernável, que, pelos séculos fora, parece haver sido sensível sòmente ao látego dos tiranos, e desprezador dos méritos de quantos têm procurado elevá-lo à categoria de povo civilizado.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da página 23 — Vol. XXII)

CAPÍTULO III

O amor à terra

À medida que avançamos no estudo de Catulo, e em ordem decrescente de valores, notamos, sem esforço algum, pronunciado aumento de intensidade amorosa.

Depois da crença em entes superiores reverenciados por temor e interesse, crença despida de sentimentos característicos de maior nobreza, Catulo mostra mais preferência pelo que menor trabalho de abstracção exige.

Não custa verificar que a terra pátria lhe provoca palavras de complacência e saudade, quando distante dela, e desabafo de entusiástico alívio ao ver terminados nela momentos duríssimos e longos de ausência, com um calor bem diferente que em nada nos faz lembrar a quase frieza das suas relações com os deuses romanos. Se assim não fosse, não apareceria ligado ao nome de Catulo o da sua terra, Verona.

Ali nascera e começara a educação que, por facilidades económicas da família, foi completar em Roma onde viveu saborosamente a vida.

O tédio, com o tempo, começou a apoquentá-lo; não respirava bem naquele ambiente mefítico. Roma, a capital do mundo, continuava a prendê-lo, mas sem a força poderosa, sem o carácter de exclusivismo precedente, fonte de paz interior.

É complexa e tremenda a busca de quietação para a sensibilidade e inteligência, que assenta paradoxalmente na mudança de situações e, por

vezes, na renúncia da vida! O japonismo edênicamente aprazível de Venceslau de Moraes — aprazível e tentador —, o tiro de Camilo e Antero, o abrigo serrano de Frei Agostinho, o caso impressionante de Uriel da Costa, mendigo errante da calma religiosa longe da Igreja, demonstram à saciedade quão difícil é a vida íntima.

Catulo sentia necessidade de absorver paisagens, de tomar contacto de vez em quando com a vida pura da natureza? Ei-lo a caminho de Verona, de Sírmió, à vista das quais sacudia possíveis restos da imundície urbana, para se tranquilizar.

Na terra vivia momentos felizes, com ambiente de sossego, amigo da poesia; de lá dirigia convites como o seguinte:

Poetae tenero, meo sodali
Velim Caecilio, papyre, dicas
Veronam ueniat, Noui relinquens
Comi moenia, Lariumque litus;
Nan quasdam uolo cogitationes
Amici accipiat sui meique,

.....

manifesto de um embaixador de amizades e ideias...

O afecto dedicado à terra natal partilhava-o com bastante agrado por outros lugares semelhantes na paisagem, na vida tranquila e nas sugestões poéticas. Tinha gosto em confessar-se provinciano à maneira actual, defensor acérrimo da sua região. Foi um longínquo precursor das correntes políticas contemporâneas que assentam o autêntico nacionalismo no verdadeiro regionalismo.

O regionalismo de Catulo era ao mesmo tempo atitude artística e intenção moral que noutros aspectos observaremos adiante, e não só caprichosa oposição de combate entre dois modos, duas concepções de vida; era ainda manancial de energias que ia buscar quando enfasiado e doente pela vida desregrada na capital:

O funde noster seu Sabine seu Tiburs,
.....
Sed seu Sabine siue uerius Tiburs,
Fui libenter in tua suburbana
Villa malamque pectore expuli tussim,
Non immerenti quam mihi meus uenter,
Dum sumptuosas appeto, dedit, cenas.

.....

E à frente escreve que lá encontrou o remédio desejado:

. in tuum sinum fugi
Et me recurraui otioque et urtica,

pelo que se não esquece de manifestar os devidos agradecimentos:

Quare reffectus maximas tibi grates
Ago
. (1).

As referências de Catulo à vida provinciana não são memórias ocasionais a registarem impressões de paisagens turísticas em que a alma se extasia ao contacto das belezas naturais, ou de estâncias de repouso junto do arminho das serras e do cristal dos lagos a que os pulmões doentes vão pedir lufadas de ar, os nervos descanso, e o cérebro alívio; tinha outras preferências.

É que as grandes cidades conhecidas no mundo inteiro perdem valor se confrontadas com a nossa terra, embora escondida entre fragas; aquelas espantam e distraem os olhos, mas só a esta assiste o privilégio de se tornar querida às fibras mais íntimas de cada um de nós.

Não há mapa que a registre nem viandante que a recorde? Que importa isso, se ela está sempre dentro de nosso peito?

Grande vergonha é ter vergonha da nossa terra...

Catulo, como ia dizendo, legou-nos da sua terra mais que simples notas; legou-nos um cântico de amor saudoso, um mundo de recordações que adivinhamos e conhecemos, quando lhe chamou com ufania «minha Verona»:

Brixia Veronae mater amata meae,

como o seu homónimo brasileiro e irmão na poesia, Catulo da Paixão Cearense, bastantes séculos depois chamaria ao florescente filho de Portugal

«meu Brasil, meu coração!»

Se lermos a carta ao amigo Mânlio, lá encontramos o grande amor que prendia Verona a Catulo, pelas recordações infantis, pela vida moça

(1) Também Horácio gostava das terras de Tivoli para cura das almas dominadas pela sedução grega (*Odes*, 1, 6).

truncada na sua felicidade com a morte do irmão, pelos laços familiares. Ele o afirma ao escrever :

.
Tempore quo primum uestis mihi tradita pura est,
locundum cum aetas florida uer ageret,
Multa satis lusi;
.
Sed totum hoc studium luctu fraterna mihi mors
Abstulit
. illa domus,
Illa mihi sedes, illic mea carpitur aetas.
.

Nestas lembranças queridas da terra natal que, todavia, não teve poder bastante para o arrancar à vida airada de Roma, causa da sua morte prematura, nestas preferências pela vida campestre está enunciado o tema tratado frequentes vezes na Literatura Portuguesa: o da supremacia económica e mora! do vilão posto em frente do cidadão, e, implicitamente, também a crítica às vítimas da fascinação das cidades, verificando-se assim, mais uma vez, o nosso carácter latino, de raça, que não só imitação artística. Vejamos alguns casos.

Nuno Pereira, por exemplo, nas trovas que mandou a Francisco da Silveira dá conta da tranquilidade na vida do campo, da alegria em possuir propriedades com oliveiras, laranjeiras e limões, e juntas vêm estas palavras:

Privar em cás-da rainha
Deus vo-lo deixe fazer,
e a mim ãa vinha,
e regar ãa almoinha,
em que tenho mor prazer.
Deus vos dê muita privança
com el-rei, nosso senhor,
e a mi lavrança,
aguilhada em vez de lança,
Vós pãção, eu lavrador.

Mais elucidativa e mais áspera — oportuna resposta à letra... — é a poesia dirigida a António Pacheco, veador da moeda em Lisboa, por João Roiz Castel-Branco, contador da Guarda.

Com ironia e sátira o poeta põe frente a frente a cidade e a serra. Lá não se come o necessário, nem há limpeza, mas porcaria física e moral,

pobreza e miséria em alguns que escaparam às «borriscadas» do mar, sorvedouro de muitos mais; cá, na Guarda, nada disso sucede. Ouçamo-lo:

Saberês que sam tornado;
dês que vivo nesta Beira,
d'étégo, magro, coitado,
em rebusto em gram maneira;
tam disforme, tam beiram

.
Quantas vezes pelejei
convosco sôbola manta,
onde era a pulga tanta,
quantas sabeí que mateí!
Quantas vezes jejuei
sem ter muita devaçam!
.

Eufemismo diáfano em demasia para não enxergarmos o azedo do remoque...

Já quase no fim, não contente ainda com o que estava escrito, o poeta manda mais estas letras:

.
. há lá tanta soma
de males e de paixam
que, por não ser cortecão
fugirei daqui té Roma.
.

Seria a pena de Castel-Branco, ao falar-nos de Lisboa, movida por qualquer despeito ou caso particular?

Sendo isso certo, mesmo então, não devíamos rejeitar a verdade das alegações transcritas que infelizmente não são desmentidas pela vida de hoje. A cidade é agora, como era então, laboratório de «étegos, magros, coitados», madrasta que «farta mais de desaventuras que de mui cea»; agora mais que nesses tempos a cidade esfarrapa, empobrece, e o campo dá vigorosa saúde como outrora a Catulo e Castel-Branco.

Pensamento igual possuíam António Ferreira e Sá de Miranda, quer ao falar-nos do rato da cidade e do rato do monte, quer ao fugir para a província, que o forçava a escrever a Pero de Carvalho:

No lugar onde me vistes,
d'água e de montes cercado,
e doutros males que ouvistes,
tenho mais dias contado
de ledos, que não de tristes.

E não é a mesma tese a explicação do gesto da conhecida figura queirosiana que, simbòlicamente, ao ver mexer as folhas e luzir as águas, ao ouvir o cantar das aves no campo lançou para o lixo «com a alma contente e Deus contente» o pútrido rebotalho da civilização?

Sempre a natureza e as nossas terras semeadas pela província nos ensinam e nos oferecem, como a Catulo, motivos de beleza, de saúde e utilidade que o cidadão não tem a ventura de conhecer e que têm feito o atractivo poético dos nossos bucólicos.

Antes de terminar este capítulo de amor à terra, à natureza e à vida vivida no seu seio, lembro ainda dois poetas portugueses mais perto de nós.

Um deles, João de Lemos, traz consigo, à maneira do Veronense, um carrilhão de cor e som a recordar a vida da aldeia na juventude distante, vida de folguedos e orações, síntese do

Doce viver d'essas horas
Da aurora doce da vida;

O autor da *Lua de Londres* não se distrai na contemplação da Pátria, e o motivo é a permanente saudade sentida junto do que possui ouro e pedrarias, mas carece de encantos para o que aí não nasceu:

.
Eu lá sinto-me contente
E aqui lembrança pungente
Faz-me negro o coração.

O outro poeta é D. Francisco Manuel de Melo.

Em um dos *Apólogos Dialogais* apresenta-nos dois relógios — o da cidade e o da aldeia — companheiros accidentais na oficina do «maldito caldeireiro», onde esperavam vez de serem consertados.

Aproveitando a ausência do artista e movidos por simpatia mútua chegam à fala, interrogam-se reciprocamente sobre a vida e história própria, conversam, fazem apreciações com referências claras a terceiros, são enérgicos por vezes nas suas alusões, e concluem o desabafo com dizerem que «melhor é o campo que a cidade» e que para nos livrarmos de «sobressaltos e ingratidões vale a pena viver nas choupanas de Porto de Muges ou na charneca de Monte Argil».

Mui afastados no tempo, mas mui unidos na mesma apreciação da vida, se encontram estes poetas portugueses e o de Verona, demonstrando, de tal sorte, como a Latinidade e a Romanidade se continuavam em Portugal.

(Continua).

A. SARAIVA DE CARVALHO.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1846

Guimarães há 100 anos

Junho

Dia 1 — Seguiu para Braga a Junta desta vila para ver se podia conseguir que o Barão d'Almargem tomasse o governo das armas do Minho, 4.^a Divisão, e fazer com que se desarmasse o regimento do 8, ainda estacionado naquela cidade, estando em volta da mesma muito povo armado. De tarde chegou aqui o José Salgado, com a gente com que tinha marchado para Vila Nova e Barcelos, etc., sendo aboletada. Também aqui chegou a notícia do Barão d'Almargem ter sido nomeado pela Rainha General da Província do Minho. (P. L.).

Dia 2 — O Barão d'Almargem e José de Arrochela chegaram aqui, vindos de Braga para onde tinham ido ontem. O Visconde da Azenha não tinha ido. O Barão d'Almargem, em consequência de estar nomeado General da Província, arengou ao povo que estava no Senhor do Monte, dizendo para todos se recolherem a suas casas, pois já tinham obtido de S. M. a Rainha as suas exigências, e que podiam contar com ele, porque sempre seria o defensor dos direitos do povo. Parece que alguém não gostou desta fala, chegando a proferir a voz de traidor, sendo preciso sossegar o povo. (P. L.).

Dia 3 — A guerrilha do José Salgado amotinou-se por lhe ter sido ordenado para

se recolher a suas casas, dizendo que o Barão d'Almargem e o administrador interino eram traidores, preparando-se para fazer desordens a ponto de ser preciso chamar o Salgado (que tinha ido para sua casa), para a acomodar. Este, para sossegar os homens, saiu com eles em direcção a Barrosas, para continuarem a fazer das suas, pois era tudo uma súcia de ladrões. Muitos dos de Fafe, que estavam para as partes de Braga, passaram por aqui a caminho de casa. O José Salgado acompanhou a guerrilha até aos Remédios e depois fugiu, assim como um padre de Braga (egresso carmelita), que também a tinha acompanhado. A guerrilha não chegou a Barrosas, pernoitando na Madalena. (P. L.).

Dia 4 — Comandada por um rapaz, filho de um estalajadeiro de Braga, a cavalo, voltou a entrar a guerrilha que ontem tinha saído. Os habitantes ficaram assustadíssimos, não por não trazer um comandante que desse garantias, mas pelo procedimento do dia anterior, porque sendo todos uma súcia de salteadores tinham já feito bastantes roubos. O administrador Valentim Brandão de Sá apresentou-se imediatamente à frente da guerrilha e indicou-lhe os aboletamentos que tiveram no dia anterior. De tarde veio o Salgado com gente armada para dispersar a guerrilha, chegando, também, alguns homens armados de Fafe para o mesmo fim e para segurança do Barão

d'Almargem, do administrador do concelho e do Salgado. A gente que tinha sido da guerrilha do Salgado queixava-se deste ter roubado os cofres e não lhe ter dado senão um pinto. A' noite deram-se alguns foguetes defronte da casa do Barão por este ter sido nomeado general da 4.^a Divisão. (P. L.).

Dia 6 — A vila mantinha-se em sossego apesar de continuarem a andar alguns ladrões armados. A Junta Governativa fez uma Proclamação monstra, dizendo que reconhecia o Governo e tratava de fazer com que o povo que estava no Bom Jesus e Falperra se recolhesse a suas casas. (P. L.).

Dia 8 — Toma posse a comissão camarária, nomeada pelo administrador geral de Braga, composta dos seguintes: — Presidente, José Joaquim de Abreu, do Reboto; José Correia, cirurgião; Custódio Sardinha, negociante à Porta da Vila; José de Freitas, negociante no Terreiro de S. Francisco; Joaquim Anceto, negociante de sola na Rua Nova; alferes do Carvalhal e João Baptista Xisto, proprietário. No acto de posse deram-se bastantes foguetes e repiques de sinos. Todos os camaristas eram setembristas puros. Nesta tarde chegou o padre Casimiro, comandante das forças populares do Senhor do Monte, com 40 paisanos, para acompanhar o Barão d'Almargem que havia de marchar no dia seguinte para Braga, para tomar o comando da 4.^a Divisão.

O padre Casimiro, com a sua gente, dirigiu-se primeiro à Casa do Arco e depois à do Barão, queimando-se muitos foguetes. A Nação em tanta pobreza a que a tinham reduzido os Cabrais, e tantos foguetes!!! (P. L.). A' margem do livro «*O João Baptista Xisto não foi nomeado camarista.*»

Dia 9 — O Barão d'Almargem seguiu para Braga, acompanhado do Visconde da Azenha, do major Vidigal, dos capitães Pi-

menta e Veiga e de mais algumas pessoas, para tomar o comando da Província. (P. L.).

Dia 11 — Suiu a procissão de *Corpus Christi*, segundo o seu antiquissimo costume, apesar do estado anárquico em que se achava todo o Reino. Atrás da procissão ia uma guarda de homens armados, a maior parte indigitados como salteadores.

Pelas 5 horas da tarde entraram aqui o padre José da Lage, fr. António Correia, Salgado de Mata Diabos, os filhos do Henrique Pasteleiro e João da Costa Carvalho, com uma música e cento e tantos homens armados, a maior parte dos quais tinha sido da guerrilha do Salgado, dirigindo-se ao Arco, onde deram vivas, e, depois, seguiram pelo Toural, rua de S. Domingos e Domínicas e foram a casa do administrador Valentim onde receberam boletos. Concorreu bastante povo a acompanhá-los, dando-se foguetes e alguns repiques de sinos. (P. L.).

Dia 12 — O padre José da Lage mandou formar os seus homens no Campo do Toural e mandou-os para suas casas com as armas com que tinham andado armados, desarmando alguns que tinham sido da guerrilha do Salgado e andavam últimamente com ele. (P. L.).

Dia 24 — O administrador do concelho, Valentim Brandão de Sá, com os seus empregados, a policia e a força dos cidadãos armados (salteadores), andou a rondar a vila e freguesias dos arrabaldes, por se dizer que queriam vir aqui aclamar D. Miguel. (P. L.).

Dia 26 — Vindo de Braga para proteger a passagem das forças do 13 e de cavalaria 6, que estavam naquela cidade, chegou aqui, pela manhã, o batalhão rural do comando do cônego da Sé de Braga, Mont'Alverne. Logo depois entrou a força do 13 e a cavalaria, que, para não passarem pelas Caldas,

veio pela ponte de S. João, tendo-lhe sido dados alguns tiros à ponte da Pisca. Depois de algumas horas de descanso seguiu para Fafe, indo todos os soldados armados, sendo acompanhados até à Portela por alguns cidadãos armados da guarnição desta vila. Mont'Alverne e os seus homens ficaram aqui, tendo-se recolhido a quartéis e comportando-se muito bem neste dia, andando os voluntários pelas ruas, sem armas, não constando que houvesse uma só desordem motivada por eles.

De manhã saiu da igreja do Campo da Feira, em procissão, para a capela dos Terceiros de S. Francisco, a milagrosa imagem de Santa Filomena, acompanhada pela Irmandade do Campo da Feira e pela Ordem Terceira de S. Francisco. Logo que chegou à capela dos Terceiros houve missa cantada e deu-se princípio à novena da mesma Santa. Esta imagem foi dada pelo Comissário daquela Ordem, fr. João Tinoco, que já há muito a tinha em sua casa, com muita decência, e tendo feito muitos milagres e julgando que a sua veneração se devia fazer mais pública, a ofereceu à Ordem Terceira, que a colocou em altar que mandou preparar na sua capela, do lado da epístola. (P. L.).

Dia 28 — Por ordem do administrador interino do concelho foram passadas buscas em casa de alguns miguelistas, à procura de armas. (P. L.).

*

No fim deste mês ainda a vila se achava sem autoridades, estando, apenas, em exercício o administrador interino Valentim Brandão de Sá, encontrando-se ainda aqui o cônego Mont'Alverne com o seu batalhão, passando buscas a algumas casas e mandando prender alguns miguelistas como o padre João do Cano, que lia exorcismos e tinha, ultimamente, andado com o padre

Casimiro. Os miguelistas estavam muito quisilados contra os setembristas (Mijados) por terem ajudado a derrubar os Cabrais e serem, por fim, perseguidos. (P. L.).

Julho

Dia 1 — Chegou ao arcepreste do julgado desta vila a noticia official do falecimento, em Roma, de S. Santidade o Papa Gregório XVI, de 81 anos de idade, tendo sido Papa durante 15 anos e mais alguns meses. Logo depois da chegada desta noticia, principiou a dobrar a guerrida da Collegiada, dando 15 badaladas o sino da Senhora (segundo o costume indicam os anos de reinado dos Papas e Reis), dobrando em seguida, assim como todos os mais. Em todas as torres se tocaram os mesmos sinais por espaço de três dias. (P. L.).

Dia 2 — Pela meia noite saiu daqui para Vila Nova de Famalicão o cônego Mont'Alverne (progressista), com a sua gente armada, correndo diferentes boatos acerca da sua saída desta vila. (P. L.).

Dia 5 (Domingo) — Fez-se a primeira festividade a Santa Filomena, na capela dos Terceiros franciscanos, com missa cantada, exposição todo o dia e sermão, havendo na véspera muito fogo. À tarde saiu a Santa em procissão, acompanhada das irmandades da Casa e das Ordens Terceiras de S. Francisco e de S. Domingos, percorrendo as ruas costumadas das procissões que saíam de S. Francisco. Esta festividade foi feita no seu dia próprio. (P. L.).

Dia 7 — Andaram alguns homens de Sande (do Povo Rei), todos os mais desprezíveis, assim como garfeiros, etc., a pedir pelas casas dos moradores da vila, com o pretexto de terem pegado em armas e serem os primeiros que deram impulso à Revolução, em que se distinguiram alguns individuos

daquella freguesia, pela qual revolução ainda o reino se achava na maior anarquia!!!... Acompanhava-os um cabo de polícia. (P. L.).

Dia 8 — O livro do cônego P. L. não regista qualquer manifestação festiva pelo aniversário do desembarque do Sr. D. Pedro em Labre.

Dia 10 — Logo pela manhã os arrematantes dos direitos do peixe quiseram que os almocreves e peixeiras pagassem os direitos que a Câmara transacta lhes tinha lançado e que eles não tinham pago depois do movimento popular, dizendo que por esse pronunciamento geral tinham sido deitados abaixo todos os direitos. A Câmara informou que se deviam pagar os direitos pelo que o povo lhe dirigiu grandes doestos, fazendo-se grandes murmurações, dizendo que não sabiam para que tinha morrido tanta gente e que tão bons eram uns como os outros. Os arrematantes trataram de ver se recebiam os direitos por saberem que estava a chegar tropa do Porto.

Chegou o regimento de infantaria n.º 6 comandado pelo seu coronel o Barão de Fornos de Algodres. Foi aboletado pelas casas, por três dias. Vinha do Porto e trazia 400 e tantas praças. O coronel foi aboletado na casa do Nicolau do Cavalinho. Alguns dos cidadãos armados (salteadores), que estavam aqui a fazer a guarnição, fugiram logo que aqui chegou o regimento, levando as armas. (P. L.).

Dia 11 — As peixeiras opuseram-se a pagar os direitos do peixe, apesar daqui estar o regimento do 6, pretextando ter o povo deitado abaixo os direitos. (P. L.).

Dia 12 — As peixeiras apresentaram-se a vender o peixe fora da alfândega para não pagarem os direitos que a Câmara lhes tinha lançado. Assim deixavam de pagar uns direitos que a Câmara, segundo a lei, tinha lançado para as despesas do Município, não obstante estar aqui um regimento. Nem a

Câmara nem a força armada tomaram parte activa neste negócio. (P. L.).

Dia 14 — Chegou a Braga o novo governador civil, desembargador Silvério de Castro, natural desta vila, nomeado em virtude de ter sido exonerado Francisco Lopes de Azevedo Velho. (P. L.).

Dia 21 — Pelas 3 horas da manhã saíu para Braga o regimento do 6, em virtude de se terem registado naquela cidade algumas desordens entre os soldados do 8 e os voluntários do batalhão de Mont'Alverne. Logo que o regimento saíu daqui, entraram a aparecer vários cidadãos armados, com cacetes e paus, oferecendo-se ao administrador do concelho para pegarem em armas (isto era para andarem aboletados), ao que foi respondido que não eram necessários. (P. L.).

Dia 27 — Chegou ao Cabido a notícia oficial de ter sido eleito em Roma o SS.^{mo} Padre Pio IX. Em consequência desta notícia tocaram logo repiques de sino na Collegiada e mais torres da vila, assim como ao meio dia e à noite e, da mesma maneira, nos dois dias seguintes. Este Papa era novo, apenas tinha 50 e tantos anos de idade. (P. L.).

Dia 31 — Ao romper da aurora, ao meio dia e à noite tocaram-se repiques e deram-se foguetes por ser o aniversário do juramento da Carta Constitucional, o dia dos anos de S. M. I. a Duquesa de Bragança, viúva de D. Pedro, e pelo feliz parto de S. M. a Rainha, que tinha dado à luz um infante. A comissão da Câmara mandou deitar um bando convidando os habitantes a porem luminárias na noite deste dia, pelos três referidos acontecimentos, a que a maior parte dos habitantes, apesar do seu desgosto, anuiu. Uma comissão municipal que não gostava de nenhum destes objectos a ordenar tais festejos e em circunstâncias tão apuradas!!! (P. L.).

Agosto

Dia 10 — O presidente da comissão municipal, José Joaquim Cardoso (o Rebotó), passou a ser o administrador do concelho em virtude do administrador interino, nomeado pelo povo da guerrilha do Salgado, Valentim Brandão de Sá, não querer continuar a exercer essas funções as quais foram transmitidas ao Rebotó, segundo a lei, por este ser o presidente da Câmara. (P. L.).

Dia 13 (*quinta-feira*) — Foi este o primeiro dia em que houve audiência no Tribunal desta comarca, desde as férias da Páscoa, em que teve princípio a revolução nesta província. Esta primeira audiência foi presidida pelo Juiz de Direito substituto, Lourenço de Castro Sampaio, pois o Juiz de Direito proprietário, Meireles Guerra, não tinha aparecido aqui, depois da Revolução, por ser muito cabralista. O Juiz substituto já há muito que estava em exercício, não tendo havido audiências por o administrador interino dizer que não respondia pelo sossego se se fizessem audiências, mas tudo isto era em consequência de continuar ao serviço o escrivão Francisco Ferreira, da rua de Couros, nomeado pelos cabrais em substituição do Valentim Brandão Moreira de Sá. Logo, porém, que este foi restituído ao seu officio mais nenhum obstáculo se levantou à realização das audiências. (P. L.).

Dia 15 — Na igreja da Colegiada fez-se a festa a Nossa Senhora da Oliveira, conforme o costume, saindo à tarde a procissão. Fez a guarda de honra o batalhão de caçadores 7, comandado pelo seu coronel Cardoso, tocando lindas peças a música do mesmo batalhão. (P. L.).

Dia 16 — Foi conhecido o decreto de S. M. a Rainha pelo qual foram transferidos muitos Juizes de Direito, entre os quais

o desta comarca, Jerónimo Meireles Guerra, que foi colocado na comarca de Silves, vindo para aqui o de Lousada, Bernardo Pereira Leite. O Delegado, João Ribeiro dos Santos, vimaranense, foi exonerado e substituído por um bacharel de Pombeiro, Joaquim de Nazaré Soares (egresso cruzio!!!) à margem, em letra mui diferente, diz «Lolo e depois casou com a Carneiro».

O Juiz de Barcelos, Manuel de Freitas Costa, ficou no quadro da magistratura, mas sem lugar. O Juiz de Direito do Funchal, Francisco Leite Pereira Bernardes, foi transferido para a comarca de Moura, no Alentejo. O Delegado de Celorico de Basto foi exonerado. Este era João de Eça e Leiva, nosso patricio. (P. L.). Com excepção do primeiro magistrado todos os outros eram vimaranenses.

Dia 18 — De madrugada e à noite saíu alguma policia para prender, ou fazer que pretendia prender, alguns dos imensos ladrões que a toda a hora saíam a roubar os passageiros, muito principalmente abaixo da Pisca, onde constantemente se roubava a qualquer hora do dia, chegando-se, também, a roubar gente no Campo do Proposto. Só prenderam dois. (P. L.).

Dia 19 — Chegou o novo Juiz de Direito, Bernardo Leite. Vinha acompanhado do Juiz substituto e mais empregados da Justiça e de alguns cavalheiros que o tinham ido esperar. Foi para casa de José Fortunato, onde esteve hospedado por alguns dias. (P. L.).

Dia 20 — Na casa das audiências, em S. Francisco, tomou posse e fez a primeira audiência o novo Juiz de Direito desta comarca, Bernardo Leite, natural de Basto e irmão do desembargador do Porto, António Leite.

Dia 28 — Chegou o correio extraordinário que se estabeleceu às sextas-feiras,

passando, assim, a haver semanalmente três correios do Porto para aqui: — nos domingos, nas quartas e nas sextas. Neste correio chegou a notícia de ser confirmado pela Rainha o título de 2.º Visconde de Azenha na pessoa de Bernardo Correia de Moraes e Castro, da casa do Arco, filho do 1.º Visconde, Martinho Correia, «por o mesmo Bernardo Correia ter prestado serviços à causa do Povo e da Rainha (tinha sido coronel de voluntários realistas no tempo de D. Miguel) quando foi membro da Junta Governativa desta vila». Nesta ocasião foram agraciados outros miguelistas por iguais serviços. (P. L.).

Setembro

Dia 5 — Ao amanhecer chegou aqui o contingente de caçadores 7, que há dias tinha ido para Braga, comandado pelo novo major do batalhão, trazendo presos dois homens que estavam armados, logo para cá da Falperra. O coronel do 7 seguiu, depois, em direcção a Penafiel, com a música e 200 homens do mesmo batalhão, por, para aqueles sítios, ter sido aclamado D. Miguel. Também se dizia que tinha saído tropa do Porto na mesma direcção.

Dia 7 — Regressou aqui a força do batalhão 7, com o seu coronel. (P. L.).

Dia 11 — Vindo de Braga chegou, pelas 8 horas da manhã, o Conde das Antas, comandante das forças em operações nas províncias do Minho e Trás-os-Montes. Foi esperá-lo o batalhão do 7, em grande uniforme, assim como as autoridades e empregados públicos. Na sua entrada deram-se foguetes e tocaram repiques de sinos, tocando, até, o do relógio por ordem da autoridade. Também veio o governador civil interino, o Juiz da Relação do Porto, Silvério de Castro. Este foi hospedado em casa do escrivão de direito Valentim Brandão de Sá e aquele na Casa do Arco! Quando es-

tas personagens passaram em algumas ruas e praças, deram-lhes assobios. O Conde das Antas passou, de tarde, revista no Terreiro do Cano, ao batalhão de caçadores 7, que estava em ordem de marcha. (P. L.).

Dia 12 — O Conde das Antas, acompanhado do governador civil e outros e de 100 praças do batalhão de caçadores 7, foi a Fafe, regressando aqui de tarde. (P. L.).

Dia 13 — O Conde das Antas regressou a Braga, acompanhado do seu estado maior e do governador civil. (P. L.).

Dia 16 — Houve repiques de sino nas torres da vila, mas nenhum outro sinal de regozijo, por ser o aniversário natalício do Príncipe Real. (P. L.).

Dia 25 — Morreu, na rua das Molianas, D. Luísa Casimira Rosa de Sousa Meneses Vasconcelos e Ataíde, da Casa das Lameiras, última pessoa daquela família, pelo que a referida casa passou a Damião Pereira, do Porto, que tinha sido Juiz de Fora desta vila, da qual ficou herdeiro por disposição testamentária do senhor dela e irmão desta defunta, António Cardoso de Meneses. Foi depositada e sepultada no dia seguinte na igreja de S. Domingos. (P. L.).

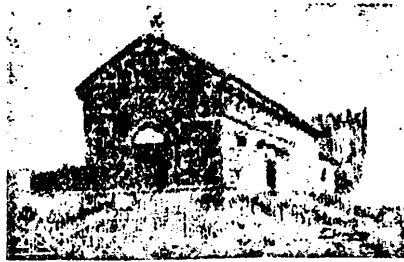
Dia 27 — Pelas 3 horas da madrugada foi uma grande escolta de caçadores 7 à freguesia de Santa Eulália de Fermeões, subúrbios desta vila, para prender o padre José da Lage (o comandante da gente armada naqueles sítios, na revolta do Minho), e tendo dado uma busca exacta não o encontrou, pois já na véspera, de tarde, lhe tinham dado parte. A ordem foi dada pelo governador civil de Braga ao administrador deste concelho, que mandou a escolta e mais um empregado fazer esta diligência. Os realistas davam um cabacão por este procedimento, pois este e outros tinham feito com que os setembristas subissem ao

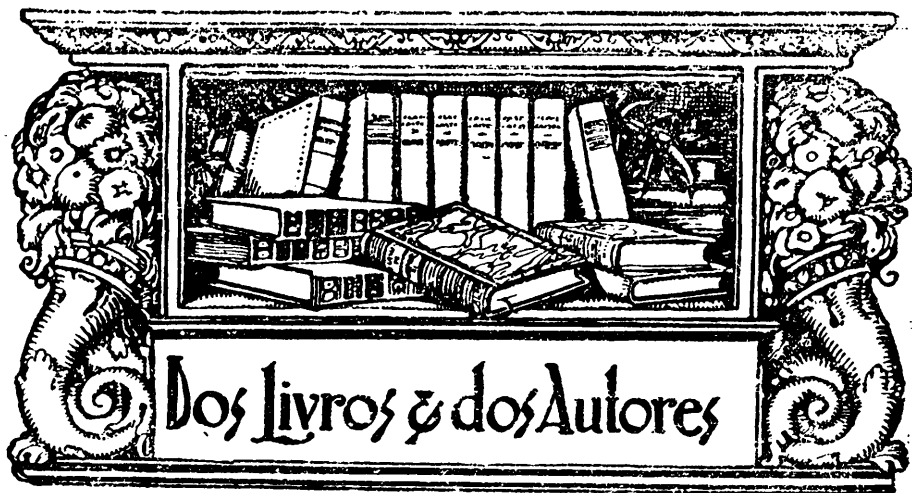
poleiro. Este estratagema foi para ver se ele trabalhava nas eleições. (P. L.). O padre José da Lage era o padre José Soares Leite.

Dia 29 — Vindo de Braga chegou aqui o Conde das Antas que se foi hospedar na Casa do Arco. A sua vinda a esta foi motivada por arranjos de eleições para Deputados. Veio acompanhado do seu estado maior e trazia quatro ordenanças de cavalaria da Guarda Municipal. Logo que aqui chegou foi-se-lhe apresentar uma guarda de honra de caçadores 7. (P. L.).

No fim deste mês a província do Minho, assim como todo o Reino, achava-se em mais sossego, isto é, não havia já guerrilhas armadas e estavam em exercício as autoridades postas pelo Governo, havendo contudo muitos assassinos e imensos ladrões pelas estradas, sendo preciso aos viandantes andarem armados para não serem roubados. Na província do Minho ainda se encontrava bastante tropa, estando em Guimarães o Conde das Antas a tratar das eleições, para o que se faziam reuniões dos setembristas na Casa do Arco, entrando nelas o Visconde de Azenha!... (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.





OS CARACTERES DA MONARQUIA, por
Gouveia Pinto. Pro Domo. Lisboa, 1944. 140 págs.

A editora Pro Domo, cuja acção editorial se vai assinalando com a publicação de trabalhos valiosos, incluiu, na série «Cultura Política», uma nova edição de *Os Caracteres da Monarquia* que Gouveia Pinto ofereceu a D. João VI e agora se consagra ao Senhor D. Duarte, depositário da nossa maior esperança.

Prefacia-a Fernando de Aguiar, nosso dedicado camarada, que analisa, eruditamente, o valor da Monarquia portuguesa e o mérito do trabalho de Gouveia Pinto.

Mais de um século é passado sobre a primeira publicação, feita em 1824, de *Os Caracteres da Monarquia*.

Nesse tempo, como salienta Fernando de Aguiar, «também se prégava mais liberdade e o povo entontecido já não sabia acreditar».

O que depois se passou está bem presente na memória de todos. A Pátria Portuguesa é obra da realeza hereditária e não das liberdades que dementam, cegam e aniquilam.

Gouveia Pinto quis prevenir os portugueses do mal que os ameaçava com o alastramento destruidor das ideias da Revolução Francesa, que converteram os reis numa espécie de funcionários superiores do Estado, tal qual como qualquer presidente de quaisquer das muitas repúblicas existentes por êsse mundo.

O seu aviso prudente, o seu conselho sensato não foram ouvidos. A Monarquia foi vencida e o rei foi dispensado das suas funções, em 1910.

É que as três verdades defendidas por Gouveia Pinto são irredutíveis, ainda mesmo que os reis estejam desacreditados, como, infelizmente, está a suceder.

Estes factos, porém, longe de prejudicarem os principais caracteres da Monarquia, essencialmente humanos, tornam mais actual esses princípios, porque o prestígio da Realeza hereditária, que é garantia da continuidade nacional, conduzirá, sem dúvida, a um regresso ao bom caminho, tanto mais, como o proclama Gouveia Pinto (págs. 68-69), «em um Reino, como o nosso, cuja Constituição é Divina, e aonde todas as classes (menos os Pedreiros Livres) obede-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

cem com amor, e respeito a uma família reinante, e antiga, que com a sua educação, com os costumes, com o exemplo, e com a Religião, que professam, e escrupulosamente observam, dispõem os Vassallos a obedecer com o maior gôsto a um Príncipe, cuja ascendencia desde a sua maior antiguidade tem recebido a a obediencia da Nação, que amaram, e defenderam nossos Pais».



O CRIME DE UM HOMEM BOM, por *Nuno de Montemor*. União Gráfica. Lisboa, 1945. 382 págs.

Nuno de Montemor, temperamento vigoroso de escritor, que conquistou com *Maria Mim* a sua maior glória de romancista, publicou novo romance que tem por cenário as serranias da Beira.

Nuno de Montemor foi, dos escritores portugueses, aquele que mais reagiu, no campo da ficção, contra os exageros do realismo obsceno, reacção salutar que reuniu à sua volta um grupo de novos que deram boas provas das suas possibilidades.

Alguns deles já não são do número dos vivos e outros perderam-se nas vedas tortuosas da luta pela vida.

N. de M., porém, não desanimou. Continuou a lutar contra os temas arresados e mórbidos. rebuscados no figurino estrangeiro.

Assim, a sua obra tem originalidade e é verdadeiramente nacional. Os seus livros lêem-se com agrado e são sempre recebidos com satisfação.

O crime de um homem bom não foge à regra, pois é um romance vivo e humano, de forte coesão moral e profundamente psicológico, resgatando numa bela obra de caridade o crime de um homem que, na dor do seu arrependimento, veio a ser respeitado e estimado por todos.

O SR. JÚLIO DANTAS, ROUSSEAU E OS «MAUS CADERNOS», por *Lusol* (Mariotte). Editorial Patricia, Ld.^a Porto, 1945. 48 págs.

A publicação deste trabalho foi feita há 32 anos, antes, portanto, da primeira conflagração mundial e 3 anos depois de proclamada a república no nosso país.

Ao fazer, agora, a sua nova edição, a Editorial Patricia tem em vista proceder à recolha da vasta obra de *Mariotte*, para que não fique sepultada em jornais e panfletos de efémera duração.

Já de há anos que temos por *Mariotte* uma grande admiração e apreço. A sua acção, o seu esforço intelectual, marcaram-lhe um lugar de relevo entre os soldados do bom combate às mentiras de que Rousseau se fez arauto e de quem o sr. Júlio Dantas, em Fevereiro do ano passado, voltou a afirmar-se filho espiritual.

Foi a nova confissão de Júlio Dantas que originou esta reprodução do ataque feito às doutrinas de Rousseau, em Janeiro de 1914, com que se dá início à colecção a que a Editorial Patricia se abalança, na recolha dos escritos do vigoroso panfletário português.



CLARO DILEMA (MONARQUIA OU REPÚBLICA?), por *Mário Saraiva*. Edições «Gama». Lisboa, 1944. 252 págs.

Dirige-se este livro à gente nova, a quem é dedicado o apelo final.

Nele se versa a questão da superioridade das formas monárquicas, em contraste com as republicanas, argumentando com a lição indesmentível dos factos ocorridos, especialmente de 5 de Outubro para cá.

Conquanto prefirmos à lição dos

factos a força moral dos princípios, como argumento mais seguro, mais lógico e mais convincente, não podemos deixar de reconhecer que o A. escreveu uma obra oportuna e combativa, dentro de uma correcção de forma e clareza de ideias que o impõem à nossa consideração.

A solução portuguesa é bem posta em *Claro Dilema*, e o capítulo consagrado à Nobreza e aos vínculos merece estudo atento pelo que nele se contém de renovador da mentalidade social e política da nossa gente.



O EXEMPLO POLÍTICO DE PAIVA COUCEIRO, por *Francisco Manso Preto Cruz*. Lisboa, 1945. 144 págs.

O A., que já nos tinha dado um trabalho sobre Paiva Couceiro-político-militar-colonial, publicou o seu prometido volume em que põe em relevo o *Exemplo político de Paiva Couceiro*.

É admirável a lição que se extrai da exemplar vida do Herói, em Angola e Moçambique, assim como da sua dedicação à monarquia e da acção, como militar e português, na luta contra a república.

As páginas deste livro recordam os feitos gloriosos do Grande Português que, como salienta o A., soube bem interpretar e viver a História de Portugal.

Bem merece Paiva Couceiro esta justa homenagem de objectiva glorificação dos seus feitos e das suas extraordinárias qualidades.

Na verdade ninguém, como ele, se compenetrou da sua missão em defesa da Pátria, o que o tornou quase lendário e o elevou no apreço e admiração dos que, acima dos cegos sectarismos, põem o amor da pátria não movido de prémio vil.

Este livro devia andar nas mãos de todos os portugueses, porque é um breviário de fé e de patriotismo que faz bem às almas e, sobretudo, nas da Mocidade, em quem Couceiro depositava as melhores esperanças. Termina com a Proclamação do Senhor D. Duarte a anunciar o nascimento do Novo Príncipe.

A edição é cuidada, de magnífica apresentação e muito ilustrada.



O PROBLEMA DO DESCOBRIMENTO DA MADEIRA, por *António Álvaro Dória*. Guimarães, 1945. 74 págs.

Continua ainda sem satisfatória solução, por falta de elementos concludentes, o problema do descobrimento da nossa encantadora ilha atlântica.

E, como sempre acontece, a lenda surge a tecer fios doirados de fantasia que, qual tesouro de estimação, se vai transmitindo pelos tempos fora, como bem inalienável.

A lenda poética do Machim constitui morgadio dos madeirenses

A História, porém, não se submete à lenda. Aproveita-a, se ela tem qualquer base para o encadeamento dos factos. Elimina-a, se se torna empecilho ao fio da meada que se pretende desentrelaçar da dobadoura do tempo.

António Álvaro Dória, neste seu consciencioso trabalho, puxou o fio da História que há-de dar a solução do problema. Mas não desprezou a lenda romântica, colocando-a, porém, no seu devido lugar.

Feito com escrupuloso critério e baseado em documentação existente, constitui uma boa achega para a história dos descobrimentos portugueses.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

António Feijó e os seus amigos

(Conferência pronunciada no Teatro Sá de Miranda,
de Viana do Castelo, a convite da Câmara Municipal
da mesma cidade)

QUANDO há tempos fui surpreendido, em Coimbra, pelo lisongeiro convite do Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo para vir tomar parte nas actividades culturais do Município, embora então me fosse determinado um tempo demasiadamente curto, logo compreendi que me não era lícito declinar, fossem quais fossem as minhas dificuldades, uma solicitação que tanto me distinguia não só por vir firmada com o nome de um amigo dos tempos da Universidade, mas ainda porque a honra de falar nesta sala não é daquelas que deixem indiferente a nossa sensibilidade.

Com efeito no curto prazo de um mês que então me foi marcado não me era possível tratar assunto que me não fosse familiar. Porque bem gostaria de trazer aqui notícia desses viajantes que no século XVIII vieram admirar a beleza iluminada destas paisagens — foram vários e de polpa — ou procurar o rasto de aventuras dos seus navegadores, para o que bastava inquirir dos efeitos e da fama de João Álvares Fagundes ou procurar notícia da actividade e opulência dos seus mercadores, para o que bastava investigar quem foram os Rubins (ou Robis) que deram seu nome à conhecida Rua citadina.

A sua frota bacalheira multi-secular também merecia história, ou as Casas Fidalgas que assentaram seu lar, dentro da muralha, na Viana da Foz do Lima, na Viana do Minho ou na Viana do Castelo — qualquer desses assuntos que tão claramente nos estão a mostrar que todas essas Vianas não são o *Fogo Morto* que pretendem os acidulados de temperamento.

* * *

Mas esse trabalho demandava pesquisas e leituras demoradas, que a vertigem do tempo, que passa, não consentia.

Lembrei-me então que a personalidade do Poeta António Feijó nunca mais deixou de me atrair desde que tive a honra de dela me ocupar, sob o abrigo acolhedor dos tectos da Universidade de Coimbra, e é daquelas que sempre prendem a curiosidade e o carinho de limianos.

Não me arrependo de ter ido lembrar no meio universitário o nome de um que ali foi escolar de leis, talvez um pouco travesso, mas notável, e que deixou, perduravelmente, nomeada de um talento e de uma invulgar inspiração poética.

Por influência dessa lembrança, já, pelo menos, duas teses notáveis, tratando do poeta, foram apresentadas na Faculdade de Letras da mesma Universidade. Além disso, afirmações postas a correr acerca de factos da vida literária e mesmo da vida íntima de António Feijó, carecem de rectificação que eu tenho pressa de fazer, pelo menos daquela que anda em letra de fôrma sob a responsabilidade do meu nome literário.

Aquele soneto tão vibrante de emoção — Pálida e Loira — não foi dedicado, como eu disse, à morte de qualquer menina de apelido Fogaça. Houve certamente da parte de quem me informou confusão com uma irmã do poeta barcelense António Fogaça, também então ou pouco depois, conhecida no meio Coimbrão, pela sua graça e por uns amores ingratamente desprezados.

Sobre a génese do soneto notável veio-nos depois o depoimento do escritor brasileiro, Pinto da Rocha, estudante contemporâneo de Feijó, que, por ocasião do falecimento deste, o deixou num jornal de Pelotas em que escrevia.

Três irmãs viviam, ao tempo de Feijó escolar, na rua do Rego de Água. Tinham uma vida recatada e em lar modesto e sério, com sua mãe D. Maria Silva, senhora viúva e de poucos teres. Gozavam, ao contrário de muitas, o respeito e a estima da Academia.

Mas aconteceu que a mais bonita, branca e loira e franzina, entrou de definir e por um outono veio a falecer, provavelmente tuberculosa. Não me foi possível encontrar, no obituário do tempo, registo da sua inunção.

Essa menina que já merecera versos a poetas da Academia, teve na morte uma dessas piedades comovidas como só os corações de vinte anos sabem sentir. De mais a mais os vinte anos de então eram românticos.

Feijó era, foi sempre, um emotivo. Viu-a no seu leito mortuário. E o espectáculo triste inspirou-lhe esse soneto admirável que começa:

Morreu! Deitada no caixão estreito
Pálida e loira, muito loira e fria,...

Ora sucedeu que em frente da casa da Pálida e Loira abrija, em tempos anteriores, sua quitanda de escanhoador profissional certo barbeiro, mestre Inácio Barradas, muito conhecido da «Briosa» a cujos estudantes em apuros de mesada precocemente evaporada, do dia 15 do mês em diante, emprestava aos dez tostões para receber quinze no fim desse mês, com fiador; sem fiador dezóito. Mestre Inácio ao ouvir o soneto, que da Alta Coimbrã começava a notoriedade, que se estendeu pelo país, ao convencer-se de que Feijó dissera que a sua vizinha

Morreu em caixão estreito

protestou:

— Isso é demais. Os poetas fantasiam sempre; mas essa é de marca maior. A mãe tem poucochinho, tem; mas a menina morreu na sua cama; não morreu num caixão estreito.

Quando o condiscípulo de Feijó, Santos Melo, que tentara em vão esclarecer o barbeiro loquaz, lhe contou o acontecido o Poeta sorriu e prontamente lhe tornou:

Inácio, quando morreres,
Irás direito ao enxurro
Que o Pio não come carne
De mula, cavalo, ou burro!..

Pio é o local em que, em Coimbra, está o cemitério.

Santos Melo arquivou numa página do seu Código Civil o eprigrama que Pinto da Rocha de lá copiou e nos transmitiu.

A outra afirmação, que convém rectificar, refere-se a caso que pertence à intimidade da família e a que eu me não referiria, se não estivesse já devassada em letra de fôrma, porque é daquelas com as quais o público nada tem e pouco valor podem representar para a apreciação da personalidade literária de um Autor.

António Feijó e seu irmão José interromperam, em certa altura adiantada da vida, as suas relações de amizade fraterna. Atribui levemente o Sr. António Cabral esse facto a o Poeta de uma vez que José Feijó — o conhecido e brilhante causídico vianense e magnate Progressista — presidia a umas eleições, em vez de boletim de voto, ter lançado na urna um papel com uma famosa quadra que aqui se não pode repetir inteiramente e que começava:

Nesta luta incruenta
Em que o vinho corre a jorros...
: : : : : : : : : : : : : : : : :

Não foi esse o motivo. Quando se deu a interrupção de relações entre os dois irmãos já António Feijó há muito residia na Suécia e travessuras idênticas suportou-lhas muitas vezes o irmão, com paciência.

Entre os dois manteve-se durante muitos anos uma correspondência interessantíssima que se interrompe, a seguir à morte do Pai, em 1891. Desentenderam-se os dois irmãos por motivo de partilhas.

Foi o que foi. Depois, separados por léguas e léguas de terra da Europa, não voltaram a reatar essas relações.

O motivo dessa interrupção não devia ter sido imperdoável porque tal facto mesmo — como o Poeta confessou em carta — mais lhe amargurou o desgosto, quando em 1906 José Feijó veio a falecer ainda bastante novo.

Naquele elevado, e tão sentido, Hino à Morte, que se admira na série de Hinos, do *Sol de Inverno* e que Luís de Magalhães considera, com justiça, a mais alta afirmação poética do autor, antepõe António Feijó esta dedicatória:

Meorum amicorumque ple manibus

e que em vulgar bem pode traduzir-se:

«Piedosamente, à memória dos meus e dos amigos».

A emotividade do poeta, tão manifesta e sempre palpitante em toda a sua obra, unia nela os amigos aos seus mais próximos. E quis, para lhe pôr a solenidade das inscrições eternas, dar-lhe a forma de um latim lapidário. Tinha o apreço e o culto da língua quirite, como se depreende facilmente da leitura atenta da sua obra, nas frequentes citações de autores latinos, mesmo pouco conhecidos, nos títulos de tantas das suas Bailatas; «Urbana», «Noctâmbula», «Conímbrica», «Domima», na adjectivação de tantos epítetos: «cinabricos medronhos, glácida epiderme, lábio lento, liquescente, lasso; pérsicos insensos...»

É que o seu mestre dela o não fastiara, para sempre, logo de começo, como a tantos acontece.

Nesta dedicatória que é de justiça, falando de «António Feijó e os seus amigos», pôr desde já em evidência, procurou achar a forma mais expressiva, mais incisiva, mais vernácula. E numa carta a um dêsses, ao Prof. Padre Araújo Lima, a quem sobre ela escrevera, para que desse e obtivesse, de latinistas, conselho para a redacção definitiva, escreve:— «Stockolmo, 4 de Dez. de 1913. Meu querido amigo. Submetti as diversas frases que me mandou a um grande latinista de Upsala. Submetti-lhe

também a minha, timidamente. Achou que a minha era a melhor de todas: a mais harmoniosa, a mais poética, e a de mais pura latinidade.

O pie, que os mestres consultados al apodavam de erro aconselhando o emprego de pūs, não é erro nenhum.

O pie posto ali como advérbio, é invariável e tem todo o cabimento sem ferir nenhuma regra de concordância.

Aos manes (memória) dos meus e dos meus amigos... Foi isto o que eu escrevi e o que deve escrever-se na opinião do sábio.

É muito mais belo que piis. Inútil dizer-lhe que fiquei envaidecido e que logo ali rezei um padre-nosso por alma do Lemos» (1).

Do Brasil recomenda o Poeta ao irmão José que dê lembranças suas ao Lemos e ao filho. «Latinista, as obras e a língua da clássica Roma não lhe ocultaram segredos; e humanista primoroso Lemos, tomava de um texto português e vertia-o para latim de diferentes modos, conforme queria dar à sua tradução um sabor de Virgílio, Lívio, Ovídio, Cícero, Seneca ou outro qualquer vulto dessa riquíssima literatura.»

«Era também eminente no conhecimento da língua grega, que traduzia com relativa facilidade (2).

«Ensinava o latim com tal arte que se tornava um encanto aquela aula tanto em família, em que as belezas inconfundíveis do riquíssimo e majestoso idioma de do Lácio sobressaíam em todo o seu esplendor» (3).

O conjunto destas observações sobre Feijó poderia razoavelmente intitular-se: António Feijó epistológrafo. Mas este título pareceu-me tão mal soante para um poeta, tão vulgar, tão seco, que preferi dar mais maleabilidade ao assunto e tratar aqui de **António Feijó e os seus Amigos**, visto que é aos amigos que se escrevem as cartas interessantes, que não são certamente as cartas de negócios a fazer encomendas ou a mandar pagar facturas.

António Feijó foi de uma emotividade sempre activa, sempre em alvo-roço e a sua efectividade prendeu-se generosa e longamente a amigos que lhe corresponderam em dedicações duradoiras.

E a sua alma lusíada, tão alacremenente fundida no meio fulvo do sol meridional, tão exuberante de vida, exilada entre os gelos, mergulhada

(1) Este Lemos era o velho professor Miguel Lemos que em Ponte de Lima primeiro, depois no Liceu de Viana, ensinou a língua latina a gerações e gerações de estudantes minhotos.

(2) Abúndio da Silva, in-*Distrito de Viana*, n.º 478, de 18 de Outubro de 1902.

(3) Araújo Lima, in-*Aurora do Lima*, de 20 de Outubro de 1921.

nas longas noites polares, mantinha o fogo sagrado dos seus afectos com o palpitar constante das cartas em que deixava transparecer a sua saudade e denunciava palpavelmente a vibração sempre agitada da sua maneira de sentir:

«*Cá estou perto de Ursa Maior sempre a pensar nos amigos e no céu azul da nossa terra*», diz ele em carta a Mgr. Pereira Lima. E a João Caetano da Silva Campos: «*O Coração quando a distância se entrepõem entre ele e as pessoas queridas dá relevos singulares a qualidades mínimas.*»

Estou convencido de que poucos escritores terão deixado tão rico espólio epistolar. Não só o Poeta prendia, como disse, numerosas amizades, mas cuidava da correspondência íntima com um carinho meticuloso.

A margem das cartas que arquivou, em quase todas, encontra-se o rascunho da resposta, feito de um jacto, geralmente sem emendas.

Há cartas da mocidade, do período apaixonado da *Vida Nova*, da estada no Brasil, de Lisboa, entre o Brasil e Estocolmo, no tempo angustioso de 91, e depois desta última cidade onde, para o resto da vida, ficou enalhado na esterilização de todos os seus talentos de homem público:

Terras do Norte, meu longínquo exílio!...

Não lhe faltaria o tempo, nesse ambiente de longas noites, para manter essa correspondência afectuosa e só com ela é que lhe era dado combater o tédio em que o seu temperamento exuberante, o seu amor quase pagão pela vida — o opiparo Feijó lhe tinha chamado Junqueiro nesses tempos da *Tertúlla*, um pouco boémia de Viana, quando um e outro de camaradagem demandavam Valença em busca de Isidoro Marques da Costa e dos seus Pedros e Paios e dos melões da Vilariça — a sua alegria de viver se devia ter visto envolvida.

E esse tédio tantas vezes transparece nos seus versos posteriores a 1897, quando já tem saudades dos

Dias santos, de sol, católicos-romanos

e se vê angustiado pelos:

Longos dias sem luz, sem horizontes claros
Tardes setentrionais, um silêncio sem fim...
.....

E ainda:

Vasto lençol de neve amortalhando tudo!
Florestas sem murmúrio, estradas sem ninguém
Nesta desolação até o oceano é mudo.
.....

Ou então :

Sol sem calor, sem luz, tremeluzindo a custo,
Como um fósforo a arder, num nevoeiro alvacento...
.....
Silêncio e solidão! nem rumor de água ou vento!...

Devem ser assim as paisagens lunares,
Sem vida e sem calor... neve, silêncio e frio!...

Depois, ainda esta nota admirável, que nos dá essa impressão de quietude tão impressionante, nas raras vezes em que nos tem sido dado assistir ao tombar da neve :

Noite profunda, noite impossivel!
O alvor da neve, cobrindo tudo,
torna o silêncio quase visível...
.....

A carta mais antiga de Feijó de que temos conhecimento é de Julho de 1878 — dos dezanove anos. Carta preciosa porque nos vem esclarecer um passo da vida do Poeta que se me mostrava obscuro: a sua reprovação no primeiro ano de Direito. Porque António Feijó ficou reprovado no primeiro ano de direito. Ele que sabia o seu latim — era então importante — era vivo, inteligente, culto, como sofrera esse desaire? Condíscipulos seus com quem pretendi informar-me só me diziam: «Sabe-se lá as travessuras que ele por lá faria...» Nesse tempo as travessuras de marca maior puniam-se, em Coimbra, com reprovações. Não era a deficiência de conhecimentos que determinava lógicamente essa negativa. Mas acrescentavam:

Dos 81 alunos que se matricularam com Feijó, em 1877, no primeiro ano de Direito, só 39 transitaram para o segundo ano. 41 ficaram reprovados. A pedagogia moderna, felizmente, hoje elucida-nos de que quando a percentagem de reprovações é grande, o defeito é do professor. Sofreram o duro golpe mais de 50 %. Porque era um duro golpe. Além de acarretar o prejuízo grave da perda de um ano, representava um desaire que mais se avolumava na imaginação das vítimas. Eu tive ocasião de ver, por vezes, lágrimas correrem pelas faces de homens feitos.

Essa carta elucidativa foi dirigida a João Martins da Silva Marques, o destinatário daquele epigrama com que Feijó revelou, numa sebenta, pela primeira vez o seu temperamento poético.

Muitos dos presentes ignoram por certo o que era a sebenta e a razão do seu nome, a Sebenta, que em 1900 teve o seu centenário em festas

ruidosas e cheias de espírito, que deram brado em todo o País. As lições dos mestres eram orais. Um ou dois dos alunos tiravam, durante elas, apontamentos que, depois de ordenados e por vezes revistos pelo próprio professor, eram passados à pedra litográfica do Manuel das Barbas e à noite distribuídos pelas sebenteiras e pelas serventes, por casa dos alunos. Era matéria a que cada um tinha de responder na parte de chamadas da lição seguinte. O papel era do barato e a tinta litográfica é sempre gordurosa. O aspecto da obra era assaz nojento e o seu nome *Sebenta* caía-lhe bem. No meu tempo, porém, a Sebenta civilizou-se. Começou, felizmente, a ser impressa e em bom papel. No fim do ano brochava-se e ficava um imponente compêndio. Às vezes de 1.200 ou 1.600 páginas.

Pois numa dessas sebentas, para preencher um fim de lauda, Feijó, como aquele seu condiscípulo tivesse dado uma lição pomposa, fez inserir o epigrama que Luís de Magalhães reproduz no prólogo do *Sol de Inverno* :

Quando o Martins deita fala
Sobre o foral de Leão.
Palpitam de comoção...
Todos os cantos da sala.

Nas férias grandes seguintes escreve-lhe de Ponte do Lima uma carta de que extraio o seguinte trecho:

«De Coimbra nada tenho a contar-te que tu ignores ainda, a não ser o resultado da minha entrevista com o Pedro. — Era o Doutor Pedro Castelo Branco conhecido por todas as gerações do seu tempo por Pedro Penedo ou mesmo Pedro Penedo da Rocha Calhau — que no dia seguinte ao meu acto me mandou chamar pelo meu companheiro Basílio.

S. Ex.^a pediu-me que voltasse a frequentar o primeiro ano e pretendeu engodar-me com a promessa de um accessit.

Disse-me também que sentira extremamente a minha reprovação, depois do meu acto brilhante, mas que lhe não foi possível valer-me, visto que só a vontade de um não prevalece. Disse-me também que os colegas dele lhe tinham dito que eu fui um desordeiro em Braga, chegando a insultar um professor na própria aula, sendo por isso necessário dar-me no primeiro ano uma lição um pouco severa para me servir de guia futura.»

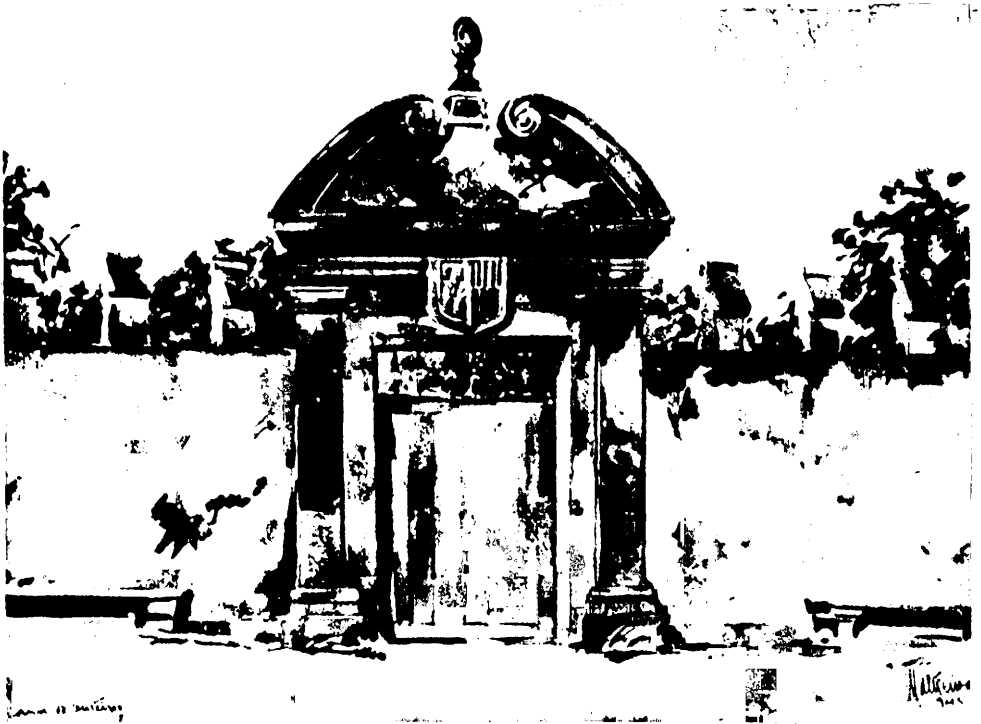
Depois esta nota de desalento:

«Ainda não sei qual será o meu novo destino, nem aonde me arrojará a mão pesada do Tempo. A minha aspiração é o Curso Superior de



Ponte do Lima — Solar Conde d'Aurora

(Aquarela de Malleira)



Ponte do Lima — Portal da casa do Outeiro

(Aquarela de Malleira)

Letras. Veremos se meu Pai consente na troca.» E assina desconsoladamente: «Teu amigo sincero e ex-condiscípulo. A. Feijó.»

Não consentiu felizmente o Pai, e o Poeta voltou a matricular-se, nesse ano, no primeiro de Direito.

Para Feijó a desforra não ia demorar.

Por esse tempo em Coimbra falava-se em Positivismo e a nova filosofia tinha no Doutor Manuel Emídio Garcia o seu coriféu máximo. A renovação efervescente desse pensamento reflecte-se por vezes nos versos de então, do nosso Poeta.

No decurso do seu segundo ano celebrou-se o Centenário de Camões. No ano seguinte a Academia, depois de um cortejo cívico — Procissão social se chamava então — em que tomaram parte, dizem os jornais da época, cinco mil pessoas, foi a inaugurar o monumento, cuja erecção, em frente da Universidade promovera, inestético e pobre monumento que as recentes obras da Cidade Universitária removeram, por enquanto (quem sabe se para sempre) para uma arrecadação.

O corpo docente da Universidade, não se considerando convidado em forma, não compareceu.

Na noite de 8 de Maio realizou-se um sarau em que Feijó, que todos os seus contemporâneos afirmam, dizia os versos próprios e os alheios com uma arte admirável, recitou o: *Sacerdos Magnus*.

São 255 alexandrinos sonoros e heróicos, perfeitamente metrificadas, um pouco de tom huguesco, em que tira efeitos surpreendentes na referência aos grandes nomes da Renascença.

É pelo próprio Poeta que sabemos a impressão causada. A seu irmão José escreve:

«... Não te agradeço os parabêns que me enviaste porque naturalmente terás que mos dar novamente e reservo-me para agradecê-los de uma só vez. Como sabes as festas correram splendidamente; no sarau obtive uma extraordinária ovação. O Pinheiro Chagas interrompia-me constantemente. Uma grande parte da plateia estava de pé. O Doutor Augusto Rocha, no meio do entusiasmo, bradou para uns lentes de Direito que ficavam ao pé: — «E foi aquele rapaz que vocês reprovaram miseravelmente no primeiro ano!» Mas o meu espanto cresceu de ponto quando vi, no momento em que me retirava, o Doutor Assis Teixeira, no palco, à espera de vez para me cumprimentar, o que conseguiu no momento em que o Dr. Filomeno com os pulsos de Hércules me levantou no ar.

Fui cumprimentado por quase todos os lentes que se achavam no sarau, Governador Civil Visconde de Almeida, que me veio visitar ontem,

Conde de Ficalho, um sábio e um literato distintíssimo, Macedo Papança e outros além do Pinheiro Chagas e do Eduardo Coelho e Rodrigues da Costa— Presidente da Comissão da Imprensa de Lisboa.

Acrece a tudo isto que recitei depois de ter falado um rapaz da África que há-de ser com certeza o maior orador português. É um talento. Causava um efeito surpreendente vê-lo a falar, preto como a fuligem, com largos cantos na testa conquistando-lhe a carapinha e os olhos de um negro profundo e vivo a fuzilarem-lhe nas órbitas, etc.

Noutra a seguir em que lhe anuncia a remessa do exemplar do *Sacerdos Magnus*:

«... Já poderás examinar (?) essas páginas que escrevi em duas noites e que me alevantaram muito no concelho público, como já te contei. Também te mando o folheto do Conde de Ficalho. Hoje tenciono mandar o folheto à imprensa com excepção da de Ponte de Lima. Essa deixo-a para as equarissages literárias do Policarpo que ainda hoje se assombra com a prosa campanuda e ôca do Ferrer Farol...»

(Conclui no próximo fascículo).

FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIRÓS.



“Em Louvor do IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada”

O meu querido amigo e brilhante camarada Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro mandou-me há dias, com penhorante dedicatória, o seu último e interessante trabalho *Em Louvor do IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada*.

Recebi-o com a satisfação e o interesse que profundamente me desperta tudo quanto escreve a enriquecer a sua obra subordinada ao título geral de *Poeiras do Passado*.

Conhecedor das tradições micaelenses, cultor apaixonado do passado e dos vultos históricos da sua Ilha, Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro colabora nas comemorações do IV centenário da cidade de Ponta Delgada com este simpático volume que li atentamente e com o maior e melhor agrado.

Tenho acompanhado pela imprensa micaelense o que têm sido aquelas comemorações, em que a população da cidade e da Ilha tem dado largas ao seu esplêndido regionalismo, em vibrantes manifestações populares e em altas afirmações de vida espiritual.

É neste aspecto que as comemorações mais me têm interessado e daí razão maior e mais forte a justificar o agrado com que recebi tão valioso trabalho, que sofregamente li no próprio dia em que me veio parar às mãos.

A sua publicação resultou de uma deliberação da Câmara Municipal de Ponta Delgada, tomada em reunião de dois de Fevereiro do ano corrente e que consta da acta da respectiva sessão na qual se diz que foi aprovada por unanimidade a proposta do sr. Presidente do Município no sentido da publicação do volume «Em Louvor do Centenário» da autoria do publicista Aníbal Bicudo que se tem evidenciado, na sua longa carreira literária, um cultor apaixonado e consciencioso do nosso passado e dos seus vultos históricos, num labor honesto e profícuo.

Ao tomar esta deliberação, realizou a Câmara Municipal de Ponta Delgada um verdadeiro acto de política do espírito, que muito a enobrece, ao

mesmo tempo que rende homenagem justíssima a um dos melhores e mais conscienciosos publicistas açoreanos.

Fidalgamente, e como é seu timbre, Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro exprime o seu agradecimento pela deliberação da Câmara Municipal de Ponta Delgada nestas palavras que bem revelam a gentileza do seu espírito, a beleza da sua formação intelectual que sempre e através de tudo afirma a sua fidelidade aos princípios informadores do nacionalismo orgânico:

— « Com verdadeiro agrado e por ser grande a honra recebida da ilustre Câmara Municipal de Ponta Delgada, deixo aqui consagrado o meu vivo reconhecimento pela distinção conferida aos modestos trabalhos de investigação histórica *Poeiras do Passado* de há muito dispersos na imprensa local, e em que sempre pus o maior interesse, pois na lição do « Passado » encontro sempre o espírito que animava a Terra e a tornou grande.

Mas, maior agrado ainda me prende a bela crítica dos edis de Ponta Delgada, praticando a momentosa doutrina de um regionalismo instantâneo, em que se depõe absolutamente o individualismo charro das velhas escolas liberais, em benefício do consagrado princípio em que tudo se faz e procura fazer: *Pela lei e pela grey* ».

E é com estas belíssimas e elegantes palavras que abre o curioso trabalho de Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro, que bem conheço numa convivência de todos os dias, tomada e cultivada quando pelas Ilhas andei numa tarefa bem grata ao meu espírito e ao meu coração.

Em pouco mais de noventa páginas estão reunidos curiosos trabalhos sobre « Gaspar Frutuoso, Mestre dos Historiadores Insulares » (discurso que proferiu no Teatro da Ribeira Grande em 24 de Agosto de 1922 e em que se ocupou do admirável autor das *Saudades da Terra*); « O Município de Ponta Delgada e as Armas da Cidade, estudo datado de Março de 1933 e em que dá notícia do que se pode apanhar com referência às *Armas de Ponta Delgada*; « Mosteiro de Santo André e a Beatificada Madre Mariana de S. José », escrito em 13 de Maio de 1940 em que fala da fundação do mosteiro e da Madre que para ele entrou *da idade de sete anos, pouco mais ou menos*; « A Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada e os seus Visitadores », que tem a data de Outubro de 1941, e o autor escreveu na sua acolhedora Casa do Pópulo; « A Festa da Pombinha », que viu a luz da publicidade em 1 de Maio de 1924, e *que na história dos grandes acontecimentos calamitosos, que feriram os micaelenses de antanho, marca um dos seus mais dolorosos transe de sofrimento moral e físico,*

e ainda a afirmação eloquente de uma acrisolada fé cristã; «O Cais da Cidade», de 24 de Junho de 1944, cuja construção teve o seu início em 1555 e assim denominado para se diferenciar do Cais Novo — Cais da Alfândega; «Biblioteca Pública de Ponta Delgada e Museu Municipal Carlos Machado», trabalho escrito em Dezembro de 1928, em que se ocupa da organização da biblioteca, autorizada por decreto de 10 de Dezembro de 1841, e que conta, no seu activo, rico, valioso e interessante pecúlio literário, e o Museu Municipal, fundado em 1878, que reúne interessantes e ricas secções de etnografia, zoologia, botânica, geologia, mineralogia, artes e uma erudita biblioteca; «António Feliciano de Castilho», trabalho lido em 19 de Março de 1927 no Teatro Micaelense e no qual se ocupa desse apóstolo da instrução pública e da intensa campanha que promoveu a favor das letras, das artes e da agricultura regional quando imigrado na Ilha de S. Miguel, e, por último, «Os Lagos das Sete Cidades» que escreveu em 15 de Janeiro de 1938 e trata de uma notável obra de engenharia no cenário admirável e maravilhoso dos lagos das Sete Cidades que para muitos é simples espectáculo emotivo, doce e indefinível; para outros antolha-se a intensidade das forças vulcânicas que ali se expandiram impetuosamente, em contraste manifesto com a presente amenidade e quietação da paisagem, a espelhar-se amorosamente nas águas dormentes dos lagos, que guardam — quem sabe? — os restos maravilhosos da antiga Atlândida, com a sua princesa encantada..., com os seus Sete Bispos.

Estes os trabalhos que Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro reuniu no volume agora editado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e à margem do qual rabisco estas linhas, que constitui, sem dúvida, um dos números mais marcantes das comemorações do IV centenário daquela cidade.

Uns lidos a um público selecto, outros publicados no apreciado diário micaelense *Diário dos Açores* — tribuna de uma família simpática de jornalistas — foram honestamente salvos do esquecimento e da vida efémera que sempre tem tudo quanto se profere ou nos jornais aparece, ainda mesmo que se trate, e como no caso presente sucede, de trabalhos de reconhecido valor, de estudos de provado interesse, de escritos de autêntico merecimento.

Por isso mesmo, pelo acto nobilitante que praticou, está de parabéns a Câmara Municipal de Ponta Delgada que pela voz do seu Presidente, e ao tomar a deliberação de publicar o volume *Em Louvor do IV Centenário*, afirmou que «achava do maior interesse que anualmente entrasse nos

hábitos e tradições do Município, por verba a inscrever nos serviços culturais, a publicação de pequenas monografias e trabalhos de interesse histórico, numa série que viesse a constituir assim « Anais da Cidade ».

E não faltam em S. Miguel material e homens para cuidadosa e brilhantemente o trabalharem, de modo a que possa ser realidade consoladora o alto pensamento do município de Ponta Delgada.

Mas, de parabéns está, também, Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro pela publicação do seu brilhante volume e pela justiça da homenagem que lhe foi prestada e a que aqui muito gostosamente me associo, como admirador das suas altas qualidades, como camarada do mesmo credo e como amigo sempre agradecido.

Viseu
Maio de 1946.

BENTO CALDAS.



A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da página 86 — Vol. XXII)

CAPÍTULO IV

Catulo e o meio social

FEL ...

ESTÁ patente ser Catulo digno filho da sua terra, a província, afastada do bulfício e corrupção da capital.

Terá ele procedido de igual forma, com semelhante benevolência e estima, para com os homens da época, ou, ao contrário, a atitude perante a natureza teria tido por causa o ódio à vida social?

A propósito desta interrogação vamos ver em seguida que Cátulo não fez do campo guarida, como Herculano, aborrecido com os concidadãos, isolado no meio deles, mas que os enfrentava corajosamente com risos a bandeiras despregadas e com uma linguagem antecâmara de cloaca...

O poeta é um temperamento que corre toda a gama da crítica, desde a insinuação inocente até ao ridículo completo, até ao insulto soez, não se importando com a classe ou condição ou sexo do alvejado, pelo que arranjou inimigos, coisa de pouca monta para espírito independente.

No caso de ser essa a sua tendência por que não havia ele de usar de franqueza na apreciação dos homens, mesmo que para tal houvesse obrigação, ingente necessidade de apelar para o sacrifício, de remar contra a onda da apatia geral? Por que não?

Critica-se o sol quando aquece demais, a chuva quando se não precisa nos campos, o jornal se não traz a prosa da nossa preferência, as saias por serem curtas ou compridas, as sobancelhas arqueadas e rapadas, os cabelos loiros e prateados, as unhas... Tudo é objecto de crí-

fica quando coisa alguma impede que a crítica seja o único passatempo de ociosos.

Catulo, isento das garras censoriais, entregava-se à satisfação, pela crítica, da necessidade íntima de criar poesia, e, se matava o ócio servindo-se de tal proceder, ria e fazia rir com naturalidade e graça.

Quem de nós não rirá ao cruzar-se numa rua com uma mulher bonita levada pelo braço de um labrego? Ocorrem-nos espontaneamente apreciações quase sempre em desabono de quem teve tanta sorte... (1).

Ora Catulo, inspirado por espectáculo idêntico, escreveu e criticou.

Um conterrâneo seu, imbecil e grosseiro — *insulsissimus homo* — casou com uma rapariguíta linda e fresca, tal qual flor mimosa que deveria guardar-se com vigilância inegalável. Mas o esposo, segundo Pero Marques da nossa Inês Pereira, não só lhe dava todas as liberdades para fazer o que lhe aprouvesse, como também vivia a seu lado inerte e frio, parecendo árvore derrubada pelo lenhador:

.....
 Talis iste meus stupor nil uidet, nil audit
 Ipse qui sit, utrumque sit an non sit, id quoque nescit

Merece viver o que não sabe viver a vida?

O poeta responde sem a mínima contemplação: deitemo-lo de uma ponte abaixo, enterremo-lo no lodo imundo para que deixe colada na por-

(1) Como se vê no soneto publicado pelo jornal *a provincia de Angola* e que a seguir se transcreve:

DÁ DEUS NOZES...

Conheço-a. Um amor. Bijou. Sedução.
 Doçura. Candura. Ingénua. Formosa.
 Perfecta. Gentil. Olhar. Tentação.
 Um sonho. Um encanto. Um anjo. Uma rosa.

Ama-o. Persegue-o. Fiel. Como um cão.
 Espera-o. Não vem. Que vida! Ansiosa.
 Não baila. Não ri. Clúmes. Chorosa.
 Tristeza. Infeliz. Loucura. Paixão!

Conheço-o. Narciso. Altivo. Pedante.
 Calção. Perna ao sol. Queimada. Peludo.
 Casaco sem mangas. «Oh! pá!» Que elegante!

Desdém. Presunção. Vazio. «Infectado».
 Estados. Liceu. Raposas. Em tudo!
 Um asno. Uma besta. Um burro chapado.

caria do leito a sua insensível parvoíce, como as mulas deixam na lama dos caminhos as ferraduras mal seguras :

.....
Nunc eum uolo de tuo ponte mittere pronum,
Si pote stolidum repente excitare ueternum,
Et supinum animum in graui derelinquere caeno,
Ferream ut soleam tenaci in uoragine mula.
.....

Catulo não diz, mas podemos supor, que vai abordar os temas exaltantes da sua predilecção, e supomo-lo pela reacção íntima, pela insistência, vivacidade e justeza das imagens.

Considerando-se bem dotado física e intelectualmente, sabendo conviver com distinção, não tolerava que o belo sexo fraquejasse em preferências censuráveis justificativas do provérbio: «quem o feio ama...». E ainda que contra a mulher devesse dirigir a sua sátira provocada por essa desconcertante atitude, compreensível apesar de tudo, ele afasta delicadamente os golpes para o segundo alvo, ou pelo respeito devido à mulher, ou pelos ciúmes que o rival lhe despertava.

Ao menos gozará o prazer da vingança satirizando :

.....
Verum id non impune feres; nam te omnia saecula
Noscent, et qui sis fama loquetur anus.
.....

Diabólica solução para a amargura, esta que se desprende dos carmes de Catulo: o ferrete lançado à cara com o maior desdém!

Pelo que anotamos o poeta gostava de trazer a público o escândalo propagado em segredo de boca em boca, como aconteceu com Gélio, filho de um dos cônsules do ano 74 A. C.

Era ele um rapaz de costumes suspeitos, com acusações graves sobre si. Dizia-se não ter respeitado a esposa do pai, ter atentado contra a vida deste, e sabia-se igualmente que fora amante de Lésbia. Aqui nasceu, provavelmente, o rancor do poeta que em sete composições lhe faz alusão, terminando por dizer em ar triunfante de desafio: podes perseguir-me que nada consegues, Gélio; eu nada sofrerei com os teus ataques, e tu hás-de sentir como os meus versos fazem doer :

.....
Contra nos tela ista tua euitamos amictu;
At fixus nostris tu dabis supplicium.
.....

Certo, Gélío não ficaria insensível ao sentir bem fundas as gargalhadas de Catulo, a não ser como o outro

. uelut alnus
In fossa Liguri iacet supernata securi.
.

Imaginemos agora o crítico na roda dos amigos a avivar a conversa com referências a pessoas e coisas; no meio da animação geral alguém lembra o conhecidíssimo Gélío que anda pálido e abatido.

— Andará ele doente?

E Catulo salta imediatamente, com a boca a abrir-se num sorriso:

Gellius est tenuis; quid ni?
.
Qui ut nihil attingat nisi quod fas tangere non est
Quantumuis quare sit macer inuenies.

E, mudando de tom, de olhos fixos, com movimentos enérgicos, apostrofa o devasso sem respeito à mãe e irmã — última raia do crime « que não conseguirá lavar com a água do Oceano nem com o suicídio lento, devorando-se »!

Tal abominação não fazia arrepiar um romano moralista com intensidade igual à de nossos dias, embora sejamos outros Catulos da mais alta libertinagem; todavia, ao ler-se a descrição realista condenatória de Gélío, medimos quanto repugnava ao poeta a degradação do miserável filho e irmão.

Por muito bronco que ele fosse, se bem que a consciência lhe mostrasse a culpa, não havia que sentir-se magoado, aniquilado no meio social com a divulgação que o poeta satírico dava à sua triste biografia? Daí a revolta e espírito de vingança de que atrás se faz menção e que não intimidava o acusador. Este continuava a escrever sobre o mesmo tema com altivez e indiferença, aproveitando a circunstância de Gélío manter relações com Lésbia:

Non ideo, Gelli, sperabam te mihi fidum
In misero hoc nostro, hoc perditio amore fore,
.
Sed neque quod matrem nec germanam esse uidebam
Hanc tibi, cuius me magnus edebat amor,
.

como se dissesse não dever Gélío opor-se ciumento aos seus amores, visto que o pomo de discórdia não era nem a mãe nem a irmã dopositor... (1).

Sarcasmo contundente, só sarcasmo quanto noutra sátira opina:

Nascatur magus ex Gelli matrisque nefando
Coniugio
.

Iguais a este, outros quadros rubros de realismo há na obra de Catulo a demonstrarem a causticidade da sua pena e a observação subtil do seu espírito. Fiquem eles omissos e recordemos a entrevista que o poeta teve com uma porta.

Após a morte de Balbo, velho cidadão de Verona, a casa respectiva passou a ser habitada por certa mulher casada que se não nomeia, e a propósito da qual há rumores... Catulo tira-se de seus cuidados e vai à porta da tal casa pedir informações verdadeiras.

Começa por dirigir palavras de repreensão à entrevistada que não guarda, como antes, a honra dos seus donos. O poeta ouve as respostas e fica sabendo que sem motivo justo anda toda a gente a dizer que a culpa é da porta — *ianua, culpa tua est* — estando ela, coitada, inocente na difamação da sua dona.

O diálogo avança e a porta abre-se em confidências:

— Ouça lá, fique sabendo que a patroa, quando me transpôs, já tinha sido vítima do pai de seu marido!... Sim, senhor!

E veja como eu sei isto e mais coisas, mais coisas... relações criminosas com Postúmio, Cornélio e outros, outros... É que, sendo o meu destino abrir-me e fechar-me, tenho surpreendido várias conversas *fortiua uoce*; ela julga que estou morta, não se precata... e o resultado é este, eu saber tudo:

. ut pote quae mi
Speret nec linguam esse nec auriculam.
.

Ainda podia dizer mais...

Catulo dá-se por satisfeito com a declaração que é para nós todos

(1) A repugnância dos crimes atribuídos a Gélío é diminuída se em vez de *mater* pusermos *noverca*, e se o termo traduzido por *irmã* não tiver o significado actual de consanguinidade.

Além disto, na acusação haverá mais que a aplicação da lenda incestuosa nascida no Oriente?

um retrato da vida do tempo, de leis morais tão frágeis como teias de aranha, substituídas às vezes pelo isolamento físico e não pelo respeito da dignidade própria e alheia. Quando a porta de casa se não opunha à entrada de gente estranha, por ela saía a honra familiar.

Em outras poesias Catulo tratou do mesmo tema moral de uma maneira menos velada que nesta. Chega a provocár repulsa contra os homens descidos tão baixo na violação das leis da natureza!

Mas o poeta avança além do estendal de impurezas; vomita o azedume da crítica, castiga com pau e pedra à direita e à esquerda, como faz a Inácio, aquele celtibero pedante e imbecil sempre a rir — para quê? — para mostrar os dentes — *hibera defricatî urina* —, esquecido de que

Nam risu inepto res ineptior nulla est,

... E MEL

Afirmar neste ponto que assim seria intratável e incapaz de suscitar e manter amizades entre os homens, não sairia fora da lógica, tanto mais que o mesmo censor não podia apontar-se como exemplo a seguir. Essa possível afirmação depressa a veríamos desmentida com passagens diversas da obra nas quais nos leva a ver o argueiro em si a par da trave nos olhos de outrem, à mistura com lembranças sinceras de muitos e verdadeiros amigos.

Eles eram o ambiente, a sugestão, o incentivo na crítica, o conforto na dor, a coragem na infelicidade do amor a Lésbia, e até mesmo o auxílio monetário na vida dissipada.

Catulo, reconhecido, era-lhes dedicadíssimo, e sofria com lágrimas de desalento as decepções imprevistas da sua amizade, convencido de que não vale a pena fazer bem.

A um dos amigos, Cornélio Nepos, oferece a sua produção poética:

Quoi dono lepidum nouum libellum
Arida modo pumice expolitum?
Corneli, tibi; namque tu solebas
Meas esse aliquid putare nugas.

.....

A outro, Ortalo, manda traduções. Inquieta-se com a duração das noites que o privam da companhia do poeta Licínio amenizada com risos e bebidas:

.
Scribens uersiculos uterque nostrum
.
Reddens mutua per iocum atque uinum.
.
Nec somnus tegeter quiete ocellos,
Sed toto indomitus furore lecto
Versarer cupiens uidere lucem,
Vt tecum loqueter, simulque ut essem.
.

A Alfeno e Cornificio pede amparo moral, e para Verânio tem expressões cheias de ternura (1).

Tinha sido companheiro de infância de Catulo; esteve na Espanha, viajou pela Macedónia, e a ausência criada por estas viagens gerou a saudade no peito do seu amigo poeta, que mostra alvoroço ao encontrar-se de novo, e cujo coração amicíssimo tem a seguinte expansão lírica:

Verani, omnibus e meis amicis
Antistans mihi milibus trecentis,
Vinistine domum ad tuos penates
Fratresque unanimos anumque matrem?
Venisti. O mihi nuntii beati!
Visam te incolumem audiamque Hiberum
Narrantem loca, facta, nationes,
Vt mos est tuus, applicansque collum
Iocundum os oculosque suauabor.
O quantum est hominum beatiorum,
Quid me laetius est beatiusue?

Do chicote que vergastava o vício e viciosos nasciam flores, por milagre da amizade.

Que alma de mulher recusaria subscrever tais versos meigos e castos, posto que tenham o sabor de beijos?

Desta forma tratava Catulo os homens: ora lançando grilhetas aos que a sua crítica condenava ao desprezo de todos, ora estreitando-os contra o coração se lhes estava ligado pela poesia, pela amizade ou conveniência.

(1) Tanto Verânio como Fábulo tinham mandado, de Espanha, presentes ao poeta.

* Nam sudaria Saetaba ex Hiberiis
Miserunt mihi muneri Fabullus
Et Veranius; haec amen necesse est
Vt Veranidum meum et Fabullum.

A sua personalidade não se desdobrava nem se vergava; sempre mantinha uma conduta independente, arrogante e firme no comentário, mesmo que o arguido fosse César, por quem não tinha consideração alguma:

Nil nimium studeo, Caesar, tibi uelle placere,
Nec scire utrum sis albus an ater homo.

E agora que havemos de pensar da crítica de Catulo?

Além do que atrás fica manifestado ou sugerido acrescenta-se ainda que lhe não era estranha a intenção moral num sentido lato e em certos casos quase totalmente diluída na parcialidade apaixonada e na liberdade da pintura. Não obstante, aparece sempre o ferro em brasa a causticar, quero dizer, castigo severo a sangrar, ou ensinamento brando que edifica. Para prova recordemos Sufeno.

Falando deste poeta — Catulo ocupava-se também com a crítica literária — homem delicado, boa pessoa, com a pecha de gostar muito da obra pessoal que infelizmente não corresponde aos dotes intelectuais do autor, mas que lhe dá grande satisfação, o que é natural,

. naque idem umquam
Aeque est beatus de poema cum scribit;
Tam gaudet in se tamque se ipse miratur,
.

falando deste poeta, digo, o crítico termina com a seguinte alusão à fábula dos alforges:

.
omnes.
. . . non uidemus manticae quod in tergo est,

para desculpar um pouco o criticado a quem todos, afinal, nos assemelhamos.

Negar-se-á, portanto, a Catulo uma crítica social mais humana, mais inteligente e justa que apaixonada e parcial? Não seria Catulo bom conhecedor dos vícios e virtudes dos concidadãos que detestava e tinha em grande estima?

(*Continua*).

A. SARAIVA DE CARVALHO.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1846

Guimarães há 100 anos

Outubro

Dia 1 — Retirou para Braga o Conde das Antas que para aqui tinha vindo no dia 29 do passado, para tratar das eleições. Foi acompanhado pelo Visconde da Azenha, de quem tinha sido hóspede.

Vindo de Braga chegou à sua casa de S. Francisco o general de província Barão d'Almargem, que era acompanhado do seu estado maior e de três ordenanças de cavalaria. Logo depois da sua chegada apresentou-se-lhe uma guarda de honra do 7 de caçadores, em grande uniforme, a qual ele não aceitou. À noite os cornetas e a música do batalhão foram tocar à sua porta. (P. L.).

Dia 2 — Pelas 5 horas da tarde foi o general Barão d'Almargem passar revista ao batalhão de caçadores 7, formado, de grande uniforme, no terreiro do Cano. O general ia também de grande uniforme, assim como o seu estado maior. (P. L.).

Dia 5 — Seguiu para Braga o general Barão d'Almargem, acompanhado do seu estado maior, do major-comandante do batalhão de caçadores 7 e mais alguns oficiais do mesmo batalhão. Quando o general passava pelo alto da Falperra atiraram-lhe três tiros alguns paisanos armados que estavam no mesmo alto, não lhe acertando nenhum por terem sido disparados a distância. (P. L.).

Dia 8 — Esteve em armas e estado de marcha o batalhão de caçadores 7, em consequência de constar que se tinham reunido em Vieira bastantes homens armados. À noite andaram a rondar grandes patrulhas de caçadores e polícia. (P. L.).

Dia 10 — A Comissão Municipal fez público, por editais, a participação do Governador Civil do distrito sobre a suspensão das eleições para deputados, que se deviam realizar amanhã, por causa das ocorrências extraordinárias que tinham havido. Vindos de Chaves chegaram aqui uns soldados de cavalaria 6, que marcharam para Braga no dia seguinte, tendo hoje seguido para aquela cidade o batalhão de caçadores 7. Também aqui chegou um forte destacamento do regimento de infantaria 7 (o regimento estava em Braga), comandado por um capitão. Compunha-se de umas 90 praças e foi logo para os quartéis. (P. L.).

Dia 11 — Não houve eleições de deputados em todo o Reino, e muito principalmente nesta província, por a autoridade competente o ter ordenado, em virtude da Rainha o ter proclamado à Nação, no dia 6 deste mês, e nomeado novo ministério presidido pelo Marquês de Saldanha. Também a mesma Senhora nomeou, no mesmo dia, o Duque da Terceira seu lugar-tenente nas províncias do norte, o qual desembarcando no Porto e mais alguns

Figuros e achando resistência da parte das autoridades e do povo em executar as instruções de que ele era portador, viu-se na necessidade de ir para o castelo da Foz, como preso, e mais os seus companheiros. No Porto constituiu-se uma Junta Governativa composta do Conde das Antas, presidente, Passos José, etc. A Rainha nomeou logo vários funcionários públicos, ficando Governador Civil de Braga o Barão de Vila Pouca. As tropas da província do Minho andavam com estes acontecimentos em grande movimento. À noite a ronda foi feita por várias patrulhas de polícia e gente de aldeia. (P. L.).

Dia 13 — Marchou para Vieira o destacamento do regimento de infantaria 7 para perseguir os revoltosos daquele concelho que tinham levantado o grito a favor de D. Miguel, sendo um dos seus chefes um sujeito do Cano, desta vila, conhecido pelo Padre João Presbítero. (À margem, com letra diferente: João Baptista Rebelo Pereira, vulgo Padre João do Cano). De Braga veio também, com a mesma direcção, o Barão d'Almargem, com alguma força. O Conde das Antas tinha ido para o Porto por causa dos acontecimentos havidos nestes últimos dias. (P. L.).

Dia 14 — Pela Junta do Governo do Porto foi tirada a administração do correio desta vila a Miguel António Fernandes da Silva Vilela e entregue a José Vieira, do Ermo, da freguesia de S. Vicente de Passos.

Pelas 8 horas da noite chegou o general Barão d'Almargem e o seu estado maior, vindos de Braga onde pouco tempo antes se tinham recolhido de perseguir a guerrilha miguelista de Vieira. Também chegaram, pelo mesmo tempo, o ajudante e sargentos do regimento de infantaria 3 para terem prontos os aboletamentos para o seu corpo, que devia aqui chegar hoje mas ficou nas Taipas por já não poder

vencer a marcha. As autoridades daqui obedeciam à Junta do Governo do Reino criada no Porto. O Duque da Terceira continuava preso na Foz, assim como o Conde de Santa Maria e outros. (P. L.).

Dia 15 — Sob o comando do seu coronel Joaquim Eusébio, que vinha de guarda-chuva (chovia muito), entrou aqui o regimento de infantaria 3, composto de uns 500 homens, vindo a maior parte deles arrasados pelas muitas marchas e contra-marchas a que tinham andado sujeitos para os lados de Vieira em perseguição da guerrilha. (P. L.).

Dia 16 — Seguiu pela estrada de Amaranthe o regimento de infantaria 3, tendo seguido com ele o general Barão d'Almargem. Vindos do Porto, escoltados por lavradores armados de paus, chegaram oito carros de armas, requisitadas pelo Salgado de Pardelhas para armar a sua gente, isto é, os salteadores. A polícia e muitos lavradores que foram apenas para esse fim, andaram, de noite, a fazer rondas, ouvindo-se pelas ruas o barulho dos socos. (P. L.).

Dia 17 — Chegou aqui a noticia de ter a Junta do Governo do Porto nomeado oficiais para um batalhão que se devia criar em Guimarães, sendo nomeado seu comandante o Juiz de Direito, Bernardo Leite, capitães Francisco Marinho e o escrivão Ribeiro, tenentes Manuel Leite, negociante no Toural, e Domingos José Ferreira, também negociante na mesma praça, e outros indivíduos. Foram feitas distribuições de armas aos da Rua de Couros e convites a alguns indivíduos para que fizessem parte do batalhão que tencionavam organizar, passando pelo dissabor de receber a repulsa de alguns. (P. L.).

Dia 18 — Tocou a reunir os empregados da Bomba para os convidar a pegar

em armas, para defenderem a Junta do Governo do Porto. Os referidos empregados, desconfiando que era para esse fim, não compareceram em grande parte, pelo que quem estava encarregado de os convidar lhes não fez o convite, por recear que eles se recusassem.

Dia 19 — Chegou a notícia de terem sido derrotados para as partes da Póvoa de Lanhoso, pela guerrilha miguelista de Vieira, os Serezinos de Braga, comandados pelo Cónego Mont'Alverne, que deixaram um morto e três prisioneiros. O José Vieira, do Ermo, veio requisitar armas para os de Fafe, para se armarem a favor da Junta do Governo do Porto e contra o Governo da Rainha. Levou dois carros delas. (P. L.).

Dia 21 — Distribuíram-se muitas armas pelos polícias de algumas aldeias do concelho, não sendo nenhum capaz de dar fogo, muito principalmente a favor dos dois partidos, cartista e progresista, porque sòmente o fariam a favor de D. Miguel, pois os povos das aldeias desta provincia eram quase todos miguelistas, com raras excepções. (P. L.).

Dia 23 — O administrador interino, José Joaquim de Almeida Cardoso, mandou afixar um edital a convidar todos os indivíduos dos 18 aos 45 anos de idade a alistarem-se no batalhão que tinha sido mandado criar pelo Governo Provisório do Porto, prometendo cem mil réis diários a cada um e isenção do recrutamento para tropa de linha. Esse batalhão ficaria a ser comandado por aquele administrador em virtude do Juiz de Direito não o querer aceitar, não porque não fosse um decidido progressista mas porque se não queria comprometer. Os convidados pouco caso fizeram deste convite.

Neste dia e nos dois seguintes fizeram-se preces na Colegiada e nos con-

ventos de freiras para que Deus Nosso Senhor desse sol para se poderem fazer as colheitas, pois ainda estavam muito atrasadas. (P. L.).

Dia 24 — O administrador do concelho mandou deportar alguns indivíduos por os julgar perigosos à situação, isto é, ao Governo da Junta do Porto, porque só as autoridades e poucos mais estavam com ele. Os deportados foram o Tomás das Hortas, o Frei Joaquim do Miradouro, setembrista, o António Vilela, etc. O administrador também mandou intimar alguns negociantes para não consentirem reuniões de indivíduos que não fossem affectos ao Governo do Porto, sob pena de também serem deportados. (P. L.).

Dia 26 — Pela tarde começou a espalhar-se a noticia de marchar nesta direcção o Barão do Casal, general da provincia de Trás-os-Montes, com tropa a favor da Rainha e da Carta, isto é, contra a Junta do Governo do Porto. A policia pegou em armas e as autoridades andavam com bastante susto por constar que o Barão tinha mandado fuzilar em Vila Real cinco indivíduos que foram encontrados com armas na mão.

Vindo do Porto chegou aqui Joaquim Ferreira de Melo, de Fafe, que tinha sido nomeado, pela Junta do Porto, comandante de um dos batalhões de Fafe, para o qual se dizia que trazia armas. (P. L.).

Dia 27 — O administrador do concelho mandou, de tarde, reunir a policia da aldeia na Praça do Toural, e depois de estar aí com as armas ensarilhadas até à noite, a mandou para os quartéis. A vila achava-se em alarme em consequência de terem chegado a Amarante o Visconde de Vinhais e o Barão do Casal, com a tropa de Trás-os-Montes (composta do batalhão de caçadores 3, regimento de infantaria 13 e os regimentos de cavalaria 6 e 7), que

marchava sobre o Porto. Esta força tinha-se batido junto a Vila Real com uma guerrilha, de que fez onze prisioneiros, passando-os todos pela espada. (P. L.).
 Nota marginal do mesmo noticiarista: —
 «O Visconde de Vinhais ficou e o Barão do Casal é que marchou com a força.»

Dia 28 — Reuniu-se um grande número de homens da aldeia, com armas e paus, que foram conduzidos pelos seus competentes regedores, por estes terem recebido um officio do administrador do concelho para apresentarem um de cada casa. Foram aboletados. Às Trindades saiu o escrivão Ribeiro, do Juízo de Direito, com uma parte desta gente e três cargas de pólvora, na direcção de Freamunde, para onde se dizia que estava a tropa do Barão do Casal que ia atacar o Porto. (P. L.).

Dia 30 — Em virtude de se ter espalhado a noticia de ter chegado a Santo Tirso o Barão do Casal com a sua tropa, pôs-se tudo em movimento, havendo grandes reuniões de povo armado, dando as autoridades ordens para que os sinos tocassem a rebate no caso dessa tropa se aproximar daqui. As autoridades e o pequeno partido setembrista eram incansáveis em tomar todas as medidas para que os cartistas não vencessem. A tropa não chegou a Santo Tirso, como se espalhou, tendo feito apenas uma sortida à retaguarda para dispersar os paisanos que iam em seu seguimento, matando alguns, segundo se dizia, na Serra d'Agrela. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.





I GIVE YOU MY WORD, por *Ivor Brown*.
Edição de Jonathan Cape. Londres,
s. d. 144 págs.

as palavras a que no texto se faz referência,
facilitando assim as consultas.



O Autor, que vem dando há anos as suas atenções à significação que em inglês adquiriram muitas palavras que se desviaram do seu sentido etimológico, dá-nos com este a sua terceira colectânea de termos ingleses raros, curiosos, obsoletos ou tomados em geral no sentido translato. Percorrendo estas páginas, quem conhece bem a língua inglesa não deixará, apesar disso, de se sentir surpreendido com a sua plasticidade e com a facilidade (esta já conhecida) com que os nossos antigos Aliados forjam palavras nos momentos em que delas carecem.

Não podemos, muitas vezes, deixar de sorrir ante os verdadeiros «achados» do Autor, ou dos seus correspondentes, como não é para louvar menos o cuidado com que percorreu a obra de alguns escritores e nela colheu termos e expressões de sentido obscuro ou duvidoso, que pretende interpretar, às vezes com bastante espírito.

Trabalho sério e completo, é de lamentar que num índice não se reunissem todas

FOLHAS DO MEU CADASTRO, por *Hipólito Raposo*. Vol. 1 (1911-1925).
Edições «Gama». Lisboa, 1945.
LXIII — 242 págs. Ilustrado.

Quer o dr. Hipólito Raposo convencer-nos de que é um *velho* e, para isso, começa já a publicar as suas memórias... Lendo-as, porém, nós, que abrimos aquelas páginas um tanto ou quanto desconfiados (e não contribuíra menos para esse estado de espírito o vermos na capa as letras do título sangrando sobre os grossos varões de ferro da prisão em que o encerraram), breve chegámos à conclusão de que H. R. quis apenas divertir-se à nossa custa, pois o seu espírito continua moço e vibrante de entusiasmo, como nos tempos em que, de pena em punho na *Monarquia*, ou de espingarda na mão em Monsanto, se batia com a galhardia de um paladino dos tempos passados.

Recorda H. R. os factos mais salientes

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

da sua vida política, desde que em 1911 entrou na vida, vindo dos bancos da Universidade, até ao seu regresso da África, não nos tendo contado nada, no entanto, a respeito da sua permanência em Luanda, da qual, aliás, nasceu esse belo *Ana A-Kalunga*. Lendo o livro de H. R. recordamos factos que são de ontem, mas que o tempo levou na sua vertigem para tão longe, que mal os vislumbramos já, tão esfumados estão. Assistimos ao nascimento do Integralismo Lusitano, à actuação deste na crise do Sidonismo, e à aventura de Monsanto, que H. R. revive em linguagem tão viva que nos faz ver fisicamente os caminhos dolorosos que seguiu. Veem depois as páginas sentidas do diário do Autor quando esteve três meses em S. Julião da Barra a cumprir a pena a que o haviam condenado por responsável da autoria de um manifesto monárquico atirado para dentro do hemiciclo da Câmara dos Deputados. Com ele vivemos a vida de encarcerado, que o foi em holocausto aos deuses do momento, e com ele sentimos também o *tedium vitæ* que oprime e esmaga.

O livro de H. R. é simultaneamente de história, breviário político e trabalho literário de grande valor, com que diríamos ele confirma e mantém os seus créditos de escritor vernáculo, se não receássemos se ofendesse com dele dizer o que jornalistas semi-analfabetos dizem de qualquer Zé-ninguém que nas horas vagas faz prosa...



O DUQUE DE BRAGANÇA, por *Manuel de Bettencourt e Galvão*. Edições «Gama». Lisboa, 1945. 169 págs.

Entre as variadas obras dedicadas ao Neto de D. Miguel I e que têm por objectivo dá-lo a conhecer aos Portugueses de hoje, ocupa lugar de relevo esta breve biografia, devida ao sr. M. de B. e G., que, em linguagem ora comovida, ora entusiás-

tica, conta ao leitor a vida do sr. D. Duarte Nuno de Bragança e o seu amor à Terra Portuguesa, a sua fidelidade à tradição nacional demonstrada, a cada passo, nos actos mais transcendentales como nos mais triviais.

Se não soubéssemos como o Príncipe exilado foi criado e educado no amor a tudo quanto é português; se não tivéssemos conhecimento antigo de como permaneceu vivo no coração de S. A. a dedicação pela Terra em que os seus antepassados reinaram; se ignorássemos como o ambiente portuguêsíssimo de Seebenstein contribuíra para formar o portuguesismo do ilustre Príncipe, tudo isso no-lo revelaria o livro do distinto Autor de *D. Miguel II e o seu tempo*, a que já tivemos ocasião de referir-nos neste mesmo lugar.

A capa do volume é ilustrada com uma fotografia magnífica do sr. D. Duarte Nuno, de sorriso aberto e olhar aliciante, a convidar a abrir e a ler um trabalho que honra o seu Autor.



O CARDEAL CEREJEIRA, PATRIARCA DE LISBOA, pelo *Padre Moreira das Neves*. Pro Domo. Lisboa. Fascículos 1 a 6.

Desejariamos falar desta obra apenas quando se concluísse, pois só assim o nosso juízo, embora pessoal, poderá formular-se com conhecimento exacto e preciso, porque, tratando-se de obras editadas em fascículos ou tomos, é apenas no final que o leitor e o crítico podem obter uma vista de conjunto que os habilite a julgá-la com justiça.

Não queremos, porém, deixar de assinalar já a sumptuosidade da apresentação. Impressa em magnífico papel, com excelentes gravuras a negro e admiráveis *hors-textes* a cores no corpo da obra, este novo trabalho do sr. P.^o M. das N. ficará a assinalar o arrojo da Empresa Editora e a excelência dos nossos impressores, que hoje

podem competir à vontade com os melhores do estrangeiro.



NO SAQUÃO DO LIBERALISMO, por *Pernando Campos* (2.^a ed.). Edições «Gama». Lisboa, 1944. 238 págs.

É de sobejo conhecido este livro do operoso escritor nacionalista sr. F. C., e nós mesmo, quando apareceu a 1.^a edição, a ele nos referimos largamente nas colunas do diário bracarense *Correio do Minho*. Os leitores de *Gil Vicente* conhecem bem o Autor, que é também um distinto colaborador desta revista, e sempre se salientou pela probidade dos seus trabalhos e pelo entusiasmo da sua argumentação.

É que o público assim pensa, prova-o esta 2.^a edição da obra do sr. F. C., que aparece aumentada de um apêndice em que se esclarecem juízos emitidos no livro, o qual faz parte da colecção «Cadernos políticos» das Edições «Gama».



... E MESMO CONTRA A MARÉ!, por *Lopes d'Oliveira*. Edições Universo, Ld.^a Lisboa, s. d. 382 págs., ilustrado.

O Autor deste volume, apesar de adversário político das ideias que esta revista defende, é escritor de merecimento, com uma obra que não pode passar ignorada de quem escreve ou de quem estuda. Escrevendo num estilo terso, nervoso, que tantas vezes produz páginas de grande vibração, ao sr. dr. L. d'O. deve-se um dos poucos livros escritos para comemorar o centenário queirosiano que não são obra de fanfaria ou de especulação comercial.

Há poucos anos lançou no mercado um livro, a que pôs por título *Rema sempre!*, conselho que seu Pai lhe deu, ainda moço,

para não desanimar ante o mar encapelado da vida. A este baptizou-o com o complemento do conselho, que o distinto artista que é Francisco Valença materializou na sugestiva *charge* que ilustra a capa.

Reúne o Autor uma série de artigos, ensaios e críticas literárias, a que apensou um punhado de cartas que lhe foram endereçadas por alguns dos espíritos mais conspícuos desde os princípios do século, como Fialho, Marcelino Mesquita, João Penha, Luís de Magalhães, Guerra Junqueiro, Conde de Arnoso e outros. Entre os ensaios destacam-se os enfeixados sob o título genérico de *Sob o signo de Eça de Queirós*. Das cartas é sobretudo notável a do general Gomes da Costa, pelo desassombro das afirmações e pelo que deixa adivinhar nas reticências com que o Autor do volume entendeu por bem substituir os períodos cuja publicação achou inoportuna. Dos artigos destacamos os conselhos «Um velho burguês liberal a sua filha», pela sinceridade, singeleza, beleza espiritual de que estão impregnados e que são bem o espelho da alma de quem no fundo é um português sentimental e sensível, para quem tudo o que é belo é digno de se amar, tudo o que é nobre é digno de se imitar, tudo o que é português é digno de se aplaudir.



PERFIL DO MARQUÊS DE POMBAL, por *Camilo Castelo Branco* (4.^a edição). Domingos Barreira — Editor. Porto, 1943. XIII — 264 págs.

A crítica desta obra está feita, desde que em 1882, às vésperas do centenário da morte do Marquês, ela escandalizou o público pela sua linguagem violenta e apaixonada. Tudo o que hoje a seu respeito se disser, nada adianta, nem para o conhecimento mais perfeito da obra de Pombal, nem para o da psicologia do Autor.

Todavia, folgamos por que se reeditasse,

tratando-se como se trata de um trabalho escrito na plenitude do génio de Camilo, que nele tem algumas páginas magistrais, das mais belas que escreveu.

Aquelas duas páginas em que narra a decapitação da Marquesa de Távora, são admiráveis de colorido, de nervo e de nobreza ática. Tudo o que ali está é necessário; nada sobeja, nada falta. E como essas, muitas outras existem no *Perfil* que, embora apaixonado, violento e por vezes tendencioso, não deixa de constituir espécie preciosa na vasta bibliografia pombalina.

A edição foi cuidadosamente revista pelo sr. dr. A. C. Pires de Lima, sendo ilustrada com um excelente retrato de Camilo, três gravuras da época e uma capa, do mestre aquarelista sr. Alberto de Sousa, representando o Marquês a observar, pela célebre luneta, o suplício dos Távoras.



HOMENS BRANCOS NOS TRÓPICOS, por Erling Bache. Tradução portuguesa de António Brochado. Livraria Tavares Martins. Porto, 1944. 269 págs.

Este livro é a história vivida de um jornalista dinamarquês que o destino caprichoso arrastou para o Extremo Oriente, que percorreu durante anos, tendo vivido nas ilhas de Sonda, na Indo-China, nas Filipinas e na China, cuja vida auscultou de perto e cujas aspirações nos transmite em linguagem dinâmica, cheia de pitoresco. Lendo-o compreende-se muita coisa que nos parecia incompreensível nos nossos dias. Por exemplo: a facilidade com que os Japoneses conquistaram as ilhas malaias: Bornéu, Java, Siamatra e as Filipinas. O que E. B. conta esclarece suficientemente a razão do rápido domínio nipónico, o ódio ao branco e outros factos e acontecimentos que a nós, ocidentais, nos custava a compreender.

Também algo de novo ouvimos dizer acerca de Macau, como sobre a China de hoje e a luta em que se encontra empenhada. Idílica é a descrição da famosa ilha de Bali, em que o A. residiu durante muitos meses, e cujos habitantes tão curiosos são pela sua psicologia própria e pelos seus costumes, mais humanos e mais puros do que os de muitos brancos.

É, enfim, obra que se lê com o interesse de uma novela, para o que contribui também a tradução escorreita.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



EÇA DE QUEIRÓS, por José Trêpa. Artes Gráficas. Porto, 1945. 47 págs.

As comemorações centenárias de Eça fizeram brotar um caudal de publicações em que a figura do escritor nos é apresentada de várias formas e em diversas posições.

Eça, porém, foi um Artista e, como tal serviu de tema à palestra que outro Artista, José Trêpa, pronunciou em 15 de Janeiro de 1945, numa reunião do «Rotary Clube do Porto».

José Trêpa confessa-se entusiasta admirador do Romancista. Não admira que o temperamento artístico do A., que é um poeta que muito apreciamos, se deixasse atrair pelo génio literário de Eça, que foi, na verdade, um dos maiores lavrantes da prosa, se bem que sem ideal filosófico ou político definido.

A sua obra ressentia-se desse vazio, porque, não sendo ideólogo nem moralista, deixou nela bem vincado o seu cepticismo, e as suas confusões mentais: — espécie de seara variegada, onde podem mondar católicos e ateus, monárquicos e socialistas, republicanos e comunistas, a que não fal-

taram também as papoulas — sonoloficientes em que o próprio Eça reparou.

Entre a grande aluvião de coisas aparecidas sobre o admirável autor de *A Ilustre Casa de Ramires*, este trabalho fica a marcar um lugar destacado e inconfundível.



S. TOMÁS DE AQUINO, por *G. K. Chesterton*. Livraria Cruz. Braga, 1945. 213 págs.

Este livro, que pertence à « Coleção Critério », lançada pela Livraria Cruz e de que já se publicaram alguns valiosos trabalhos, define a fisionomia espiritual de S. Tomás.

Como já tinha acontecido com o Pobrezinho de Assis, Chesterton interessou-se por S. Tomás de Aquino para dar a conhecer aos ingleses o pensamento desse grande cultor da objectividade e firmeza doutrinárias.

A aliança de Chesterton com S. Tomás parece, à primeira vista, paradoxal. No entanto, aprofundando melhor, concluir-se-á que a característica ironia do escritor inglês se harmonisa bem com a filosofia do doutor universal.

Não existem, por isso, antagonismos, embora se verifique, como o P.^e Paulo Durão salienta no seu estudo sobre « A filosofia de Chesterton » que o filósofo inglês não possui « o método e a ordem disciplinada de um latino ».

É sabido que o tomismo tem, contra si, na Inglaterra, velhos preconceitos. Foi reagindo, contra tais preconceitos, que Chesterton publicou este trabalho sobre S. Tomás. E fê-lo para demonstrar que « a filosofia e a teologia tomista, comparadas com outras filosofias como a budista ou a monista, com outras teologias como a calvinista ou a *Christian Scientist* são um sistema notoriamente activo e até combativo, cheio de senso comum e de confiança cons-

trutiva, e por isso normalmente cheio de esperança e de promessa » (pág. 201).

E aqui está como no mundo das coisas espirituais, aquilo que tinha sido armazenado nos celeiros, como grão, se vai espalhando agora, como semente.

A tradução foi confiada a António Dória, que, como era de esperar, bem se desempenhou da espinhosa missão, tão espinhosa que lhe provocou uma nota final em que nos dá conta das dificuldades que teve de vencer.



HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO (vol. II), pelo *Conde da Ericeira*. Livraria Civilização — Editora. Porto, s/d. 565 págs.

Reúnem-se, neste segundo volume, os sucessos mais importantes ocorridos a partir de 1643 e que tanto tiveram de decisivo para a nossa independência.

Esses sucessos são pormenorizadamente narrados pelo Conde da Ericeira, como, por exemplo, a acção e a morte do Conde-Duque de Olivares, a sentença de Francisco de Lucena e as guerras com espanhóis e holandeses.

O período decorrido entre 1643-1656, que é abrangido por este volume da *História de Portugal Restaurado*, é dos mais movimentados da Restauração e revela bem as qualidades de D. João IV, aquele Duque de Bragança, fundador da Dinastia, que tão caluniado foi pela história de partido.

Por todas estas razões e por se ter abandonado à utilíssima reedição do valioso trabalho do Conde da Ericeira, é a Civilização — Editora digna do nosso reconhecimento.

Este volume encerra-se com a descrição da morte do Rei Restaurador « de tão invencível valor, que intentou e conseguiu a maior e mais virtuosa empresa que se reconheceu em muitos séculos, com poucos

meios de a conseguir, mudando do exercício da caça para o do governo de um reino combatido das nações mais poderosas e das negociações mais difíceis do mundo» (pág. 526).

António A. Dória teve de restringir as

suas tão imprescindíveis anotações, para evitar um aumento de páginas a este, já assim, volumoso tómo.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Eça de Queirós e a Nobreza, pelo Conde d'Aurora.

A Sombra do Cruzeiro, por Eduardo d'Almeida.

A Fuga do Anjo — os 20 sonetos de amor de António Porto-Além.

Alarme em Berlim, por Helena de Lichterfeld.

Oferta dos Editores:

Pro Domo, Lisboa:

1 — O Cardeal Cerejeira (tomo 6.º), por Moreira das Neves.

2 — O pão nosso de cada dia, por R. Guedes Salgado.

3 — O retrato revelador, por Maria Adelaide Vitório.

4 — A Princesa e as três irmãs, por Virginia Motta.

5 — Estudante Bargante, por Albino Roiz de Sousa.

6 — O Divórcio, por Leonel Franca.

7 — A sátira política em Portugal durante o século XV, por F. E. Tejada Spínola.

Livraria Figueirinhas, Porto:

1 — A tragédia sexual de Leão Tolstói, por José Kallinikov.

2 — Sua Magestade a Morte, por Armando Tavares.

3 — O Pensamento filosófico de Leonardo Coimbra, por José Marinho.

Edições S. N. I., Lisboa:

1 — Almanaque do Povo — 1946.

2 — Social Assistance in Portugal.

Tavares Martins, Porto:

1 — Bergson, por Diamantino Martins, S. J.

2 — Antologia (1) Líricas, por António Correia de Oliveira.

3 — Dias que já lá vão, por Luzia.

4 — Sumário Histórico das Artes Plásticas em Portugal, por Diogo de Macedo.

Hernâni Costa & C.ª, Porto:

Monografia das festas ao São João em Portugal.

Portugália Editora, Lisboa:

As grandes viagens portuguesas, selecção, prefácio e notas de Branquinho da Fonseca.

Instituto Britânico, Lisboa:

1 — Charles Dickens.

2 — British contributions to Portuguese and Brazilian Studies, por William C. Atkinson.

3 — The Development of English Prose Between 1918 and 1939, por E. M. Forster.

"MADRUGADA DO ESPÍRITO"

Notas à margem deste livro de Plínio Salgado

PLÍNIO SALGADO, forçado ao exílio, procurou Portugal, pois escolhendo-o sabia aqui, em família, melhor se amparar contra os desmandos que afogavam em onda de sangue e de desvairo o mundo, amarrado na minguia de senso.

Portugal, Pátria da sua Pátria, por suas virtudes ancestrais, impõe-se para seu retiro e lugar de meditação e exaltação cristã, e animado na lição caseira da História, por sentimento e por sangue, destino próprio para repouso nas canseiras e aperfeiçoamento nas lides políticas.

Entrou-nos por Lisboa, quase ignorado o seu nome, pois conhecido o era apenas por alguns amigos, já então admiradores declarados de sua Inteligência máscula, conduzida na luminosidade de Espírito cintilante e esforçado, na compreensão de sadia e arejada política.

Buscou aqui um anonimato propositado. Medularmente modesto, esta sua naturalidade, escondendo-o da Fama fácil, inclina-o para os humildes a quem logo se prende pela terna simplicidade do encanto.

Desceu a enxovias a animar criaturas de sofrimento moral e com a sua edificação ergueu muita pobre alma; visitou enfermos e ajudou a consolar muito aflito. Subiu águas-furtadas e ensofregou para a vida génios que se mirravam pela da morte.

Percorreu Portugal inteiro de lés-a-lés, do Minho aos Algarves, do promontório de Sagres, onde a terra parece se acabar e o mar português começa, até ao cabo Finisterra, que os antigos consideraram limite ocidental do continente e quase roça, encostando-se como num sorriso, Portugal à Galiza, o mar a embalar a península de Pontevedra a Viana, entre os vinhedos afamados e as doçuras minhotas do seu clima temperado.

Entre o recolhimento de uma prece eterna toda cheia de Fé, e o gargalhar de mordente sátira em que se maldiz o político de ocasião; entre a praga arrancada do peito a golpes de viril e ingénua simplici-

dade, ou os soluços amargos que o sacodem pela miséria alheia, retrata-se inteiro o Portugal de sempre.

Penetrando na alma popular portuguesa, despida dos convencionalismos burgueses, dos artifícios da banca na conveniência dos interesses, Plínio Salgado aprecia-a na sua rudeza generosa e boa, leal na lhanza como na bravura.

Experimenta almas, anima bondades, estimula coragens, modera intemperanças, desbrava para o bem inteligências, e amando a continência nos costumes e o comedimento nos hábitos próprios das famílias portuguesas, zurze os idolatras do endeusamento faminto do burguês.

Romeiro da Palavra misericordiosa, esclarecido na razão pela Verdade, corre Portugal por todos os seus lugares, por cidades, vilas e aldeias, pisando antigos campos de batalha, e recolhido no silêncio de castelos, mosteiros, igrejas, monumentos erguidos desde a independência a acordar na memória das gentes os fastos enérgicos da nacionalidade. Em cada cruzeiro encontra uma oração, rezada pelas gerações há oitocentos anos por voto daqueles que o levantaram para afirmar a Fé que sempre abraçou os corações portugueses; à beira dos caminhos, onde caíu homem assassinado ou onde fica cova de justicado, a pedir aos vivos um Padre Nosso pelo morto, lá está muitas vezes a Cruz sobre o monte de pedras, para ali atiradas por quantos transeuntes rezaram a prece pedida para bem de sua alma; são ainda os *calvários*, a recordar os transe da Paixão do Senhor, e de onde em quando, fora das povoações, os *passos* lembram quanto na Cruz sofreu o Senhor. Cruzeiros; «Padre Nossos»; «Fiéis de Deus»; as «alminhas», as capelinhas e os nichos; tudo acorda por estradas, caminhos e encruzilhadas em encantador eco, a ternura do povo ao memorar na sua humildade os seus «fiéis defuntos», Portugal velho, aqueles seus antepassados que ajudaram a construir a História.

Por isso Plínio Salgado, escutando a sua alma lusiada, viu reflectir-se nela os oito séculos de Portugal.

Esteve em Vila da Feira, e entra Almourol. Em Óbidos, coevo dos fenícios, cartagineses, dos celtas, visigodos e árabes, junto de suas muralhas torreadas, vem-lhe à memória a tomada aos mouros com o Lidador e seus guerreiros, a lealdade da praça nas lutas do século XIII, todas as suas muitas proezas, que, ao título de *notável*, lhe acresce na vila a mercê de *sempre leal*.

Medita em Mafra, na Batalha, em Alcobaça, em Porto de Moz, em S. Pedro de Muel, em Leiria, na Nazaré, em Santa Clara de Coimbra,



GUIMARÃES — Padrão do Salado

(Aquarela de Maitteira)



GUIMARÃES — Praça de S. Tiago

(Óleo de Jaime Isidoro)

onde as pedras falam resistindo aos séculos. Reza nos Jerónimos, em S. Vicente de Fora, em Santa Maria de Belém. O Castelo dos Mouros e a Pena, onde o «*Jardim da Moirama*» que D. Fernando II em boa hora tão carinhosamente criou, lembram-lhe toda a vasta obra de apostolado dos nossos reis que a golpes de montante, inflamados na Fé, talham Portugal em terras do mouro infiel.

Visita Tomar, onde se debruça na História pela contemplação da obra da ordem de Cristo e dos Templários.

Sobre os campos de Aljubarrota, orando no túmulo de D. João e da rainha D. Filipa, recorda toda a época máxima dos Albuquerque terrível, do Castro forte, dos Almeidas *por quem sempre o Tejo chora*. D. Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Bartolomeu Dias, Pacheco fortíssimo, Magalhães, Pero da Covilhã, Diogo Cão, D. João de Meneses, Mendes Pinto, Zargo, e esses *outros em quem poder não tem a morte*. E logo no ínclito Infante navegador, da *progenie generosa de Joanne*, louva o orgulho altaneiro da raça imortal, que, exaltada na Fé e experimentada na honra e nas guerras, levou ao Brasil tão nobre ascendência.

Vibra toda a grandeza lendária de Portugal, com Egas e Dom Fuas, *ã. de Homero a Citara parelles so cobiço*, com Gualdim Pais, Mendo de Sousa, Gonçalo Mendes da Maia, Martim de Freitas, a estreitar-se no patriotismo popular com o *Desejado*. Recorda o Portugal profético e popular, mirado nas predições do Bandarra de Trancoso, ou acordado nas mais antigas profecias, desse sapateiro e guarda da Universidade de Évora, o preclaro e humilde mestre Simão Gonçalves, o santo, nascido na aldeia de Marmeleiro e que, por seu dom adivinhatório e prudente, foi, com voto, muifas vezes ouvido por D. Sebastião, sendo conselheiro de seus tios.

Lembra os cronistas e os poetas — Camões, Barros, os Resendes, Fernão Lopes, Sá de Miranda, Damião de Góis, para logo admirar os cientistas com Amatus Lusitano ou Garcia da Orta, e nunca esquece nem Anchieta, nem Nóbrega, nem Vieira, nem Santos Dumont.

Portugal antigo está sempre presente no Brasil pela língua, pelos cancioneiros, pelo viver das gentes no aconchego caseiro próprio dos mesmos lugares e vilas de Portugal, desde as antigas capitánias gerais, aos engenhos, às fazendas...

Em Alcobaça demora-se junto de D. Pedro e de D. Inês, esse grande desvairo de amor ali unido e que, por voto amante, se lembrará na história enquanto houver mundo. E no claustro de D. Dinis cerra os olhos

na comoção de tanta grandiosidade, ao animar-se na Sala dos Reis com os lumes da nacionalidade.

Em Coimbra reza chegado aos restos dos dois príncipes que fizeram Portugal; para nas Caldas da Rainha se acarinhar no amor, e se acher na admiração pelo maternal mimo de todas as nossas Rainhas — santas Princezas que sempre uniram as gentes no aconchego das famílias, caldeando-as no amor e na bondade.

Jornadeia todo o Minho, jardim dos arruinados solares realengos e dos nossos Santos tutelares, soberbo nos pergaminhos honrosos da independência e guarda-avançado leal na defesa do enobrecido Portugal. Nesta província rural, aliado o encanto à beleza e a ternura ao sentimento português, entranha-se Plínio Salgado na terra da Maia, solarenga do nobre Lidador, e perante Santa Maria de Leça de Bailio, abismado na notável arquitectura guerreiro-religiosa — (o templo convertendo à oração e trazendo à Fé e à quietude da Paz; as ameias a acusar o poderio e a combatividade destes monges cavaleiros de S. João de Jerusalém) — concentra-se na devoção de Portugal. Ali, entre o rei D. Afonso I e a Rainha D. Mafalda, recolhidamente, com eles, escuta, em silêncio, as vozes abafadas e roufenhas dos freis que chegam descalços da Terra Santa; juntando o coração de Nun'Álvares ao seu coração, sente palpar-se no avoengo sangue português, e recordando com o Condestável os dias de vésperas de Aljubarrota, engolfinha-se nas realidades vivas da independência e nos mistérios dogmáticos do prodígio que torna possível o mundo lusíada; e quando cala a comoção, logo lhe chegam, até junto de si, com a aragem calma das tardes minhotas, os murmúrios e as juras de muito amor trocados entre D. Fernando e a Flor de Altura.

No Santuário do Bom Jesus do Monte, conserva a cena da Paixão e guardando-a, na sua Fé, consagra o Brasil a Portugal num carinhoso ósculo de fraterna amizade; para no Sameiro, aos pés clementes da Virgem Mãe, a par de outras centenas de milhares de peregrinos, erguer as mãos e no voto, prestando louvores por haver nascido lusíada, aliar, pelo amor mariano, Portugal ao Brasil.

As ásperas terras de Lindoso recordam oito séculos de História, elevando ao tempo em que D. Afonso I robusteceu no esforço seu e de seus barões, os legítimos, mas por enquanto ainda balbuciantes, anseios de liberdades nacionais.

Já em Guimarães, se lembrara da Condessa Mumadona, do Conde D. Henrique, da fieldade de Mem Rodrigues, e na capela do Arcanjo

S. Miguel, à sombra da Torre de Menagem, assistira ao baptisado do nosso rei fundador.

Trás-os-Montes, das fragas queimadas pela neve e pelo sol, retiro saudável para o pensador escutar a sua alma nos sentidos, e o artista aconselhar a sua sensibilidade na alma, arrebatada Plínio Salgado com a sua embriaguês perfumada do bálamo cristão, e ali sente verdadeiramente a fortaleza do Espírito, quando desprendido das malhas traiçoeiras da ruína, nos aproxima da Tradição.

A *Domus Municipalis*, casa nobre para aposentadoria do Senado e venerável monumento de Bragança, penetra-o com as raízes mestras do nosso passado, obrigando Plínio Salgado a calar fundo a influência da emancipação dos povos nos benefícios da sua vida social quando, a ampará-los nos seus interesses, esteja sempre, a paternal protecção dos poderes veneráveis com o carinhoso afecto de razoável descentralização económica e administrativa.

No cerro do Marão, logo olhando os largos horizontes sempre livres, tropeça com os sentidos e, cavaleiro ideal, imediatamente os galopa por toda a magnífica terra portugalense, do êxtase à epopeia.

Em cada chão encontra a calejada cicatriz por que ficou uma vitória aos portugueses e onde, mordido o pó pelo inimigo, o seu beijo nos deu a Paz e nos libertou da lei da morte. O mar revoltado de quinhentos, a tocar a barra, protege ainda a Cruz de Cristo nos topos das caravelas, e os grandes transatlânticos do moderno progresso somem-se entre as ondas, para nos deixar passar altaneiros. No céu de Portugal, o manto azul protector e tutelar, abriga sempre a lembrança de batalhas, conquistas, povoamentos e descobertas a que assistiu, e na bênção benfazeja de uma réstea de Sol louva a primeira viagem aérea de Cabral e Coutinho — laço de apertado entendimento a reatar gloriosas tradições antigas, a chegar ao peito mais e mais os dois povos lusíadas.

Do Marão, Plínio Salgado conversa Portugal trabalhador e arrojado, olhando campos de sementeira a estenderem-se sob tapete verde por léguas a perder de vista; e de ali se aviva perante a doce magestade portuguesa fixada pelas serras e por montes rebuscados na sublimidade, a alargarem-se na suavidade leda dos seus encantos, os seus ecos a despertar vozes longínquas de outrora, nas guerras e escaramuças com que se nobilitaram no bronze austero do Passado.

Demorando entre vales que se afastam para deixar correr a beleza, natural sem artifícios, de rios dormentes, onde a acariciar o suor escorrido das nascentes acordadas bate simpaticamente a quilha nervosa e sem

descanso dos «rebelos» ou dos «moliceiros» sempre a provocar luz no espelho das águas sossegadas, Plínio Salgado sustém-se na miragem salutar das riquezas reais desta terra bendita onde na lida dos homens se aprofundam as raízes históricas dos seus antepassados.

Alongando Portugal pelos caminhos das Beiras onde, de pela manhã à noite, o vento assobia pelos pinheirais bênçãos de ternura sobre os campos garridos no verde perpétuo de suas cores, sente vibrar junto da sua alma sempre avita do Portugal viril e fiel.

Entra Viseu, e invade, na surpresa e no prodígio do seu verbo eloquente e vivo, a amisade de auditórios experimentados na arte facunda dos sentimentos. Ali se suspende de Grão Vasco, através do *Calvário* e no *S. Pedro*.

O fundo arroxeadado do Caramulo, a linda serra, onde os mais compostos se derretem em lágrimas perante tanta comoção, inebria a sua sensibilidade fortemente lusíada. Montemuro já para trás, e palmilhada ao invés a serra da Gardunha, engadonha-se Plínio na Estrela onde o frio se adobra e ameiga à vista de tanta beleza, logo nas Portas dos Hermínios, Viriato na evocação da Lusitânia.

Na Pedra do Urso, pelas Penhas da Saúde, ou no lago de Viriato, quando arriba Cântaro Magro ou cinge o Planalto da Torre, belos até no seu mais feio, Plínio grita aos quatro ventos cardinais que ali, naquele mar de névoa, é o Brasil, por que ali vibra o coração veterano do Portugal eterno dos milagres, das rosas, das lendas e profecias, e das vitórias e conquistas.

Tudo isto pelas costas, cruzando os campos de Aveiro cortados de canais em meigas tremuras por via dos «moliceiros», de listas berrantes no verde e nomes cristãos, que afagam a ria emproando terra no seu deslizar donairoso e enamorado, tocados no patejar da melodia das ondas rasoiradas, ao longe sente-se ainda no ar o benéfico suspiro da Princeza Santa Joana.

De sorte, calha atravessar o Buçaco heróico da expulsão do francês, onde o arvoredado sobe e cobre o céu, no teto esburacado deixando ver sempre uma só estrela — a estrela, norte e guia dos portugueses.

Pela vila do Luso, e saindo pela estrada da Pampilhosa, invade na simpatia a lendária Cidade Doutora onde o Mondego acaricia amores de estudantes com tricanas e o Penedo da Saudade, *nos saudosos campos do Mondego*, fala-nos dos amores de Inês junto de fresca fonte *que lagrimas sam a agoa e o nome amores*.

Já se havia ajoelhado em Fátima, quando à saída de Vila Nova de

Ourém, do lado esquerdo da estrada que conduz à Virgem Mãe dos Portugueses, topou na mesma capelinha onde Nun'Álvares, *o grande Pereira em quem se encerra todo o valor*, vindo do Alentejo, e antes de partir para o reconhecimento, se aconchegara na oração pedindo a Deus se ganhasse a vitória na justiça. Neste lugar histórico, sobre silvas e entre vinhedos ao abandono, Plínio Salgado desnuda-se na dor ao reparar na vergonhosa ingratidão que fez esquecer dos portugueses a heróica ermida.

Aventura-se pelo Alentejo dentro, guiado ainda pelo ruído clamoroso de esforçadas e duras guerras em que saímos vencedores. E logo no recolhimento caseiro de Évora, depois de recordada em tantos passos a dominação romana, e os tempos em que esta cidade foi cabeça de nacionalidade, ele se juntou aos três Estados reunidos nas cortes que ali se fizeram.

Vagueou sozinho, divorciado do mundo que se afogava em sangue e na loucura de lepra moral, e por estradas e caminhos de sol, percorrendo campos de trigo, entre o sorriso das gentes e a saudação cristã dos povos, apagando a sede por noras primitivas, afervorado na fé e em acrisolado amor pelo semelhante, conheceu o cansaço e a miséria imerecida dos trabalhadores. A sua carne fere-se, e o seu coração, amarfanhado pelo sofrimento universal, agrava-se nos queixumes pelo sofrimento humano, a encontrar abrigo no cansaço e no suor honrado e dignificante, dos pobres ceifeiros alentejanos, excelente gente de tão nobre e rico povo.

E se chega a ir a Moura, terra lendária e verdejante no meio daquele oásis alentejano, não esquece a Torre Saluquia de onde se espreita a pre-história da remota nacionalidade com os tebanos, companheiros de Hércules, ou com os romanos a descarregarem sobre a *Civitas Arucitana*, a golpes de aviltantes impostos, o poderio precário do despótico César. E quando acontece olhar as suas gentes, em cada moiral arrosta com sonhador queixoso no respeito e supersticioso nas crenças, de onde imediatamente se lhe afigurar estar ali ainda a mansa e inegalável *Ielmaniah* árabe.

No seu giro por Portugal, tão depressa se prende junto do Arunca, em Pombal, a lembrar-se do mestre templário Gualdim Pais ou a olhar o retábulo de João de Ruão, como desperta em Mafra e os seus sentidos se escapam para a grandeza e majestade dos tempos áureos de D. João V.

O patriotismo em que arde, nobilitado pela lição avoenga, logo lhe acode segredando que ali também é Brasil porque para Mafra dos Brasis se trouxe as madeiras ricas.

Das Portas do Sol abarca numa saudade Almeirim e Alpiarça, ao longe abraça a fértil Chamusca, e cismando, entre o Tejo e as lezírias, o seu pensamento foge para os rasgos de viril coragem dos escalabitanos. E cada pedra de Santarém lhe fala expressiva e altaneira nas proesas esforçadas das suas gentes, e o toca cada vez mais no amor da Pátria distante, filho dilectíssimo de Portugal.

Mas logo a sua atenção se desvia, e se atém, perante a riqueza inegalável e sem par das crenças populares tangidas por ingénua ternura familiar. O mundo espiritual do povo chama Plínio à realidade de quanto o cerca, e no exterior vê inspirar-se ainda a paisagem interior da alma dos povos; aqui, a lenda dos *meninos* que, junto dos degraus do altar da capela de Nossa Senhora do Rosário, em S. Domingos, merendaram com Jesus; mais além, a formosa história da vida da linda Santa Iria, virgem, heroína e mártir da nacionalidade. Desenterra do silêncio o túmulo de alabastro, construído pelos anjos da corte celeste para sepultura da pura Iria, quando a donzela, degolada pelo apaixonado e mesquinho Britaldo, homem rico na soberba do seu egoísmo, arremessada pelo selvagem às águas do Nabão estas a depuseram ternamente, como dádiva ao Tejo, em frente a Scalabicastro. E em homenagem à Santa, pela fama do sucesso deste martírio e pelo mimo portentoso do milagre, se mudou para Santarém, o nome àquelas terras portuguesas.

Enamorado incansável das lendas e das belezas de Portugal, volta à Nabância dos Túrdulos, ou de Trajano, para olhar de mais de perto as águas que levaram ao Tejo, como reliquia, o corpo de Iria. O Nabão corre ali as suas águas meigas e ricas, a se renovarem, alegremente protegidas pela sombra aveludada dos choupos e de chorões que miram na corrente os seus cabelos verdes ao beijarem-na rasteira no seu correr, ora levemente sossegada, ora batendo em afago, ligeira pelos açudes.

Plínio Salgado orou na Batalha; ajoelhou-se em Aljubarrota; nos Jerónimos desfolhou uma saudade por todos os nossos antepassados comuns; em S. Vicente de Fora, demorou-se junto do panteão dos Reis, que sendo de Portugal o foram também do Brasil.

Andou as ruas simpáticas de Alfama, a popular Mouraria onde as casas se beijam umas nas outras, e as democráticas vielas da Madragoa não o turbaram pois ali sentiu palpitar bem junto da sua, a alma portuguesa viva, simples, viril, enternecidamente forte na bondade e ingenuamente arrebatada no amor e no perdão.

Trepou pelo Castelo e de cima, de S. Jorge, olhando Lisboa cá em baixo, alcançou Portugal desde o Búgio, de onde veio sobre Belém, e

passando pela Ribeira das Naus arrematou pelo Terreiro do Trigo, e em cada das sete colinas encontrou uma vitória ou uma conquista; em cada pedra da cidade de Lisboa leu gravada uma página magnífica da história de Portugal. E nesta reflexão achou motivo, e apreciou, porque se tornou sempre possível a resistência da Nação contra todos os ventos ruins da fortuna. Desceu ao Restelo e aí, dobrado em terra, mãos erguidas, rendeu a Deus agradecida prece por Portugal, D. João I, Infante D. Henrique, D. João II, Pedro Álvares Cabral, D. Manuel I, D. João VI...

Acaso o velho do Restelo teve razão ao contrariar na sua fala a partida das naus de Vasco da Gama?!... O sol que alumiu o mundo e abrasando Portugal na maioridade do concerto das Nações nos deu os dois séculos máximos da História do Mundo não teriam chegado a nascer se a prudência dessa fala tivesse sido ouvida, atabafando o génio viril dos portugueses.

Na História de Portugal — *na Pátria da minha Pátria*, como usa exprimir-se, aprendeu Plínio Salgado a amar o Brasil porque na sua língua, *última flor do Lácio, inculta e bela... a um tempo, esplendor e sepultura* — no verso admirável desse outro, querido brasileiro ilustre, Olavo Bilac, — na língua portuguesa, ouviu pela primeira vez a doce voz materna, e com ela aprendeu a rezar pelo Brasil, continuação de Portugal.

Nos sete anos convvidos de *casa e pucarinho* com as nossas gentes, e deste modo repartidos na amizade, conseguiu retemperar-se na forja da lusitanidade pátria, pela Fé e pelo Patriotismo. Porque recordou a nossa História nos faustos do passado glorioso e homérico, e porque lusíada, com o seu sangue, escreveu para Portugal e para o Brasil.

Abençoado por Portugal como filho adoptivo, Plínio Salgado continuará na Pátria a alimentar o mesmo amor de justiça que o amparou no exílio, e parafraseando o célebre Marechal Pilsuski poderá ensinar aos seus que, *ditosa Pátria é o Brasil, que pode ter a sua Sibéria no seio familiar do seu velho Portugal*, terra dos avós.

O Brasil fica para com este seu filho preclaro de dívida em aberto; foi Plínio Salgado, aquele brasileiro que, melhor compreendendo as nossas gentes, mais ilustrou o intercâmbio intelectual entre as duas Pátrias de língua portuguesa, quem mais rente, e pelo coração, soube segurar, prender e atar, em nossos dias, os nós sagrados que para sempre hão-de vincular, no futuro, o Brasil a Portugal, e Portugal ao Brasil.

(Conclui no próximo fascículo).

FERNANDO DE AGUIAR.

António Feijó e os seus amigos

(Continuação da pág. 106 — Conclusão)

Apesar deste triunfo tão assinalado Feijó nunca perdoou à Faculdade de Direito tê-lo reprovado. E o seu amargo desgosto traduziu-se, sempre, num grande azedume para com ela. Nunca Feijó perde a ocasião de lhe mostrar a sua má vontade, por vezes com excesso. Tanto que, se eu não soubesse que, hoje, gerações e gerações de bacharéis afirmam ter encontrado sempre ali um grande espírito de justiça, não tornaria público o libelo que representa esta espirituosíssima carta para um amigo a quem o filho mais velho tivera a mesma sorte, vinte e tantos anos depois:

Stockolmo, «Midsomerdagem» (dia de S. João)

Meu caro J. G.

Devo resposta a uma carta sua escrita há não sei quantos meses, e a minha preguiça e natural desleixo ainda agora me não deixariam responder-lhe, se um motivo imperioso, que é ao mesmo tempo um dever de amigo, me não aconselhasse a desempenhar-me imediatamente dessa obrigação.

*Como não ignora, o meu destino obrigou-me a passar pelas forcas caudinas universitárias, e desse trajecto, só conservo no espírito a doce lembrança de excelentes camaradas, guardo ainda no coração um profundo desprezo pela maior parte dos professores que foram meus mestres. No primeiro ano em que tive a desgraça de transpor pela porta da Sapiência os umbrais desse templo de imbecilidade a que se chama a Faculdade de Direito, a minha candura e timidez juvenil encontrou-se face a face com três monstros, que de humano tinham apenas uma longínqua aparência. Chamavam-se eles Pedro Penedo, um, Cão de Quinta, outro, e Calixto o terceiro. Ao primeiro chamaram-lhe assim porque na configuração do corpo e na resistência do espírito a ferir lume contra o fusil das ideias, era um verdadeiro rochedo ou pederneira antidiluviana. A alcunha do segundo proveio-lhe de uma certa **gagueira** de nascença que o obrigava a latir, quando falava, e sobretudo denominavam-o dessa forma porque*

mordida de furto. O nome do terceiro veio-lhe da pia do baptismo, por uma inspiração profética do padrinho. De facto não há nome tão sugestivo para quem entende de voltarete...

Quando me vi diante desses três animais ferozes julguei-me logo mártir cristão votado às feras, mas a minha fé antiga de bom estudante não me desamparou no transe angustioso.

Com um ardor digno de melhor destino, dediquei-me com denodo a estudar e a profundar o vácuo assustador das coisas desordenadas que os três imbecis nos ensinavam. O primeiro que era o melhor de todos para excepcional confirmar a regra de que toda a estupidez é malvada — explicava a *História do Direito Pátrio e Princípios de Direito Civil*.

Pois esse pobre homem, à força de incapacidade, como resultado das suas prelecções, conseguia apenas tornar odioso para os discípulos um dos mais belos livros escritos em português — o compêndio de Coelho da Rocha, livro que Alexandre Herculano assinaria com honra.

O Cão de Quinta regia a cadeira de Direito Romano, mas em vez de ensinar aos discípulos as modernas investigações dos Mestres Alemães sobre o assunto, transformava a sua aula numa cadeira de latim, que ele não sabe, entremeando a tradução dos textos romanos com a **história interna e externa** (veja que asneira!) das leis de Justiniano e outros ilustres imperadores, obrigando os discípulos a aprender o que eram **impedimentos impedientes e dirimentes**, o que são agnados e cognados e outras coisas igualmente grandiosas, como a divisão do compêndio em **pessoas, coisas e acções**. Esse compêndio é um livro escrito em latim por um bêbado de um alemão chamado Waldeck, há mais de 36 anos, riscado do ensino das Universidades germânicas, por obsoleto.

E assim, nessa cadeira onde devia estudar-se o que os modernos chamam a **poesia do Direito**, obrigava esse gago imbecil os pobres dos discípulos a aprenderem uma coisa absurda e sem nome.

O terceiro, o Calixto, é de todos o mais extraordinário, porque à ignorância mais crassa e vil junta uma petulância inaudita de varredor de feira.

Não sabe nada, há vinte anos que não lê um livro, trocando a pena pelo machado com que racha lenha no seu solar de Celas. Mas fala de tudo e de todos, passa em revista todas as teorias e todos os sistemas filosóficos de que tem conhecimento por ouvir falar, critica tudo, discute tudo, numa linguagem confusa de **anfigouri**, que ele próprio não entende arrastado na sua verborreia de meridional pletórico que meia hora antes devorou ao almoço duas varas de salpicão com duas dúzias de ovos!

Compreende bem em face disto as dificuldades em que se vê o pobre estudantinho para sair incólume de tal combate.

Apesar disso não desanimei e estudei-lhe a valer.

*Nunca fui para a aula sem saber conscienciosamente a minha lição, nunca faltel ao respeito e à consideração que esses doutores não mereciam, tive sempre um comportamento exemplar (nem versos fazia!) — e não obstante todas essas virtudes foi o meu sacrificio galardoado com uma formidável **raposa** que ainda vejo pernear na minha imaginação! Foi duro o golpe, mas ainda me não fez perder a coragem. Voltei mas mudei de tática. Em vez de estudante consciencioso fiz-me **cábula habilidoso**, meti-lhe fortes empenhos e meti-me a mim na pândega, e no fim do ano ia ficando **distinto**; se assim não aconteceu é porque no ano anterior os meus illustres mestres à excepção do Penedo, tinham decretado em sua alta sabedoria que eu **era um bruto incapaz de saber**.*

Aquí tem simplesmente historiada a primeira etapa da minha vida universitária, que me lembrei de lhe contar para lhe servir de consolação no desgosto porque passou, e dar ânimo ao G. que deve ter sofrido um golpe bem brutal, na sua qualidade de moço honesto e trabalhador. Ainda me lembro com horror do transe porque passei, e por isso tomo a liberdade de lhe lembrar que se o seu humor se agravou por tal facto não dê mostras dele ao G., antes o console e anime. Desejo-lhe muita saúde e a todos os seus, para quem envio os meus respetos e creia-me sempre

Seu do C.

Amigo certo e grato,

A. Feijó.»

Noutra carta enviada também de Stockolmo para o mesmo amigo, na formatura desse filho, há trechos como estes:

Depois de se referir à fraldã com que o vira, a agitar pelo rasgão dos calções, continua:

E já que falo de fraldas, que Deus o livre delas e para o tornar útil e prestante, lhe faça esquecer rapidamente todas as asneiras que lhe ensinaram em Coimbra as sinistras alimárias que passam a vida a devorar as inteligências juvenis nas mangedoras da Universidade...

E depois:

O que se ensina na Faculdade de Direito não serve senão para fazer pedantes, deputados e ministros que é tudo a mesma choldra. Veja o

estado em que está o País administrado e governado pelos cogumelos gerados na estupidez Universitária. Deixe-o por isso repousar e sobretudo esquecer...

Mas esta carta é para lhe dar os parabéns e ainda lhe não disse uma palavra do assunto. Perdoe-me esta radotage interminável. Dé outro ao G. e... perdoe-me a franqueza... pague-lhe as dívidas, que há-de ter feito em Coimbra, porque todo o estudante que se respeita não deixa a rua da Sofia sem tropeçar com alguns credores. Sei os desgostos que me causou a inflexibilidade paterna, e é por isso que me permito esta liberdade. Um rapaz deve sair de Coimbra de forma a poder esqueçê-la para sempre.

Não a paisagem doce da Estrada da Beira com rouxinóis e acompanhamento de luar, nem os beijos frescos das tricanas, nem o vinho do André das Iscas, nem a afeição dos camaradas, mas os archeiros, a cabra, os lentes, toda essa estupidez enfim que se abriga, como os monstros de um laboratório sob campânulas de seda chamadas capelos.

Ora as dívidas andam ligadas a estas últimas entidades.

É raro o archeiro que não encerra dentro de si um usurário. O que me devorava a mim e ao Sousa de Labrujó dava pelo lindo nome de Estúpido. (Era o sr. Pereira) e das mesadas dos estudantes pacientemente devoradas pela usura, comprava quintas e pomares. Por isso não se esqueça do meu conselho que é de amigo velho e experimentado. E com isto fico-me por aqui. Pediu-me uma carta grande aqui a tem quase tão comprida como a minha saudade...

* * *

Hesitei em tornar pública esta diatribe — eu que tenho grandes amigos dentro da Universidade — não por as afirmações do Poeta poderem prejudicá-la, mas no receio de que nos mostrassem um Feijó rancoroso. O povo diz: *Quem se não sente não é de boa gente*. Feijó sentiu-se. De resto da leitura da interminável correspondência de Feijó é a um juízo inteiramente diferente aquele a que temos de chegar.

É princípio estabelecido que é uma vileza ler cartas de pessoas vivas sem a devida autorização. Certamente porque quando nos sentamos em face da lauda em que nos vamos dirigir a alguém todas as nossas faculdades de reserva e discreção afrouxam e a pena que sobre ela desliza tem ordinariamente sinceridades que vão além da nossa vontade. Por isso aquele princípio.

Pois apesar de tudo isso, da leitura de toda essa correspondência, sem uma fraqueza, sem um declive, sem o menor juízo dúbio ou frouxo, a impressão mais intensa que nos fica é de que estamos em face de um a quem no meu tempo de rapaz se classificava e creio que ainda hoje se classifica — um homem de bem.

Além disso era um bom, um generoso, — o opíparo Feijó — alma — não me canso de dizê-lo — fundamente afectuosa.

Depois de formado António Feijó, sem nunca se deixar prender pela política partidária, apesar de seu irmão mais velho pertencer ao partido progressista e de então se dar um movimento de renovação que entusiasmou a opinião do País — a Vida Nova — acompanhou este de perto, pela sua aproximação com Oliveira Martins, com quem certamente o pusera em contacto o comum amigo Luís de Magalhães.

Também dessa época temos cartas interessantíssimas que nos dão ao vivo, uma impressão do que foram os princípios desse movimento:

Sobre política pouco posso dizer-te. Ontem (dia de S. João) fui jantar a casa do Oliveira Martins. Lá soube o seguinte:

*Braamcamp vem **infallivelmente** ao Porto, no dia imediato àquele em que se fecharem as câmaras (dia 12 de Julho). Acompanham-no José Luciano, António Cândido, Emídio, Lobo de Ávila, Montenegros, João Crisóstomo, Barros Gomes e muitos outros trunfos.*

*O Visconde de S. Januário, o papelão que nós conhecemos em Ancora, não vem **porque é militar**. Mariano de Carvalho também se mete em copas. Tem muita vontade de acompanhar o novo movimento mas está preso ao Pereira Cardoso por grossas quantias que lhe deve.*

Em outra carta:

Oliveira Martins foi à Granja falar ao Braamcamp, por causa do banquete. Quando tratou de determinar os brindes o Oliveira Martins perguntou-lhe se queria que se começasse por um brinde ao Rei. Braamcamp respondeu:

Eu não bebo à saúde desse cavalheiro; e não bebendo eu entendo que ninguém deve beber.

Ficou pois assente que S. M. não apanharia saúde. Esta resposta do Braamcamp, é altamente significativa. Amanhã chega o povo. Depois contarei. Eu assisto a tudo mas não oficialmente — apenas como mirone. Até hei-de assistir ao jantar da Galeria do Palácio de Cristal. Já arranjei esse negócio.

Outra :

Quando receberes esta carta já deves ter conhecimento de todo o sucedido com a viagem e pessoa do Braamcamp, pelos extractos minuciosos da Província e do Primeiro de Janeiro. Pouco poderei acrescentar. A reunião no Príncipe Real esteve imponentíssima. O teatro estava completamente cheio. O Braamcamp falou durante três quartos de hora! Foi a mais completa estopada que tenho apanhado na minha vida. Imagina este sacrifício: estar calado como um peto, porque toda a gente o ouvia num religioso silêncio, durante todo aquele tempo vendo-lhe apenas o movimento dos lábios e dos gestos, porque tem a voz completamente sumida. Seguiram-se-lhe os outros oradores pela ordem que verás nos jornais. Poucos deles me impressionaram bem. A não ser o Barros Gomes e o António Cândido, os outros fularam de modo pouco invejável.

O José Luciano então foi o pior de todos. Tem dificuldade de se exprimir, emperra-se-lhe a língua, titubia, e sempre acompanhado de uma gesticulação desgraçada. Ele diz coisas acertadas lá isso diz mas com uma forma detestável.

O Henrique de Macedo, esse tem verborreia mas é monótono, excessivamente monótono.

O que é, além de um velhaco de primeira ordem, é um homem inteligentíssimo. Do Navarro também não gostei.

*Tem uma cara impertinente de Doutor ambicioso e sombrio. No seu discurso jogou as biscoas a todos os seus correligionários, especialmente ao Barros Gomes. Não me parece sujeito de **convicções firmes**.*

* * *

Pouco depois Feijó foi fazer concurso para consul:—Temos sobre o resultado a informação seguinte:

«Segundo acabo de saber no Ministério dos Negócios Estrangeiros fiquei aprovado — com 4 B e 1 E. Apesar deste último, levanto as mãos à Providência. Foi uma vitória, atentas as circunstâncias. Todos os lugares de Legação já estavam dados e portanto de antemão determinada a classificação de cada um».

Ei-lo homem público. Pouco depois, distinguido pelo embaixador Nogueira Soares, foi com ele para o Brasil, onde este lhe destinou logo uma missão de alta responsabilidade.

Mas o affecto com que o tratou, dedicando-lhe um carinho verdadeiramente paternal, não conseguiu demorá-lo por lá mais de três anos.

Entretanto dá-nos ainda de Lisboa este quadro vivo :

«Já deves saber a esta hora que a caranguejola caiu, com grande estrépito. A última sessão da Câmara dos Deputados foi verdadeiramente escandalosa; os dois deputados Castelo Branco da maioria correram de punho fechado para o Elvino de Brito chamando-lhe (palavras textuais) — pulha e... tal e tal (Mais duas expressões que aqui se não podem repetir).

«Tumulto enorme, chapéus na cabeça, etc.».

Agora impressões do Brasil.

De uma carta, das primeiras, — descrevendo a viagem, esta nota :

«Quando regresssei da Baía para bordo, posto que pouco tivéssemos andado a pé, tive que mudar toda a roupa, porque fiquei completamente encharcado. Eis o inverno por estas paragens!

De resto as costas do Brasil são lindíssimas. Pernambuco e a Baía são duas belas cidades, principalmente vistas do mar. Mas o que mais admira e impressiona o europeu é a vegetação.

Árvores estupendas, de uma altura extraordinária, enroscadas e enredadas umas nas outras, como elos de serpentes furiosas, arbustos formosíssimos todos coroados de flores vermelhas como (?) de um belo efeito olhadas a distância, entre o verde negro das palmeiras e dos coqueiros. Em suma, vale a pena suportar os 15 dias de viagem para ver estas coisas que os homens do velho mundo não são capazes de imaginar».

Uma vez no Brasil a sua bondade não se desmente :

«Apareceu-me aqui anteontem, no Consulado Geral, o António Caçador, chegado há dias, que vem tentar fortuna. É incrível a obcecação desta gente que imagina que o dinheiro anda por aqui aos pontapés. Sem habilitações de qualidade nenhuma, vêm-se forçados a trabalhar no primeiro mister que aparece, mal alimentados e vestidos, de forma que servem só para aumentar a contribuição funerária desta imensa necrópole».

Mais tarde ainda esta carta de que eu não resisto a transcrever um largo trecho :

«Depois de várias pesquisas infrutíferas consegui, finalmente, descobrir o teu criado. A sua vida tem sido uma contínua aventura, cheia

de peripécias engraçadas. Jêrome Patererot, em procura da felicidade, não peregrinou mais cômicamente no melhor dos mundos possíveis. E se tivesse algum episódio amoroso, um romance feminino com qualquer Deusa Calíope de carapinha, era digno de uma Odisseia superior à do pai do jovem Telêmaco.

Teve momentos infelizes, sofreu acerbas amarguras, mas por último encontrou a fortuna que lhe sorriu na cogula de um frade barbadinho. Procurei-o no Largo da Sé, n.º 1, mas não morava lá. Era a casa para onde mandava ir a correspondência — ignoravam porém o seu paradeiro actual. Descobri-o por intermédio de um homem da Seara chamado Barros, antigo caixeiro do José Narciso, e hoje rico taberneiro, de enxúndias vermelhas e barbas floridas. Eis a verídica história que me contou. Apenas chegou aqui, sentiu uma tristeza enorme ao ver-se completamente abandonado neste grande mundo, pobre lorpa minhoto, pasmado e enfermo com a nostalgia da sua aldeia... Pôs-se a procurar destino e ao cabo de alguns dias conseguiu empregar-se numa fábrica de cerveja. Esteve ali algum tempo, mas o trabalho era muito e o ordenado insignificante. Travou relações com um cocheiro e começou a aprender a arte de governar cavalos, seduzido pelos 70.000 réis de ordenado mensal, com que se pagam os serviços do mais reles oficial desse ofício. Porém — oh! desgraça! — no primeiro dia em que pegou nas rédeas foi cuspidado da boleia, a carroça passou-lhe sobre o corpo e foi dali em braços para o Hospital.

Durante vinte e dois dias que esteve em tratamento começou a dar tratos à bola, pensando na sua triste sorte, e lembrou-se, ao cabo de graves meditações, que não seria de todo mau se, depois daquela refrega, conseguisse ficar empregado no hospital.

Podia dar-lhe alguma doença e então já estava no lugar onde elas se curam. Encasquetou-se-lhe esta ideia na cabeça bronca, aplicou todo o seu génio para a realizar, e quando lhe deram alta lá ficou empregado como cozinheiro da Farmácia.

No fim de algum tempo era o melhor paladar conhecido para hidrolatos de tília e xaropes de infusão. O ordenado, porém, ainda o não seduzia. Os patrões, verdade, verdade, eram amigos dele; tinha vontade de estar portas adentro do hospital para o caso de qualquer enfermidade mas os honorários eram pequenos, e esta é sempre a questão capital. Foi deitando as suas vistas, e depois de grandes esforços e trabalhos conseguiu que os frades da ordem do Carmo o tomassem como sacristão! Fui há dias encontrá-lo na Igreja, guiado pelo tal Barros, de cabe-

ção e batina, com o apagador de lata numa das mãos, a apanhar pingos de tocha — e nesta toilette sagrada contou-me a verídica história das suas aventuras que me fizeram rir a bandeiras despregadas. Agora está muito bem. Só tem que fazer até às dez horas da manhã — varrer, acender as luzes e ajudar à missa.

Depois fica livre — vai passear ou palestrar com os frades, que são apenas dois, carunchosos de velhos e podres de ricos.

Dão-lhe 35.000 réis por mês, cama, mesa e roupa lavada, jora as gorjetas das beatas e dos padres que lá vão dizer missa, o que monta a uma soma importante, segundo afirmou. E por último declarou-me que não regressava à sua terra sem ir independente e pediu-me que te desse muitas lembranças e saudades para todos.

Não são tão interessantes nem tão divertidas as informações que me pedes acerca do sobrinho do João Afonso.

Fui procurá-lo à Rua do Senado, n.º 1, mas também não morava lá — era a casa que lhe recebia o correio. Obtive as seguintes informações:

Começou por ser caixeiro, mas era muito apaixonado por teatros e por gazetas. Deu com a cabeça pelas paredes e por último fez-se cómico (dizia o homem da locanda) e anda com uma companhia ambulante de pobres diabos a representar pela roça...».

«Aqui os habitantes desta cidade são de três espécies — doutores, comendadores e coronéis. Rapaz dos vinte aos trinta anos de luneta e porte sério é doutor; homem de suíça grisalha à passa-piolho é comendador; cidadão de bigode ou barba toda é coronel.

Isto é rigorosamente exacto, não imagines que estou fazendo espírito. No entanto, das três espécies em que se divide o género humano do Rio de Janeiro, a menos vulgar é a dos comendadores.

O que há mais é coronéis e doutores. Coronéis há seguramente três mil, de regimentos imaginários. E doutores fazem-se desta maneira:

Um empregado da Alfândega de Pernambuco, pouco mais de guarda, resolveu formar-se em Leis. Firme nesta resolução, partiu para a Universidade e em dezassete meses voltou para a sua terra com as cartas de Bacharel autênticas e limpas. Já por isto podes imaginar que não é blague o que te disse. É incalculável a quantidade de animais desta ordem que por cá exercem a advocacia e a cirurgia ou medicina. Eis a razão das muitas causas perdidas e do grande obituário desta capital».

Prestes a embarcar para Portugal escreve ainda este trecho em que a feição limiana da sua saudade se revela... gastronòmicamente:

«Como quer que seja pelo telégrafo comunicarei a minha chegada para que me tenhas preparado um almoço ou jantar luculiano. Ai vai já o menú:

POTAGE

Papas de farinha.

RELEVÉ

Bacalhau com troços.

ENTRÉES

Polvo com arròs

Bacalhau assado

Pasteis do dito

Carneiro assado.

RÓTI

Lombo de porco com batatas.

DÉSSERT

Frutas do tempo e Papas de Coura.

VINS

Verde. Tanto quanto baste para
embebedar todo um convento de franciscanos.

Como vês, esta antecipação no menú revela claramente as grandes saudades de que me sinto cheio pela nossa formidável cozinha».

Certo ano, tendo obtido, perto do Natal, licença para vir a Portugal, telegrafa de Paris: *«Vou consoar; quero bacalhau com troços».*

Tratando dos amigos de Feijó quero referir-me primeiro aos mais humildes: o Pedro e a Cesuda. Aqueles que, sem cultura e sem pruridos literários, toda a vida o acompanharam, com o perene calor do seu affecto, com o incansável carinho da sua amizade desinteressada.

A Cesuda conheci-a já uma simpática velhinha, repassada de nobreza inata, que passeava o seu tabuleiro de *doces* por todas as romarias do concelho de Ponte de Lima. Logo que soubesse que o Senhor Antoninho — nunca o tratava de outra forma — tinha chegado lá ia, em sua demanda, abraçá-lo pela cintura, nessa saudação que não sei se já se perdeu e que é respeitosa e é familiar, confiada e que devia vir de longin-

quos tempos porque a encontramos fixada em pedra nos grupos medievais da Visitação, em que Santa Isabel saúda sua prima, que Ela já sabia ser Sacrário.

O Pedro era um caixeiro, depois passou a dono, de uma pequena casa de panos que foi perdendo a freguesia por escassez de fazendas mas que à porta conservava sempre as mesmas floridas peças de lenços de Alcobaça a que o Sol, julgo por generosidade, poupava as cores. Sempre aprumado, sempre asseadíssimo, era um destes homens privilegiados em quem parece que o pó não assenta. Morreu velhinho também, ao abrigo da necessidade, porque Feijó lhe estabeleceu uma mesada.

O «certo secretário», de que me servi, para a busca dos Amigos de António Feijó, foi o volume das suas Obras completas. Nele encontro dedicatórias de setenta e seis poemas. Além daquele a que me referi aparecem mais dois colectivos: «Aos meus condiscípulos». E esses são os que o acompanharam pela primeira vez no primeiro ano da Universidade.

Ainda hoje os vivos, desses condiscípulos, contam a impressão que lhes causou, no seu banquete de despedida, ao fim, a entrada de Feijó desembuçando-se da sua capa negra, a dizer, com o primor da sua expressão, esse poema arquivado a páginas 66 desse volume. Começa:

Meus amigos, ouvi este sentido adeus!

E termina:

Eu, que não tenho mãe, saúdo as vossas Mães...

O outro é «Aos redactores da *Aurora*». Trata-se da *Aurora do Lima*, o velho jornal que é para Viana uma instituição eterna.

Acompanha o poema intitulado «Mimosa» com referência a outro «Urbana», que fora enviado anteriormente à redacção do mesmo jornal. Já disse algures a importância que julgo ter para a génese das *Bailatas* o envio dessas duas espirituosas composições.

* * *

O amigo n.º 1 de Feijó —empregue-se ao invés, o calão bélico de agora — foi Luís de Magalhães. Tem nas obras do Poeta quatro dedicatórias. No prólogo de *Sol de Inverno* conta aquele como encontrando-se os dois no alto da torre da Universidade de Coimbra no outono de 1877

se ligaram por «uma amizade de irmãos, uma camaradagem de espírito, uma estreita comunhão moral, que sem sombra, nem colapsos, mesmo através de longos afastamentos durou quarenta anos e só a morte... logrou cortar». Sim, só a morte, mas quando, por sua vez, Luís de Magalhães desceu à campa. Porque essa amizade perdurou no coração do distinto homem que foi também meu amigo.

Faz-nos do Feijó de então o seguinte retrato:

«Era um belo moço de ombros largos e um tanto cheio de corpo, cabelo ligeiramente aloirado, pele clara e uns olhos castanhos sorridentes e um nada maliciosos, através dos quais como se lhe via a clara inteligência e o vivo espírito.»

Entre os amigos a quem cabem duas dedicatórias — cabem três a João Gomes de Abreu — encontramos um que especialmente nos interessa: João Caetano da Silva Campos.

Quem é que em Viana se poderá ter esquecido de João Caetano, que nos parece ver ainda atravessando ali a Praça, do seu cartório para o antigo Café da M. da Luz, com o seu perfil satânico, os seus olhos vivíssimos a denunciarem um espírito esfusante de ironia e chiste. Ninguém ignora o jornalista distinto que ele foi e na sua obra dispersa — como as folhas espalhadas pelo vento, destino de toda a obra jornalística — deve haver muito que mereça o arquivo póstumo e consagrador de uma edição.

Também pedem edição em volume ou volumes e certamente a terão, a colecção de cartas de Feijó para Luís de Magalhães e de Luís de Magalhães para Feijó que se guardam religiosamente, numa série de pastas, na Quinta do Mosteiro, de Moreira da Maia, aquela que carinhosamente e tão pitorescamente Eça descreve na *Correspondência de Fradique Mendes*.

Caso curioso.

Não encontro traço de amizade entre António Feijó e Eça de Queirós e é tanto mais estranhável quanto tiveram esse amigo comum para os aproximar.

Poderia intitular-se esta conversa: *António Feijó epistológrafo*. Por isso quero ler ainda uma carta do Poeta que me foi facultada pela família de Luís de Magalhães e outras duas ainda de Feijó e de Oliveira Martins — cujo centenário do nascimento agora passa — encantadoras de simplicidade.

Não são certamente os grandes homens que são complicados na sua maneira de ser:

Saltsjöbaden, Sockholm, 5-11-1905.

Querido Luís:

Há muito que me não lambia com elogios e louvores como os que dispensas às Bailatas. Safa! Quando penso que te enviei o manuscrito com cólicas, receando que não houvesse nele nada de jeito, não me sinto ainda verdadeiramente tranquilo, e ponho-me a adivinhar se é teu o erro de apreciação. Em todo o caso já agora não há que hesitar. O prefácio é efectivamente difícil. A tua ideia é boa, mas vai dar-te muito mais trabalho que se pusses logo no mesmo ponto de vista do primo Inácio a dissertar sobre o livro. O aparecimento de um filho de Calisto Eloy tem graça, não há dúvida nenhuma, e dá-te ensejo para divertidas variações.

Faze como entenderes, na certeza de que para mim o grande prazer está em sair a terreiro na tua companhia. Apesar dos pseudónimos todo o mundo saberá quem são os primos.

Estou com grande curiosidade de saber as tuas impressões acerca da viagem do Loubet. Os nossos jornais, tanto os monárquicos como republicanos, não dizem tudo com certeza, e os franceses limitam-se a loas entusiásticas, o que não impedirá que daqui a pouco voltem a tratar-nos como se fossemos roupa... deles. Da nossa política dizem-me coisas espantosas. O Hintze, logo que viu a possibilidade do penacho passar para o Franco, navegou direito ao J. Luciano, sem desprezar, contudo, entendimentos com o Alpoim.

Parece que vai haver dissolução, lei eleitoral, o diabo. Parece incrível, mas dizem-me que é verdade. É possível, no entanto, que a viagem do Loubet modifique esses propósitos. O Rei devia ter avaliado bem o que significa essa mobilização das forças republicanas para aclamar o presidente. De mais a mais os russos acabam agora de inventar o processo que torna possível outra vez as revoluções, embora a tropa se conserve fiel.

É não fazer nada, é a greve.

Como nós não podemos hoje viver sem concurso dos nossos semelhantes, a inércia resolve todos os problemas.

O Tzar lá restituiu ontem aos finlandeses a sua constituição, o seu sufragio, tudo enfim que lhes tinha retirado nestes últimos anos. Se obtiveram este resultado só com uma greve! Adeus. Fico-me hoje por aqui. Recebemos os grupos. Muito bonitos, especialmente o da Cruz. Cum-

primentos nossos para V. Ex.^{as} todos, e um grande abraço do (?) (Teu (?)).

Feijó.

P. S. — Não tenho hoje mais papel. Manda-me o livro do Eça e vê se me consegues o do Basílio Teles.

Agora de Feijó para Oliveira Martins, meses antes do falecimento deste, apenas com quarenta e nove anos:

Estocolmo, 15 de Março (1894).

Meu Querido Amigo:

Pelos jornais de Lisboa ultimamente chegados aqui li a notícia da sua nova enfermidade o que muito me penalizou. Felizmente as Novidades, declarando-o livre de todo o perigo, causaram-me a maior alegria. Abraço-o de todo o coração manifestando-lhe os sinceros votos que faço para que esta carta o vá encontrar inteiramente restabelecido. Acabei hoje de ler o seu Nun'Álvares. Obrigadissimo pelas excelentes horas que me fez passar. Desejava dizer-lhe que é o seu melhor livro, mas não posso, porque ainda me lembro de ter chorado ao ler, nos «Filhos de D. João I», a descrição da morte de D. Filipa de Lencastre.

Mas o que é cada vez mais pessoal e mais brilhante é a sua forma incomparável.

Para se divertir na convalescença mando-lhe o volume das Cortesãs.

Peço os meus respetos para sua Esposa, minha Senhora, e faça-me o favor de me considerar sempre seu amigo dedicado e grato.

Ant.º Feijó.

Resposta de Oliveira Martins:

Cascais, 9 Abril.

Meu querido Feijó:

Ainda lhe não agradei a sua carta, porque ainda agora me poupo quanto posso a escrever. Até agora era-me impossível; e não queria agradecer-lhe as suas boas palavras por punho alheio. Eu estou em via de restabelecimento, porém, demorado. Fiquei derreado e as forças custam a vir, mas tudo se arranjará na paz do Senhor.

Não lhe agradeço menos do que o interesse pela minha saúde o que me diz do Nun'Álvares. Talvez o esforço nervoso que pus nesse livro me preparasse a crise porque passei agora. A vida, porém, há-de gastar-se nalguma coisa que valha a pena; e quando um parnasiano como V. me fala da forma incomparável é para eu me encher de orgulho.

Tenha saúde e venturas. Se quiser de mim alguma coisa mande como a Am.º velho e certo.

Oli. Martins.

* * *

Senhoras e Senhores, perdoai.

Eu fui talvez mais longo do que era rasoavel.

Em nome do Poeta e dos seus Amigos, perdoai.

Se é de obrigação tirar conclusões em qualquer parlenda, que queira ter foros de conferência, só temos de chegar às de que:

António Feijó foi uma alma grande, que escolheu entre os homens do seu tempo muitos amigos e soube cultivar com carinho como um jardineiro que cultivava flores raras, essa flor melindrosa, fragrante e rara, que se chama a

AMIZADE.

FRANCISCO DE QUEIRÓS.



Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1846

Guimarães há 100 anos

Novembro

Dia 1 — Os comissários de polícia desta vila e das freguesias receberam ordens do administrador do concelho (achava-se na Lixa), para reunirem onde ele estava, sob pena de serem presos.

Pelas 8 horas da noite entrou aqui o Padre José da Lage com sessenta e tantos homens armados. Foram aquartelados militarmente na Praça do Toural, por ordem do referido padre. (P. L.).

Dia 3 — O Padre José da Lage saiu na direcção de Amarante com a sua gente armada, a maior parte constituída de salteadores e ladrões. No pouco tempo que aqui estiveram fizeram bastantes desordens.

O Padre José da Lage caiu no desagrado por pegar em armas nesta ocasião a favor dos setembristas, sendo ele realista e tendo eles abandonado os setembristas. (P. L.).

Dia 6 — Vindo de Amarante chegou aqui o Padre José da Lage com a sua gente, que foi aboletada militarmente. (P. L.).

Dia 7 (1) — O Padre José da Lage mandou a sua gente para as suas casas, a qual

mostrou grande repugnancia, chegando a ameaçar o seu cabecilha. (P. L.).

Dia 11 — Vindo de Vila Real chegou aqui o administrador do concelho com a gente com que tinha marchado contra o Barão do Casal. O Juiz de Direito foi esperá-lo e alguns dos seus officiais. Na frente trazia uma música e entrou no meio de foguetes e de repiques de sino. Não chegaram a ver o inimigo. Foram aboletados militarmente. A música que os acompanhou andou, à noite, a tocar o hino de 20. (P. L.).

Dia 13 — Reuniram-se na Praça do Toural os polícias e homens obrigados e assalariados, e aí receberam o seu soldo dos dias em que andaram com as armas na mão, mandando-os o seu comandante (o administrador do concelho), para suas casas, fazendo-lhes uma fala em que lhes agradecia os bons serviços prestados e que esperava, no caso de serem precisos, que não hesitariam em reunir-se outra vez ao seu comandante. Foram todos com as armas. (P. L.).

Dia 15 — Morreu na casa do Arco a ex.^{ma} D. Ana Leite Pereira de Almada, filha

(1) João Lopes de Faria dá, nesta data, o falecimento de João de Campos Navarro de Andrade, Barão de Sande, já registado em 7 de Março (ver pág. 24 deste volume), citando o Dicionário *Portugal*, 6-553. Este dicionário, porém, não dá qualquer indicação nesse sentido, antes declara que se igno-

ram as datas do nascimento e falecimento. João Lopes de Faria mencionou, a tinta encarnada, no exemplar que lhe pertencia e que consultamos, a de 7 de Março de 1846. Esta repetição constitui, portanto, um equívoco do falecido investigador vimaranense.

A. de O.

do defunto Inácio Leite Pereira de Almada e tia do 2.º Visconde d'Azenha. Foi depositada no dia seguinte na igreja de S. Francisco, onde se lhe fez o officio de corpo presente, e sepultada no jazigo da sua família, na capela de Santo Inácio, da mesma igreja. (P. L.).

Dia 18 — Chegou a esta vila um tenente-coronel (o Vicente que foi official do antigo regimento 15, e mais outro official), para reunirem gente para ir contra os de Vieira, Miguelistas. (P. L.).

Diz uma nota do Dr. José de Freitas Costa: — *Este tenente-coronel Vicente parece-me ser o Vicente Luís Vaz Ferreira, que era ajudante do batalhão que em Julho de 1817 destacou para o Brasil, e do qual falo na história desse regimento no n.º 217 do Comércio de Guimarães.*

Dia 19 — Chegaram a esta os comandantes dos batalhões populares de Fafe (Ferreira e Lobo), para conduzirem gente para cima, para ir contra a guerrilha miguelista de Vieira que tinha engrossado muito e feito várias incursões para aqueles sitios. O administrador do concelho mandou avisar muitos habitantes desta vila para comparecerem na administração, a fim de se alistarem num batalhão que queria organizar ou pagarem a homens que fossem por eles. Quase todos os individuos convidados se recusaram a alistar-se no batalhão.

O administrador do concelho e o Juiz de Direito foram a Santo António das Taipas para prenderem o cônego João Artur de Barros Leiva, por suspeitas dele estar armado, e mais alguns individuos, a favor do Senhor D. Miguel. Não o prenderam porque não o encontraram, apesar de terem ido de noite. (P. L.).

Dia 21 — Andaram uns poucos de sujeitos (seriam 8 horas da noite), pelas ruas e praças a cantar a «Maria da Fonte», numa vozeria muito grande, e chegando à

Praça do Toural principiaram a bater com grande força em algumas portas, quebrando vidraças e fazendo muito barulho. Esta exaltação foi originada por se saber, já desde ante-ontem, a derrota que o Visconde de Sá da Bandeira (general popular), sofrera e a sua gente em Trás-os-Montes, tendo-se-lhe revoltado os regimentos n.ºs 3 e 15, o que lhes ocasionou grandes perdas, assim como a cavalaria do Barão do Casal, vendo-se o Visconde na necessidade de se retirar, com o resto da sua gente, em grande desordem. Este acontecimento deu-se junto a Chaves, tendo a «Patuleia» desanimado muito com esta noticia. (P. L.).

Dia 23 — De manhã houve grande alarme em virtude da aproximação de duas guerrilhas miguelistas, uma que se tinha reunido nas Taipas, de que eram cabecilhas o cônego Artur desta vila e o padre José da Lage, e outra das partes de Pombeiro, chefiada pelo filho do Francisco Filipe e o Manuel Ribeiro, irmão do Delegado desta comarca. As autoridades trataram de armar só alguns polícias de confiança, estando o Juiz de Direito pronto para sair daqui. Próximo da noite entrou o Ferreira de Fafe, com o seu batalhão, trazendo uns sete prisioneiros (ignorava-se se eram inimigos). À noite a música do batalhão de Fafe andou a tocar o hino de 20 pelas ruas. O batalhão do Ferreira tinha cento e tantos homens, tendo um outro batalhão, do comando do Lobo, ficado no Cano. (P. L.).

Dia 24 — O administrador do concelho saiu de manhã com alguma policia e empregados da administração, para perseguir a guerrilha do padre José da Lage que estava reunida para as partes das Taipas. A seguir saíu o tenente-coronel Vicente e mais dois officiais na mesma direcção, assim como os batalhões de Fafe, comandados pelo Ferreira de Medelo e pelo Lobo. A guerrilha do padre José da Lage retirou para o Bom-Jesus do Monte, e o administrador

com a sua gente e os batalhões de Fafe, entraram neste dia em Braga. O Juiz de Direito mandou chamar à casa da sua residência a maior parte dos constitucionais, para os convidar a dar fogo das janelas sobre os miguelistas, se eles aqui entrassem, ao que muitos responderam negativamente, dizendo que mais tinham sofrido dos constitucionais do que dos miguelistas, e por isso não lhes importava que a vila estivesse entregue á uns ou a outros. O Juiz era patuleia e a maior parte dos que mandou chamar eram cartistas a quem a Patuleia poucos dias antes tinha mandado quebrar as vidraças!!! A tal ponto de desmoralização tinham chegado os partidos em Portugal!!! (P. L.).

Dia 25 — O Juiz de Direito recebeu um officio a informá-lo que a guerrilha miguelista de Penafiel tinha ficado na noite deste dia em Barrosas, pelo que o Juiz retirou para o Porto, por Famalicão. Os seus escriptas também retiraram ou alaparam. (P. L.).

Dia 26 — Entrou o general Macdonel com uma guerrilha miguelista, comandada pelo coronel Vitorino, casado com uma filha do José Leite, e que foi official do antigo regimento n.º 15, composta de alguns 500 homens, entre eles bastantes officiaes amnistiados de Évora-Monte. Formaram na Praça do Toural e depois de darem vivas ao Senhor D. Miguel, à Senhora Infanta Isabel Maria e à Santa Religião, foram aboletados militarmente, indo o general Macdonel para o Arco (1). Ninguém se opôs à sua entrada

(1) Teve uma acção preponderante nestes acontecimentos D. Emilia Correia Leite de Almada, irmã do Visconde de Azenha. Dela nos fala A. F. Oliveira Martins no artigo que sob o título «Uma conspiradora ao serviço da revolução miguelista de 1846» publicou no semanário *Aleo*, n.º 4 do ano IV, de 6 de Outubro de 1945, que a falta de espaço nos tem impedido de transcrever.

A. de O.

e eles portaram-se muito bem. Pouco depois de terem chegado deram-se repiques em todas as torres. À noite chegou mais gente armada, do lado das Taipas, dando vivas ao Senhor D. Miguel. Repicaram de novo os sinos e deram-se muitos foguetes pela noite adiante. A maior parte dos constitucionais não retirou de suas casas coisa alguma, andando a passear pela vila. Tal era a indiferença em que estavam que não receavam um partido que, noutros tempos, tinha sido o seu flagelo!!! Todos diziam «pior que os constitucionais não pode ser»!!! Nesta mesma noite também aqui chegou o coronel miguelista Luís Leite, de Arões, com gente armada das partes de Margaride. O general Macdonel era inglês e muitos dos officiaes tinham pertencido aos antigos Batalhões Realistas. (P. L.). *O Nacional*, referindo-se a esta noticia, diz no seu n.º 157: — «*Alguns miguelistas, aproveitando-se da ausência do batalhão de Guimarães, que com os de Fafe tinha marchado para Braga, entraram na vila onde fazem a aclamação de D. Miguel e nomeiam autoridades.*»

Dia 28 — Conservava-se aqui a guerrilha miguelista, que ia aumentando consideravelmente, portando-se o melhor possível. Ao meio dia e à noite deram-se repiques, andando grandes grupos a dar vivas ao Senhor D. Miguel I. De dia foram várias guerrilhas a diferentes freguesias da aldeia, assim como a S. Miguel, Silvares, etc., pelas armas que tinham vindo do Porto e o ex-administrador distribuira, há pouco tempo, pelos cabos de policia das freguesias, mandando a Junta do Porto lenha para se queimar.

Pelas 11 horas da manhã foi feita a aclamação de D. Miguel I, fazendo-se Câmara a antiga, composta de Francisco Brandão, testemunha em 28 contra os constitucionais, o Gaspar do Correio e o bacharel José Leite Duarte, ficando como procurador João de Matos Peixoto. Seguiu-se, depois, um *Te*

Deum Laudamus na Colegiada, a que assistiu o Cabido. (P. L.).

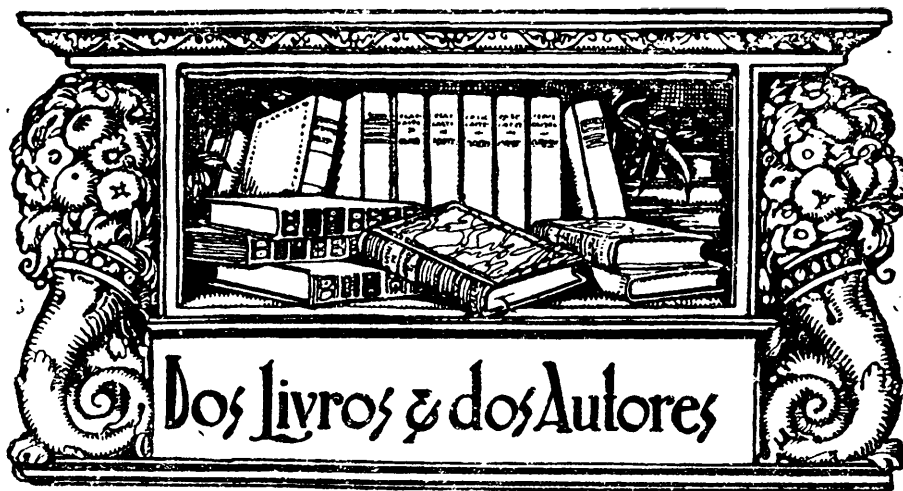
Dia 29 — Seguiu para Braga a guerrilha miguelista, indo o general Macdonel com ela. Ficou aqui o novo batalhão realista, que se estava organizando, no qual se alistou muita gente, tendo recebido na noite deste dia uma linda música. A todos os alistados davam 160 réis por dia. (P. L.).

Dia 30 — Seguiu para Braga Cândido Rodrigues Álvares de Figueiredo e Lima, que foi lente da Universidade e tinha sido demitido em 1834 por ser realista. Tinha vindo com o general Macdonel e dizia-se que ia ser um membro da Junta de D. Miguel que se ia instalar em Braga. (P. L.). Nota do Dr. José de Freitas Costa: «Francisco Martins de Carvalho, no seu *Diccionario Bibliographico Militar*, às palavras, *Chronica Nacional de Braga*, diz que esta Junta se organizara em Guimarães, pelas

seguintes palavras: «... a emboscada de 6 de Outubro de 1846 provocou em Portugal uma forte reacção popular. No Porto creou-se a junta de resistencia, presidida pelo Conde das Antas, junta liberal, limitando-se a fazer mudar a situação política de Lisboa e a reclamar a reforma da Carta. Em Guimarães creou-se a junta presidida por Cândido Rodrigues Álvares de Figueiredo e Lima. Este era miguelista e proclamava a mudança de dinastia, querendo restabelecer D. Miguel no trono.» Não diz em que data se criou essa junta em Guimarães e de que membros. Nos livros de meu tio não se vê isso bem claro, e como se vê no texto a que se refere este apontamento que está lançado, parece que essa junta se criou em Braga, embora aqui em Guimarães se lhe desse a iniciativa, logo que o Cândido aqui chegou. Verei o que aparece a este respeito.»

JOÃO LOPES DE FARIA.





A NOVA RÚSSIA, por *Henri Massis*.
Tradução portuguesa de *Domingos Mascarenhas* (2.^a edição). Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 269 págs.

O distinto escritor doutrinário francês, que em nossa mocidade nos fizera interessar vivamente pelo problema das origens da Rússia moderna nas páginas da sua *Défense de l'Occident*, retoma agora a sua tese, que actualizou e desenvolveu neste livro, em boa hora traduzido para a nossa língua. É certo que alguns aspectos da Rússia que H. M. nos apresenta estão sujeitos a controvérsia ou mesmo a contestação, devido principalmente (e a nosso ver) ao facto de o Autor não conhecer a U. R. S. S. senão através de descrições, dados e opiniões de outrem, o que não é o melhor processo de alcançar uma vista de conjunto em assunto de tanta importância.

Apesar de tudo, porém, H. M. conseguiu pôr-nos em presença de certos factos suficientemente claros e eloquentes na sua nudez. O fantasma do Comunismo, depois da sua estrondosa falência ainda em vida de Lenine, tornou-se apenas mezinha para «uso externo». E realmente, hoje apenas

alguns primários, muito exaltados e pouco espertos, estão ainda convencidos da praticabilidade da doutrina marxista em qualquer país do mundo. Claro está que as massas ignaras, cujos componentes na sua maior parte são indivíduos desprovidos da mais elementar noção de cultura, estão sempre crentes na possibilidade de um próximo advento do Comunismo, interpretado segundo o critério simplista de todos os primários. Mas os chamados «intelectuais» comunistas, esses sabem muito bem que a U. R. S. S. não é hoje mais do que mera tabuleta, sob a qual se mascara o imperialismo moscovita, admiravelmente incarnado no novo Senhor de Todas as Rússias.

O livro magnífico de H. M. foi escrito há apenas três anos. Todavia é impressionante ver como muitas das suas lúcidas previsões se confirmaram, enquanto outras estão em via de confirmação. Naturalmente aos espíritos livres e que acerca da liberdade e da dignidade do homem têm noções claras e precisas, baseados na doutrina evangélica, a esses repugnava que a Europa e o mundo pudessem um dia sosso-brar sob a avalanche temerosa do assalto das forças bárbaricas, oriundas das florestas da Germânia. Querer arvorar em regi-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

me ideal de felicidade o viver dos miseráveis infelizes, mortos aos milhares, no campo de concentração de Belsen, ou defender esse regime como capaz de erguer o homem a toda a altura de ser digno e nobre, parece-nos aberração só própria de espíritos profundamente obcecados por uma ideia que, além de outros males, enfermava principalmente do de se incarnar em homens, cujas doutrinas se afastavam radicalmente dos preceitos eternos do Evangelho.

Por outro lado, porém, não nos parece que valesse a pena ter submetido o mundo à mais monstruosa de todas as guerras, e o homem a seis anos de martírios e de pavores, para no fim de contas varrer da face da terra uma forma de tirania baseada em ideias imperialistas, para a substituir por outra forma de tirania baseada em ideias semelhantes. A nós, Latinos, habituados à clareza das ideias e com uma concepção acerca do ideal de vida que podemos considerar a mais bela e a mais nobre, repugnamos tanto a nebulosidade do credo nazi como a do código estaliniano. Ambas essas concepções do Estado assentam sobre dados colhidos no *abstractum* de cada um dos povos que pretenderam ou pretendem subjugar. Ambas essas doutrinas são mera fachada por detrás da qual se ocultam ambições insofríveis de domínio.

Realmente que vimos de 1939 a 1945? Uma luta feroz pelo domínio, primeiro da parte do III Reich, agora da parte da U.R.S.S. Apenas com esta *leve* diferença. A Alemanha, desde que em 1940 não pôde vencer e esmagar a Grã-Bretanha (nunca nos cansamos de admirar a coragem serena com que o nobre povo inglês enfrentou a crise mais violenta de toda a sua história), estava de antemão vencida, tão certo como cada dia que passava era um ganho a influir na conta do seu adversário. Desde que não pôde vencê-lo, a Alemanha, carecendo de matérias primas e com uma agricultura reduzida à sua extremidade pelo incremento espantoso da sua indústria, só por mila-

gre poderia vencer uma guerra longa ou demorar esta até exaurir o inimigo.

Pelo contrário, a U. R. S. S., iludindo tudo e todos, e com uma organização industrial que pode considerar-se modelar, mantivera em segredo a preparação de uma guerra que todo o mundo supunha lhe seria fatal, mas que, afinal, revelou os seus extraordinários recursos. E agora, esmagada a Alemanha e vencido o Japão, prestigiada por uma guerra em que morreu grande parte da sua mocidade com um heroísmo que só o amor da *pátria* poderia gerar, que é que se vê?

A U. R. S. S., grande potência mundial, com um exército monstruoso, admiravelmente armado e municiado, com uma indústria formidável, com as suas fábricas, oficinas, minas e poços petrolíferos longe de qualquer ataque destruidor, e com o apetite aguçado para novos empreendimentos, a que as potências ocidentais não poderão fazer oposição séria durante muito tempo!

É esta a lição que se tira do livro de H. M., cujos capítulos se lêem com o mesmo interesse de uma novela, e nos revelam aquilo de que há muito havíamos suspeitado: o comunismo, na Rússia, está morto e bem enterrado, como o sr. de Marlborough da cantiga famosa. Em seu lugar, ergue-se, temeroso e ameaçador, o imperialismo russo-soviético, herdeiro em linha recta do velho espírito pan-eslavista, que começou a tomar corpo no princípio do século XVIII com Pedro o *Grande* e se intensificou no século seguinte com as lutas em que a Rússia se envolveu por causa dos Estreitos. Renasce agora esse espírito, embora ao serviço da ambição pessoal de um homem dotado de um poder de organização verdadeiramente excepcional. Falta, apenas, saber se as potências do Ocidente acordarão a tempo de localizar o mal.

O volume é acompanhado de elucidativos apêndices e notas, que muito auxiliam a sua compreensão.

INSURREIÇÃO DA CARNE, por *Hipólito Raposo*. Edições «Gama». Lisboa, 1944. 113 págs.

Profundamente impressionado com a imoralidade dos tempos de hoje, o dr. H. R. vazou em forma lapidar a sua indignação, que se traduziu neste belo livrinho.

Estigmatizando os vícios da nossa época, em linguagem por vezes candente, apontando aos homens os seus erros e as suas faltas, o Autor assemelha-se um pouco àqueles Profetas que na terra de Israel deixavam a tranquilidade dos lares ou o recolhimento dos retiros para irem expor-se à irrisão e ao insulto das almas pervertidas pelo vício, morrendo por vezes às mãos desses infieis afogados em maldade.

O dr. H. R. não vem à praça pública declamar contra os males da nossa idade, mas estigmatiza-os em letra de forma, ainda a maneira mais prática de mostrar aos homens os seus erros, que nela se reflectem como em superfície polida de espelho.

Mas o Autor não se limita a apontar os erros, atitude sempre fácil, pois aponta simultaneamente o remédio para os males, o que nem sempre podem fazer os censores. E as suas palavras finais são a síntese de todo o livro, boa acção que devemos agradecer-lhe.



SCOTTISH ART, por *Jan Finlay*. Edição do «British Council». Londres, 1945. 42 págs. Ilustr.

Primeiro da série *The Arts in Britain*, dá-nos este opúsculo um conspecto completo das artes na Escócia, país que não é só de «bardos», como em geral os meridionais supõem, mas no qual floresceram grandes pintores, grandes escultores, grandes architectos e grandes artistas das chamadas «artes menores».

O Autor passa em breve revista cada

uma das facetas do génio artístico dos compatriotas de Sir Walter Scott, cujo talento os impõe à Europa e ao mundo culto. A Escócia é, de facto, um dos países europeus de maior sensibilidade artística, cuja originalidade deve provir da sua ancestralidade céltica. O requinte que adquiriram, por exemplo, os seus pintores, julgámo-lo resultante do seu encontro com o génio saxónico que produziu um Gainsborough, um Lawrence, um Hoggarth, um Reynolds.

O volume, ilustrado com magníficas reproduções de quadros dos maiores pintores escoceses antigos e modernos — como esse admirável *The Archers*, de Raeburn —, e exemplares da architectura religiosa e civil, cerralharia, etc., tem uma apresentação magnífica, com uma admirável capa reproduzindo um bellissimo retrato de Raeburn, o maior dos pintores escoceses.



ALMANAQUE DO POVO PARA 1946.
Edição da Junta Central das Casas do Povo e do Secretariado Nacional da Informação. Lisboa. Sem paginação. Ilustr.

A publicação desta obra obedeceu ao desejo de dar realidade à sugestão do sr. Sub-Secretário das Corporações, que, em discurso proferido por ocasião da posse da Junta Central das Casas do Povo, lembrou a vantagem desta mesma Junta promover «a edição anual de um almanaque que contenha, além doutros elementos considerados úteis, os seguintes: legislação corporativa actualizada, normas de funcionamento das Casas do Povo, modelos de requerimentos, informações sobre cronologia, meteorologia, apicultura, higiene, ensino, festas e feiras, etc.».

E é tudo isto o que a obra contém, a par de variadas ilustrações representando aspectos das instalações de algumas Casas do Povo, bandeiras das mesmas, etc.

As noções dadas são-no em linguagem simples e desprezenciosa, por forma a poderem ser compreendidas por aqueles a quem se destinam, sem qualquer empirismo no género dos do *Borda de Agua* e quejandos, pois o fim do *Almanaque* é fazer subir o camponês até a um nível superior no ponto de vista cultural (e ninguém poderá negar que é esta uma das formas de combater a rotina), e não descer até ele ao ponto de especular com as suas ideias rotineiras e falsas.

Um senão tem o *Almanaque*, e que, dado o fim a que visa, nos não parece para desprezar: a parte artística. Com uma capa de inegável mau gosto, quer pelo desenho em si, quer pelo colorido gritante, as ilustrações

inseridas no texto deixam muito a desejar, até mesmo pelo seu simbolismo.

O nosso povo tem, como se sabe, sentimento artístico nato, mas que urge educar. Por isso lamentamos que o *Almanaque*, no aspecto artístico, esteja muito abaixo da parte literária e científica. Tratando-se de obra, para cuja edição contribuiu o S. N. I., cujas edições timbram pelo bom gosto com que são feitas, é para causar estranheza que o *Almanaque* se editasse como se fez. É de esperar que nos anos futuros as edições subsequentes se apresentem com outro carácter, popular embora, mas inegavelmente artístico.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Dona Donzela Senhorinha (poemeto) por *Fausto José*.

Livro dos acordos de 1534, por *A. de Lucena e Vale*.

José Acúrsio das Neves — O Historiador, o Economista, o Panfletário, por *Fernando Campos*.

O sr. Jorge Vornex e os seus «Beijos de Judas», por *Belarmino Pedro*.

Oferta dos Editores:

Portugália Editora, Lisboa:

1 — *Cartas a um Poeta*, por *Rainer-Maria Rilke*.

2 — *Brigitte Mamã e Brigitte e a felicidade alheia*, por *Berthe Bernage*.

Livraria Tavares Martins, Porto:

Niels Lyhne, por *J. P. Jacobsen*.

Instituto Britânico, Lisboa:

1 — *Acton*, por *David Mathew*.

2 — *The Approach to Painting*, por *Thomas Bodkin*.

3 — *Henry the Navigator*, por *Elaine Sanceau*.

Publicações da Câmara Municipal do Porto:

1 — *As barreiras da cidade do Porto*, pelo *Capitão Paulo Emilio de Figueiredo Garcia*.

2 — *Imagens e costumes do Porto de outras eras*, palestras e catálogo.

«Obra», Revista Internacional, Madrid:

N.º 3 (Agosto), *El hombre que luchó contra el infierno*, por *Sergio Kostineff*;

n.º 4 (Setembro), *El tenebroso plan Roosevelt-Stalin*, por *Mauricio Karl* e

Un ruso vuelve a sua patria (obra completa), por *Boris Wartanoff*.

A sair dentro de dias:

A Emancipação Económica e Social dos Operários e dos Trabalhadores do Campo, por *Francisco Manso Preto Cruz*.

POLÍTICA E POESIA

VAI longe, diluído como num sonho, aquele saudoso tempo em que o homem dedilhava a lira e arrancava da alma sentidos harpejos.

Êle extasiava-se na contemplação do Universo, nas maravilhosas criações da natureza, nas dádivas de Deus e na harmonia do mundo.

Da sua alma desferiam-se acordes que subiam nas alturas e na limpidez sem mácula de translúcido céu.

Na sonoridade e na melodia das notas ou dos versos, no ritmo e na cadência das estrofes, no calor da ideia, na grandeza das imagens, nos quadros tristes, melancólicos, alegres ou sóbrios, passava e repassava o sentimento humano.

Vão longe, muito ao longe, aqueles saudosos tempos, bárbaros há quem lhes chame, em que as guerras tinham o seu quê de poesia que completamente as distinguia dos actuais guerreiros-bandidos.

Era no execrável tempo em que não havia tanta civilização como agora. Não havia tanta civilização nem tanta selvejaria como nos tempos correntes. Consulte-se a história de todos os tempos e de todos os povos e veja-se se é possível encontrar alguns casos semelhantes àqueles que observamos a cada passo: obrigam-se milhares de pessoas a percorrer milhares de quilómetros, fazem-se coacções de toda a ordem sobre governos de países pequenos e fracos para entregarem famílias inteiras, sabendo antecipadamente que as espera o assassinio longamente premeditado. Rouba-se a vida e a fazenda com a maior sem-cerimónia. Estamos na época em que nas zonas de ocupação da Alemanha os representantes de países super-civilizados não consentem que a Cruz Vermelha Internacional e outros organismos socorram milhares de crianças que morrem de fome. Vivemos nos tempos sinistros em que na cidade de Berlim não se encontram crianças com menos de dois anos de idade porque todas têm sucumbido às privações a que as sujeitam. Para cúmulo da vergonha do género humano vivemos na época dos julgamentos de Nuremberg.

Países que se dizem civilizados disputam em competição calorosa e

porfiam em ultrapassar e exceder em todo o género de crimes, países que são naturalmente bárbaros e cruéis.

Enfim, o homem foi descendo na hierarquia dos valores espirituais. Se Cristo voltasse a este mundo sujeitava-se, antes de ser novamente crucificado, a ser vendido em pleno templo. Perdeu-se o sentido poético e religioso da vida. Ficou o homem reduzido ao mais puro materialismo. Até mesmo quando se fala em coisas do espírito e de Deus é, muitas vezes, com fins e desígnios puramente materialistas.

A preocupação política generalizou-se a todas as classes sociais. Se a política é o caminho mais curto e, também, mais fácil de satisfazer apetites, vá de ser político. Então, quanto mais o ser humano proclamava a solidariedade humana mais ténue esta se tornava e à força de a servir em doses maciças acabou por desaparecer de todo. As pessoas são imoladas com o ritual de selvático furor.

À religião foi dada uma elasticidade deveras chocante. Uma grande parte da poesia contemporânea só o é de nome. Num grande número de casos ela enaltece a matéria bruta, nivela-a com o homem se é que não lhe fica subalternizado. Pois a poesia não será o cântico que brota do fundo da alma, não será o coração e o mundo, a natureza e Deus, o forte e o frágil, a vida que se manifesta nos mil e um modos porque o Criador a fez, tornados sensibilidade, fontes de ternura, de emoção e simpatia?

A legião dos poetas ingressou nas hordas políticas, posto que hoje todo o mortal se julga com dotes apropriados para ser ministro ou pelo menos semi-ministro, como alguns indivíduos desvanecidamente designam os sub-secretários de Estado.

Bato com força os sapatos para sacudir o pó que possa trazer o gérmen político, pois alguém me segredou que o virus ministerial se propaga com a prontidão da furunculose e com a velocidade das bexigas doidas.

Foi quando procedia a esta operação de elementar defesa que alguém chamou a minha atenção para a funda capacidade da ironia inglesa. Tratava-se de uma notícia segundo a qual um jornalista inglês afirmava que «a Inglaterra era a detentora do espírito europeu». Logo vi que se tratava de um erro propositado e o jornalista queria dizer «espectro» em vez de espírito. Feita esta rectificação lancei-me no encalço do espírito europeu. Fui encontrá-lo sepultado na floresta de Katyn, nas descomuns fossas da Ucrânia e daquelas outras que povoam a Europa desde as itálicas terras às paragens da Letónia, da Alemanha, Roménia, Bulgá-

ria, etc. Um pouco mais ao norte deparou o meu espírito com as ruínas da casa onde nasceu esse Génio que em vida se chamou Goethe.

* * *

Vogava, então, por ali, naquelas regiões profanadas pelas lóbregas hordas vindas da estepe. Pedi tréguas ao pensamento político e refugiei-me à sombra da frondosa árvore goetheana.

Reviveu no meu coração a funda e agónica nostalgia e a saudade dolorosa por essa Europa que foi e já não é, por essa moribunda Mater criadora de mundos e esplendores.

Das paredes em ruínas da casa onde nasceu o grande poeta vejo, como que desenhados na cúpula celeste, os três arcanjos que cantam louvores à majestade do Criador. Debruço-me sobre as páginas de *Fausto*, saboreio o génio e o porte olímpicos do poeta e depois a minha ideia desdobra-se e vai através do famoso poema apreciar a sensibilidades dos povos, segundo a maneira como alguns poetas compreenderam e sentiram a imortal obra de Goethe. Vejo, então, brotar das inteligências claras e bem ordenadas aquela simpatia que a arte e o belo geram e que fazem vibrar as pessoas sem distinção de nacionalidades ou de credos políticos.

Não tenho aqui à mão a versão de *Fausto* em espanhol. Li-o já há bastantes anos e recordo-me que o prefácio foi escrito com calor, elevação, pureza de forma e de conceitos que só por si constitui uma obra de arte.

Quis fazer um estudo comparativo entre a versão francesa de Gérard de Nerval e a de Castilho. Comparei-as com o original e vi as diferenças e semelhanças. É, de facto, obra trabalhosa e difícil o querer pôr em língua diferente da alemã e em verso rimado o poema *Fausto* ou qualquer outra poesia germânica.

A língua germânica é, como a latina, uma língua própria para as grandes e vastas sínteses, ao contrário das novi-latinas que se prestam mais à análise. Daí a dificuldade de condensar em períodos ou em versos curtos, pensamentos que a língua alemã enuncia, às vezes, com desconcertante brevidade. Recorre-se, com frequência, a fim de vencer tais dificuldades, à versão o mais libérrima possível. Isto, como no caso de que se trata, tem o inconveniente de adulterar o original. É o que se verifica com as versões de Gérard e de Castilho. *Fausto* chega a ser totalmente desfigurado em muitas partes do poema.

O primeiro dos poetas traduziu quase tudo em prosa. O segundo desiste em muitos casos da rima.

Surge aqui um problema interessante e que vem a ser o dualismo bastas vezes observado entre a essência e a forma.

Castilho era, sem dúvida, grande poeta. O grande e impecável mestre da metrificação era incapaz de sacrificar a forma à essência. Agarrado a princípios que valiam como dogmas, a essência tinha que ceder parte de si mesma, às vezes era impiedosamente mutilada a favor da forma.

A versão de *Fausto*, de Castilho, é formada por belíssimos versos. A cadência, o ritmo, a ordem e as imagens estão admiravelmente ordenadas, mas dão a impressão de que fazem parte de um Fausto por ele criado. Nem sempre assim acontece, pois quando os recursos da língua pátria lhe permitiam, ele sabia traduzir em expressões sonoras e lapidares o pensamento de Goethe. Poucas vezes isto aconteceu, mas não é difícil verificar o facto.

Das versões que conheço do célebre poema parece-me que nenhuma se avanta à do poeta português. Podia transcrever aqui, para melhor comparação, alguns versos na língua original da versão francesa e da portuguesa.

Ihr naht euch wieder, Schwankende Gestalten

escreveu o poeta alemão. Como, porém, nem todos os leitores compreenderão a língua germânica, abstenho-me de continuar a transcrever do original. Não deixa de ser interessante confrontar as versões francesa e portuguesa. Vejamos a *Dedicatória* de:

GÉRARD DE NERVAL

Venez, illusions!... au matin de ma vie
 Que j'aimais à fixer votre inconstant essor!
 Le soir vient, et pourtant c'est une douce envîe,
 C'est une vanité qui me séduit encor.
 Rapprochez-vous!... C'est bien, touts' anime et se presse
 Au-dessus des brouillards, dans un monde plus grand,
 Mon cœur, qui frajeunait, aspire avec ivresse
 Le soufîle de magie autour de vous errant.

De beaux jours écoulés j'aperçois les images,
 Et mainte ombre chérie a descendu des cieux;
 Comme un feu ramimé perçant la nuit des âges
 L'amour et l'amité me repeuplent ces lieux.
 Mais le chagrin les suit en nos tristes demeures
 Jamais la joie, hélas! n'a brillé qu'a demi...
 Il vient nommer tous ceux qui dans d'aimables heures,
 Ont, par la mort frappés, quitté leur tendre ami
 Cette voix qu'ils aimaient résonne plus touchante,
 Mais elle ne peut plus pénétrer jusqu'aux morts;

CASTILHO

Torna-me a aparecer, entes imaginários
 que me enchieis outrora os olhos visionários!
 Poder-vos-ei; fixar?... Tenho ainda coração
 capaz de se render à vossa sedução?...
 chegam... que densa turba! envolvem-me... não posso
 furtar-me ao seu triunfo. Eis-me, visões, sou vosso
 vai-se-me em névoa o mundo. Emanações subitís
 que exaláis, vem tornar-me os anos juvenis.
 Que imagens que trazeis de dias tão risonhos!...
 caras sombras! sois vós? aéreas como sonhos?
 Como recordação de lenda já perdida,
 volve o amor, a amizade, e reassumem vida;
 Torna a dor a doer. Oh vida, oh labirinto!
 de novo o mesmo sois. Já renascer me sinto.

Cá estão os bons d'outrora, entes que já gozavam
 horas de oiro, e também... como elas se escoavam.
 Não me hão-de ouvir agora os mesmos, bem o sei,
 para quem noutro tempo os versos meus cantel.

GÉRARD DE NERVAL

J'ai perdu d'amitié l'oreille bienveillante,
Et mon premier orgueil et mes premiers accords!
Mes chants ont beau parler á la foule inconnue,
Ses applaudissements ne me sont qu'un vain bruit,
Et, sur moi, si la joie est parfois descendue,
Elle semblait errer sur un monde détruit.

Un désir oublié, qui pourtant veut renaître,
Vien, dans sa longue paix, secouer mon esprit;
Mais, inarticulés, mes nouveaux chants peut-être
Ne sont que ceux d'un luth où la brise frémit.
Ah! je sens un frisson par de nouvelles larmes,
Le trouble de mon cœur soudain s'est adouci
De mes jours d'autrefois renaissent tous les charmes
Et ce que disparut pour moi revit ici.

CASTILHO

Sumiu-se, aniquillou-se aquela amiga turba,
que nem com o som mortíço os ecos já perturba.
Vibra meu canto agora à ignota multidão,
cujo aplauso, ai de mim! me aperta o coração;
e os a quem meu cantar outrora foi jocundo,
erram, se inda alguns há, dispersos pelo mundo.

Ai, plácida mansão, de espírito morada!
revive na saudade, há tanto descorada!
Começa em vagos sons meu estro a palpitar,
qual de uma harpa eólia o triste delirar...
Já sinto estremeções; o pranto segue ao pranto,
o duro coração se abranda por encanto.
O que foi torna a ser. O que é perde existência.
O palpável é nada. O nada assume essência.

Com o fim de guardar a maior fidelidade possível ao original, embora tivesse sacrificado um pouco a forma à essência, a Dedicatória de *Fausto* saiu-me como se pode ver:

Novamente voltaí, ó formas indecisas!
Que outrora vos mostrastes ao terno olhar.
Reter-vos-ei com energia, imagens imprecisas?
Torna o coração no sonho a mergulhar?
Corporizai-vos! bem, podemos discorrer,
Como vós transportar-me na branda aragem;
Comovido, meu peito vai, pois, reviver
do milagroso sopro da vossa passagem.

Vós trazeis a imagem de passados dias,
Muitas sombras amadas veem, qual caminheiro,
Igual a umas legendas, longínquas, diluídas.
Chega, com a amizade, do céu amor primeiro,
A dor volta de novo; repete o lamento
da vida labiríntica o giro errante,
Chama de horas idas o bem que é tormento,
Extingue-se em mim prazer que foi possante.

Sucessivas canções elas já não ouvem,
as almas que eu primeiro senti e cantei,
Dispersar amigável enleio, sim, convém,
Expirava, ah! a primeira estrofe que entoei,
Meu pesar ressoa à anónima multidão.
Vosso exemplo faz meu coração medroso,
O que era aprazível na minha canção,
Se, ainda, vive, erra no mundo tenebroso.

E prende-me anelo de estranhos dons
deste aquietar sereno do coração,
Flutua, então, em indefinidos sons,
Igual à eólia harpa geme minha canção,
Um calafrio me tolhe: lágrimas e pranto
No duro coração põem flexibilidade,
O que possuía vejo-o no etéreo manto
e o que se esvaira fez-se realidade.

É evidente que não vamos transcrever aqui todo o poema. Vale a pena, contudo, publicar parte do *Prólogo no céu*. Não se faz referência à versão de Gérard, posto que foi feita em prosa. Ficam apenas a de Castilho e a minha. Salvou-se nesta versão a grandiosidade que foi possível conservar-lhe. Parece a orquestração dos mundos que palpita na majestosa música wagneriana.

Ora veja-se *Castilho*:

RAFAEL:

No coro sideral o sol vai prosseguindo
qual na origem lh'o has dado, o curso harmonioso
Tonitroante baixo em teu concerto infindo,
Só mandando-lh'o tu, Senhor, terá repouso
Sua luz dobra a nossa, enchendo-nos de espanto
não podemos sondar-lhe a portentosa essência.
Como o fora a princípio, ó Sacra Onipotência,
teu sol é ainda hoje enigma, assombro, encanto.

GABRIEL:

E da terráquea esfera a máquina esplendente
Segue seu torvelino eterno, arrebatado.
Por que ora a luz dos céus florido Eden se ostenta
Ora descansa envolta em magro véu bordado
O mar espuma, troa, investe as brutas fragas,
que o repulsam desfeito, em nunca finda guerra
Mas na perpétua luta, as rochas como as vagas
Seguem juntas, sem termo, o volutear da terra.

MIGUEL:

Dos solos contra o mar, do oceano aos continentes
jogam-se os temporais com ímpeto profundo;
zonas de assolações, criações potentes
que desfaz e refaz perpétuamente o mundo
Ígnea precede a morte ao trovejante horror,
Mas nós os cortesãos da tua imensidade,
gozamos luz e paz por toda a eternidade
Bendito sejas tu, Senhor, Senhor, Senhor!

OS TRÊS :

As tuas criações enchem o céu de espanto ;
Nem o arcanjo lhes sonda a portentosa essência
Como o fora a princípio, ó Sacra Onipotência
teu mundo é hoje ainda enigma, assombro, encanto.

A minha versão ficou como se segue:

RAFAEL :

O sol, segundo velho costume, ressoa
no coro das esferas hino fraternal,
Sua viagem, prescrita de antemão, entoa
com o som do trovão a marcha sideral ;
O seu aspecto dá força aos anjos nos céus,
que ninguém profundar decerto poderia,
Os mistérios das altas obras do bom Deus
São inconcebíveis como no primeiro dia.

GABRIEL :

Veloz, com rapidez incompreensível
gira-lhe à volta a Terra magnificante,
Ele muda em noite profunda, horrível,
do Paraíso a luz clara, refulgente ;
Faz os mares tornar os rios agitados,
as bases excavar dos rochedos profundos,
e os mares e rochas serão transportados
no eterno correr das esferas e mundos.

MIGUEL :

As tempestades bramam, rugem, à porfia,
Vão da terra ao mar e do mar à terra,
Formam ininterrupta cadeia, noite e dia,
a mais forte acção as envolve e encerra.
Relampeja da luz o poder destruidor,
mostra-se o caminho ao grave trovejar,
Pois o teu mensageiro respeita, Senhor,
dos teus dias o suave e doce caminhar.

OS TRÊS :

O seu aspecto, etc.

Versão de Castilho :

MEFISTÓFELES :

Inda enfim cá tornei. Visto queres
Saber por mim o que lá vai no mundo
pronto; que antigamente (inda me lembra)
gostavas de me ouvir. É só por isso
que me tornas a ver entre esta súcia
.....

A minha versão :

MEFISTÓFELES :

Junto a ti, Senhor, estou com humildade ;
Perguntas como vai tudo que é corrente,
Ouvias-me em tempos idos de boa vontade,
Por isso tu me vês, Senhor, entre tal gente.

.....

Dou aqui por terminadas estas rápidas considerações. Deixou de se ouvir o coro dos arcanjos. Lá, dos lados de Leste, duzentos milhões de europeus entregues pela chamada libertação à escravatura russa, entoam mortal e lúgubre canção.

JOSÉ GONÇALVES D'ANDRADE.

Porto — Abril — 1946.



"MADRUGADA DO ESPÍRITO"

Notas à margem deste livro de Plínio Salgado

(Continuação da pág. 137 — Conclusão)

Os séculos XV e XVI, depois de ganharem as galas magníficas de portugueses, encheram com o seu brilho o mundo, sobre o qual Portugal se engrandeceu com a heróica fortaleza das suas virtudes. Camões transmitiu aos vindouros o papyrus vivo e real dessa História moral de povo forte, identificado na Nação, e «em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a força humana». Camões ao esculpir cada canto do seu poema, em letras de ouro sobre custosa pedraria vinda das Índias, por mares desconhecidos de estranhas gentes, para nos apergaminhar não carecia de discursar elogios, ou de cantar as façanhas maiores de que rezam as crónicas. Tampouco necessitava de louvar as energias exuberantes de nobre raça de nação valente, ou de referir os merecidos louros engaladores de conquistas e descobertas. Essa luz das nossas grandezas, derramava já, pelo mundo, os seus lumes numa apoteose de tamanha exaltação, brilhando com o seu clarão lucipotente de uma extremidade a outra da terra, que, cantando os nossos feitos, Camões seria o facho resplandecente a avigorar sempre e a instruir as almas novas na eleição de seus títulos de nobreza.

Camões glorificou os gestos e as leis másculas de um povo que no seu patrio amor nunca engeitou as sábias lições ditadas pelas virtudes cristãs, pois nunca se atreve a peregrinar longe de Deus. *Os Lusíadas* lapidam-se na história para mostrar aos potentosos do Mundo como qualquer povo enrijecido na doçura de leis morais e robustecido no amor, caminha veleiro até todos os cantos da terra, entre o abraço quente da igualdade e o ósculo benfazejo da Paz, pela bênção protectora do cristianismo. Com o Poema afervora a epopeia lusíada, vinculando para sempre, nos portugueses, o seu apego sacrosanto ao chão bendito de Portugal, e onde se apoiarem, em períodos de fermentação e descontentamento geradores da desagregação, pela lição magnífica dos antepassa-

dos a alimentar, encorajar e meter em brios, as gentes, para novos e mais rigorosos empreendimentos.

Em Portugal católico, não existiam as fortunas desconformes, não se conhecendo o desnível destemperado e feroz do burguesismo capitalista e bancário com os endinheirados de uma banda, e os miseráveis na dura ignorância de si mesmos.

As leis buscavam o desempobrecimento dos mais necessitados sem o aviltante e hediondo emprego da esmola. As Misericórdias falam pela doce caridade cristã das nossas rainhas. Todos os portugueses viviam em harmonioso consórcio de vontades e de interesses; os de menos posses ajudando no trabalho honrado aos mais opulentos; os mais abonados, auxiliando nas suas canseiras, nas suas faltas, e na velhice, aos menos abastados; os mais felizes consolando na desgraça, ou nas tristezas, aos menos venturosos; e tudo isto numa ternura caracteristicamente portuguesa e só própria do amor fraternal que abraçava as famílias na Nação.

Nesta mesma simpática e acolhedora lisura se educou o Brasil, e as restantes províncias desse mundo lusíada ao qual Plínio Salgado, instruído nas lições viris da Raça, endereçou, neste século universal de calamidades e lutas, as suas mensagens mais cordeais, dirigidas numa firmeza de fé inquebrantável.

A aragem doentia da reforma, soprando os materialismos enciclopédicos, perverte paganizando o Mundo. E daqui os ódios fraticidas, os egoísmos atormentados, as humilhações e sofrimentos deste século de miséria e desgraça, de loucura e perversão.

Enfraquecido nas virtudes de nobre nação, — pátria de reis, heróis, santos, guerreiros e mártires, — o povo tira proveito na brandura de cómodo conformismo, vez em quando entrecortado pelo remorso escravo na lembrança de horas soberanas, ou atraído pelo soluço amargo da anarquia.

E ao esquecer os títulos da sua nobreza no abandono da tradição, Portugal importa inovações estranhas, má semente que trará consigo o desvigoramento das gentes.

Foi Napoleão certamente quem grudou pelo mundo essas ideias inovadoras, trazidas aos quatro cantos da terra nas pègadas das suas tropas, tristes precursoras causais da totalização estadual das gentes na obra de perseguição fanática da pessoa, que deste modo deixou de considerar-se valor em si mesmo.

Com o século XIX, e os seus enganadores princípios generosos, vergou sobre os povos a sua deseducação com a opressão vexatória de

estulta Liberdade. A imperar, essa sedutora mas errónea *Liberdade*, lidamos no domínio das deusas Igualdade e Fraternidade.

Desprezadas as legítimas liberdades da pessoa humana, esbulhado o homem de si mesmo em indigna despersonalização, a alma do povo deixou de ser espelho da Nação, onde sempre se devia reflectir a grandiosidade da sua história. A grei deixou de formar-se moralmente perfeita nas suas crenças, na sua Fé, aquecida nas esperanças vivas de uma política espiritual com o desprendimento absoluto dos bens terrenos, onde a política aparecia a servir de condutora dos povos para atingir a máxima perfeição.

Falsa *igualdade* de nossos dias, onde o homem se escapuliu servo do ouro individualizado no capital; a pessoa, substituída pelo indivíduo, e na contenda dos merecimentos terrenos, na sua base, a impor condições, a simpatia patega do burguês, transformadora do homem no zero, em função do número, ao seu serviço.

Fraternidade bastarda e de comédia, algumas vezes contra-regrando em drama, as mais das vezes de farsa, a comunhão de ideias só se enxerga na idolatria do César, e o parentesco deixa de contar para o hilota ou o pária do partido. Nos ditames desses princípios generosos da filosofia política da utilidade, perde-se em Portugal, como acontecera pelo mundo, todo aquele antigo ar de fervor e de apostolado na isenção patricia do amor pelo próximo, entrando-se no sistema de manter e criar situações pessoais, protelar e viciar circunstâncias sociais, manter e iludir as aparências económicas, ladear acontecimentos políticos, subornar consciências, e segurar o partido em prejuízo da prudente reserva viril dos povos.

Neste nosso perverso século XX, — século mesquinho que ainda não louvou o homem com quem o premiasse, arredado das coisas santas, entre duas guerras igualmente hediondas e pagãs, o mundo ateu arrastou-se aos solavancos da sorte, forças esgotadas, à mercê do mais atrevido, por menos escrupuloso nas crueldades com que se brutaliza.

A guerra de 14, enfeudada a errado critério de incompreensão política, retalhou nações, apoucou políticos, amaldiçoou e separou povos cristãos, procurou abater fortalezas de Fé na perseguição religiosa, internacionalizou e arrazou fronteiras abatendo termos, e ajuntou outras gentes, inimigas ainda da véspera, — tudo isto numa sêde de reforma e de revolucionarismo primário no ódio vesgo a Roma, cidade mater do Espírito. A vitória entontece os homens, cega as consciências, sufoca os seus corações endurecendo-os, e na desordem partidária o rancor só enxerga

estrovinhada noção prática de desmoronar tradições, espesinhando ou envenenando ideias e ideais, de outras vezes atrofiando ou apunhalando vontades, sentimentos e crenças.

Para remediar os estragos grandes, irreparáveis, desta estuante e insensata teimosia dos políticos de 14, os povos ciosos por emanciparem-se às tutelas de ferro que os canga, e desejosos de manterem-se na sua economia doméstica, elegem um ror de pequenos *césares*, cardume de opressores, que logo tramam entre si, na disputa de qual o mais ladino, a perdição das Nações ao converter o homem em manada do partido sob o chicote chispante da sua pessoa onnipotente. (Aqui queremos prestar homenagem de respeito pela memória do único ditador que cedo ou tarde a história louvará. A Mussolini se deve este tributo como construtor de uma nova Itália. Embora renegando numa hora infeliz toda a sua carreira passada, o homem, não o fascista, ficará sempre a sua inteligência e razão para além do precário e provisório).

Imperando entre os povos esse despotismo duro e cruel dos totalitarismos, quer sejam das direitas como das esquerdas, o homem rebaixa-se no paradoxal miliciano do partido. Cognominem-se as teorias, e se ajuste embora essa política ocasional da república, com as alcunhas de bolchevismo, trostkismo, leninismo ou estalinenismo, — comunismo das esquerdas; ou se afilem as máscaras da hipocrisia com o socialismo catedrático, socialismo corporativo, socialismo nacional, ou socialismo democrático, — nazismo, fascismo, . . . — comunismos das direitas, a pessoa submete-se em grosseira sujeição perante o Estado onnipotente personalizado na hegemonia do partido ou na odienta petulância do seu dono.

A libertação do homem está na razão directa da sua reabilitação como valor absoluto e intangível na sua personalidade; dignificadas as suas liberdades naturais pelo reconhecimento expresso da pessoa como ser moral, jurídico e económico, e valor social integrado na Nação. O Estado criou-se para servir a Nação, na ordem do bem comum; e não a Nação que se tenha formado e organizado para escrava do Estado. As liberdades da pessoa, célula da Nação, estão-lhe atribuídas pelo direito das gentes, consignadas pela inteligência e ditadas pela razão na proclamação de valor de ética cristã.

Encontram-se latentes na consciência colectiva dos povos, enraizadas desde gerações no sentimento das famílias com quantas qualidades e vícios se constitua a fraqueza humana.

O conceito mais perfeito de *igualdade*, como aliás se encontra na

base do de *fraternidade*, enterra as suas raízes profundas nos mandamentos do cristianismo que mandam «amarmo-nos uns aos outros e ao próximo como a nós mesmos». E a Igreja, pela voz de Pedro, em mais do que uma ocasião e por todas as horas negras da história do homem, os proclama como princípios básicos no trato dos povos e no concerto das Nações, ao ordenar a caridade de irmãos e a unidade fraterna entre as famílias.

Para remédio contra os males consentidos da outra guerra, exercitaram-se estes estranhos sistemas de dominar os homens numa subserviência brutal perante o Estado-força, individualizado no partido e na pessoa do César, que não no povo, sangue generoso e alma da Nação.

Os resultados estão bem à vista com o fim desta guerra em que somente se esmagou uma das sete cabeças da monstruosa hidra do lago de Lerna. Hércules desta feita não pode vencer o monstro, pela prostração dos povos no descrédito da sua autoridade invencível.

Guerra, que por ironia do destino se apelidou também de *totalitária*, e que a devassa, aberta com o julgamento dos responsáveis, nos revela agora a degradação dos seus dirigentes políticos, movidos sempre pela vil paixão dos prazeres. Realmente totalitária, porquanto amordaçadas as vontades, desarticuladas as consciências, e ofendidos os costumes, os homens nas frentes de batalha, como as mães e as crianças tropeçando com a morte e a fome por aldeias indefesas, para esses condutores dos povos as suas gentes somente serviam para carne de canhão, a refocilar em luxurioso gozo esses histéricos do poderio unilateral.

O néo-cesarismo, a querer quebrar estouvadamente o fio da tradição cristã, foi de encontro às leis do Homem, atropelou as leis da natureza, e só seguro nas leis da violência (grande responsável esse Sorell!) se impôs pela força como grande moda do século. E infelizmente no rescaldo desta guerra ainda se não perdeu de todo a sua lembrança.

No fastígio da sua missão destrutora da moral dos povos e aniquiladora da sua alma, os responsáveis continuam na teima de eternizar o provisório, não substituir o efêmero pelo Belo, sempre iludidos ou fazendo-se iludir pelas galas e pelos apupos da apoteose passageiramentelouvaminheira do Estado — policiado na força. Indo pelo mundo esta desenfreada barafunda do materialismo, uma voz se ergue em nome do bom senso, e se levanta em nome da Verdade, para protestar contra as usurpações de César, as suas violências, contra a maquinaria destruidora da moral dos povos, contra o abastardamento dos génios.

Plínio Salgado prega, com a moderação nos costumes, as verdadei-

ras liberdades políticas assentes na inviolabilidade sagrada das famílias. Já antes da guerra, ainda no Brasil, verberava os fascismos pelo que neles via de aniquilador da personalidade do homem, de negador da sua missão como pessoa.

Firmando-se na máxima divina de que ao César somente incumbe aquela parcela mínima que Deus lhe destinou no seu Reino, azorraga a corrupção das virtudes veteranas pela totalização dos mandos com o endeusamento falso desses pequenos césares, e com o seu exemplo de apostolado aponta os Evangelhos onde estão consignados os princípios da unidade nacional, força ancestral dos povos, símbolo da honra e integridade pátria.

Essa hora sombria de escuro e despótico desvairo, residindo em soberanas vontades de partido, encontrou no notável pensador político brasileiro o seu mais encarniçado inimigo, o mais inexorável dos seus adversários.

Porque Plínio Salgado acima da sua profissão de político coloca os seus deveres de cristão, sabendo comunicar às assembleias aquela beatitude, por todo o homem cristão adquirida, através do corpo e do sangue de Cristo.

Só assim escreveu as páginas imortais da sua *Vida de Jesus*; esta a razão porque nos proporcionou tantas horas de arte e de enternecedora Beleza, quando arrebatados do seu verbo eloquente e vivo.

Deste modo, mais e melhor, o podemos apreciar na sua faina doutrinária de vida inteiramente devotada ao apostolado de patriótico sacrifício pelo destino bom da sua querida Pátria. Ao lermos a sua vasta obra, conhecedores então de toda a magnífica e salutar evolução do seu Espírito de eleição, o corpo devotado em peregrina submissão ao Espírito, a matéria não atraçoando o homem enquanto o Espírito o unifica, ficamos presos da sua prosa.

Madrugada do Espírito, mais não representa do que a sua confissão pública, confissão calorosa e corajosa, desse desenvolvimento progressivo do seu Espírito até ser trabalhado pela Luz, e alcançar as primícias da graça pela Fé, nessa admirável *Vida de Jesus*.

Em *Madrugada do Espírito* se historia a vitória do espírito ganha sobre a matéria, remontando aos tempos vacilantes ainda da luta do homem entre o corpo e o espírito. O sofrimento universal do século burguês, apoucando inteligências numa servidão idolatra, tocou Plínio para a razão iluminada, e deste condutor da palavra elegeu veículo de amor entre povos irmãos.

Na *Vida de Jesus* lega Plínio ao Brasil, e a Portugal, o livro mais fortemente lusiada deste atormentado século dos vendavais, e da destruição praticada em nome da liberdade e da igualdade dos povos.

Ascendendo às alturas, à medida que mais se aproxima de Deus melhor constrói os fundamentos da política. Ele porém não defende o clericalismo na política; não quer o «confessionalismo» político, mas pregando a educação cristã das famílias como depositárias da tradição, deseja que a política se subordine às regras da verdade. Com a lição dos oito séculos de Portugal, Plínio Salgado reconhece que a política não pode viver apartada de Deus, no desconhecimento das leis Divinas e do amor em Jesus Cristo. Ao princípio das leis humanas da política deve estar o Verbo. A vida dos homens exige que os seus problemas humanos sejam compreendidos na base da religião — leis de vida eterna, e resolvidos na condição da política — leis temporais de vida precária.

Não pode haver Pátria onde não exista Deus, pois negar ou ignorar a Jesus Cristo será destruir no homem a sua única, própria e mais verdadeira riqueza. Por isso exalta as virtudes da grei, para a qual a Pátria sempre teve um significado espiritual. E aponta ao Brasil os pergaminhos honrosos da herança.

Ensina que os reis portugueses puseram sempre a sua espada ao serviço da Realeza divina. Desde Navas até ao Salado contra os infiéis, sempre se olvidaram as questões de política temporal ou as rivalidades entre Portugal e Espanha para que todos os povos filhos de Deus, irmãos predestinados à glória imortal, se juntassem no esforço contra as investidas do agareno.

Plínio Salgado, alma viva, intranquila, profundamente humana de político generoso, governada pelo Evangelho e portanto acabrunhada pela monstruosa denegação do homem metido num orgulho que a loucura cega, — Plínio Salgado, não pode cruzar indiferente enquanto o Anti-Cristo se avizinha pelo mundo, descendo a encosta com a enxurrada, e a escuridão, a fome e a morte. Como as Nações andam apartadas de Jesus, e ele sabe que *fora de Jesus Cristo não existe solução para os problemas humanos*, procura erguer as almas até Deus, conduzindo-as pela pregação da lei Divina, luz que iluminou e ampara o exemplo sadio da vida lusiada.

E por isso podemos dizer que Plínio Salgado, pela verdade da sua política, não tem necessidade de estugar os passos, de avançar ou retroceder, de ocupar posições de última hora ou repudiar acções de algum

outro dia, porque a sua doutrina assenta em chão seguro pelos seus princípios exactos.

Plínio Salgado esculpiu em páginas admiráveis a sua *Vida de Jesus*, perfeita e real, forte no seu propósito, e ternamente portuguesa na sua vibração, porque, ele mais do que ninguém, experimentou as agruras do mundo espiado no despotismo. E ainda porque, junto do seu, sente bater rijo o coração magnífico da sua eloquente ancestralidade.

Político, padecendo horrivelmente pelo descaminho das normas leais da Verdade e da Justiça com o rompimento de tratados e o desprezo pela vida alheia, buscou os benefícios salutareis da divina protecção e assim animado, acordando corações que já não batiam pelo homem, gritou na Fé o patriotismo lusíada que o abraça.

Neste aconchego caseiro da Fé e da Tradição, na reflexão do Espírito, produz a sua jóia mais magnífica, de que este livro servirá agora de narrativa política ou complemento explicativo. A evolução do Espírito brilhante, formado na bondade à custa das dores que pelo coração padeceu com o sofrimento universal do homem, ausente de si mesmo, encontra provavelmente nesta *Madrugada do Espírito* a sua mais verdadeira crónica de memórias políticas.

Lisboa, dia aniversário
da tomada de Lisboa aos Mouros.

FERNANDO DE AGUIAR.



Salve-Rainha

*DEPOIS de Mil Seiscentos e Quarenta
(— Assento em Côrtes de Quarenta e Seis —)
Dom João, esse Rei, que, dentre os Reis,
como Quarto do Nome se apresenta,*

*a Coroa que cingiu, e Lhe sustenta
Mathias d'Albuquerque com lauréis,
desejando deixá-la em mãos fiéis,
rezou: **Salve-Rainha Pura e Benta!***

***Guardai-m'a, Imaculada Conceição!**
E bem guardada foi, desde Esse Dia,
a Coroa Imperial d'El-Rei João...*

*— Agora — um torvo exílio findaria,
coroando-Lhe, — Senhora, — a Geração
do Seu Sangue Real, por Varonia!*

Do livro — *O Berço Exilado.*

CONDE DE ALVELLOS.

A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da página 118)

CAPÍTULO V

Depois da Terra o Lar

A VOZ DO SANGUE

CATULO era homem temível pelo vigor no ataque em que vencia sempre, graças ao ridículo e sátira magistralmente manejadas que lhe transformavam a pena em punhal de fino aço. Mas por vezes despia-se de tais funções odiosas, lavava das mãos o fel habitual e, deixando falar o coração, desprendia de si a suavidade de sentimentos belos. Então já não faz rir, enternece; não repele, seduz.

Lembra os amigos para se queixar da ingratidão de uns e confessar o reconhecimento pelo que outros lhe fizeram. Triste e lacrimoso — *quam mutatus ab illo!* — lastima-se ao sentir poisada em si a infelicidade, e brada alto, com voz soluçante quando a saudade lhe traz à mente o irmão defunto.

Se tivesse nascido posteriormente, a tempo de conhecer a beleza do Cristianismo, não nos teria dado páginas que, ao menos de longe, nos obrigassem a pensar em Santo Agostinho? É possível. Não nos aparece com a inquietação da busca da luz espiritual, como outros; revela, contudo, superabundantemente qualidades de coração excepcionais em que se contam logo de entrada o amor fraternal.

Longe, para além dos mares que banham terras da Ásia, descansam os despojos de seu querido irmão. Não o cobre a terra que o viu nascer, sobre a campa pode cair-lhe o orvalho do Céu que não as lágrimas de olhos humanos... Iste fere o inditoso Catulo.

Resolve, durante a estada na Bitínia, aonde fora procurar fortuna e o esquecimento de Lésbia, visitar esse local tantas vezes recordado a chorar. Lá foi e lá chorou comovedoramente.

A sua alma, desligada da matéria, voou nas asas de enternecedor lirismo entoando queixumes que o defunto não pode ouvir nem agradecer, mas que ainda ecoam junto de nós.

— Foi Tróia — dizia ele —, monumento fúnebre das desgraças da Ásia e da Europa, foi Tróia, a aniquilação rápida de todas as heroicidades, foi Tróia que deu ao meu irmão a morte que agora tanto me faz sofrer!...

Ai! sangue do meu sangue! Por que te levou a morte deixando-me tão triste como triste tu foste ao abandonares a vida de encantos?

A nossa casa cobriu-se de luto ao baixares à sepultura; contigo morreu a nossa alegria que, quando vivias, se alimentava do amor que nos dedicavas. E agora, meu infeliz irmão, estás aqui tão longe, no cabo do mundo, em terra onde não descansam as cinzas dos nossos conhecidos, dos nossos parentes, tão longe, tão longe, nestas funestas regiões troianas:

Troia nefas commune sepulcrum Asiae Europaeque,
Troia uirum et uirtutum omnium acerba cinis
Quaene etiam nostro letum miserabile fratri
Attulit. Ei misero frater adempte mihi!
Ei misero fratri iocundum lumen ademptum!
Tecum una tota est nostra sepulta domus,
Omnia tecum una perierunt gaudia nostra,
Quae tuus in uita dulcis alebat amor.
Quem nunc tam longe non inter nota sepulcra
Nec prope cognatos compositum cineris,
Sed Troia obscena, Troia infelice sepultum
Detinet extremo terra aliena solo.

.....

Pena é não sabermos em que condições morreu o pranteado, qual a sua situação na vida e na sociedade, se além de ser amigo da família estava ligado a ela por laços de outra ordem: se teria influenciado de qualquer modo a vida e a acção literária do irmão. É pena, menos pelo que isso podia interessar para sentirmos e partilharmos a dor do poeta, do que para melhor a compreendermos, mais a sua génese.

Caracterizam o trecho transcrito a violência sentimental, a verdade das razões aduzidas em prova da mesma e a naturalidade da forma empregada para a traduzir.

O que vive chora a privação de um irmão que era o mimo da casa paterna, lamenta-o por ter morrido sem saborear a vida tal qual a sua juventude ambicionava, e, para cúmulo de desdita, em terras longínquas de Tróia. Não são estas as três causas das mais sentidas lágrimas na morte: amor, mocidade e ausência?

Atendamos como Catulo revive os desastres dessa cidade, à maneira de prólogo do que tem em mira, e como, antes de falar no irmão, escolhe os qualificativos adequados à região de tristes histórias: «Troia nefas, commune sepulcrum... Troia obscena...» que, por isso mesmo, lógicamente roubou a vida a mais um.

Resulta isto da tendência natural de ligarmos a essência do mal, do desagradável, àquelas coisas que só subjectivamente, na crítica da nossa observação, têm desagrado e maldade.

As águas correntes não distraem uns e acabrunham outros? A lua não nos lembra, consoante o momento psicológico do observador, consoante as ideias dominantes relacionadas com a visão do astro, ora cadáveres pálidos e frios, ora gentil costureira a confeccionar mantos de noivado? Se ao cair do sol nos morreu alguém querido, é impossível admitirmos a existência de poéticos poentes.

Assim é Tróia para Catulo: terra fatídica, detestável!

Esta repulsa e o sentimento da saudade fraterna podiam ser, como em tantos lares onde não existe amor e se reconhece a verdade do rifão: «longe da vista»..., podiam ser som momentâneo das fibras íntimas, mas não o foram.

Escrevendo a Mânlio, cuja amizade estimava a ponto de dizer-lhe:

Id gratum est mihi, me quoniam tibi dicis amicum,

e a quem a dor também acabrunhava, Catulo renova a lembrança da vida juvenil para acrescentar imediatamente o contraste da vida presente:

.....
*Sed totum hoc studium luctu fraterno mihi mors,
Abstulit. O misero frater adempte mihi,
Tu mea tu moriens fugisti comoda, frater,
Tecum una tota est nostra sepulta domus,
Omnia tecum una perierunt gaudia nostra,
Quae tuus in uita dulcis alebat amor.
Cuius ego interitu tota de mente fugavi
Haec studia atque omnes delicias animi.*
.....

Nenhum atractivo lhe fornece o viver depois que a morte o tornou um desgraçado convicto, privado do convívio do irmão. Tudo o que anda ligado à memória do defunto está coberto do mais negro luto, e a alma do poeta não encontra, nem sequer na poesia, lenitivo algum. Queria ser amável com os amigos que pediam versos, mas o sofrimento opunha-se pela razão de que, segundo declaração feita a Ortalo, as Musas não gostam de almas revolvidas por grandes males, semelhantes aos que a morte do irmão trouxera.

Porque morrerá ele às bordas do mar de Tróia que o enlutado não abarca com a vista nem alcança com a voz? Dureza terrível do Destino! Ele tentará remediá-lo com cânticos enternecidos e melodiosos como os gemidos da carinhosa e inconsolável Filomela, até que um dia tenha oportunidade de chorar sobre o cadáver que cobrirá de flores, depois de atravessar as terras e mares, testemunhas da sua mágoa eterna.

Então sair-lhe-á do peito, à maneira de ladainha, o conhecido soluço:

· · · · ·
Heu miser indigne frater adempte mihi.
· · · · ·
Accipe fraterno multum manantia fletu,
Atque in perpetuum, frater, aue atque uale.

IDEAL E AMOR

Outra prova de carinho, já não pela sua família mas pelo lar genèricamente considerado e constituído segundo as leis tradicionais de Roma, pelo casamento (1), são o «Cântico de Núpcias» e «Tétis e Peleu», as duas maiores composições de toda a obra de Catulo. Vejamos a primeira.

Logo de princípio o poeta faz o elogio do deus Himeneu, pede-lhe que seja propício a Júnia, noiva de Mânlio, tão bela como Vénus e virgem perfeita, que una os esposos com verdadeiro amor para que todas as raparigas casadoiras possam cantar: O Hymen, Hymenæe!

A esta divindade recorrem os pais a favor dos filhos, e as virgens entregam-se-lhe com prazer. Sem ela Vénus nada pode dentro da honra:

· · · · ·
Nil potest sine te Venus,
Fama quod bona comprobet,
Commodi capere; at potest
Te uolente
· · · · ·

(1) Vidè Paulo Moreira, *Monografia sobre o casamento*.

O elogio continua com a afirmação de que a Himeneu se devem os soldados defensores das fronteiras, e a de que nenhum outro deus se lhe pode igualar:

.
. Quis huic deo
Compararier ausit?

Dirige-se a seguir à noiva e exorta-a a abrir a porta. Na rua já ardem as tochas do cortejo nupcial que a devem animar com esse sinal de felicidade; encoraja-a com o elogio do esposo que sempre estará unido a ela isento de relações culpáveis, com a intimidade da videira enrolada às árvores:

.
Lenta sed uelut adsitas
Vitis implicat arbores,
Implicabitur in tuum
Complexum.

O dia foge — repete o poeta insistentemente —, e aproxima-se a hora do enlace.

A noiva sai. Iluminam-na os clarões brilhantes das luzes, e no ar cruzam-se as vozes do coro enquanto o cortejo não chega ao futuro lar. Chegados aqui, entra primeiramente o noivo; recebe a que vai ser sua por toda a vida, estende-se num leito de sedas e perfumes com o peito a palpitar, até que ela é conduzida pelas matronas à câmara nupcial. Vai consumir-se o matrimónio com os melhores votos do poeta:

Ludite ut lubet et breui
Liberos date
.
Torquatus uolo paruulus
Matris e gremio suae
Porrigenz teneras manus
Dulce rideat ad patrem
Semihiente labello.

Sit suo similis patri
Manlio et facile insciis
Noscitur ab omnibus,
Et pudicitiam suae
Matris indicet ore.

Talis illius a bona
Matre laus genus approbet,
Qualis unica ab optima
Matre Telemacho manet
Fama Penelopeo.

Claudite ostia, uirgines;
Lusimus satis. At, bonei
Coniuges, bene uiuite et
Munere assiduo ualentem
Exercete iuuentam.

Descrição folclórica se pode chamar a esta poesia, como também carta de felicitações ao querido amigo Mânlio. Considere-se, porém, como se considerar, repare-se no que ela tem de subjectivo, pessoal: a admiração pelo casamento que premeia a virgindade da esposa com a prole necessária à Pátria e à perpetuação do sangue, o reconhecimento da obrigação que impende sobre o marido de se abster do ilícito, e, até, certos conselhos com o carácter de carta de guia de casados.

Desta sorte nos vem à memória o nosso solteirão D. Francisco Manuel de Melo, que, não obstante a qualidade de celibatário, estava bem senhor da matéria a ponto de fazer a D. Antónia Alves da Cunha, na ocasião do seu casamento, entre outras, as seguintes recomendações:

.
No ter paz vos esmerai
amado sendo e temido
Sem ânsia o gosto esperai:
d'hoje e um ano sede pai,
como sois hoje marido.

... mesmas ideias do sensato Catulo.

Sucedirá serem os libertos do jugo matrimonial os mais competentes na magistratura deste foro?

Igualmente nas bodas de Tétis e Peleu está vincada a excelência do casamento realizado por amor, as recompensas que os deuses dispensam aos esposos vivendo em perpétua lua de mel, e os castigos divinos quando os cônjuges quebram os laços de felicidade mútua.

— No tempo em que — contam as bodas — as árvores foram cavadas em navios para neles atravessarem o mar os jovens gregos à busca do velo de ouro, sob a protecção de Minerva, mal as quilhas tocaram as águas logo dos abismos marítimos emergiram as Ninfas admiradas do arrojado empreendimento:

Aequoreae monstrum Nereides admirantes.

Uma delas, Tétis, apaixonou-se por certo argonauta, Peleu, rei da Tessália, com quem se desposou, depois de obtido o consentimento de Júpiter.

Chegado o dia do casamento tudo se despovoou; cessaram os trabalhos agrícolas para que a alegria e os presentes não faltassem em casa dos noivos resplandecente de ouro e prata. A cama, por exemplo, era riquíssima em marfim e púrpura; nesta vêem-se artisticamente represen-

tadas a cores as vidas e façanhas dos heróis. Um dos desenhos reproduz uma história bastante trágica. Ei-la :

Teseu, rei de Atenas, apresenta-se na cõrte de Minos, disposto a morrer ou a matar o Minotauro encerrado no Labirinto.

Por sorte salva a Pátria e a vida, em virtude do socorro prestado por Ariadna, irmã da vítima, depois de dominada pelo amor de Teseu. Fogem ambos, e com a fuga tem início a parte mais interessante da história.

Teseu, esquecido depressa de quanto devia àquela mulher, abandona-a adormecida nas praias de Naxos e continua só a viagem. Calcule-se o desespero de Ariadna ao acordar! Ora corre em direcção do mar que lhe leva o perjuro, ora de vestidos levantados foge loucamente pela terra dentro.

Se os seus suspiros chegassem aos ouvidos de Teseu já distante, ele, certamente, voltaria a buscá-la, impressionado por tamanha dor...

O choro interrompe-se. Com os olhos enxutos de ódio pede a Júpiter o mais severo castigo para o que dessa maneira a faz sofrer naquele sítio deserto, sem esperança de auxílio humano. O esposo esquece-a, o pai odeia-a...

..... omnia muta
Omnia sunt deserta, ostentant omnia letum.
.....

Que horror! Tudo de todos os lados lhe mostra a morte!
Como não chorar até à última lágrima?

Júpiter parece não ouvir, e, com firmeza igual, Ariadna roga às Euménides que o seu infortúnio tenha a desejada vingança :

.....
Vos nolite pati nostrum uanescere luctum,
Sed quali solam Theseus me mente reliquit,
Tali mente, deae, funestet seque suosque.
.....

Não foram vãs as súplicas da infeliz. Teseu, ao aproximar-se da Pátria, esquece-se do pedido que o velho pai lhe fizera ao embarcar: pôr velas brancas no navio, em sinal de bom êxito.

Ele, vendo as mesmas velas que o filho levava, precipita-se de um rochedo, na convicção de que Teseu fora vencido pelo Minotauro. Só quando entrou em casa onde reinava o luto em vez da alegria festiva, o vencedor compreende um pouco o sofrimento de Ariadna.

Esta já se sente feliz porque vai casar com o deus Baco.

Aqui termina a história que as figurinhas do dossel nupcial nos contam.

O casamento de Peleu e Tétis realiza-se, e por tal motivo recebem no seu palácio as felicitações dos deuses, e ouvem das Parcas um cântico profético que passo a resumir:

Já que nunca no mundo se fez casamento com tanto amor como este, do casal nascerá um filho sem par, Aquiles, o herói dos heróis, cujos feitos serão eternos na memória dos homens, pois fará cair os guerreiros troianos, como as espigas caem à mão dos segadores.

E Catulo dá à poesia este fecho conceituoso: outrora vinham os deuses em pessoa conviver com os homens que então eram religiosos e muito respeitadores; agora que a paixão tem o lugar da justiça, que os irmãos matam os irmãos e não choram a morte dos pais, que os pais não guardam respeito às esposas dos filhos, agora que tudo está de jeito a não distinguirmos o bem do mal, já os deuses lhes não assistem:

.....
Omnia fanda nefanda malo permixta furore
Iustificam nobis mentem auertere deorum.
.....

Para Catulo a base da estabilidade social, a felicidade dos indivíduos e a prosperidade da Pátria assentam, portanto, no casamento fundado no amor e patrocinado pelas divindades que só abençoam a mulher casta.

Quem ousará compará-la à cortesã?

Aquela, embora o não pareça, pensa no amor sadio; esta alimenta-se do ouro do vício; aquela é como a flor do jardim beijada pelas brisas, alimentada pelas chuvas, desejada para adorno das lapelas dos rapazes e raparigas; a cortesã é flor murcha, arrancada pelo arado e lançada à valeta sem cor nem cheiro:

.....
Nec pueris iucunda manet, nec cara puellis.
.....

Devendo ser castas, não devem as mulheres, no pensar do poeta, abandonar o casamento, pois que, mantendo-se virgens, são semelhantes às vinhas nascidas sem os cuidados do dono que as não cava nem as encosta aos teichões: poderão crescer, frutificar até, mas as uvas hão-de ser raquíticas, e não tardará que as cepas se estendam pelo chão, ao contrário das que sempre foram tratadas pelo lavrador, cujos frutos

serão abundantes e tentadores. Estas últimas representam as mulheres casadas:

.....
Sic uirgo dum intacta manet, dum inculta senescit
Cum par conubium maturo tempore adeptæ est,
Cara uiro magis et minus est inuisa parenti
Hymen, o Hymenæe, Hymen ades o Hymenæe!

De outra maneira não falava o nosso poeta que nos não deixou res-
posta cabal a esta interrogação:

Por que não se casou ele?

(Continua).

A. SARAIVA DE CARVALHO.



Velharias Vimaraneses

Documentos & Efemérides

1846

Guimarães há 100 anos

Dezembro

Dia 3 — Vinda de Penafiel entrou aqui uma força armada de cerca de 50 homens, das guerrilhas miguelistas, continuando-se o alistamento para os Batalhões dos Voluntários d'El-Rei, com exercícios de manhã e de tarde, estando já organizados três Batalhões (1). Apesar de já estarem armados bastantes realistas, o sossego não tinha sido alterado, andando os constitucionais a passear sem receio algum. (P. L.).

Dia 4 — Continuava o alistamento nos Batalhões d'El-Rei, com afluência de grande número de Voluntários, quase todos proletários, que iam sendo aboletados, no que faziam grande peso à vila pelo dinheiro que os seus habitantes estavam despendendo. No mais portavam-se muito bem, não havendo razão de queixa e, se por acaso existia, o Governador militar mandava logo castigar os delinquentes. (P. L.).

Dia 5 — A Câmara mandou deitar um Bando declarando que o Vice-presidente da Junta do Senhor D. Miguel, em Braga (ain-

(1) Pereira Lopes não faz qualquer alusão à chegada de D. Garcia de Mendoza, espanhol gallego, que F. A. Oliveira Martins cita no seu artigo *Uma conspiradora ao serviço da Revolução Miguelista de 1846*, publicado em *Alco*, n.º 4 do ano IV (1945).

A. de O.

da não constava que a Junta se instalasse, nem quem era seu presidente e quais os restantes membros), estabelecera que, de ora em diante, não se pagaria senão a décima que se pagava antes de 1834. A Câmara, por esta ocasião, convidava os habitantes a pôrem luminárias, tocando-se repiques de sino, quando saiu o Bando, e dando-se foguetes. À noite houve iluminação geral, repiques em todas as torres, andando pelas ruas uma música a tocar o hino realista.

Os estudantes saíram com o seu Bando, conforme o antiquíssimo costume, sendo brilhante pelas muitas figuras que levava, como Minerva, Venus, a Fama, etc., todas ricamente vestidas. Apesar dos acontecimentos políticos havidos em toda a Província, e com especialidade em Guimarães, esta função fez-se com o maior sossego possível. (P. L.).

Dia 6 — Houve a função de S. Nicolau, estando a vila em sossego, apesar de se esperar a chegada do Barão do Casal, com a tropa de Trás-os-Montes, que tinha ficado em Amarante no dia antecedente, estando em ordem de marcha os Voluntários d'El-Rei. De Basto chegaram alguns homens armados, para se apresentarem ao Governador militar, por El-Rei o Senhor D. Miguel. (P. L.).

Dia 7 — A Câmara foi à casa do Proposto para acompanhar o novo Juiz de

Fora, Manuel de Azevedo e Moura, que estava lá hospedado, e indo com ele pelos Bimbais, para a casa da Câmara, lhe foi dada posse, finda a qual voltou a ser acompanhado àquela casa pela Câmara, Governador militar e coronel dos Voluntários d'El-Rei. Este Juiz tinha sido capitão de voluntários realistas do Senhor D. Miguel, antes de 1834, era natural de Cea e sobrinho do Bispo da Guarda, D. Fr. Carlos de Azevedo, residindo em Freamunde. (P. L.).

Dia 14 — Chegaram vinte e tantos oficiais de milícias, voluntários realistas, a cavalo, os quais tinham recebido officios para se apresentarem em Braga ao general miguelista Macdonel. Marcharam no dia seguinte para Braga. Também neste dia se apresentaram ao coronel dos voluntários, Fortunato Cardoso, na sua casa do Proposto, alguns dos antigos voluntários realistas para pegarem em armas (tinham sido avisados para esse fim), pedindo escusa a maior parte deles, sendo ameaçados de prisão alguns que se recusaram.

Nesta noite cessou de haver iluminação por ter acabado o contrato do arrendamento e a Câmara não querer a sua continuação. (P. L.).

Dia 20 — Pelas 5 horas da manhã seguiu, em direcção de Braga, o brigadeiro miguelista Luís Leite, o Juiz de fora e toda a força aqui estacionada, assim como alguns empregados, por terem notícia de que o Barão do Casal e a sua força que tinha estado nas mediações do Porto, marchava sobre Braga. À noite soube-se que o Barão do Casal entrara em Braga com a sua divisão, tendo sofrido grande perda a gente miguelista comandada por Macdonel, que teve a ousadia de o ir esperar fora da cidade. À noite regressaram muitos dos miguelistas que tinham partido de manhã, fugindo uns com armas e outros sem elas. A mortandade foi grande. (P. L.).

Dia 21 — Chegou aqui o Padre José da Lage, com parte da sua gente, em consequência da grande derrota sofrida em Braga, tendo lá deixado bastantes mortos e prisioneiros. De tarde retirou esta gente, na maior precipitação, para Margaride, só pelo simples boato de que vinha gente do Casal para esta vila. Alguns chefes tinham-se retirado de noite, como João Machado, do Proposto, não tornando a aparecer. (P. L.).

Dia 22 — Ainda a villa estava sem auto-ridades sem que o sossego fosse alterado, estando apenas o Padre José da Lage a reunir alguma gente miguelista nos quartéis. Quase toda a população estava horrorizada com o estrago de gente que o Barão do Casal tinha feito em Braga no dia 20, dando-se um grande número de mortos, principalmente dos miguelistas. (P. L.).

Dia 23 — Chegou aqui o brigadeiro miguelista Miguel Leite com alguns Voluntários d'El-Rei, o qual vinha das partes da Senhora do Porto. Também vinha outra força realista de Margaride, entrando à noite outra força, vinda da Senhora do Porto, com o general Macdonel. Seriam 600 homens, sendo alguns 100 officiais, e foram todos aboletados. O general Macdonel foi para o Arco. Também chegou o Loco-tenente do Senhor D. Miguel, o Cândido, ex-lente de Coimbra, que foi aboletado na casa dos Brancos, acompanhado do Conde de Almada, homem inteiramente inerte. (P. L.).

Dia 25 — Saiu uma força comandada pelo tenente-coronel Padre José da Lage, em observação da divisão do Barão do Casal, que ainda estava em Braga. Apresentaram-se aqui alguns officiais miguelistas, assim como o Visconde da Costa, entrando à noite uma força vinda de Penafiel, que era da Terra da Feira e tinha sido batida pela gente do Porto. Nota à margem: —

« Não foi o Visconde da Costa mas sim o Fidalgo do Corvo. » (1). (P. L.).

Dia 26 — De madrugada encontrava-se toda a força miguelista, comandada por Macdonel, pronta para a retirada por se desconfiar que o Barão do Casal a vinha atacar. Sabendo-se, porém, que não tinha saído tropa de Braga, mandou-se sustar a retirada. Neste dia continuaram a apresentar-se homens armados e muitos oficiais, tanto dos amnistiados de Évora-Monte, antigos voluntários realistas, como outros feitos à pressa. O número de oficiais era tão grande que só o aboletamento fazia-se muito pesado à vila. (P. L.). O dr. José de Freitas Costa acrescentou: — « *Em a noite deste dia 26 é que se deu o caso que Pinho Leal conta a pags. 285 e 286, nota, 8.º vol., pois que na manhã seguinte é que o Mac Donal retirou de Guimarães para Amarante, obrigado pelo desengano que o mesmo Pinho Leal lhe dera com a partida que lhe fez. Não foi pois na vespera que o Casal entrou em Guimarães como o mesmo Pinho Leal diz. O Casal entrou em Guimarães no dia 30 e, se a tal partida fosse nesse dia, segue-se que seria nessa madrugada ou na noite de 29 para 30 que o Macdonald retirara para Amarante, mas este, repito, retirou para Amarante na madrugada do dia 27 e não tornou a Guimarães.* » (2).

(1) Deve tratar-se dos Fidalgos do Côvo, Sebastião de Castro Lemos Magalhães de Meneses (casado com D. Emília Maria Antónia Pamplona de Sousa Holstein), ou seu irmão António Carlos de Castro, que, segundo Pinho Leal (vol. 8.º, pág. 287), comandavam o batalhão de voluntários de Estarreja.

(2) O caso a que aqui se faz alusão é referido da seguinte maneira por Pinho Leal:

« Nós retiramos (melhor diria — *fugimos desordenadamente*) de Braga para o Carvalho d'Este, e de lá para a Senhora do Porto d'Ave. D'aquí é que marchamos no dia 22 para Guimarães.

Chegados a esta cidade, allí nos deixamos ficar, tão descuidados e descansados, como se todo o reino estivesse em profunda paz. Não tínhamos um posto

Dia 27 — Saiu de madrugada, na direcção de Pombeiro, com receio de que viesse força de Braga da divisão do Barão do Casal, o general Macdonel, o Loco-tenente do Senhor D. Miguel e a força miguelista que se achava aqui e na avançada das Taipas. Nesta noite também se retiraram as famílias de alguns miguelistas, levando algumas das suas preciosidades. A família do Proposto recolheu-se ao convento de St.ª Clara. (P. L.).

Dia 28 — Esteve tudo no maior sossego apesar de não existirem autoridades nem forças militares. À noite chegou o tenente-coronel Padre José da Lage, seu irmão e outros, que vinham de Margaride, dizendo-se que iam para as Taipas para observarem os movimentos do Barão do Casal. (P. L.).

Dia 30 — Pela 1 hora da tarde chegou aqui o Barão do Casal, com o seu estado maior e uma força de 600 a 800 homens,

avançado para o lado de Braga (O.) nem sequer um piquete na frente: apenas tínhamos alguma gente em trez pontos, á entrada da cidade.

Eu estava vendo quando uma bella manhã eramos surpreendidos inopinadamente pelas tropas do Casal, e feitos todos em postas.

Uma noite em que eu estava de *official superior*, chamei um sargento e cinco soldados da minha companhia, nos quaes tinha plena confiança, e com cujo silencio contava, e guiados por um realista de Guimarães sahimos da cidade, pelas 11 horas de uma noite escurissima, e fomos dar trez descargas, uma a cada um dos taes nossos piquetes. Feito isto, recolhemos pelo mesmo caminho, e fui dar ordem ao *supporto* (que estava na casa da camara) para se pôr em armas, mandando a corneta tocar a reunir, por todos os cantos da cidade.

Fui dar parte do occorrido ao Macdonell, que estava aquartelado em casa do conde da Azenha, dizendo-lhe que já trez dos nossos piquetes tinham sido atacados pelos cabraes. Só assim, e ainda á força de instancias, é que o homem se resolveu a retirar á meia noite e na maior desordem, na fórma do costume.

O que é certo é que na madrugada do dia seguinte, entraram as tropas do Casal em Guimarães. Vejam do que nós escapamos!...

Camilo também se lhe refere na *Brasileira de Praxins*, baseando-se em Pinho Leal.

A. de O.

composta de cavalaria 6 e 7, o batalhão de caçadores 3 e uma grande parte do regimento de infantaria 3. Logo à entrada de Santa Luzia principiaram a dar-se muitos foguetes, a que se seguiram repiques de sino em todas as torres. Formaram na Praça do Toural e foram depois aboletados, não havendo neste dia razão de queixa quanto ao seu comportamento, pois não fizeram violência alguma (menos as que são inevitáveis nestas ocasiões), estando todos a esperar o contrário em virtude do que se dizia terem praticado em Braga, no dia 20 deste mês, debaixo de fogo. O Barão do Casal foi para a casa de Vila Pouca e o comandante da força, o coronel de cavalaria Pinto de Lemos, foi para a do Cavalinho. Á noite andou uma música a tocar o hino da Carta e algum povo a dar vivas, tocando-se repiques em todas as torres. Foi conhecida a notícia oficial de ter sofrido uma grande derrota o Conde do Bomfim, que era pela Junta do Porto, em Torres Vedras, dada pelo brigadeiro Ferreira (30 diabos), que era pela Rainha, tendo ficado prisioneiro o Conde do Bomfim e outros generais, bem como grande força do seu comando. (P. L.).

Dia 31 — Às 10 horas da noite saiu para Braga o Barão do Casal e toda a força que aqui tinha entrado ontem. Apesar da má

nota que trazia esta gente, portou-se menos mal, devendo-se isto a muitos indivíduos da terra que pediram para que não fizessem mal, porque os habitantes o não mereciam. (P. L.).

*

No fim deste mês ainda o reino se achava na maior anarquia, havendo no seu pequeno terreno três governos: — o de Lisboa, da Senhora D. Maria II e da Carta, o do Porto, da Junta do Porto, e o do Sr. D. Miguel, proclamado em Guimarães, Braga e outras partes, tendo também uma espécie de Junta, estando as suas forças em Amarante por terem sido obrigadas, ultimamente, a retirar em virtude da aproximação das forças do Barão do Casal.

Esta anarquia principiou a 14 de Abril deste ano, com a chamada Revolução do Minho, Maria da Fonte, tendo causado uma grande perda de vidas e graves prejuízos aos habitantes de todo o reino, com especialidade aos da provincia do Minho que, além de outras despesas, tinham despendido uma grande soma de contos de reis em aboletamentos, a que constantemente estiveram sujeitos. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.



ÍNDICE DO XXII VOLUME

TEXTO:

	PÁGS.
Or Piango : Or Canto — <i>Redacção</i>	5
Saudade — <i>Alberto de Monsaraz</i>	7
Carta-prefácio ao livro «Coimbra Nobre Cidade» — <i>Afonso Lopes Vieira</i> . . .	8
Desabafo de mágoa e saudade — <i>Hipólito Raposo</i>	12
António Sardinha e o Integralismo — <i>Leão Ramos Ascenção</i>	15
A alma amorosa de Catulo — <i>A. Saraiva de Carvalho</i> 19, 81, 111 e	178
Velharias Vimaraneses (1846) — <i>João Lopes de Faria</i> 24, 50, 87, 119, 153 e	187
Estilística da Língua Portuguesa — <i>Alfredo Pimenta</i>	33
A Senhora Infanta Regente Dona Aldegundes de Bragança — <i>Conde de Alvellos</i> .	65
Oliveira Martins — O Político — <i>António Álvaro Dória</i>	69
António Feijó e os seus amigos — <i>Francisco Teixeira de Queirós</i> 97 e	138
«Em louvor do IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada» — <i>Bento Caldas</i> .	107
«Madrugada do Espírito» — <i>Fernando de Aguiar</i> 129 e	169
Poesia e Política — <i>José Gonçalves de Andrade</i>	161
Salve-Rainha — <i>Conde de Alvellos</i>	177

Dos Livros & Dos Autores :

<i>Almanaque do Povo para 1946</i>	159
Américo Chaves de Almeida — <i>Da Unidade Nacional</i>	63
António Álvaro Dória — <i>O Problema do Descobrimento da Madeira</i> . . .	96
António Corrêa d'Oliveira — <i>Elogio da Monarquia</i>	27
António Porto-Além — <i>Resurreição. Vida e Morte</i>	27
<i>As mais belas líricas portuguesas</i>	62
Camilo Castelo Branco — <i>Perfil do Marquês de Pombal</i>	125
Conde de Ericeira — <i>História de Portugal Restaurado</i> 63 e	127
Dormer Creston — <i>In Search of Two Characters</i>	60
Erling Bache — <i>Homens brancos nos trópicos</i>	126
Fernando Campos — <i>No Saguão do Liberalismo</i>	125
Francisco Manso Preto Cruz — <i>O exemplo político de Paiva Couceiro</i> . .	96
G. K. Chesterton — <i>S. Tomás de Aquino</i>	127
Gouveia Pinto — <i>Os Caracteres da Monarquia</i>	94
Henri Massis — <i>A nova Rússia</i>	157
Hipólito Raposo — <i>Folhas do meu cadastro</i>	123
— <i>Insurreição da Carne</i>	159
Ivor Brown — <i>I Give You My Word</i>	123
Jan Finlay — <i>Scotthish Art</i>	159
Joaquim Paço d'Arcos — <i>O Caminho da Culpa</i>	29
José Crêspo — <i>A Higiene na Escola Primária</i>	27

	PÁGS.
José Trepa — <i>Eça de Queirós</i>	126
Lopes d'Oliveira — <i>...E mesmo contra a maré!</i>	125
Lusol (Mariotte) — <i>O Sr. Júlio Dantas, Rousseau e os « Meus Cadernos »</i> .	95
Manuel de Bettencourt e Galvão — <i>O Duque de Bragança</i>	124
Marguerite Steen — <i>William Nicholson</i>	28
Mário Saraiva — <i>Claro Dilema (Monarquia ou República?)</i>	95
Moreira das Neves (Padre) — <i>O Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa</i> .	124
Nuno de Montemor — <i>O crime de um homem bom</i>	95
Pierre Gaxotte — <i>A Revolução Francesa</i>	61
<i>Poesia de Amor</i>	26
Registo de obras recebidas	32, 64, 128 e 160
Ilustrações :	
Afonso Lopes Vieira	4-A
Em Guimarães, em 1936	4-B
S. A. R. a Senhora Infanta Regente, com Seu Sobrinho e Afilhado o Príncipe Real Senhor Dom Duarte Pio João Miguel de Bragança.	68-A
Oliveira Martins	68-B
Ponte do Lima — Solar Conde d'Aurora	104-A
Ponte do Lima — Portal da Casa do Outeiro.	104-B
Guimarães — Padrão do Salado	130-A
Guimarães — Praça de S. Tiago	130-B
Índice dos Autores :	
A. Saraiva de Carvalho.	19, 81, 111 e 178
Afonso Lopes Vieira	8
Alberto de Monsaraz.	7
Alfredo Pimenta	33
António Álvaro Dória	26, 60, 69, 123 e 157
António Carneiro.	68-B
Bento Caldas	107
Conde de Alvellos	65 e 177
Fernando de Aguiar.	129 e 169
Francisco Teixeira de Queirós	97 e 138
Hipólito Raposo	12
Jaime Isidoro	130-B
João Lopes de Faria	24, 50, 87, 119, 153 e 187
José Gonçalves de Andrade	161
Leão Ramos Ascensão	15
Maltieira	4-A, 104-A, 104-B e 130-A
Manuel Alves de Oliveira	63, 94 e 126